UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

LÍVIA CARVALHO DA SILVA FANECO

Superendividamento do consumidor: análise das decisões do Superior Tribunal de Justiça
acerca do contrato de cartão de crédito.

Ribeirão Preto

2016

LÍVIA CARVALHO DA SILVA FANECO

Superendividamento do consumidor: análise das decisões do Superior Tribunal de Justiça
acerca do contrato de cartão de crédito.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de mestre em Ciências. Versão
original.

Área de concentração: Desenvolvimento no Estado
Democrático de Direito.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Trentini

Ribeirão Preto

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
e Seção Técnica de Informática da FDRP/USP,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F211s Faneco, Livia Carvalho da Silva
 Superendividamento do Consumidor: análise das
 decisões do Superior Tribunal de Justiça acerca do
 contrato de cartão de crédito. / Livia Carvalho da
 Silva Faneco; orientadora Flávia Trentini . --
 Ribeirão Preto, 2016.
 414 p.

 Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
 em Direito) -- Faculdade de Direito de Ribeirão
 Preto, Universidade de São Paulo, 2016.

 1. DIREITO DO CONSUMIDOR . 2. CARTÃO DE CRÉDITO.
 3. SUPERENDIVIDAMENTO. I. Trentini , Flávia ,
 orient. II. Título

Nome: FANECO, Livia Carvalho da Silva.

Título: Superendividamento do consumidor: análise das decisões do Superior Tribunal de Justiça acerca do contrato de cartão de crédito.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito de
Ribeirão Preto para obtenção do título de mestre em
Ciências.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Meus eternos agradecimentos àqueles que contribuíram para a elaboração desse trabalho:

Em primeiro lugar, à Prof^a Flávia Tretini, pela atenciosa orientação e por ter aceitado o desafio de orientar um tema diferente da sua linha de pesquisa;

A todos os professores do curso de Direito que de alguma maneira contribuíram para que hoje essa faculdade se tornasse um exemplo no ensino jurídico;

Ao Prof^o Luciano de Camargo Penteado, pelos brilhantes comentários;

A todos os meus amigos que de alguma forma contribuíram para o trabalho; principalmente, minhas amigas do mestrado.

“Na luta feroz pela existência, queremos possuir algo de duradouro e, por isso, atafulhamos as nossas mentes de inutilidades e factos, na esperança absurda de conservar o nosso lugar. O homem bem informado faz parte do ideal moderno. E a mente do homem bem informado é uma coisa horrível. Assemelha-se a uma loja de bricabraque, repleta de monos e pó, onde tudo está marcado com um preço superior ao seu real valor”.

Oscar Wilde

RESUMO

Empreende à análise das decisões judiciais a respeito do contrato de cartão de crédito como meio de prevenir ou tratar o superendividamento do consumidor, por ser o contrato que representa a maior dívida dos consumidores brasileiros. A pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica dos temas superendividamento e cartão de crédito e uma pesquisa empírica documental, das decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O método utilizado foi análise de conteúdo, compreendendo a elaboração de fichas de leitura previamente estabelecidas. As fichas foram catalogadas de acordo com o assunto tratado pelo acórdão. Obteve-se um total de 7 (sete) grupos de análise: ações revisionais, ações indenizatórias, ações relativas a práticas abusivas, ações de prestação de contas, ações de exibição de documentos, ações de cobrança e declaratórias de inexistência de débitos. A partir da análise dos dados, depreendeu-se as seguintes conclusões: 1. O tema superendividamento ainda não faz parte do repertório da Corte, não tendo sido nem mesmo alegado pelas partes em algum processo. 2. A maior dos processos são ações indenizatórias que discutem meramente o valor exorbitante ou irrisório da indenização. 3. As decisões da Corte são, repetidamente, obstadas pelas Súmulas 5 e 7 do STJ. 4. As revisionais tratam apenas da taxa de juros nos contratos de cartão de crédito.

Palavras-chave: Direito do Consumidor. Cartão de Crédito. Superendividamento.

ABSTRACT

Undertakes the analysis of judgments about the credit card agreement as a means of preventing or treating consumer over-indebtedness, as the contract represents the largest debt of Brazilian consumers. The research consisted of a literature review of over-indebtedness and the contract of credit card and documentary empirical research of the decisions of the Superior Tribunal de Justiça (STJ). The method used was content analysis, including the development of previously established reading summaries. The summaries were listed according to the subject matter of the judgment. We obtained a total of seven (7) analysis groups: revisional actions, compensation claims, actions related to abusive practices, accountability actions, document display actions, charging actions and declaratory absence of debts. From the data analysis, the following conclusions can be surmised: 1. The over-indebtedness issue is not yet part of the Court's repertoire and was not even alleged by the parties in any case. 2. Most of the cases are compensation claims than merely discuss the exorbitant or negligible amount of compensation. 3. The Court's decisions are repeatedly hindered by Precedents 5 and 7 of the STJ. 4. Revisional actions treat only about the interest rate on credit card contracts.

Keywords: Consumer Law. Credit Card. Overindebtedness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 LINHA DE PESQUISA	11
1.2 TEMA DE PESQUISA	13
1.2.1 Tema e problema	13
1.2.2 Metodologia	17
1.2.3 Justificativas	19
1.3 REGRAS DE CITAÇÃO	20
2 SUPERENDIVIDADOS: O DESMANCHE DO CONSUMIDOR DE CRÉDITO	21
2.1 SUPERENDIVIDAMENTO NO BRASIL	28
2.1.10 Código de Defesa do Consumidor e o Projeto de Lei 283/2012	35
2.2 PRINCIPAIS CONTRATOS DE CRÉDITO RELACIONADOS AO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	48
2.3 DIFERENTES MODOS DE TUTELA DO ENDIVIDADO	65
2.3.1 O futuro dos superendividados	71
3 O CONTRATO DE EMISSÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO	75
3.1 CONTRATOS BANCÁRIOS E ECONOMIA	80
3.2 PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR DE CRÉDITO	85
3.2.1 Direitos do consumidor de crédito	90
3.2.2 Revisão judicial de contratos	95
3.3 CARTÃO DE CRÉDITO, PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E PACTO FÁUSTICO	103
3.3.1 Características especiais do contrato de cartão de crédito	105
3.3.2 Superendividamento, cartão de crédito e pacto fáustico	108
4 JUDICIÁRIO E SUPERENDIVIDADOS: UMA PERVERSÃO DO DIREITO?	113

4.1 ESTUDO EMPÍRICO DOS CONTRATOS	117
4.2 METODOLOGIA DA PESQUISA JURISPRUDENCIAL.....	121
4.2.1 Pré-análise e formação do <i>corpus</i> de pesquisa	123
4.3 CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA SOBRE CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO	130
4.3.1 Decisões sobre cartão de crédito, sua relevância para o superendividamento e perversões do Direito.....	182
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
 REFERÊNCIAS	191
 APÊNDICE	210
APÊNDICE A – MODELO DA FICHA DE ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS	210
APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS ACÓRDÃOS ANALISADOS	211
APÊNDICE C – CATALOGAÇÃO DAS DECISÕES	216
APÊNDICE D – QUADROS-RESUMO	396
D. 1 Ações revisionais: taxa de juros	396
D. 2 Ações revisionais: meramente processuais.....	400
D.3 Ações indenizatórias: cartão de crédito clonado	402
D.4 Ações indenizatórias: furto, roubo e fraude.....	403
D.5 Ações indenizatórias: bloqueio indevido do cartão de crédito	405
D.6 Ações indenizatórias: desconto indevido em conta corrente	406
D. 7 Ações indenizatórias: cobrança indevida	406
D. 8 Ações indenizatórias: inclusão indevida do nome em cadastro de inadimplentes..	407
D. 9 Ações indenizatórias: cobrança indevida em nome de pessoa falecida	409
D.10 Ações de prestação de contas	410

D. 11 Ações relativas a práticas abusivas: multas por envio de cartão de crédito não solicitado	413
D. 12 Ações relativas a práticas abusivas: venda a preço diferenciado para cartão de crédito e dinheiro.	414
D. 13 Ações relativas a práticas abusivas: venda casada.....	414

1 INTRODUÇÃO

1.1 LINHA DE PESQUISA

Esse trabalho está inserido na área de concentração de “Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito” e mais especificamente na linha de pesquisa: “Desenvolvimento, Democracia e Instituições” da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Pela linha de pesquisa podemos depreender que os temas relevantes para o projeto deste Mestrado em Ciências perpassam por três institutos diferentes e suas relações um para com outro: a consolidação da Democracia, o Desenvolvimento Econômico e Social e o conceito de Instituições e seu papel tanto democrático quanto econômico.

Hodiernamente, no Brasil, a pauta relativa ao desenvolvimento econômico e social¹ compreende, além dos dois focos básicos do crescimento econômico e da distribuição de renda, também a grande novidade do período pós-ditatorial que é a promoção da cidadania e, assim, do desenvolvimento econômico por meio da democracia.²

Os modelos autoritários de crescimento não mais fazem parte da agenda política e econômica atual e não suprem os requisitos necessários para a legitimidade política dessas decisões. Desse modo, a democracia entra no debate do desenvolvimento não mais como uma consequência ou mero resultado aferível no futuro, mas como um limitador da atuação do Estado e um requisito do desenvolvimento.³

Desse modo, Sen acredita que a democracia é um dos fatores do desenvolvimento econômico e dele não pode ser desatrelado, apesar de ser tarefa complicada determinar o grau de interdependência entre o desenvolvimento e as liberdades políticas. O autor exemplifica a importância da democracia com dados relativos à inexistência de fomes coletivas em países democráticos. Para o economista indiano: “É preciso ver a democracia como criadora de um

¹Para entender mais sobre teorias do desenvolvimento, ver: SOUSA, Mônica Teresa Costa. *Direito e Desenvolvimento: uma abordagem a partir das perspectivas de liberdade e capacitação*. Curitiba: Juruá, 2011.

²SILVA, Fábio Costa M. de Sá e; LOPEZ, Félix Garcia; PIRES, Roberto Rocha Coelho. A Democracia no Desenvolvimento e o Desenvolvimento na Democracia. In: CARDOSO JR., José Celso. *Para a reconstrução do desenvolvimento no Brasil: eixos estratégicos e diretrizes políticas*. São Paulo: Hucitec, 2011. Cap. 11. p. 406-434.

³Ibid.

conjunto de oportunidades, e o uso dessas oportunidades requer uma análise diferente, que aborde a *prática* da democracia e direitos políticos”.⁴

Desse modo, conclui:

Desenvolver e fortalecer um sistema democrático é um componente essencial do processo de desenvolvimento. A importância da democracia reside, como procuramos mostrar, em três virtudes distintas: (1) sua *importância intrínseca*, (2) suas *contribuições instrumentais* e (3) seu *papel construtivo* na criação de valores e normas. Nenhuma avaliação da forma de governo democrática pode ser completa sem considerar cada uma dessas virtudes.⁵

Assim, fica clara a relação entre a Democracia e o desenvolvimento econômico. As instituições, por sua vez, podem ser definidas como “as regras do jogo” de uma determinada sociedade, ou ainda, as restrições que moldam a interação humana. No conceito de North, as instituições são a chave para entender a evolução humana e a performance econômica.⁶

Além do mais, para o economista, o problema das instituições reside em sua eficiência ou ineficiência, apesar de seu papel ser a garantia da redução das incertezas envolvidas nas interações humanas.⁷ Nesse sentido, o papel do Poder Judiciário enquanto instituição é manter a certeza do Direito e a estabilidade de suas decisões.

No entanto, a relação entre as instituições e o desenvolvimento é ainda maior e abrange outros aspectos além da garantia de redução de incertezas. Nos dizeres de Barral:

No início do século XXI, os fatores apontados como sendo relevantes na promoção do desenvolvimento econômico estão distantes dos determinismos históricos ou geográficos. Esses fatores envolvem, sem ordem de prioridade:

- a) O denominado capital humano, ou seja, uma população com alto nível de qualificação e de educação;
- b) Um alto grau de liberdade política e econômica;
- c) Promoção da tecnologia e da inovação;
- d) Estrutura logística que diminua os custos de produção e os impactos para o meio ambiente;
- e) Alto nível de civismo e de comprometimento com a comunidade (o denominado capital social);

⁴SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 204.

⁵Ibid., p. 207.

⁶*Ipsis litteris*: “Institutions are the rule of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change”. (NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. Londres: Cambridge University Press, 2011. p. 03).

⁷Em suas palavras: “Institutions exist to reduce the uncertainties involved in human interaction. These uncertainties arise as a consequence of both the complexity of the problems to be solved and the problem-solving software (to use a computer analogy) possessed by the individual. There is nothing in the above statement that implies that institutions are eficiente”. (Ibid., p. 25).

f) Instituições com credibilidade e que consigam garantir os fatores mencionados acima.⁸

Ainda a esse respeito acrescentam Arruñada e Andonova a importância do papel das Cortes na estabilidade econômica:

A criação de riqueza, nas economias modernas, depende, substancialmente, das trocas em mercados, o que requer ambiente legal apto a aumentar a capacidade das partes no que diz respeito à definição dos termos de aperfeiçoar os termos da troca que garantam a produção de riqueza e a certeza quanto ao cumprimento dos acordos. Dois elementos fundamentais desse ambiente legal são as normas e os tribunais.⁹

Entretanto, apesar das relações entre Democracia, Desenvolvimento e Instituições passar pela obra de diversos autores consagrados, temos que lidar com o problema do desenvolvimento de acordo com as características específicas de nosso país. Apenas aferir se as decisões judiciais garantem um mínimo de previsibilidade não é suficiente. E tendo em vista essa crítica, faremos uma análise jurisprudencial que escape ao neoinstitucionalismo somente e veja outros problemas presentes em nosso ordenamento jurídico, conforme categorias propostas por Rodriguez e a serem discutidas no Capítulo 4 deste estudo.

1.2 TEMA DE PESQUISA

1.2.1 Tema, problema e objetivos.

A pesquisa privilegia uma abordagem interdisciplinar para compreender o fenômeno do superendividamento e suas consequências para o Direito do Consumidor brasileiro, utilizando, primordialmente, como material, as decisões judiciais a respeito do cartão de crédito no Superior Tribunal de Justiça nos anos de 01.01.2012 a 31.12.2015.

A escolha pelo contrato de cartão de crédito se deu devido à sua importância no cenário nacional, tendo em vista que no ano de 2015 de acordo com a Pesquisa do PEIC, a taxa de

⁸BARRAL, Welber. Direito e desenvolvimento: um modelo de análise. In: BARRAL, Welber. *Direito e Desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Singular, 2005. Cap. 1. p. 31-60. p. 42

⁹ARRUÑADA, Benito; ANDONOVA, Veneta. Instituições de mercado e competência do Judiciário. In: ZYLBERSTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel. *Direito e Economia: Análise Econômica do Direito e das Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 8. p. 197-227. p. 200.

famílias endividadas era de 75%, sendo a forma de crédito mais concedida no país atualmente.¹⁰ Desse modo, compreender o tema do superendividamento perpassa pela análise desse contrato, ainda pouco estudado pelas pesquisas em Direito no Brasil, mas de vultoso uso pelos consumidores nacionais.

Atualmente, falar em consumo e em Direito do Consumidor não escapa à análise do crédito e sua função na Sociedade de Consumo. E falar em crédito é falar em Economia e, por consequência, em crescimento econômico e, por algumas vertentes, em desenvolvimento nacional.

A sociedade de consumo moderna foi responsável pela ampliação da possibilidade de obtenção de crédito ao consumo para arcar com despesas cotidianas. Adquire-se o produto ou serviço ofertado hoje e somente pagará depois. Trata-se de um modelo baseado na confiança entre credor e devedor, em que o primeiro acredita que o segundo arcará com suas dívidas conforme o acordado.

Essa característica da sociedade de consumo atual se deve, em grande parte, pela chamada *Economia do endividamento* em que o foco era o incentivo ao consumo, em um primeiro momento do ente estatal, e em um segundo momento do próprio consumidor, acrescido ainda da desregulação do setor bancário. A política econômica se valia de um forte incentivo ao consumo e da concessão pelas instituições financeiras de crédito para o consumo, a fim de que a demanda se mantivesse e a Economia conseguisse se desenvolver nos patamares do pós-guerra.

Hodiernamente, no Brasil, na fase chamada de *Capitalismo conduzido pelas finanças*, temos incentivo da concessão de crédito ao consumo e uma política econômica baseada na desregulação financeira e na financerização da economia. A taxa de consumo das famílias brasileiras representam, nos últimos 10 anos, por volta de 60% do PIB nacional.¹¹

Desse modo, o que se percebe é que a regulação do crédito no país se mostra de vital importância tanto para os consumidores e fornecedores, enquanto afetados pelas políticas econômicas, assim como para o desenvolvimento do país considerado enquanto crescimento econômico, conforme a teoria econômica clássica ou como um aumento na liberdade de acordo com a teoria de Amartya Sen.

Segundo a teoria econômica clássica, ou mais precisamente, a moderna teoria do desenvolvimento estabeleceu-se que:

¹⁰Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor – PEIC. Disponível em: <http://www.ibegi.org.br/resources/peic_abril_2015.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016.

¹¹SILVEIRA, Fernando Galger et. al. *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, 2007.

(...) instituições “positivas” que facilitem o processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico, são fundamentais para o desenvolvimento: que o Estado, na sua qualidade de principal instituição normativa de uma sociedade moderna, torna-se, na sua outra qualidade de instituição organizacional, o instrumento por excelência de ação coletiva da nação para promover o desenvolvimento econômico se esta é suficientemente forte para formular uma estratégia nacional.¹²

Assim, para essa teoria, falar em desenvolvimento econômico limita-se à análise do crescimento do PIB em geral e do PIB *per capita*. Resta ao Estado, enquanto organizador da política econômica, garantir o melhor funcionamento possível das instituições para que assim, os atores econômicos ajam no sentido de otimizar os custos transacionais entre si.¹³

Pelo ponto de vista de uma corrente neoinstitucionalista, portanto, a otimização das instituições, incluídos no conceito o cumprimento dos contratos e mesmo o Judiciário enquanto última palavra nos arranjos contratuais, é a pedra de torque da Economia e do desenvolvimento. Instituições estáveis e que garantam segurança e certeza em suas decisões são elementos que asseguram a viabilidade econômica e diminuem os custos de transação. Os neoinstitucionalistas têm como pressuposto a racionalidade limitada dos agentes econômicos e a necessidade de estruturas institucionais que maximizem o bem-estar.¹⁴

Nesse sentido, a tomada de decisões pelo Poder Judiciário, a respeito de um problema ocasionado pela Política Econômica Mundial de desregulação bancária e oferta desenfreada de crédito ao consumo, que é o superendividamento do consumidor, insere-se na citada linha de pesquisa e respectiva área de concentração.

Nessa seara de estudo e tendo em vista as relações entre Direito e Desenvolvimento, principalmente, no que diz respeito à estabilidade das Instituições e o papel da Democracia, nosso problema de pesquisa procurou responder à seguinte pergunta: Qual o papel das cortes para prevenção e tratamento do superendividamento nos contratos de cartão de crédito?

A resposta a essa questão perpassa diversos outros problemas menores, que tentamos solucionar através da presente pesquisa. O primeiro problema traduzido como objetivo específico é a relevância do tema do superendividamento para o Brasil e sua interface com a política econômica de concessão de crédito e desregulação bancária.

¹²BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 09 de maio de 2016. p. 2.

¹³Ibid., p. 4.

¹⁴BERTRAN, Maria Paula Costa. *Interpretação contratual e análise econômica do Direito: o caso da revisão dos contratos de leasing*. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 54 e 55.

No capítulo 2, conseguimos determinar a importância do tema para o Direito do Consumidor brasileiro, seja por meio de dados empíricos sobre a quantidade de consumidores endividados, seja pela proposta de legislação apresentada.

Por outro lado, sob o ponto de vista econômico, o estudo foi capaz de contribuir para o tema ao determinar algumas causas para esse problema, como a chamada *Economia do Endividamento* e o *Capitalismo conduzido pelas finanças*. Além disso, foi capaz de esclarecer a dificuldade em solucionar o problema dos endividados por meio de políticas que interfiram apenas na demanda do crédito, ou seja, no consumidor, e não em sua oferta, conforme constatado pela Economia comportamental.

O grande questionamento que fica desse capítulo é o porquê do Direito apenas atuar pela frente da demanda e não da oferta. Diversas especulações podem ser realizadas, mas nessa seara fica clara a necessidade de pesquisas ulteriores capazes de dar mais luz a esse problema que atinge, não apenas o Brasil, mas o mundo todo.

Nesse mesmo capítulo fomos capazes de demonstrar as duas principais tendências em torno do tratamento dos superendividados, por meio dos exemplos da França e dos Estados Unidos, representando, respectivamente, um modelo de reeducação e um de nova oportunidade. Se por um lado apresentam tendências distintas, por outro, hodiernamente, tendem a se imiscuírem. O modelo francês adota, a cada dia, mais possibilidades de perdão da dívida, e o modelo norte-americano incluiu dentro do seu Código de Falência a reeducação do consumidor superendividado.

No capítulo 3, a preocupação centrou-se no contrato de cartão de crédito e seus aspectos frente ao Direito do Consumidor, Bancário e Civil. Além das possibilidades de revisão contratual e intervenção do Judiciário nos contratos bancários, foi possível analisar as normas que regem esse contrato, tanto pelo Código do Consumidor quanto pelas Resoluções e normas do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional.

Além do mais, a questão principal do capítulo é a caracterização do contrato de cartão de crédito como um pacto fáustico, ou seja, é dada uma ampla liberdade para que apenas uma das partes seja capaz de determinar o conteúdo do contrato?

Pelo que havíamos visto no capítulo anterior a respeito da desregulação bancária parecia correto inferir que o setor financeiro teria total liberdade na confecção do instrumento jurídico e que o consumidor seria apenas um títere, mesmo com as regras atuais de proteção do consumidor pelo CDC. Apesar de termos um dos melhores diplomas jurídicos do mundo, podemos perceber que em alguns aspectos o Código de Defesa do Consumidor não cumpre com o esperado da sua atuação. No campo dos contratos percebemos desajustes entre a teoria

e a prática, apesar de o país já ter avançado muito em relação à proteção do vulnerável no mercado de consumo.

Já o capítulo 4 trouxe a pesquisa empírica das decisões judiciais e a seguinte questão: a relação entre o Judiciário e o superendividamento do consumidor caracterizaria uma perversão do Direito, conforme as categorias de análise de Rodriguez¹⁵?

Poderemos constatar, neste capítulo, como o STJ vem decidindo em relação ao contrato de cartão de crédito, quais as principais demandas e se elas se relacionam de algum modo com o superendividamento.

1.2.2 Metodologia

O objetivo primordial da pesquisa foi averiguar a participação do Poder Judiciário, representado pelo Superior Tribunal de Justiça, no combate ao superendividamento do consumidor nos contratos de cartão de crédito.

Com esse objetivo em mente, a pesquisa se deu em duas etapas: em um primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica, doutrinária e legislativa para a averiguação do estado da arte a respeito do tema e suas implicações normativas. Em um segundo momento, foi realizado o perscrutamento jurisprudencial para determinar o que os juízes vêm decidindo, tendo em vista a ausência de legislação específica sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica sobre o tema demonstrou como o superendividamento é encarado pela doutrina nacional e estrangeira, quais as soluções propostas e quais modelos são adotados nos países que já apresentam uma legislação sobre o assunto. Além disso, auxiliou na análise do problema no Brasil e nas propostas de soluções já colocadas em prática como as iniciativas de conciliação e mediação em alguns núcleos de superendividamento organizados pelo Poder Judiciário, pelo PROCON e mesmo pela Defensoria Pública.

Além do mais, a pesquisa doutrinária ainda auxiliou na determinação do regramento a respeito do cartão de crédito, suas características essenciais e quais as respostas que o Direito do Consumidor brasileiro apresenta para solucionar problemas específicos em relação a esse contrato, hoje considerado como o maior causador do endividamento das famílias no Brasil.

¹⁵Vide: RODRIGUEZ, José Rodrigo. As figuras da perversão do Direito: para um modelo crítico de pesquisa jurídica empírica. *Revista Prolegómenos Derechos e Valores*, 19, 37, pp. 99-124. Disponível em: < <http://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/dere/article/view/1682>> Acesso em: 18 jun. 2016.

A pesquisa bibliográfica empreendida foi realizada no acervo da biblioteca da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, no banco de dados da USP (dedalus), Banco de teses da USP, Banco de teses da CAPES e na Biblioteca digital do Senado Federal. Foram selecionados textos que tratavam sobre o tema superendividamento, cartão de crédito, teoria contratual, além de textos sobre o tema desenvolvimento e crédito e pesquisa jurisprudencial.

Após a análise doutrinária a respeito do tema, entendeu-se de suma importância averiguar a frequência do assunto na jurisprudência. Para isso escolhemos o Tribunal de Justiça de São Paulo devido ao número expressivo de processos, sendo considerado o maior tribunal do Brasil. Além disso, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo também está no rol de Estados que adotaram medidas com a intenção de minimizar os problemas advindos do superendividamento, assim como o Estado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, pioneiro nessa temática.

No entanto, o número de decisões a respeito do contrato de cartão de crédito no Tribunal paulista apresentou-se inviável para a condução da pesquisa (ano de 2015 contabilizava um total de 10.925 decisões). Sob o tema do superendividamento, por outro lado, o número de decisões sob a chave de pesquisa “Superendividamento” E “cartão de crédito” foi irrisório.

Desse modo, a pesquisa jurisprudencial foi realizada no site do Superior Tribunal de Justiça, por ser o principal tribunal superior que trata do assunto, sendo catalogadas e classificadas as decisões conforme o interesse da pesquisa.¹⁶ Foram utilizadas as palavras-chaves: “cartão de crédito”. Desse modo, empreendeu-se ao estudo das decisões de modo quantitativo e qualitativo, através da sua análise de conteúdo, verificando tendências jurisprudenciais.

Neste estudo não nos propomos a retratar fielmente o que ocorre na vida de um superendividado, mas analisar o ponto de vista jurídico a respeito do endividamento dos brasileiros. Isto quer dizer que ao analisar as decisões judiciais a respeito de temas relativos ao contrato de cartão de crédito estaremos compondo o retrato jurídico, ou em outras palavras, como o direito capta e reproduz a demanda dos consumidores e se isso se relaciona com o superendividamento.

Entretanto, tendo em vista a ausência de regramento específico sobre o superendividamento, não faremos uma análise pura e simplesmente de subsunção do fato à

¹⁶Será apresentada em mais detalhes a metodologia utilizada na colheita das decisões judiciais no capítulo 4 do presente trabalho.

norma, mas sim do complexo interpretativo do ordenamento jurídico atual, com a influência de princípios constitucionais e normas esparsas aplicadas por analogia. Trata-se, em última instância, de uma visão do direito como fato social, ou seja, sua efetividade social, como é ele aplicado a partir das decisões dos juízes.

Por isso a abordagem empírica pareceu a melhor a ser utilizada, para podermos averiguar a forma de tratamento dispensada pelo Direito (já que não temos normas com o intuito de prevenir ou remediar o superendividamento) nos casos concretos trazidos à análise do Poder Judiciário, sem nos olvidarmos dos estudos e parâmetros estabelecidos pela doutrina ao tratar da problemática em questão.

Pela coleta das decisões fica claro que o que vai ao Poder Judiciário, e mais especificamente ao STJ, é apenas a “ponta do iceberg”, ou seja, o problema dos endividados ainda é invisibilizado pela pecha moral de devedor, pela ideia de quebra de confiança, pelo chamado “nome sujo na praça”.

No entanto, apesar de não representar a totalidade de casos, e não podemos mesmo dizer que a maioria dos casos, o estudo de jurisprudência a esse respeito demonstra como os direitos do devedor estão sendo colocados em pauta e como o Poder Judiciário vem concretizando princípios constitucionais e, assim, lidando com problemas sociais de grande relevância, mesmo na falta de um regramento específico sobre o tema.

1.2.3 Justificativas

Uma das justificativas de escolha do tema superendividamento é a discussão internacional sobre o assunto e a existência de um projeto de lei brasileiro em trâmite no Senado que visa à prevenção e ao tratamento do problema. Uma análise concreta das decisões que já estão sendo tomadas pelo Poder Judiciário pode auxiliar na elaboração de dispositivos que apresentem maior eficácia social e mesmo para a crítica do Projeto de Lei e suas possíveis limitações no que diz respeito, exclusivamente às dívidas com cartão de crédito.

Como já sabemos a maior causa de endividamento das famílias brasileiras se dá por meio do cartão de crédito o que determina a qualificação dessa dívida, ou seja, se são dívidas com despesas correntes ou que acrescentam ao patrimônio do endividado. Esse tipo de análise diferencia o endividamento brasileiro do endividamento de outros países, podendo, assim,

demonstrar quais as soluções que podem ser mais adequadas para o seu tratamento e prevenção, ou mesmo se há soluções a se considerar.

1.3 REGRAS DE CITAÇÃO

Entendemos que para facilitar a leitura do texto, as citações das obras, da legislação e de julgados se dariam nas notas de rodapé. Quando citadas pela primeira vez na página correspondente, optamos por sua apresentação completa com todos os dados necessários, indicando o nome do autor, o título da obra em itálico, o volume, a edição, a cidade, a editora, o ano e a página.

Se presentes mais do que uma vez na mesma página, utilizamos o recurso do Ibid. (ibidem) para obras idênticas em seguida, ou o nome do autor seguido de op. cit., quando houver intercalação de notas. Para obras com referencial eletrônico, assim como para leis e julgados, optamos por sua total referenciação seguida pela menção do sítio eletrônico e do dia de acesso.

A escolha de apresentação das citações em sistema numérico em notas de rodapé se deu por um recurso estilístico, para que o texto seja mais fluído e limpo, sem as citações dos autores no entremeio, conforme o sistema autor-data. Essa opção é dada pelas normas das *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso*¹⁷, sendo que, neste caso, o sistema numérico deveria constar do final do desenvolvimento do texto. Pela quantidade de citação, a apresentação apenas ao final tornaria a leitura um processo cansativo de ida e volta ao final do trabalho. Tendo em vista, nosso escopo de descomplicação para o maior conforto do leitor, utilizamos as notas de rodapé para que o leitor tenha um desafio a menos na leitura do trabalho.

Todas as informações necessárias à identificação da obra estarão dispostas na nota de rodapé, no entanto, ao final, apresentaremos as referências completas em ordem alfabética, separando as obras doutrinárias das leis e julgados, apenas para auxiliar a identificação de cada um deles.

¹⁷FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira; et.al. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT)*. 2. ed. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009.

2 SUPERENDIVIDADOS: O DESMANCHE DO CONSUMIDOR DE CRÉDITO

AUTODESTRUÇÃO INOVADORA

“Tudo que é sólido – das roupas sobre os nossos corpos aos teares e fábricas que a tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas e corporações que os exploram, às vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as nações que as envolvem – tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sobre formas cada vez mais lucrativas”.

Marshall Berman¹⁸

O problema dos endividados nada mais é do que fruto do consumismo, associado à dependência bancária do pós-guerra para reconstrução da economia mundial baseada no endividamento¹⁹. Com o crescimento populacional, as técnicas inovadoras de produção, a produção em série e em massa fizeram com que a necessidade de um mercado consumidor cada vez maior se fizesse presente. Os produtos passaram a serem feitos para não durar, a publicidade se dedicava em modos cada vez mais agressivos de incutir necessidades novas nos consumidores. Dentro dessa perspectiva em que “tudo que é sólido se desmancha no ar” podemos observar o crescimento das dívidas dos consumidores para acompanhar o ritmo

¹⁸BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁹Inicialmente, a chamada “economia do endividamento” começou com a captação do governo pelo setor bancário, apenas em um segundo momento que o modelo passou a adotar o crédito ao consumo como propulsor do crescimento econômico. A esse respeito disserta Guttmann e Plihon: “Em tal ambiente favorável, não demorou muito para que a ‘economia do endividamento’ se estendesse ao consumo das famílias, o maior componente de gasto da economia que absorve, tipicamente, dois terços da demanda agregada nas nações industrializadas” (GUTTMANN, Robert; PLIHON, Dominique. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, Número especial, p. 575-610, dez. 2008).

frenético do mercado, criando problemas ocasionados pelo chamado crédito ao consumo, utilizado, em diversas economias, como propulsor do crescimento econômico.²⁰

Apesar do problema de o crédito ao consumo datar do final do séc. XX, o problema do endividamento é muito mais antigo. Já na Roma antiga o endividamento excessivo era visto como um problema social e a solução para os casos de inadimplemento variava entre a perda de direitos civis, a morte do devedor ou a sua venda como escravo.²¹

Historicamente, percebe-se que o não pagamento das dívidas é visto como uma ofensa imperdoável e que deve ser severamente punida, configurando uma questão de índole moral. O inadimplemento não era visto apenas como ofensa contra o outro contratante, mas como uma violação às regras mais caras da sociedade e que, portanto, ensejava as punições mais graves como práticas cruéis, escravidão e mesmo prisão.²²

O problema do endividamento está atrelado, atualmente, à noção de crédito que, de acordo com Battello, baseia-se na confiança na solvência do devedor e que se apoia em um sistema de garantias.²³ A palavra crédito vem da palavra *credere* que quer dizer confiança, ou seja, significa que o credor tem a confiança de que o devedor arcará com suas dívidas.²⁴ Neste sentido Jairo Saddi sustenta:

A palavra crédito vem do latim *creditus, creditum*, que significa “crença”, “confiança”, no sentido de simplesmente “acreditar”. Trata-se de um atributo outorgado a alguém que em geral é dele merecedor e cuja qualidade da reputação ou caráter pairam acima de qualquer dúvida, permitindo que o outro nele confie. Não é exatamente uma virtude (se bem que quem o possui pode até se achar virtuoso), mas podemos dizer que crédito, neste sentido amplo, é a confiança alimentada pelas qualidades de uma pessoa ou entidade, traduzida pela segurança de que alguém é ou será capaz de corresponder à expectativa originalmente formulada.²⁵

²⁰A respeito da economia do endividamento e da crise econômica de 2008 ver: BROCHIER, Lídia. *A Financeirização do consumo e a crise financeira dos Estados Unidos: o fim do padrão de crescimento puxado pelo consumo?* Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/130820121600559339_L%C3%ADdia%20Brochier.pdf> Acesso em 29 jun. 2016.

²¹BATTELLO, Silvio Javier. A (in)justiça dos endividados brasileiros: uma análise evolutiva. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. p. 211-229. p. 213.

²²HULS, Nick. Consumer Bankruptcy: a third way between autonomy and paternalismo in private law. *Erasmus Law Review*, Rotterdam, v. 3, p.7-21, 2010.

²³BATTELLO, op. cit., p. 212.

²⁴SCHMIDT NETO, André Perin.º *Revisão dos contratos com base no superendividamento: Do Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil*. Curitiba: Juruá, 2012. p. 189.

²⁵SADDI, Jairo. *Crédito e Judiciário no Brasil: uma análise de Direito e Economia*. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p. 33.

Desse mesmo modo entende Brunno Giancoli, para quem o crédito é um meio de se adquirir determinado bem de modo imediato, postergando a contraprestação para o futuro.²⁶ A sociedade de consumo moderna ampliou de maneira indiscriminada a possibilidade de obtenção de crédito ao consumo para arcar com despesas cotidianas. Essa ampliação da oferta de crédito, conjuntamente com o incentivo ao consumo, faz com que parcela da população acabe se endividando mais do que a possibilidade de pagar, tornando-se insolvente.

A respeito do crédito, Lipovetsky disserta que o período entre 1880 e o término da II Guerra Mundial foi importantíssimo para a criação da sociedade da produção e do marketing em massa. Esse novo modo de produzir e comercializar foi importante para a “educação” de um novo consumidor e, portanto, para o surgimento da sociedade de consumo como temos hoje em dia. Ao maximizar os ganhos pela baixa do preço e aumento da produção houve um processo de democratização de consumo absolutamente relevante para a formação do, por ele chamado, de *homo consumericus*.²⁷

A partir do séc. XX, precipuamente, houve o surgimento da venda parcelada nos Estados Unidos o que intensificou o crescimento do uso do crédito na sociedade.²⁸ E foi a partir da década de 1950 e 1960 que o desenvolvimento da chamada sociedade de consumo ocorreu e que a preocupação com esse problema social se intensificou.²⁹ Essas décadas são caracterizadas pelo aumento na produção, havendo um desenvolvimento econômico nunca antes visto, multiplicando os bens e serviços postos no mercado de consumo. Nesse mesmo período houve o desenvolvimento do crédito, da publicidade, do marketing e, assim, o aumento do desequilíbrio informacional entre produtores e consumidores.³⁰

Já a década de 70 foi marcada pelo modo de produção fordista, pelo elevado crescimento econômico e de produtividade, sendo chamada por Lipovetsky de “sociedade da abundância”, representando o modelo puro da sociedade de consumo de massa. É nessa fase também que cresce a frivolidade do consumo, a renovação constante dos modelos a fim de gerar necessidades, a sedução publicitária e o aparecimento do crédito ao consumo como forma de garantir a realização dos desejos.³¹

Sobre esse período histórico demonstra o autor:

²⁶GIANCOLI, Brunno Pandori. *O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008. p. 13.

²⁷LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 26-28.

²⁸GIANCOLI, op. cit., p. 31.

²⁹SODRÉ, Marcelo. *A construção do Direito do Consumidor: um estudo sobre as origens das leis principiológicas de defesa do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 13-14.

³⁰CALAIS-AULOY, Jean; TEMPLE, Henri. *Droit de la consommation*. 9.ed. Paris: Dalloz, 2015.

³¹LIPOVETSKY, op. cit., p. 29.

Exaltando os ideais de felicidade privada, os lazeres, as publicidades e as mídias favoreceram condutas de consumo menos sujeitas ao primado do julgamento do outro. Viver melhor, gozar os prazeres da vida, não se privar, dispor do “supérfluo” apareceram cada vez mais como comportamentos legítimos, finalidades em si. O culto do bem-estar de massa celebrado pela fase II começou a minar a lógica dos dispêndios com vista à consideração social, a promover um modelo de consumo de tipo individualista.³²

Nesse mesmo período citado, o ápice da economia do endividamento ocorreu. Com a volta da inflação e a desaceleração do crescimento foram impostas mudanças consideráveis na política monetária, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, o que favoreceu, aos poucos, a desregulamentação do sistema bancário, alterando as relações do sistema de crédito: de um modelo pró-devedor para um modelo pró-credor.³³ Nas palavras de Guttmann e Plihon:

Livres das pesadas restrições reguladoras, os bancos americanos ganharam a capacidade de definir condições de empréstimos mais favoráveis, acelerar a inovação financeira e ampliar dramaticamente o âmbito de provedores de fundos. Por fim, a desregulação fomentou a integração da atividade de banco comercial (i.e., tomar depósitos, originar empréstimos) com as de banco de investimento (i.e., organizar o mercado) em uma rede muito mais complexa de transações financeiras e contratos entrelaçados. No centro desta rede estão os bancos transnacionais líderes do mercado mundial, que, na última década, transformaram-se em *grupos financeiros* multifacetados que combinam todo o espectro de atividades e serviços financeiros (e.g. de bancos comerciais e de investimento, de gestão de fundos, de seguradoras).³⁴

Após a chamada “economia do endividamento” os economistas apontam para a formação de um novo sistema econômico por eles denominado de “capitalismo conduzido pelas finanças”. A financeirização, em resumo, aponta para a dialética existente no sistema econômico atual em que conjuga a existência de diversos tipos de capitalismo que se unem pela desregulação do sistema financeiro e na predominância do papel das finanças.³⁵

Para Lúcia Brochier a financeirização pode ser conceituada “(...) como se as finanças passassem a definir, pelo menos em parte, o processo de produção, as tomadas de decisão dos agentes e até mesmo as políticas macroeconômicas”.³⁶

³²LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 40.

³³GUTTMANN, Robert; PLIHON, Dominique. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, Número especial, p. 575-610, dez. 2008.

³⁴Ibidem

³⁵Ibidem.

³⁶BROCHIER, Lúcia. *A Financeirização do consumo e a crise financeira dos Estados Unidos: o fim do padrão de crescimento puxado pelo consumo?* Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/130820121600559339_L%C3%ADdia%20Brochier.pdf> Acesso em 29 jun. 2016.

Dentre as principais características da financeirização citadas por Onaran, Stockhammer e Grafi estão: 1. Desregulação do sistema financeiro, 2. Inovações financeiras, 3. Endividamento crescente das famílias, 4. Desenvolvimento do modelo bancário, 5. A emergência dos investidores institucionais como jogadores centrais no mercado financeiro; 6. A expansão (e retração) dos mercados de ativos, 7. A busca pela maximização do valor do acionista, 8. As mudanças na governança corporativa de setores não financeiros, 9. O aumento das rendas nos investimentos financeiros e no setor financeiro.³⁷

Apesar de se tratar de um tema fundamental para a compreensão das consequências econômicas da crise econômica mundial de 2008 e para situar o nosso momento econômico atual, para o tema do superendividamento e nos limites desse trabalho esses questionamentos são relevantes em relação, principalmente, às características de desregulação bancária acrescida do crescimento do papel do endividamento do consumidor para a manutenção do crescimento econômico.

Ao estudarmos o tema do superendividamento sob o viés meramente econômico percebemos que no Brasil, assim como em muitos países do mundo, um dos principais fatores para a ocorrência desse fenômeno social foi a progressiva liberdade concedida ao sistema financeiro associada com uma política de concessão de crédito ao consumo para arcar com as demandas do crescimento, o que ocasionou o aumento das dívidas das famílias como um todo e, em casos mais graves, a incapacidade do devedor pagar aquilo que devia.

No entanto, ao estudar o fenômeno, alguns doutrinadores apontam outros motivos acrescidos ao motivo econômico. Clarissa Costa de Lima³⁸ apresenta, por exemplo, algumas abordagens a respeito do motivo pelo qual as pessoas ficam superendividadas. Para a autora, um dos motivos principais foi a desregulamentação do mercado de crédito que não controlou a quantidade de crédito ao consumo ofertada pelos bancos privados, mas acrescenta, ainda, a falência do Estado de bem-estar social que onerou o cidadão com despesas tais como educação e saúde, muitas vezes sem fornecer uma rede de proteção para o caso de desemprego.

Dentro dessa perspectiva, qualquer mudança na situação do trabalhador, como doença ou perda do emprego, ocasionará o uso do crédito fornecido pelos bancos para o pagamento de despesas imprevistas, podendo desembocar na situação de superendividamento, caso essas dívidas ultrapassem a renda do trabalhador.

³⁷ONARAN, Özlem; STOCKHAMMER, Engelbert; GRAFI, Lucas. Financialization, income distribution and aggregate demand in the USA. *Cambridge Journal of Economics*, n.º 35, p. 637-661, jan. 2011.

³⁸LIMA, Clarissa Costa de. *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. São Paulo: RT, 2014. p. 35-36.

Um terceiro motivo apresentado pela autora é a oferta desenfreada de crédito pelas instituições financeiras que não averiguam a capacidade de pagamento do devedor, muitas vezes, aceitando o risco de inadimplimento e aumentando a taxa de juros dos empréstimos.

Por fim, aponta a autora, alguns motivos de ordem da economia comportamental como a dificuldade de controle do impulso de comprar hoje e também a ideia de heurística incompleta, que nada mais é que o comportamento do consumidor de superestimar o futuro e subestimar os riscos que corre.

Pesquisadores conseguiram determinar que a tomada de decisões do consumidor passa por três diferentes fatores: a frequência da ocorrência do evento negativo, sua novidade e sua importância. Desse modo, quanto mais próximo estiver um evento negativo determinado mais o consumidor tenderá a superestimar a probabilidade da sua ocorrência. E quanto mais longe ele estiver, tenderá a minimizar a sua importância e probabilidade de ocorrência.³⁹

Para uma análise econômica clássica os agentes econômicos são dotados de racionalidade de decidirem conforme as informações que lhes são dadas. Desse modo, basta suprir o *déficit* informacional do consumidor para que este tome decisões adequadas e vantajosas para si mesmo.⁴⁰

Entretanto, a análise comportamental revela que os indivíduos tendem a agir com excesso de otimismo e que, apesar da probabilidade e do risco de que não seja capaz de cumprir com suas dívidas, o consumidor pode pensar que com ele será diferente e será capaz de adimplir todos os contratos.⁴¹

Além da superconfiança e da heurística, ainda temos o desconto hiperbólico associado à limitada força de vontade como uma forma de iludir a racionalidade na tomada de decisões. Pelo desconto hiperbólico, há uma supervalorização do agora em detrimento do futuro. Desse modo, o consumidor prefere comprar hoje e pagar depois, por meio de cartão de crédito, por exemplo, minimizando o que realmente significa esse “pagar depois”, gerando uma necessidade de satisfação instantânea dos desejos. Mesmo quando confrontado com a possibilidade de não pagamento e com os custos futuros, a tendência do consumidor é ser parcial, optando pelo consumo atual em detrimento do custo futuro.⁴²

³⁹KILBORN, Jason J. Comportamentos econômicos, superendividamento; estudo comparativo da insolvência do consumidor: buscando as causas e avaliando soluções. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Capítulo 3, p. 66-104. O autor trata esse fenômeno sob a denominação de disponibilidade heurística.

⁴⁰OLIVEIRA, Amanda Flávio de; CASTRO, Bruno Braz. Proteção do consumidor de crédito: uma abordagem a partir da economia comportamental. *Revista de Direito do Consumidor*, n.º 93, maio/jun. 2014. p. 237.

⁴¹Ibid., p. 239-240.

⁴²KILBORN, op. cit., p. 66-104.

Para Kilborn a sociedade ocidental escolheu tratar o superendividamento *ex post*, ou seja, em vez de restringir o oferecimento do crédito, preferem lidar com os efeitos ocasionados pelo superendividamento, desconsiderando que os comportamentos dos consumidores, averiguados em pesquisas de economia comportamental, revelam a ineficácia desse tipo de abordagem, sendo impossível o controle do crédito apenas pelo lado da demanda.⁴³

Porto e Butelli⁴⁴, por sua vez, apresentam três fases principais ocasionadoras, na negociação do contrato, da possibilidade de superendividamento. A primeira é a fase de pré-contratação em que há problemas na oferta do crédito, por meio de informações falhas ou dados errôneos fornecidos de má-fé, desconhecimento dos trâmites naturais do negócio, ou seja, em sua maior monta, problemas associados à assimetria de informações entre fornecedor e consumidor.

A segunda fase trata-se da fase contratual, em que os maiores problemas são as taxas de juros cobradas e a correção monetária. A terceira fase, por sua vez, chamada de fase pós-contratual apresenta problemas relacionados com os Bancos de dados e cadastros de inadimplimento e ainda a efetivação da cobrança dos juros e encargos financeiros.

O que se percebe é que, apesar do amplo espectro de motivos que podem ocasionar o superendividamento do consumidor, aos olharmos sob um ponto de vista jurídico deveríamos nos perguntar se uma regulação bancária surtiria um efeito desejado na contenção do endividamento excessivo, tendo em vista a constatação de que a regulação pela demanda não parece surtir efeito.

Além disso, uma pergunta essencial que parece ficar: por que controlar o lado da oferta pareceu, historicamente, ser uma opção inviável? Será que nossa Economia Mundial depende tanto do crédito ao consumo como se acredita?

No caso específico desse estudo, consideramos importante também questionar se as regras relativas ao Direito Civil Contratual já existentes seriam capazes de, ao menos, frear o aumento das consequências ocasionadas por essa desregulamentação bancária. Frente à inexistência de normas de Direito Público para organizar e conter os avanços do sistema creditício, qual o papel do Estado, enquanto juiz, na contenção das instituições financeiras e na solução do problema dos endividados?

⁴³KILBORN, Jason J. Comportamentos econômicos, superendividamento; estudo comparativo da insolvência do consumidor: buscando as causas e avaliando soluções. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Capítulo 3, p. 66-104.

⁴⁴PORTO, Antônio José M.; BUTELLI, Pedro Henrique. O superendividado brasileiro: uma análise introdutória e uma nova base de dados. *Revista de Direito do Consumidor*, n.º 95, set./out. 2014. p. 201.

2.1 SUPERENDIVIDAMENTO NO BRASIL

O problema do endividamento do consumidor agrava-se no Brasil com a adoção de um modelo desenvolvimentista⁴⁵, em que a industrialização do país se deu por meio de capital estrangeiro e por poupança interna, com a intenção de substituição de importações. Nessa mesma época, com a intenção de criar um mercado de consumo interno, tendo em vista as desigualdades sociais do período, aumentou-se a oferta de crédito ao consumo, viabilizando, assim, a existência de um amplo mercado interno. Com a crise do petróleo e a redemocratização do país, esse modelo perdeu forças.⁴⁶

Entretanto, fator importante para o desenvolvimento do crédito no Brasil se deu com a reforma do Sistema Financeiro em 1965, que instituiu o crédito direto ao consumidor (CDC), sendo regulamentado pela Resolução n.º 45/1966⁴⁷ que obrigava a destinação de 40% de todos os recursos para essa modalidade de crédito.⁴⁸

No período democrático do Brasil, a grande questão econômica em pauta era a inflação galopante. Com o Plano Real, a estabilização financeira foi alcançada, mas muitos consumidores já deviam de tal forma que não conseguiriam quitar suas dívidas.⁴⁹

Entretanto, apesar das dívidas já contraídas, a implementação do Plano Real, com a abertura comercial do país, a taxa de câmbio valorizada e a consequente abundância de produtos nas lojas fez com que o consumidor tivesse a oportunidade de melhorar sua qualidade de vida através de compras a crédito.⁵⁰

⁴⁵A respeito das peculiaridades do modelo desenvolvimentista na América Latina expressa Ronaldo Herrlein Junior: Importa notar que estas nações passam de colônias a países independentes geralmente sem realizar reforma agrária. Na América Latina, a importância econômica e política da classe dos latifundiários rurais esteve vinculada a uma bem-sucedida base exportadora prévia à industrialização, que viabilizou a importação de manufaturas e abriu assim o caminho para a futura industrialização por substituição de importações. A partir de uma economia nacional exportadora, a possibilidade de realizar *importações fáceis* vem atender à necessidade da produção e de sua modernização. Mas, especialmente, serve ao consumo dos estratos mais ricos, em sociedades nacionais marcadamente estratificadas – devido à colonização escravista e/ou dominadora e destruidora de povos autóctones –, configurando padrões de consumo elitistas e inadequados ao grau de desenvolvimento econômico nacional. (HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. *A construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no séc. XXI*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.)

⁴⁶LOPES, José Reinaldo de Lima. Crédito ao consumidor e superendividamento: uma problemática geral. *Revista de informação legislativa*. Brasília, a. 33, n.º 129, p.109 – 115, jan./mar. 1996. p.112.

⁴⁷BRASIL. Banco Central do Brasil. Conselho Monetário Nacional. *Resolução nº 45*, de 27 de dezembro de 1966. Regulamenta as operações realizadas pelas Sociedades de Crédito e Financiamento e as do tipo misto de que resulte o aceite de títulos cambiários. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1966&numero=45>> Acesso em: 09 de ago. 2016.

⁴⁸GIANCOLI, Brunno Pandori. *O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008. p. 43.

⁴⁹LOPES, op. cit., p.113.

⁵⁰GIANCOLI, op. cit., p. 44.

A partir de 2004, devido às expectativas positivas em relação ao emprego e, assim, em relação à renda das famílias brasileiras, além da implementação do crédito consignado e posteriormente, em 2006, da aceleração de investimentos produtivos houve uma expansão total do crédito, principalmente em bancos privados.⁵¹

Sobre a explosão da oferta de crédito disserta Clarissa Costa de Lima:

Nos últimos anos, a explosão do crédito ao consumo e o superendividamento expandiram-se. Nunca foi tão fácil pedir empréstimos e contrair dívidas. Formas particulares de crédito estão sendo constantemente desenvolvidas, neste lado do planeta assim como na América do Norte e na Europa, para estimular o consumo e o crescimento econômico, constituindo um indicador importante da saúde financeira de determinado país.⁵²

No entanto, a partir de 2008 o crescimento do crédito não se deu mais pautado em bancos privados, mas em bancos públicos, como forma de estratégia para diminuição dos impactos da crise financeira mundial.⁵³ Esse crescimento, todavia, desacelerou em uma maior parcela para investimentos produtivos e em uma menor para o crédito ao consumo como demonstra o gráfico abaixo:

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: DIEESE – Rede bancários

Gráfico 2.1 - Taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do saldo as operações de

⁵¹VILAÇA, Ademir et al. *A evolução do crédito na economia brasileira 2008 - 2013*. São Paulo: DIEESE, 2014. p. 2.

⁵²LIMA, Clarissa Costa de. *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. São Paulo: RT, 2014. p. 26.

⁵³VILAÇA, op. cit., p. 3.

crédito no Brasil PJ e PF - Brasil Jan. de 2009 a Dez. de 2013 (em %).

No entanto, as facilidades para obtenção de crédito e a falta de educação financeira para a população fez com que a concessão de crédito se transformasse mais em um problema do que em uma solução: os juros, muitas vezes, prejudicam o adimplemento da dívida, que faz com que o consumidor adquira outro crédito para pagar o primeiro e assim sucessivamente, podendo ocasionar o fenômeno chamado de superendividamento. Esse dado pode ser analisado a partir da tabela abaixo:

Tabela 2.1 - Saldo das operações de crédito com recursos livres na economia brasileira – pessoa física

(em milhões de reais de dez/2013)								
Modalidade	jan/08	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	Variação Real Acumulada
Cartão de crédito total	57.853	78.355	100.911	119.462	127.802	134.098	144.589	149,9%
Crédito pessoal consignado total	96.911	109.275	135.647	162.735	178.621	200.043	221.842	128,9%
Crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas	11.649	10.284	8.130	12.985	17.006	22.750	21.195	81,9%
Crédito pessoal não consignado	56.501	61.840	66.266	77.957	89.121	95.558	97.758	73,0%
Aquisição de veículos	114.910	108.721	119.020	167.542	199.156	204.636	192.793	67,8%
Cheque especial	19.608	21.155	19.961	19.414	19.721	19.369	20.217	3,1%
Desconto de cheques	1.760	1.919	1.840	1.713	1.676	1.772	1.562	-11,3%
Aquisição de outros bens	17.785	15.301	11.936	12.373	10.565	11.068	11.373	-36,1%
Arrendamento mercantil total	59.986	100.733	100.218	68.284	39.186	18.972	7.906	-86,8%
Outros créditos livres	12.766	17.022	18.843	20.356	21.518	25.281	25.905	102,9%
Total	449.728	524.604	582.771	662.822	704.372	733.544	745.139	65,7%

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede bancários

Obs.: Deflator: IPCA-IBGE

De acordo com a tabela apresentada, o maior crescimento do período se deu com o cartão de crédito, o crédito consignado e os créditos concedidos para renegociação de dívida.⁵⁴ Isso demonstra claramente a importância que a inadimplência no setor de crédito vem tomando.

Assim, com o crescimento econômico do país, e a retirada de milhares de famílias da extrema pobreza e da fome, a classe C brasileira cresceu de tal modo que começou a participar do mercado de crédito ao consumo. A diminuição da pobreza no Brasil durante os últimos anos elevou a taxa de potenciais consumidores de crédito. Percebendo a tendência de aumento, os bancos aumentaram a oferta, apresentando algumas facilidades, mas sempre

⁵⁴VILAÇA, Ademir *et al.* *A evolução do crédito na economia brasileira 2008 - 2013*. São Paulo: DIEESE, 2014. p. 11.

atentos à possibilidade de inadimplemento e, assim, aumentando a taxa de juros dos créditos oferecidos.

Desse modo é possível observar as atuais taxas de juros dos contratos de crédito de acordo com a tabela seguinte:

Tabela 2.2- Maior e menor taxa de juros por mês dos principais contratos de crédito para pessoa física no período de 23/02/2016 a 29/02/2016 segundo o BACEN

	Menor taxa	Maior taxa
Cartão de crédito parcelado	2,14% a.m.	17, 29% a.m.
Cheque especial	2,03% a.m.	16, 85% a.m.
Crédito consignado (abrange crédito consignado do INSS, crédito consignado pessoal privado e crédito consignado pessoal público)	0,07% a.m.	6,32% a.m.
Crédito pessoal	0,00% a.m.	22, 59% a.m.
Leasing de veículo	1,37% a.m.	2,15% a.m.
Aquisição de veículos	1,10% a.m.	3,99% a.m.

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração própria.

Pode-se perceber pelo resumo da tabela que o contrato de cartão de crédito representa a maior taxa de juros do mercado atualmente. Essa taxa de juros vem crescendo a cada ano, estando a taxa máxima em 14,21% a.m. para o primeiro período de 2012⁵⁵, aumentando para 17,01% a.m. já no primeiro período de 2016⁵⁶, segundo dados do BACEN.

Entretanto, essas modificações no contexto econômico e social brasileiro não vieram acompanhadas de uma legislação eficaz para o tratamento do endividamento desses

⁵⁵BACEN *Taxa de juros de operações de crédito: cartão de crédito parcelado*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/r/txjuros/?path=conteudo%2Ftxcred%2FReports%2FTaxasCredito-Consolidadas-porTaxasAnuais-Historico.rdl&nome=Hist%C3%B3rico%20Posterior%20a%2001%2F01%2F2012&exibeparametros=true>>
Acesso em: 14 de mar. 2016.

⁵⁶BACEN *Taxa de juros de operações de crédito: cartão de crédito parcelado*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/r/txjuros/?path=conteudo%2Ftxcred%2FReports%2FTaxasCredito-Consolidadas-porTaxasAnuais-Historico.rdl&nome=Hist%C3%B3rico%20Posterior%20a%2001%2F01%2F2012&exibeparametros=true>>
Acesso em: 14 de mar. 2016.

consumidores. Apesar de apresentarmos uma legislação atual (Lei 11.101/2005)⁵⁷ no que diz respeito à falência do empresário, no caso de insolvência civil as normas são dispersas e conflitantes. Nas palavras de Battello: “A evolução dos endividados civis brasileiros é a história dos ‘esquecidos’”.⁵⁸

Historicamente, tivemos a contemplação dos endividados no projeto de Código Civil do Teixeira de Freitas que não foi adotado no Brasil. O Código Civil de 1916⁵⁹ previa um procedimento de liquidação do patrimônio do devedor em seus arts. 1.554 a 1.569.⁶⁰

Somente com o Código de Processo Civil de 1973⁶¹ o endividado civil passou a ser tratado com mais similitude ao endividado empresário⁶². Essa legislação em seus arts. 748 a 753 prevê o concurso universal, o vencimento antecipado das dívidas e arrecadação dos bens penhoráveis do devedor. O Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) em seu art. 1.052⁶³ prevê a aplicação dessas mesmas regras ao devedor insolvente para os casos regidos pela nova legislação. Já o Código Civil de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor não trouxeram em seu bojo normas a respeito do devedor insolvente.

No que diz respeito ao Direito do Consumidor brasileiro, atualmente, não se apresenta nenhum marco legal para a resolução de conflitos ocasionados pelo superendividamento. No entanto, apesar da omissão da legislação, os tribunais brasileiros já estão resolvendo questões a esse respeito e estabelecem, algumas vezes, a impossibilidade de se contrair crédito que comprometa mais do que 30% ou 40% da renda do consumidor, embasando-se na Lei n.º 10.820/2003⁶⁴ e nos princípios da garantia do mínimo existencial e na dignidade da pessoa humana. Assim, pode-se constatar da ementa do julgado retirado do TJSP do ano de 2014:

⁵⁷BRASIL. *Lei 11.101*, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016.

⁵⁸BATTELLO, Silvio Javier. A (in)justiça dos endividados brasileiros: uma análise evolutiva. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006.p. 211-229. p. 221.

⁵⁹BRASIL. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016.

⁶⁰SCHMIDT NETO, André Perin.º *Revisão dos contratos com base no superendividamento: Do Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil*. Curitiba: Juruá, 2012. p. 194.

⁶¹BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016.

⁶²BATTELLO, op. cit., p. 225.

⁶³Art. 1.052. Até a edição de lei específica, as execuções contra devedor insolvente, em curso ou que venham a ser propostas, permanecem reguladas pelo Livro II, Título IV, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. (BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

⁶⁴BRASIL. *Lei 10.820*, de 17 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.820.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016.

Ementa: CONTRATO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. SUPERENDIVIDAMENTO. CARÁTER ALIMENTAR DO SALÁRIO. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. CONSIGNAÇÕES VOLUNTÁRIAS JUNTO A DIVERSAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. LIMITE. 1. Em que pese o superendividamento voluntário, o salário tem caráter alimentar e ao menos um percentual dele deve ser preservado, a fim de garantir à parte viver dignamente como pessoa humana. 2. Em casos em que o cliente procede a vários contratos de empréstimo, junto a diversas instituições financeiras, o limite dos descontos deve ser de 40% do valor de seu rendimento disponível (Lei 10.820/03). 3. Recurso parcialmente provido.⁶⁵

Portanto, o entendimento nesse julgado de São Paulo é pela aplicação da Lei 10.820/2003 em seu art. 2º, §2º, II, em que determina o limite de 40% do valor do salário ou rendimento como passível de se obter voluntariamente o crédito consignado. Não aplicando a Lei 10.820/03, mas entendendo no mesmo sentido que o TJSP, está o entendimento esposado pelo TJRJ⁶⁶ que impõe para a obtenção de qualquer empréstimo, consignado ou não, um limite de 30% do salário ou rendimento do consumidor, baseando-se no princípio da dignidade da pessoa humana e na garantia do mínimo existencial.

O que se percebe é que os tribunais já foram provocados para resolução de questões sobre o superendividamento e apresentam decisões no sentido de limitar os empréstimos ao máximo de 30% ou 40% do rendimento mensal do consumidor. No entanto, a doutrina esclarece que muitas famílias que se apresentam em situação de extremo endividamento não poderão, mesmo assim, arcar com uma dívida que tome de 30% a 40% de seus rendimentos.⁶⁷

Ainda como tentativa de solucionar esse problema, apresenta-se hoje no Brasil iniciativas de conciliação e mediação tanto por parte do Poder Judiciário⁶⁸ como do PROCON com a intenção de educar e facilitar os acordos a respeito das dívidas dos superendividados.

⁶⁵BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *Apelação n.º 1061541-57.2013.8.26.0100*, da 14ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 11 março 2014. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7403695&cdForo=0&v1Captcha=sZhiP>> Acesso em: 04 jul. 2016.

⁶⁶Ementa: AGRAVO INOMINADO. APELAÇÃO CIVIL. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS. SUPERENDIVIDAMENTO. Limitação a 30%. Princípio da dignidade da pessoa humana. Recurso ao qual se dá provimento. A jurisprudência consagra o princípio de que, seja no empréstimo consignado, seja nos empréstimos comuns, o desconto não pode ser superior a 30% (trinta por cento) do valor dos proventos. Inúmeros empréstimos que, embora contraídos voluntariamente, consomem grande parte dos ganhos da recorrente, impondo-se a limitação dos descontos a trinta por cento de sua renda líquida para preservar a subsistência da devedora, em prestígio aos princípios do mínimo existencial, e da dignidade da pessoa humana. DECISÃO PROFERIDA PELO RELATOR QUE SE MANTÉM. AGRAVO DESPROVIDO. (BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. *Apelação n.º. 0343580-82.2012.8.19.0001*, da 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 23 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/116767082/apelacao-apl-3435808220128190001-rj-0343580-8220128190001/inteiro-teor-144022587>> Acesso em: 04 jul. 2016).

⁶⁷CATALAN, Marcos. O crédito consignado no Brasil: decifra-me ou te devoro. *Revista de Direito do Consumidor*, nº87, p. 125 a 149, maio/jun., 2013.

⁶⁸Sobre o assunto ver: TESSLER, Marga Inge Barth. Administração da Justiça: inovações – O Projeto Conciliação no SFH do TRF 4ª região. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Cap. 14, p. 371 a 383.

Nesse mesmo sentido, a Defensoria Pública vem adotando medidas facilitadoras para auxiliar os devedores e credores.⁶⁹

A doutrina ainda enfatiza o art. 52 do CDC⁷⁰ como o principal artigo do diploma consumerista brasileiro a tratar da questão da concessão de crédito, destacando o direito à informação do consumidor e garantindo a possibilidade de liquidação antecipada do débito pelo consumidor mediante redução proporcional dos juros e acréscimos. Sobre o dever de informação do fornecedor de crédito, disserta Geraldo da Costa:

A obrigação de informar e obrigação de aconselhar se baseiam na confiança necessária que o consumidor deposita no profissional que detém os conhecimentos técnicos da operação de crédito ofertada. Duas características marcam o correto cumprimento desses deveres anexos à boa-fé: a veracidade e a lealdade.⁷¹

Dentro dessa perspectiva e da sistemática principiológica do Direito do Consumidor no Brasil, a mera aplicação das normas a respeito da insolvência previstas no Código de Processo Civil de 1973 tornou-se insuficiente para a proteção do consumidor superendividado. O que se percebe é que essas normas são de pouca aplicação e de pouca eficácia social, além de serem submetidas à lentidão do Poder Judiciário, podendo estender a situação de penúria do consumidor por todo o período do processo judicial, sendo-lhe vedado o acesso ao crédito para consumo. No entanto, o diploma consumerista já apresenta algumas soluções principiológicas e baseadas na proteção contratual do consumidor, como a vedação a

⁶⁹Sobre esse assunto ver: OLIBONI, Pessanha. O superendividamento do consumidor brasileiro e o papel da defensoria pública: criação da comissão de defesa do consumidor superendividado. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Cap. 12, p. 345 a 354 e CONSALTER, Rafaela. Novas tendências da atuação da defensoria pública na defesa do consumidor necessitado. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Cap. 13, p. 355 a 370.

⁷⁰Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;
II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;
III - acréscimos legalmente previstos;
IV - número e periodicidade das prestações;
V - soma total a pagar, com e sem financiamento.

§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação.

§ 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*, Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

⁷¹COSTA, Geraldo de Faria Martins da. Superendividamento: solidariedade e boa-fé. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Cap. 9, p. 230-254. p. 239.

cláusulas abusivas, para solucionar esse tipo de problema, não sendo, mesmo assim, suficiente.

Tendo em vista a realidade brasileira no que diz respeito às normas que têm como escopo o tratamento do superendividado, ou seja, do devedor insolvente e a importância dos contratos de crédito ao consumo na atualidade, passaremos à análise do Projeto de Lei n.º 283/2012, que trata da prevenção e tratamento do superendividamento e posteriormente, à análise desses contratos tidos como principais causadores do endividamento das famílias brasileiras.

2.1.10 Código de Defesa do Consumidor e o Projeto de Lei 283/2012

Analizando o problema do superendividamento no Brasil e os principais contratos causadores do endividamento excessivo, cumpre demonstrar a proposta de alteração do Código de Defesa do Consumidor, o Projeto de Lei n.º 283/2012 do Senado Federal que apresenta em seu bojo a matéria relativa ao controle do fornecimento de crédito ao consumidor e a prevenção do superendividamento. Sobre esse projeto disserta Marques e Bertonecello:

Outrossim, o assunto merece especial dedicação frente à possibilidade de atualização do Código de Defesa do Consumidor pelo PLS 283/2012. Esse projeto de lei é fruto dos trabalhos da Comissão de Juristas, nomeada pelo Senado Federal, cujo texto foi inspirado no Direito comparado, com forte influência do ordenamento jurídico francês. É possível a identificação de vários instrumentos legais previstos no atual *Loi Lagarde*, de 2010, com os dispositivos propostos no Projeto de Lei brasileiro, notadamente em virtude da semelhança de fenômenos decorrentes da *société de consommateurs*.⁷²

Como consta no excerto da obra de Marques e Bertonecello o Projeto de Lei para prevenção e tratamento do superendividamento no Brasil é baseado fortemente no Direito francês, com propostas de conciliação e mediação e responsabilização do fornecedor, além de aumentar a disciplina acerca da publicidade de crédito e dos requisitos para elaboração desses contratos.

⁷²MARQUES, Cláudia Lima; BERTONCELLO, Káren. *Crédit à la consommation: protection du consommateur*, de Gérard Biardeaud e Philippe Flores. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, a.22, nº86, mar./abr., 2013. p. 425.

No Direito brasileiro vigente, temos o art. 52 do CDC como principal dispositivo a regular os contratos de crédito. No entanto, ele se demonstrou insuficiente frente aos problemas ocasionados pela política de concessão de crédito ao consumo. Aliados a esse dispositivo temos ainda o regramento a respeito da proteção contratual do consumidor (arts. 46 e ss) e da publicidade enganosa e abusiva (arts. 36 e ss., todos do CDC).

Como já visto também, ainda restam as regras sobre insolvência que permaneceram mesmo com a alteração do Código de Processo Civil. Esse regramento assemelha-se mais com a regulação norte-americana a respeito do tema, apresentando também a ideia de *fresh start*. Entretanto, não é um mecanismo muito utilizado e também acabou não conseguindo resolver o problema dos endividados brasileiros, não auxiliando no tratamento e na prevenção do superendividamento.

O Projeto de Lei n.º 283/2012, define superendividamento como (art. 104-A, §1):

Entende-se por superendividamento o comprometimento de mais de trinta por cento da renda líquida mensal do consumidor com o pagamento do conjunto de suas dívidas não profissionais, exigíveis e vincendas, excluído o financiamento de casa para a moradia, e desde que inexistentes bens livres e suficientes para a liquidação total do passivo.⁷³

Deve-se notar, que o conceito proposto pelo Projeto de Lei 283/2012 sobre o superendividamento exclui as dívidas de financiamento da casa própria, abarcando apenas dívidas outras que não agregam ao patrimônio do consumidor. Os motivos da retirada desse contrato não foram determinados na exposição de motivos do projeto. Deve-se destacar que o contrato de financiamento da casa própria representa 8,6% da dívida dos brasileiros em abril de 2015, abaixo apenas do cartão de crédito e do financiamento de automóveis.⁷⁴ Além do mais, também estabeleceu um parâmetro para considerar um consumidor endividado ou não. Como vimos o parâmetro de 30% já utilizado por parte da jurisprudência brasileira é bastante criticável e pode não representar uma solução que comporte as necessidades do superendividados.

Sobre essa definição disserta Mikael Lima:

⁷³BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Projeto de Lei n.º 283 de 2012*. Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do consumidor) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112479&tp=1>> Acesso em: 15 de nov. 2014.

⁷⁴Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor – PEIC. Disponível em: <http://www.ibegi.org.br/resources/peic_abril_2015.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016.

Por fim, a definição proposta (pelo projeto) estabelece que não será considerado superendividado aquele indivíduo que apenas deixou de adimplir com suas obrigações no tempo ajustado. É preciso que fique demonstrada a impossibilidade manifesta de saldar as suas obrigações sem prejuízo da satisfação de suas necessidades vitais.⁷⁵

Pelo Projeto de Lei a educação financeira, as garantias de crédito responsável e a prevenção e tratamento do superendividamento com preservação do mínimo existencial passarão a ser direitos básicos do consumidor, constando do rol do art. 6º do CDC.⁷⁶

Foram alteradas também algumas regras a respeito da prescrição, acrescentando um art. 27-A ao CDC e prevendo seu regramento específico para contratos de crédito e de trato sucessivo:

Art. 27-A As pretensões dos consumidores não reguladas nesta seção prescrevem em dez anos, se a lei não estabelecer prazo mais favorável ao sujeito vulnerável.

§1º O termo inicial da prescrição é a data de conhecimento inequívoco do fato pelo consumidor, e, nos contratos de trato sucessivo, a data da quitação anual de dívidas ou da última prestação mensal contestada.

§2º Prescreve em dez anos a pretensão de direito patrimonial do consumidor de crédito e de poupança, veiculada em ações individuais ou coletivas.⁷⁷

⁷⁵LIMA, Mikael Martins de. O limite para concessão de crédito previsto no Projeto de Lei sobre o Superendividamento. *Revista de Direito Bancário, do mercado de capitais e da Arbitragem*, São Paulo, n.º 57, p. 97-118, jul./set. 2002. p. 101.

⁷⁶Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (Redação dada pela Lei n.º 12.741, de 2012)

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX - (Vetado);

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Parágrafo único. A informação de que trata o inciso III do **caput** deste artigo deve ser acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento. (Incluído pela Lei n.º 13.146, de 2015) (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em: 24 maio 2016).

⁷⁷BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Projeto de Lei n.º 283 de 2012*. Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do consumidor) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112479&tp=1>> Acesso em: 15 de nov. 2014.

Além dessas regras iniciais, o Projeto de Lei inseriu uma seção nova ao Capítulo VI do CDC (Seção IV- Da prevenção do superendividamento). Essa nova seção trata, grosso modo, da regulação mais especificada de dispositivos já previstos no CDC, adequando essas previsões legais às vicissitudes dos contratos de crédito e do sistema bancário.

O art. 54-B do Projeto de lei, por exemplo, apresenta especificidades ao direito de informação nos contratos de crédito consagrado no art. 52 do CDC. A partir de então, iremos comparar, por meio de quadros temáticos, os dispositivos do projeto de lei com os artigos do Código de Defesa do Consumidor para conseguirmos estabelecer as principais inovações trazidas para o problema do superendividamento e para a regulamentação dos contratos de crédito bancário.

O primeiro artigo a tratar do problema do superendividamento é o art. 54-A do Projeto de Lei que estabelece as premissas e princípios para o tratamento do crédito pelo sistema de proteção do consumidor. O artigo destaca os princípios da boa-fé, da função social do crédito, da preservação do mínimo existencial e da dignidade da pessoa humana entendendo como função dessa seção do código a efetivação de uma concessão responsável de crédito e a educação financeira do consumidor, tendo em vista evitar a sua exclusão social ocasionada pelo endividamento excessivo.

O artigo 54-B, por sua vez, apresenta um rol bastante extenso de direitos do consumidor em relação aos contratos de crédito. Apresenta direitos de proteção contratual, além de dispositivos que tratam da publicidade das operações de crédito. O quadro seguinte traz os dispositivos relativos a cada assunto:

Proteção contratual nos contratos de crédito

<p>Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:</p> <p>I – preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;</p> <p>II – montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;</p> <p>III – acréscimos legalmente previstos;</p> <p>IV – número e periodicidade das prestações;</p>	<p>Art. 54-B. Além das informações obrigatórias previstas no art. 52 e na legislação aplicável à matéria, no fornecimento de crédito na venda a prazo, o fornecedor ou o intermediário deverá informar o consumidor, prévia e adequadamente, na oferta e por meio do contrato, sobre:</p> <p>I – o custo efetivo total e a descrição dos elementos que o compõem;</p> <p>II – a taxa efetiva mensal de juros, a taxa dos juros de mora e o total de encargos, de qualquer natureza, previstos para o atraso no pagamento;</p>
---	---

<p>V – soma total a pagar, com e sem financiamento.</p> <p>§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação. (Redação dada pela Lei n.º 9.298, de 1º.8.1996)</p> <p>§ 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.⁷⁸</p>	<p>III – o montante das prestações e o prazo de validade da oferta, que deve ser no mínimo de dois dias;</p> <p>IV – o nome e o endereço, inclusive eletrônico, do fornecedor;</p> <p>V – o direito do consumidor à liquidação antecipada do débito.</p> <p>§1º As informações referidas no art. 52 e no <i>caput</i> deste artigo devem constar em um quadro, de forma resumida, no início do instrumento contratual.</p> <p>§2º O custo efetivo total da operação de crédito ao consumidor, para efeitos deste Código, sem prejuízo do cálculo padronizado pela autoridade reguladora do sistema financeiro, consistirá em taxa percentual anual e compreenderá todos os valores cobrados do consumidor.⁷⁹</p>
<p>Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.⁸⁰</p>	<p>Art. 54-C. Sem prejuízo no exposto no art. 46, no fornecimento de crédito, previamente à contratação, o fornecedor ou o intermediário devem, entre outras condutas:</p> <p>I – esclarecer, aconselhar e advertir adequadamente o consumidor sobre a natureza e modalidade do crédito oferecido, assim como sobre as consequências genéricas e específicas do inadimplemento;</p> <p>II – avaliar de forma responsável e leal as condições do consumidor pagar a dívida contratada, mediante solicitação da documentação necessária e das informações disponíveis em bancos de dados de proteção ao crédito, observado o disposto neste Código e na legislação sobre proteção de dados;</p> <p>III – informar a identidade do agente financiador e entregar ao consumidor, ao garante e a outros coobrigados uma cópia do contrato de crédito.</p> <p>§1º A prova do cumprimento dos deveres previstos</p>

⁷⁸BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em: 24 maio 2016.

⁷⁹BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Projeto de Lei n.º 283 de 2012*. Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do consumidor) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112479&tp=1>> Acesso em: 15 de nov. 2014.

⁸⁰BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em: 24 maio 2016.

	<p>neste Código incumbe ao fornecedor e ao intermediário do crédito.</p> <p>§2º O descumprimento de qualquer dos deveres previstos no <i>caput</i> deste artigo, no art. 52 e no art. 54-B, acarreta a inexigibilidade ou a redução dos juros, encargos, ou qualquer acréscimo ao principal, conforme a gravidade da conduta do fornecedor e as possibilidades financeiras do consumidor, sem prejuízo de outras sanções e da indenização por perdas e danos, patrimoniais e morais, ao consumidor.⁸¹</p>
--	--

Quadro 2.1 - Proteção contratual dos contratos de crédito – art. 52 do CDC comparado com o art. 54-B do Projeto de Lei n.º 283/2012 e art. 46 do CDC comparado com art. 54-C do Projeto de Lei n.º 283/2012.

Como fica claro pelo quadro comparativo, o dispositivo do Projeto de Lei apresenta diversas especificidades em relação ao art. 52 do CDC, dispondo mais detalhadamente a respeito do dever de informação do fornecedor de crédito. Por mais que a intenção da novel legislação seja facilitar o conhecimento do consumidor a respeito das cláusulas contratuais, principalmente relativas a taxa de juros, encargos contratuais diversos e preços a serem pagos, na prática uma especificação desses deveres pode não efetivar a vontade da lei.

Ainda que mais determinados os deveres de informação, o fornecedor ainda terá meios para complicar os dados, apresentando diversos quadros e tabelas com o valor da taxa de juros de modo bastante profissionalizado e que não permita o conhecimento por parte de um consumidor leigo.

E mesmo que passe todas das informações corretamente, como vimos no início do capítulo, os estudiosos de economia comportamental revelam problemas associados à tomada de decisões pelo consumidor de tal monta que, na maior parte das vezes, a heurística e os preconceitos persistirão frente às informações corretas sobre os riscos que consumidor poderá correr.⁸²

⁸¹BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Projeto de Lei n.º 283 de 2012*. Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do consumidor) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112479&tp=1>> Acesso em: 15 de nov. 2014.

⁸²KILBORN, Jason J. Comportamentos econômicos, superendividamento; estudo comparativo da insolvência do consumidor: buscando as causas e avaliando soluções. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Capítulo 3, p. 66-104.

Quanto ao art. 54-C apresenta uma novidade bastante importante no controle do fornecimento de crédito. Por meio desse dispositivo há a previsão de responsabilizar o fornecedor por créditos concedidos sem análise da capacidade de pagamento do consumidor. A meu ver, esse dispositivo representa o maior avanço da nova legislação e talvez a real mudança de paradigma que esse projeto pode implementar. Obviamente que sua eficácia dependerá de sua adoção pelos Tribunais pátrios, mas ao menos, a primeira impressão é que, no tratamento do superendividamento, este dispositivo tende a se demonstrar essencial.

Como é possível perceber pelo quadro, ele avança muito em relação ao art. 46 do CDC na proteção contratual do consumidor de crédito. Apesar de específico, ele demonstra a necessidade de aperfeiçoamento dessa parte do Código de Defesa do Consumidor, intensificando os meios para a proteção do vulnerável, deixando de se tratar de um direito meramente formal, mas que ocasiona consequências sérias para o fornecedor.

O artigo 54-B do Projeto de Lei ainda trata da questão da publicidade em contratos de crédito, conforme quadro abaixo:

Publicidade e Oferta nos contratos de crédito

<p>Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.</p> <p>§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.</p> <p>§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou</p>	<p>Art. 54-B.</p> <p>§3º Sem prejuízo do disposto no art. 37, a publicidade de crédito ao consumidor e de vendas a prazo deve indicar, no mínimo, o custo efetivo total, o agente financiador e a soma total a pagar, com e sem financiamento.</p> <p>§4º É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não:</p> <p>I – formular preço para pagamento a prazo idêntico para pagamento à vista;</p> <p>II – fazer referência a crédito “sem juros”, “gratuito”, “sem acréscimo”, “com taxa zero” ou expressão de sentido ou entendimento semelhante;</p> <p>III – indicar que uma operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do</p>
---	---

segurança. § 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço. ⁸³	consumidor; IV – ocultar, por qualquer forma, os ônus e riscos da contratação do crédito, dificultar sua compreensão ou estimular o endividamento do consumidor, em especial se idoso ou adolescente. §5º Os dispostos nos incisos I e II do §4º deste artigo não se aplica ao fornecimento de produtos ou serviços para pagamento do preço no cartão de crédito em parcela única. ⁸⁴
---	--

Quadro 2.2 - Publicidade e oferta nos contratos de crédito – Comparação entre o art. 37 do CDC e art. 54-B do Projeto de Lei n.º 283/2012.

Nesse dispositivo vemos também a importância do controle da publicidade para o tratamento do superendividamento. Do mesmo modo que o fornecedor foi proibido de conceder crédito para consumidor que sabidamente não seria capaz de arcar com a dívida, o projeto ainda prevê a proibição de publicidade agressiva do crédito, com menção a crédito com taxa de juros zero ou de empréstimos para negativados.

Ainda nesse artigo, protegeu de modo mais específico os adolescentes e idosos, ou seja, aqueles hipervulneráveis aos contratos de crédito, especialmente, no caso dos idosos, do famoso crédito consignado⁸⁵.

A respeito do consignado o projeto traz o art. 54-D em que mantém o limite de 30% do desconto em folha (em contrariedade com a MP 681/2015)⁸⁶ para preservação do mínimo existencial. Além disso, dispõe sobre a possibilidade de revisão contratual judicial quando esse desconto máximo não for cumprido. Prevê ainda a possibilidade de retratação do

⁸³BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em: 24 maio 2016.

⁸⁴BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Projeto de Lei n.º 283 de 2012*. Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do consumidor) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112479&tp=1>> Acesso em: 15 de nov. 2014.

⁸⁵Para mais detalhes ver: CATALAN, Marcos. O crédito consignado no Brasil: decifra-me ou te devoro. *Revista de Direito do Consumidor*, n.º 87, p. 125 a 149, maio/jun., 2013.

⁸⁶De acordo com a MP 681/2015, já convertida na Lei 13.172/2015, o percentual do limite de consignação antes de 30% do valor do salário passou a 35% sendo que essa diferença será apenas para pagamento de fatura de cartão de crédito. (BRASIL. *Lei n.º 13.172*, de 21 de outubro de 2015. Altera as Leis nos 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13172.htm> Acesso em: 22 jun. 2016).

consumidor pelo prazo de 7 (sete) dias após a contratação, criando uma hipótese de direito de arrependimento sem necessidade de motivação.

O art. 54-E estabelece a conexão entre o contrato que concede o crédito e o contrato de fornecimento de produto ou serviço desde que esse contrato esteja a ele conectado, como quando é feito especificamente para a compra de determinado produto ou serviço, como os contratos de crédito para financiamento de automóveis. Nesse caso o destino do contrato de crédito estará atrelado ao de fornecimento de produto ou serviço, e a extinção de um implicará a de outro.

O art. 54-F, por sua vez, trata especificamente das práticas abusivas nas contratações de crédito e se complementa ao art. 39 do CDC, conforme quadro abaixo:

Práticas abusivas na contratação de crédito

<p>Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei n.º 8.884, de 11.6.1994)</p> <p>I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;</p> <p>II - recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;</p> <p>III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;</p> <p>IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;</p> <p>V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;</p> <p>VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;</p> <p>VII - repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus</p>	<p>Art. 54-F. Sem prejuízo do disposto no art. 39 deste Código e da legislação aplicável à matéria, é vedado ao fornecedor de produtos e serviços que envolvam o crédito, entre outras condutas:</p> <p>I – realizar ou proceder à cobrança ou ao débito em conta de qualquer quantia que houver sido contestada pelo consumidor em compras realizadas com cartão de crédito ou meio similar, enquanto não for adequadamente solucionada a controvérsia, desde que o consumidor haja notificado a administradora do cartão com antecedência de pelo menos três dias da data de vencimento da fatura, vedada a manutenção do valor na fatura seguinte;</p> <p>II – recusar ou não entregar ao consumidor, ao garante e aos outros coobrigados cópia da minuta do contrato principal de consumo e do de crédito, em papel ou outro suporte duradouro, disponível e acessível e, após a conclusão, cópia do contrato;</p> <p>III – impedir ou dificultar, em caso de utilização fraudulenta do cartão de crédito ou meio similar, que o consumidor peça ou obtenha a anulação ou o imediato bloqueio do pagamento ou ainda a restituição dos valores indevidamente recebidos;</p> <p>IV – assediar ou pressionar o consumidor, principalmente se idoso, analfabeto, doente ou em</p>
---	---

<p>direitos;</p> <p>VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);</p> <p>IX - deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério;</p> <p>IX - recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada pela Lei n.º 8.884, de 11.6.1994)</p> <p>X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei n.º 8.884, de 11.6.1994)</p> <p>XI - Dispositivo incluído pela MPV n.º 1.890-67, de 22.10.1999, transformado em inciso XIII, quando da conversão na Lei n.º 9.870, de 23.11.1999</p> <p>XII - deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério. (Incluído pela Lei n.º 9.008, de 21.3.1995)</p> <p>XIII - aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Incluído pela Lei n.º 9.870, de 23.11.1999)</p> <p>Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.⁸⁷</p>	<p>estado de vulnerabilidade agravada, para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, em especial à distância, por meio eletrônico ou por telefone, ou se envolver prêmio;</p> <p>V – condicionar o atendimento de pretensões do consumidor ou o início de tratativas à renúncia ou à desistência relativas a demandas judiciais.</p> <p><i>Parágrafo único.</i> Sem prejuízo do dever de informação e esclarecimento do consumidor e de entrega da minuta do contrato, no empréstimo cuja liquidação seja feita mediante consignação em folha de pagamento, a formalização e a entrega do instrumento de contratação ocorrerão após o fornecedor do crédito obter da fonte pagadora a indicação sobre a existência de margem consignável.⁸⁸</p>
--	--

Quadro 2.3 - Práticas abusivas na contratação de crédito – comparação entre o art. 39 do

⁸⁷BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em: 24 maio 2016.

⁸⁸BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Projeto de Lei n.º 283 de 2012*. Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do consumidor) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112479&tp=1>> Acesso em: 15 de nov. 2014.

CDC e art. 54-F do Projeto de Lei n.º 283/2012.

Como podemos ver, o art. 54-F cria diversas modalidades diferentes de práticas abusivas nos contratos de crédito, impedindo, dentre outras condutas, a cobrança de valores contestados pelo consumidor na fatura de cartão de crédito, ou ainda havendo alegação de fraude ou roubo do cartão, proibindo a venda de serviços creditícios a consumidores vulneráveis por meios eletrônicos ou por meio de telefone, principalmente, em casos em que houver prêmio e ainda proíbe o condicionamento de acordos à renúncia da demanda judicial.

Por fim, o art. 54-G traz disposição acerca das cláusulas abusivas que podem estar presentes em contratos de crédito, sendo um complemento ao art. 51 do CDC de acordo com o quadro abaixo:

Cláusulas abusivas em contratos creditícios

<p>Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:</p> <p>I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;</p> <p>II - subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;</p> <p>III - transfiram responsabilidades a terceiros;</p> <p>IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;</p> <p>V - (Vetado);</p> <p>VI - estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor;</p> <p>VII - determinem a utilização compulsória de arbitragem;</p> <p>VIII - imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor;</p>	<p>Art. 54-G. Sem prejuízo do disposto no art. 51 e da legislação aplicável à matéria, são também absolutamente nulas e assim devem ser declaradas de ofício, pela Administração Pública e pelo Poder Judiciário, em qualquer grau de jurisdição, garantido o contraditório, as cláusulas contratuais, entre outras, que:</p> <p>I – de qualquer forma condicionem ou limitem o acesso aos órgãos do Poder Judiciário;</p> <p>II – imponham ou tenham como efeito a renúncia à impenhorabilidade do bem de família do consumidor e do fiador;</p> <p>III – estabeleçam prazos de carência na prestação ou fornecimento de serviços ou produtos, em caso de impontualidade das prestações mensais, ou impeçam o restabelecimento integral dos direitos do consumidor e seus meios de pagamento, a partir da purgação da mora ou do acordo com os credores, observado o disposto no art. 104-A, §3º, inciso III;</p> <p>IV – considerem o simples silêncio do consumidor como aceitação dos valores cobrados, em especial nos contratos bancários, financeiros, securitários, de cartões de crédito ou de crédito em geral, das informações prestadas nos extratos, de modificação de</p>
--	---

<p>IX - deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor;</p> <p>X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;</p> <p>XI - autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor;</p> <p>XII - obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor;</p> <p>XIII - autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração;</p> <p>XIV - infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais;</p> <p>XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;</p> <p>XVI - possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.</p> <p>§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:</p> <p>I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;</p> <p>II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;</p> <p>III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.</p> <p>§ 2º A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.</p> <p>§ 3º (Vetado).</p> <p>§ 4º É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que</p>	<p>índice ou de alteração contratual;</p> <p>V – estabeleçam, no contrato de compra e venda de imóveis, a incidência de juros antes da entrega das chaves;</p> <p>VI – proíbam ou dificultem a revogação, pelo consumidor, da autorização, de consignação ou débito em conta;</p> <p>VII – prevejam a aplicação de lei estrangeira que limite, total ou parcialmente, a proteção assegurada por este Código ao consumidor domiciliado no Brasil.</p> <p><i>Parágrafo único.</i> O disposto no inciso VI deste artigo somente se aplica ao crédito consignado autorizado em lei se houver descumprimento, pelo fornecedor nos direitos previstos neste Código, de requisitos legais previstos para a contratação ou violação do princípio da boa-fé.⁹⁰</p>
---	--

⁹⁰BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Projeto de Lei n.º 283 de 2012*. Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do consumidor) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112479&tp=1>> Acesso em: 15 de nov. 2014.

ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes. ⁸⁹	
--	--

Quadro 2.4 - Cláusulas abusivas nos contratos creditícios – comparação entre o art. 51 do CDC e art. 54-G do Projeto de Lei n.º 283/2012.

Com esse dispositivo, o projeto de lei termina a parte relativa à proteção do consumidor nos contratos de crédito e bancários e na adoção de medidas de prevenção do superendividamento, deixando claro mais uma vez a garantia de acesso do consumidor ao Poder Judiciário.

No Capítulo V, o projeto passa a tratar da conciliação para tratamento do superendividamento. Pelo *caput* do art. 104-A haverá a possibilidade de audiência de conciliação com todos os credores com finalidade de apresentação de uma proposta de pagamento que não poderá exceder a 5 (cinco) anos. O mesmo artigo ainda prevê a suspensão da exigibilidade do crédito do fornecedor que não comparecer à conciliação nem nomear representante adequado para transigir em seu nome. Por fim, estabelece que o pedido dessa audiência especial de conciliação só poderá ser feito novamente pelo consumidor após 2 (dois) anos da liquidação das obrigações previstas no plano.

Apesar de se tratar de uma tentativa inovadora no Direito Brasileiro o Projeto de Lei ainda foi tímido na tentativa de solucionar o problema do superendividamento. O projeto teve como inspiração o modelo francês baseado na ideia de reeducação e não de simples nova oportunidade, como o modelo norte-americano e mesmo o modelo atual brasileiro da insolvência civil. Entretanto, mesmo apresentando clara influência do Direito Francês, o Projeto de Lei não menciona em nenhum dispositivo a obrigatoriedade de reeducação do consumidor endividado. A respeito dos modelos de tratamento, veremos mais no último tópico deste capítulo.

A atribuição de novos deveres aos fornecedores de crédito veio ao encontro do que é discutido na maior parte dos países europeus e mesmo pela doutrina pátria. No entanto, a questão que fica é: será que as disposições serão suficientes para conter o avanço do endividamento excessivo do consumidor brasileiro, tendo em vista a superconfiança do

⁸⁹BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em: 24 maio 2016.

devedor e a ausência de controle do fornecedor? Será que as normas serão eficazes, por exemplo, para a publicidade agressiva? Será que serão efetivadas pelo Judiciário ou acontecerá conforme ocorreu com as cláusulas abusivas e a proibição de reconhecimento de ofício pelo STJ⁹¹?

2.2 PRINCIPAIS CONTRATOS DE CRÉDITO RELACIONADOS AO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Para terminar esse item, trataremos dos principais contratos ocasionadores do endividamento das famílias brasileiras conforme pesquisa PEIC divulgada em abril de 2015. A análise destes contratos se dá por sua importância para o cotejamento com o contrato de cartão de crédito.

A taxa de endividamento das famílias brasileiras segundo essa pesquisa diminuiu de 62,3% em abril de 2014 para 61,6% em abril de 2015⁹². Esses dados incluem todos os tipos de créditos desde o crédito para habitação e automóvel quanto o crédito pessoal, consignado e o cartão de crédito.

Dentre esse percentual 19,7% das famílias pesquisadas apresentam contas em atraso em abril de 2015 e 6,9% não terão condições de pagar essas dívidas, entrando em um estado de insolvência.⁹³ Dentre as famílias endividadas, o maior percentual encontra-se nas famílias com renda menor de dez salários mínimos (62,7% contra 56,1% das famílias com renda acima de dez salários mínimos).

Além do mais, dentre as famílias que não terão condições de pagar suas dívidas, 8% estão na faixa de renda menor de dez salários mínimos, enquanto 2,6% estão na faixa de renda superior a dez salários mínimos. Esse quadro demonstra claramente a dificuldade que as famílias brasileiras, principalmente de renda mais baixa, encontram em pagar suas dívidas e evidencia a importância do tratamento das situações de superendividamento.

⁹¹Súmula n.º 381 do STJ: “Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado 381 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_34_capSumula381.pdf> Acesso em: 31 maio 2016).

⁹²Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor – PEIC. Disponível em: <http://www.ibegi.org.br/resources/peic_abril_2015.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016.

⁹³Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor – PEIC. Disponível em: <http://www.ibegi.org.br/resources/peic_abril_2015.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016.

Dentre os contratos causadores do endividamento dos brasileiros destacaremos alguns nesse capítulo, deixando a análise do contrato de cartão de crédito para o capítulo subsequente.

A. Financiamento de veículos:

O financiamento de automóveis representa a principal dívida de 14% da população⁹⁴. Cinara Palhares disserta sobre o contrato de financiamento de veículos, entendido como:

(...) a modalidade de crédito destinada à aquisição de veículos pelo consumidor. Em geral, esse crédito é concedido dentro da própria concessionária, ou por seu intermédio, estando intrinsecamente relacionado com o próprio negócio jurídico aquisitivo do bem de consumo. Esses contratos são considerados coligados, por tratar-se de uma mesma operação econômica, na qual o agente financiador e a concessionária atuam como parceiros contratuais, viabilizando ao consumidor a aquisição do veículo.⁹⁵

Por se tratarem de contratos coligados, os vícios ocultos no objeto do contrato de compra e venda, no caso o automóvel, que podem ensejar a resolução desse contrato, também ensejam a resolução do contrato de financiamento.⁹⁶

O financiamento de veículos no Brasil se dá, principalmente, por duas diferentes modalidades de contratos: o (a) arrendamento mercantil (*leasing*) e o (b) contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, modalidades estas em que o automóvel permanece em nome do financiador até o contrato ser liquidado.⁹⁷

(a) De acordo com a Lei 6.099/74, o **arrendamento mercantil** é o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica (arrendadora) e pessoa física ou jurídica (arrendatária) e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso desta (art. 1º, parágrafo único, da Lei 6.099/74).

Trata-se de um contrato complexo que envolve uma locação, uma promessa unilateral de venda e, em alguns casos, um mandato.⁹⁸

⁹⁴Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor – PEIC. Disponível em: <http://www.ibegi.org.br/resources/peic_abril_2015.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016.

⁹⁵PALHARES, Cinara. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 158.

⁹⁶Ibid., p. 158.

⁹⁷Ibid., p. 159.

⁹⁸MARTINS, Fran. *Contratos e obrigações comerciais*. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 419.

Esse contrato conterá as seguintes disposições: o prazo estipulado, o valor da contraprestação, a opção de compra ou renovação como faculdades do arrendatário e o preço para a opção de compra ou a forma de sua determinação (art. 5º da Lei 6.099/74).

Por esse contrato, o arrendatário tem, ao final do prazo estipulado, a opção de comprar o bem, desde que pague um valor residual previamente estabelecido ou devolvê-lo ao arrendador ou ainda prorrogar o prazo do contrato, mediante nova estipulação contratual.⁹⁹

De acordo com o art. 1º da Resolução 2.309 do Conselho Monetário Nacional (CMN), apenas as instituições financeiras, os bancos múltiplos com carteira de arrendamento mercantil e as pessoas jurídicas que tenham por principal atividade as operações de arrendamento mercantil poderão contratar operações de arrendamento.

O *leasing* apresenta como modalidades o *leasing* financeiro, o *leasing-back* e o *leasing* operacional. No caso do *leasing* financeiro o arrendamento é feito por tempo determinado, com opção de compra ao final, sendo que o contrato é obrigatório no período determinado para sua vigência. Isto quer dizer que, todas as prestações estabelecidas contratualmente devem ser pagas, mesmo que o arrendatário devolva o bem antes do prazo estipulado.¹⁰⁰ De acordo com a Res. 2.309 do CMN em seu art. 5º¹⁰¹, consideram-se operações de arrendamento mercantil financeiro, a modalidade em que as contraprestações e demais pagamentos previstos no contrato, devidos pela arrendatária, sejam normalmente suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha um retorno sobre os recursos investidos; as despesas de manutenção, assistência técnica e serviços correlatos à operacionalidade do bem arrendado sejam de responsabilidade da arrendatária e o preço para o exercício da opção de compra seja livremente pactuado, podendo ser, inclusive, o valor de mercado do bem arrendado.

No *leasing-back*, uma empresa proprietária de um bem, vende-o a outra empresa e esta, por sua vez, arrenda o bem para a primeira empresa. Essa modalidade é bastante usada para obtenção de capital de giro e é considerada uma espécie de *leasing* financeiro.¹⁰²

Por fim, o *leasing* operacional constitui-se em modalidade de arrendamento em que uma empresa arrenda bens a uma pessoa, mediante pagamento de prestações determinadas, ficando, entretanto, obrigado a prestar assistência durante o período de vigência do contrato. Nesse caso, pode haver rescisão do contrato a qualquer momento, desde que haja notificação

⁹⁹MARTINS, Fran. *Contratos e obrigações comerciais*. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 411.

¹⁰⁰Ibid., pp. 414 e 415.

¹⁰¹BRASIL. Banco Central do Brasil. Conselho Monetário Nacional. Resolução nº. 2.309. Disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res_2309_v2_L.pdf> Acesso em: 24 maio 2016.

¹⁰²MARTINS, op. cit., p. 415 e 416.

da parte contrária.¹⁰³ De acordo com o art. 6º da Res. 2.309 do CMN¹⁰⁴, considera-se *leasing* operacional a modalidade em que as contraprestações a serem pagas pela arrendatária contemplem o custo de arrendamento do bem e os serviços inerentes a sua colocação à disposição da arrendatária, não podendo o valor presente dos pagamentos ultrapassar 90% (noventa por cento) do "custo do bem;" o prazo contratual seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de vida útil econômica do bem; o preço para o exercício da opção de compra seja o valor de mercado do bem arrendado e não haja previsão de pagamento de valor residual garantido.

No caso de inadimplemento do contrato, como o arrendatário possui apenas a posse precária do bem, o arrendador poderá retomá-lo. Com esse bem em mãos a arrendadora poderá vendê-lo a terceiros extrajudicialmente, devendo respeitar o valor residual mínimo (VRG). Se o valor da venda for superior ao VRG, a diferença deve ser devolvida ao arrendatário; caso seja inferior ou igual, nada será devolvido.¹⁰⁵ Esse é o entendimento do STJ no seguinte julgado:

Nas ações de reintegração de posse motivadas por inadimplemento de arrendamento mercantil financeiro, quando o produto da soma do VRG quitado com o valor da venda do bem for maior que o total pactuado como VRG na contratação, será direito do arrendatário receber a diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos contratuais.¹⁰⁶

Vale lembrar que a instituição financeira tem o dever de prestar contas ao arrendatário a respeito do valor recebido com a venda do bem, caso contrário importaria um ônus excessivo ao consumidor, transferindo o risco da execução da garantia.¹⁰⁷

(b) A segunda modalidade de contrato para financiamento de veículo é aquele firmado com garantia de **alienação fiduciária**. Esse contrato está regulado pelo Decreto-Lei 911/1969¹⁰⁸, pela Lei 4.728/65¹⁰⁹, em seu art. 66-B¹¹⁰, e pelo Código Civil ao tratar da propriedade fiduciária nos arts. 1.361 a 1.368¹¹¹.

¹⁰³MARTINS, Fran. *Contratos e obrigações comerciais*. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.417.

¹⁰⁴BRASIL. Banco Central do Brasil. Conselho Monetário Nacional. Resolução nº. 2.309. Disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res_2309_v2_L.pdf> Acesso em: 24 maio 2016.

¹⁰⁵PALHARES, Cinara. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 160.

¹⁰⁶BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1.099.212/RJ*, da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 27 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://leasingabel.com.br/arquivos-upload/acordao-vrg.pdf>> Acesso em: 26 de fev. 2016.

¹⁰⁷PALHARES, op. cit., p. 162.

¹⁰⁸BRASIL. *Decreto-lei n.º 911*, de 1º de outubro de 1969. Altera a redação do art. 66, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10911.htm> Acesso em: 24 maio 2016.

Para Fran Martins, a alienação fiduciária em garantia consiste “na operação em que, recebendo alguém financiamento para aquisição de bem móvel durável, aliena esse bem ao financiador, em garantia do pagamento da dívida contraída”.¹¹² Por esse contrato o fiduciário (financiador) fica com a propriedade resolúvel (chamada propriedade fiduciária) do bem e sua posse indireta, enquanto o fiduciante passa a ser possuidor direto desse bem, atuando como depositário. Com o pagamento da dívida pelo fiduciante a propriedade do fiduciário se extingue, já que o bem foi dado apenas como garantia da dívida.

De acordo com o art. 1º do Decreto-Lei n.º 911/69¹¹³ e o art. 1.362 do Código Civil¹¹⁴, o contrato de alienação fiduciária em garantia deve conter o total da dívida ou sua estimativa,

¹⁰⁹BRASIL. *Lei n.º 4.728*, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para seu desenvolvimento. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4728.htm > Acesso em: 24 maio de 2016.

¹¹⁰Art. 66-B. O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos. (Incluído pela Lei 10.931, de 2004).

§ 1º Se a coisa objeto de propriedade fiduciária não se identifica por números, marcas e sinais no contrato de alienação fiduciária, cabe ao proprietário fiduciário o ônus da prova, contra terceiros, da identificação dos bens do seu domínio que se encontram em poder do devedor. (Incluído pela Lei 10.931, de 2004)

§ 2º O devedor que alienar, ou der em garantia a terceiros, coisa que já alienara fiduciariamente em garantia, ficará sujeito à pena prevista no art. 171, § 2º, I, do Código Penal. (Incluído pela Lei 10.931, de 2004)

§ 3º É admitida a alienação fiduciária de coisa fungível e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, bem como de títulos de crédito, hipóteses em que, salvo disposição em contrário, a posse direta e indireta do bem objeto da propriedade fiduciária ou do título representativo do direito ou do crédito é atribuída ao credor, que, em caso de inadimplemento ou mora da obrigação garantida, poderá vender a terceiros o bem objeto da propriedade fiduciária independente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da realização da garantia, entregando ao devedor o saldo, se houver, acompanhado do demonstrativo da operação realizada. (Incluído pela Lei 10.931, de 2004)

§ 4º No tocante à cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou sobre títulos de crédito aplica-se, também, o disposto nos arts. 18 a 20 da Lei no 9.514, de 20 de novembro de 1997. (Incluído pela Lei 10.931, de 2004)

§ 5º Aplicam-se à alienação fiduciária e à cessão fiduciária de que trata esta Lei os arts. 1.421, 1.425, 1.426, 1.435 e 1.436 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Incluído pela Lei 10.931, de 2004)

§ 6º Não se aplica à alienação fiduciária e à cessão fiduciária de que trata esta Lei o disposto no art. 644 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Incluído pela Lei 10.931, de 2004) (BRASIL. *Lei n.º 4.728*, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para seu desenvolvimento. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4728.htm > Acesso em: 24 maio de 2016).

¹¹¹BRASIL. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm > Acesso em: 24 maio 2016.

¹¹²MARTINS, Fran.º *Contratos e obrigações comerciais*. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.167.

¹¹³Art 1º O artigo 66, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a ter a seguinte redação: (Vide Lei n.º 10.931, de 2004)

"Art. 66. A alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor em possuidor direto e depositário com todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal.

§ 1º A alienação fiduciária somente se prova por escrito e seu instrumento, público ou particular, qualquer que seja o seu valor, será obrigatoriamente arquivado, por cópia ou microfilme, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do credor, sob pena de não valer contra terceiros, e conterá, além de outros dados, os seguintes:

a) o total da dívida ou sua estimativa;
b) o local e a data do pagamento;

o local e a data do pagamento; a taxa de juros, as comissões cuja cobrança for permitida e, eventualmente, a cláusula penal e a estipulação de correção monetária, com indicação dos índices aplicáveis e a descrição do bem objeto da alienação fiduciária e os elementos indispensáveis à sua identificação.

Caso a dívida não seja paga o fiduciário terá que alienar o bem e entregar o saldo, descontadas as despesas de cobrança, se houver, ao fiduciante (art. 1.364 do CC)¹¹⁵. O credor tem a faculdade de requerer a busca e apreensão do bem, desde que haja mora ou inadimplemento do contrato. Cinco dias após a execução da liminar concedida na busca e apreensão do bem a propriedade estará consolidada nas mãos do credor fiduciário, com novo certificado de registro de propriedade e livre do ônus da propriedade fiduciária (art. 3º, §1º, do Decreto-Lei 911/69)¹¹⁶.

c) a taxa de juros, as comissões cuja cobrança for permitida e, eventualmente, a cláusula penal e a estipulação de correção monetária, com indicação dos índices aplicáveis;

d) a descrição do bem objeto da alienação fiduciária e os elementos indispensáveis à sua identificação.

§ 2º Se, na data do instrumento de alienação fiduciária, o devedor ainda não for proprietário da coisa objeto do contrato, o domínio fiduciário desta se transferirá ao credor no momento da aquisição da propriedade pelo devedor, independentemente de qualquer formalidade posterior.

§ 3º Se a coisa alienada em garantia não se identifica por números, marcas e sinais indicados no instrumento de alienação fiduciária, cabe ao proprietário fiduciário o ônus da prova, contra terceiros, da identidade dos bens do seu domínio que se encontram em poder do devedor.

§ 4º No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário fiduciário pode vender a coisa a terceiros e aplicar preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo porventura apurado, se houver.

§ 5º Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário fiduciário e despesas, na forma do parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo devedor apurado.

§ 6º É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.

§ 7º Aplica-se à alienação fiduciária em garantia o disposto nos artigos 758, 762, 763 e 802 do Código Civil, no que couber.

§ 8º O devedor que alienar, ou der em garantia a terceiros, coisa que já alienara fiduciariamente em garantia, ficará sujeito à pena prevista no art. 171, § 2º, inciso I, do Código Penal.

§ 9º Não se aplica à alienação fiduciária o disposto no artigo 1279 do Código Civil.

§10º A alienação fiduciária em garantia do veículo automotor, deverá, para fins probatórios, constar do certificado de Registro, a que se refere o artigo 52 do Código Nacional de Trânsito." (BRASIL. *Decreto-lei n.º 911*, de 1º de outubro de 1969. Altera a redação do art. 66, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0911.htm> Acesso em: 24 maio 2016).

¹¹⁴Art. 1.362. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:

I - o total da dívida, ou sua estimativa;

II - o prazo, ou a época do pagamento;

III - a taxa de juros, se houver;

IV - a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação. (BRASIL. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 24 maio 2016).

¹¹⁵Art. 1.364. Vencida a dívida, e não paga, fica o credor obrigado a vender, judicial ou extrajudicialmente, a coisa a terceiros, a aplicar o preço no pagamento de seu crédito e das despesas de cobrança, e a entregar o saldo, se houver, ao devedor. (BRASIL. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 24 maio 2016).

¹¹⁶Art. 3º O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado

O devedor, entretanto, terá direito a que a venda do bem seja feita por preço de mercado e o credor poderá ser responsabilizado caso a venda seja feita a preço vil. Cinara Palhares deixa claro sobre o assunto que:

Caso não sejam observados esses direitos do devedor, quais sejam, venda do bem por preço aproximado ao de mercado (desde que não seja vil) e prestação de contas, o contrato estará imputando ao consumidor riscos desconhecidos, pois jamais saberá a efetiva penalidade para o descumprimento contratual.¹¹⁷

O que se percebe é que a alienação fiduciária em garantia é um procedimento de execução bem efetivo e que facilita a cobrança da dívida por parte do credor fiduciário.¹¹⁸

B. Crédito pessoal

O crédito pessoal é a principal dívida de 8,3% das famílias pesquisadas¹¹⁹. Trata-se de um contrato de mútuo bancário, ou seja, um empréstimo de coisa fungível com cobrança de juros realizado por uma entidade creditícia sob a égide da Lei 4.595/64¹²⁰. É uma das operações centrais da atividade dos bancos.

Esse mútuo pode ser pessoal ou comercial a depender da sua destinação. O mútuo comercial é para desenvolvimento de atividade produtiva, enquanto o mútuo pessoal (crédito pessoal) é para a pessoa física e, geralmente para o consumo. Nas palavras de Arnaldo Rizzardo a respeito dos empréstimos pessoais:

Os primeiros (empréstimos pessoais) são concedidos tendo em vista a pessoa do cliente, sendo preponderante a sua profissão, a honestidade, a capacidade de pagamento, o seu passado, além de outras qualidades atinentes à idoneidade. A

fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário. (Redação dada pela Lei n.º 13.043, de 2014)

§ 1º Cinco dias após executada a liminar mencionada no caput, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. (Redação dada pela Lei 10.931, de 2004) (BRASIL. *Decreto-lei n.º 911*, de 1º de outubro de 1969. Altera a redação do art. 66, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10911.htm> Acesso em: 24 maio 2016).

¹¹⁷PALHARES, Cinara. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 163.

¹¹⁸Ibid., p. 163.

¹¹⁹Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor – PEIC. Disponível em: <http://www.ibegi.org.br/resources/peic_abril_2015.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016.

¹²⁰BRASIL. *Lei n.º 4.595*, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm> Acesso em: 24 maio de 2016.

finalidade é o consumo, ou o atendimento de necessidades pessoais e familiares. Em geral, são a curto e médio prazo.¹²¹

O que percebemos, entretanto, é que cada vez mais o empréstimo pessoal é concedido sem avaliação da real capacidade de pagamento do devedor e, muitas vezes ainda, com o conhecimento de que esse devedor está negativado, o que desfigura a natureza de confiança do crédito.

Para o mesmo autor, o mútuo bancário tem natureza empresarial, independentemente de quem figurar como devedor, se empresário ou não.¹²² No entanto, inegável a aplicação do Código de Defesa do Consumidor para os casos em que o devedor da relação jurídica for consumidor, ainda que com o mero fito de proteção do vulnerável no mercado de consumo.

O mútuo bancário é um contrato real, pois se aperfeiçoa com a entrega da coisa e unilateral, pois cria deveres apenas para o devedor que terá que restituir a coisa de mesmo gênero, qualidade e quantidade (art. 586 do Código Civil¹²³), acrescida da remuneração do banco, por isso, contrato oneroso. É um contrato típico previsto no Código Civil.

O adimplemento desse contrato pode se dar de uma só vez em um prazo determinado ou ainda em prestações sucessivas, conforme o que for acordado no contrato. Além do mais, o art. 52, §2º, do Código de Defesa do Consumidor¹²⁴ assegura ao cliente bancário a possibilidade de liquidação antecipada do débito com a redução proporcional da taxa de juros.

C. Contrato de Abertura de crédito em conta corrente (cheque especial)

O cheque especial, por sua vez, representa, de acordo com a mesma pesquisa do PIEC, a principal dívida de 5,7% das famílias pesquisadas.

Do mesmo modo que o crédito consignado, o cheque especial é causa de endividamento mais frequente nas famílias com renda menor de dez salários mínimos do que nas famílias com renda superior a dez salários mínimos.

O montante do limite de crédito oferecido pela instituição financeira vai depender de seu relacionamento com o tomador, para clientes com renda mais baixa o crédito é concedido

¹²¹ RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos de crédito bancário*. São Paulo: RT, 2009. p.44.

¹²² Ibid., p.37.

¹²³ Art. 586. O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade. (BRASIL. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 24 maio 2016).

¹²⁴ Art. 52 § 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos. (BRASIL. *Código de defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em: 24 maio 2016).

em um valor menor do que o de clientes chamados *prime*, com renda mais alta, e que representam menores riscos à instituição financeira.¹²⁵

O contrato de abertura de crédito bancário pode ser conceituado como:

(...) o contrato pelo qual o banco ou creditante se obriga a colocar uma importância em dinheiro à disposição do creditado, ou a contrair por conta deste uma obrigação, para que ele mesmo faça uso do crédito concedido na forma, nos termos e condições em que foi convencionado, ficando obrigado o creditado a restituir ao creditante as somas das quais dispôs, ou a cobri-las oportunamente, de acordo com o montante das obrigações contraídas, incluindo os rendimentos e outras decorrências.¹²⁶

Deve ficar claro que o valor não fica depositado na conta do cliente bancário, mas há o empréstimo apenas quando há a retirada do valor pelo creditado e a partir de então os encargos e custo do empréstimo incidirão.¹²⁷

O contrato de abertura de crédito pode ser simples ou atrelado à conta corrente.¹²⁸ Para Orlando Gomes, “na abertura de crédito conjugado à ‘conta corrente’, o creditado tem o direito de efetuar reembolsos, utilizando novamente o crédito reintegrado”.¹²⁹

Trata-se de um crédito concedido pela instituição financeira a um cliente seu para que, em situações emergenciais, ele possa sacar da conta, mediante cheque ou débito em conta corrente, um valor, com limite pré-estabelecido.¹³⁰

Para Jairo Saddi, esse contrato apresenta duas principais assimetrias:

Primeiro, o correntista não sabe exatamente qual é a taxa de juros nem como é cobrada (apesar dos esforços do Banco Central de tentar aumentar a transparência sobre o assunto); segundo, o correntista é incentivado a gastar hoje (porque sabe que, para tanto, basta preencher um cheque) e pagar amanhã (um valor de juros a ser automaticamente debitado em sua conta corrente que ele desconhece). Segundo, somente o banco que ele está ligado consegue precificar o risco daquele cliente corretamente, os seus concorrentes não.¹³¹

O contrato de abertura de crédito é um contrato consensual (aperfeiçoa-se com o consentimento das partes), bilateral (pois estabelece obrigações para ambas as partes),

¹²⁵PALHARES, Cinara. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 137.

¹²⁶RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos de crédito bancário*. São Paulo: RT, 2009. p. 49 e 50.

¹²⁷Ibid., p.50.

¹²⁸Ibid., p.51.

¹²⁹GOMES, Orlando. *Contratos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. p. 398.

¹³⁰SADDI, Jairo. *Crédito e Judiciário no Brasil: uma análise de Direito e Economia*. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p. 192.

¹³¹Ibid., p. 192.

oneroso, comutativo, inominado ou atípico (não apresenta previsão em lei) e *intuitu personae*.¹³²

O caráter *intuitu personae* do contrato pode ser extraído da possibilidade de arbitragem dos valores da taxa de juros de acordo com o relacionamento do banco e seu cliente. Devemos, no entanto, atentar para o fato de que os juros nesse tipo de contrato estão entre os mais elevados dentre os créditos para pessoa física. Isso se dá, em alguma medida, pela impossibilidade de obter esse crédito em uma instituição financeira em que o tomador acabou de estabelecer um contrato de conta corrente, até mesmo pelo caráter emergencial desse tipo de tomada de crédito. Nesse sentido expressa Jairo Saddi:

No problema de assimetria, o banqueiro conhece as dificuldades de crédito do correntista no dia-a-dia; ele a monitora e é capaz de arbitrar (no sentido de tomar uma decisão sobre) a taxa de juros que pode ser cobrada – conhecedor também que é do fato de haver um típico problema de *lock-in* do cliente financeiro com o banco. Na hipótese de um correntista precisar acessar o seu limite de crédito, ele está umbilicalmente ligado ao seu banco; não há a menor chance de, numa emergência, ele buscar outra instituição com taxas menores. Ou seja, o correntista se torna uma espécie de refém do banco – que arbitra taxas e estabelece custos elevados.¹³³

Para Cinara Palhares, as instituições financeiras, nesses contratos, estão estimando um risco superior ao real, não realizando uma análise de risco de crédito apurada e criteriosa como seria seu dever, conforme as Resoluções n.º 2.682/2001 e n.º 3.721/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN).¹³⁴

A respeito da abertura de contrato de crédito bancário há diversas decisões do Superior Tribunal de Justiça no sentido de negar o caráter de título executivo dos contratos de abertura de crédito, mesmo que diante da apresentação dos extratos da conta corrente. Esse entendimento foi sumulado no enunciado n.º 233 do STJ, com o seguinte teor: “O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato de conta corrente, não é título executivo”.¹³⁵

Esse entendimento do STJ permaneceu mesmo após a alteração do art. 585, II, do Código de Processo Civil.¹³⁶ Isso se dá porque o extrato de conta corrente não apresenta a

¹³²RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos de crédito bancário*. São Paulo: RT, 2009. p. 53 e 54.

¹³³SADDI, Jairo. *Crédito e Judiciário no Brasil: uma análise de Direito e Economia*. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 193 e 194.

¹³⁴PALHARES, Cinara. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 140.

¹³⁵BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 233 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_17_capSumula233.pdf> Acesso em: 27 maio 2016.

¹³⁶Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais:

discriminação da taxa de juros aplicada nem os índices de atualização, apresentando apenas os lançamentos de débito e crédito, restando impossível a aferição dos valores cobrados.¹³⁷

No entanto, o STJ entendeu ser possível o ingresso da ação monitória apenas com o extrato da conta, conforme enunciado n.º 247 da súmula do tribunal.¹³⁸ E ainda possibilitou a execução extrajudicial no caso de haver uma confissão de dívida, de acordo com o enunciado n.º 300 da Súmula do STJ.¹³⁹

No caso de nota promissória, entretanto, tendo em vista a sua iliquidez e por não se tratar de instrumento apto à confissão da dívida e que, portanto, não dá ensejo à possibilidade de execução extrajudicial, conforme enunciado n.º 258 do STJ.¹⁴⁰

Com a Lei n.º 10.931/2004¹⁴¹ surgiu a possibilidade de emissão de cédula de crédito bancário com a intenção de tornar a execução do crédito mais eficiente, em contratos de abertura de crédito em conta corrente, e ainda de permitir a circulação desse crédito mediante endosso.¹⁴²

De acordo com o art. 28 dessa lei¹⁴³, a cédula de crédito bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da

II - o documento público, ou o particular assinado pelo devedor e subscrito por duas testemunhas, do qual conste a obrigação de pagar quantia determinada, ou de entregar coisa fungível; (BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm> Acesso em: 27 maio 2016).

¹³⁷RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos de crédito bancário*. São Paulo: RT, 2009. p.58.

¹³⁸Súmula STJ 247: “O contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 274 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf> Acesso em: 27 maio 2016.

¹³⁹Súmula STJ 300: “O instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 300 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf> Acesso em: 27 maio 2016.

¹⁴⁰Súmula STJ 258: “A nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 258 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf> Acesso em: 27 maio 2016).

¹⁴¹BRASIL. *Lei n.º 10.931*, de 02 de agosto de 2004. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei n.º 911, de 10 de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.931.htm> Acesso em: 27 maio 2016.

¹⁴²PALHARES, Cinara. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 137.

¹⁴³Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2º. (BRASIL. *Lei n.º 10.931*, de 02 de agosto de 2004. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei no 911, de 10 de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.931.htm> Acesso em: 27 maio 2016).

conta corrente. Desse modo, se atrelada ao contrato de abertura de crédito em conta corrente possibilita a execução extrajudicial da dívida dela originária.

D. Crédito consignado

O crédito consignado corresponde, pela Pesquisa Nacional do endividamento e inadimplência do consumidor (PIEC), em abril de 2015, à principal causa de endividamento de 5% do total de famílias pesquisadas¹⁴⁴.

Para Cinara Palhares, “a disseminação dessa modalidade de crédito acompanhou uma política econômica que pretendeu capacitar financeiramente o consumidor para que desempenhasse a função de impulsionar o crescimento econômico”.¹⁴⁵

Apesar de vozes que veem no crédito consignado uma oportunidade de democratização do acesso ao crédito, tendo em vista a baixa taxa de juros¹⁴⁶, não se pode esquecer que se trata de um crédito direcionado a uma parte vulnerável da população, principalmente, no tocante aos aposentados e pensionistas do INSS, que retira de seu provento o valor das prestações mensais, podendo comprometer os meios de subsistência dos beneficiados pelo acesso ao crédito consignado.¹⁴⁷

Dentro dessa ótica, o Poder Público preocupou-se em estabelecer regras e limitações claras às instituições financeiras, principalmente, no que diz respeito à taxa de juros, ao percentual máximo do salário que pode ser comprometido pelo pagamento do empréstimo e ao período de amortização.¹⁴⁸

Inicialmente, a possibilidade de concessão de crédito com reembolso consignado à folha de pagamentos foi introduzida pela Lei 1.046/50.¹⁴⁹ Essa lei previa em seu art. 2º¹⁵⁰, a

¹⁴⁴Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor – PIEC. Disponível em: <http://www.ibegi.org.br/resources/peic_abril_2015.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016.

¹⁴⁵PALHARES, Cinara. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 126.

¹⁴⁶SADDI, Jairo. *Crédito e Judiciário no Brasil: uma análise de Direito e Economia*. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 198.

¹⁴⁷PALHARES, op. cit., p. 126-127.

¹⁴⁸Ibid., p. 128.

¹⁴⁹BRASIL. *Lei n.º 1.046*, de 02 de janeiro de 1950. Disposição sobre a consignação em folha de pagamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1046.htm> Acesso em: 27 maio 2016.

¹⁵⁰Art. 2º A consignação em folha poderá servir a garantia de:

I - fiança para o exercício do próprio cargo, função ou emprego;

II - juros e amortização de empréstimo em dinheiro;

III - cota para aquisição de mercadorias e gêneros de primeira necessidade, destinados ao consignante e sua família, a cooperativas de consumo, com fins beneficentes e legalmente organizadas;

IV - cota para educação de filhos ou netos do consignante, a favor de estabelecimentos de ensino, oficiais ou reconhecidos pelo Governo;

V - aluguel de casa para residência do consignante e da família, comprovado com o contrato de locação;

possibilidade de consignação dada em garantia a contratos de fiança, para pagamento de juros e amortização, aquisição de mercadorias e gêneros de primeira necessidade, cota para educação de filhos ou netos, contrato de locação para moradia do consignante, para pagamento de prestação de aquisição da casa própria e para prêmios de seguro privado em caso da consignatária ser autarquia, sociedade de economia mista ou concessionária de serviço público (art. 2º, VII c/c art. 5º, III, ambos da Lei 1.046/50). Esse inciso VII previsto pelo artigo 2º não foi previsto na redação originária da lei, sendo acrescentado apenas em 1969, pelo Decreto-Lei 820. Para efeitos dessa lei, os consignantes poderiam ser apenas funcionários públicos, militares, juízes, membros do Ministério Público, serventuários da justiça, Senadores e Deputados, servidos e segurados ou associados de autarquia, sociedade de economia mista e empresas concessionárias de serviço público, servidores civis aposentados, militares reformados ou na reserva remunerada e, por fim, pensionistas civis e militares (art. 4º da Lei 1.046/50).

Posteriormente, a Lei 8.112/90 em seu art. 45, parágrafo único, previu essa possibilidade também para funcionários públicos ao estabelecer o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Essa previsão legal, no entanto, não apresentava utilização por falta de regulação, que ocorreu posteriormente com os decretos Dec. n.º 1.502/95, Dec. n.º 1.903/96, Dec. n.º 4.961/2004 e o Dec. 6.386/2008.

A partir de 2004 com o Decreto 4.962/2004 esse tipo de crédito passou a apresentar uma elevada utilização por conta do baixo risco que representa às Instituições Financeiras e as baixas taxas de juros, controladas pela Poder Público.¹⁵¹

Em 2015, com a vigência da Medida Provisória n.º 681/2015 essa regra passou a constar do §1º do art. 45 da mesma lei, sendo incluído o §2º que dispõe sobre a limitação de 35% de comprometimento com consignações da renda do funcionário público. A nova regra passou a ser a seguinte:

Art. 45. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

VI - contribuição inicial para aquisição de imóvel destinado à residência própria, ou da família; ou, prestação mensal, após a aquisição, para pagamento de juros e amortização.

VII - prêmios de seguros privados, quando consignatária qualquer das entidades referidas no item III, do art. 5º, desta lei. (BRASIL. *Lei n.º 1.046*, de 02 de janeiro de 1950. Disposição sobre a consignação em folha de pagamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1046.htm> Acesso em: 27 maio 2016).

¹⁵¹PALHARES, Cinara. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 126.

§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

§ 2º O total de consignações facultativas de que trata o § 1º não excederá trinta e cinco por cento da remuneração mensal, sendo cinco por cento reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito.

No entanto, pelas novas regras de 2015 trazidas pela MP 681/2015, o percentual do limite de consignação antes de 30% do valor do salário passou a 35% sendo que essa diferença será apenas para pagamento de fatura de cartão de crédito. Essa regra, entretanto, não parece vantajosa e pode comprometer ainda mais a renda das famílias brasileiras, neste caso, principalmente, de idosos, que se valem desse tipo de crédito para o pagamento de despesas com saúde. Além do mais, o prazo máximo para o pagamento do empréstimo passou de 60 meses a 72 meses.

Os arts. 3º e 4º do Decreto 6.386 de 2008 apresentam as chamadas consignações compulsórias e as consignações facultativas respectivamente. Em 2003 a Lei 10.820 ampliou a possibilidade de obtenção de crédito consignado para trabalhadores da iniciativa privada, aposentados e pensionistas do INSS. No caso de aposentados e pensionistas do INSS houve regulamentação feita pela Instrução Normativa (IN) n.º 28/2008 do INSS.

De acordo com o art. 3º da IN 28/2008 o crédito consignado pode se dar por dois diferentes meios: o empréstimo pessoal, previsto no art. 13 da IN n.º 28/2008 e o cartão de crédito, previsto nos arts. 15 a 17-A da IN n.º 28/2008. Pelo art. 3º, §1º, da IN n.º 28 se estabelece o limite de 35% do valor da renda do benefício como passível de desconto, com a dedução das consignações obrigatórias e voluntárias¹⁵². Além do mais, o mesmo dispositivo dispõe que não podem exceder 30% os descontos com empréstimos pessoais e 5% com as operações de cartão de crédito.

Para o empréstimo pessoal, como dito anteriormente, o prazo para amortização passou de 60 (sessenta) meses para 72 (setenta e dois) meses, conforme previsão do art. 13, I, da IN n.º 28. No art. 13, II, da IN n.º 28 estabeleceu-se a taxa de juros máxima de 2,14% ao mês, vedando prazo de carência para início do pagamento do empréstimo e a cobrança de Taxa de

¹⁵²A IN n.º 28/2008 do INSS entende por consignação obrigatória e voluntária o seguinte:

Art. 12. A identificação do limite de 35% (trinta e cinco por cento) de que trata o § 1º do art. 3º dar-se-á após a apuração das seguintes deduções:

I - consignações obrigatórias: contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social; pagamento de benefícios além do devido; imposto de renda; e pensão alimentícia judicial;

II - consignações voluntárias: mensalidades de associações e demais entidades de aposentados/pensionistas legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados. (BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social. *Instrução normativa n.º 28, de 16 de maio de 2008*. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/INSS-PRES/2008/28.htm>> Acesso em: 27 maio 2016).

Abertura de Crédito (TAC) ou quaisquer outras taxas administrativas. (Art. 13, III e IV, da IN n.º 28).

Nas operações com cartão de crédito, por sua vez, a instrução normativa prevê a impossibilidade de saque dos valores no art. 16, §3º. De acordo com Cinara Palhares, essa regra veda a transformação da operação com cartão de crédito para compras parceladas em um verdadeiro empréstimo pessoal.¹⁵³

Para as operações com cartão de crédito, a instrução prevê a possibilidade de constituição de reserva de margem consignável (RMC), desde que de acordo com as normas previstas nos dispositivos seguintes (art. 15, da IN n.º 28 do INSS). Nesse caso, a instituição financeira poderá cobrar taxa de emissão do cartão no valor de R\$15,00 (quinze reais), podendo esse valor ser parcelado em até três vezes (art. 15, II, da IN n.º 28). Além disso, o limite de comprometimento do benefício poderá ser de até duas vezes o seu valor (art. 16, II, da IN n.º 28) e a taxa de juros não poderá superar 3,06% ao mês, desde que expresse o custo efetivo (art. 16, III, da IN n.º 28). Também é vedada a cobrança de TAC ou taxas administrativas e ainda de anuidade do cartão de crédito (art. 16, IV e V, da IN n.º 28). No caso de liquidação do valor total da fatura sem parcelamento e na data do vencimento, a instituição financeira fica proibida de aplicar juros sobre o valor dessas contas. (Art. 16, §2º, da IN n.º 28).

Importante dispositivo da IN n.º 28 é o artigo 21 que traz os deveres de informação das instituições financeiras, especificamente a respeito do contrato de crédito consignado. O art. 21 prevê que, além dos deveres previstos no art. 52 do Código de Defesa do Consumidor¹⁵⁴ e nos arts. 1º e 3º da Resolução 2.878 do Banco Central¹⁵⁵, a instituição financeira deve dar ao

¹⁵³PALHARES, Cinara. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 130.

¹⁵⁴Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;
II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;
III - acréscimos legalmente previstos;
IV - número e periodicidade das prestações;
V - soma total a pagar, com e sem financiamento.

§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação.

§ 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

¹⁵⁵Art. 1º Estabelecer que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na contratação de operações e na prestação de serviços aos clientes e ao público em geral, sem prejuízo da observância das demais disposições legais e regulamentares vigentes e aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional, devem adotar medidas que objetivem assegurar:

consumidor do crédito as seguintes informações mínimas: o valor total e sem juros do empréstimo, a taxa efetiva mensal e anual de juros, todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado, valor, número e periodicidade das prestações, soma total a pagar, data do início e do fim do desconto, valor da comissão e os dados da agência bancária ou seu correspondente. Nas palavras de Cinara Palhares, “a IN n.º 28/2008 previu um dever de informação qualificado”.¹⁵⁶

Em 2011 o Banco Central proibiu os acordos de exclusividade nas operações de crédito consignado de acordo com a Circular n.º 3.522/2011, em que dispôs:

I - transparência nas relações contratuais, preservando os clientes e o público usuário de práticas não equitativas, mediante prévio e integral conhecimento das cláusulas contratuais, evidenciando, inclusive, os dispositivos que imputem responsabilidades e penalidades;

II - resposta tempestiva às consultas, às reclamações e aos pedidos de informações formulados por clientes e público usuário, de modo a sanar, com brevidade e eficiência, dúvidas relativas aos serviços prestados e/ou oferecidos, bem como às operações contratadas, ou decorrentes de publicidade transmitida por meio de quaisquer veículos institucionais de divulgação, envolvendo, em especial:

a) cláusulas e condições contratuais;

b) características operacionais;

c) divergências na execução dos serviços;

III - clareza e formato que permitam fácil leitura dos contratos celebrados com clientes, contendo identificação de prazos, valores negociados, taxas de juros, de mora e de administração, comissão de permanência, encargos moratórios, multas por inadimplemento e demais condições;

IV - fornecimento aos clientes de cópia impressa, na dependência em que celebrada a operação, ou em meio eletrônico, dos contratos, após formalização e adoção de Resolução n.º 2.878, de 26 de julho de 2001 e outras providências que se fizerem necessárias, bem como de recibos, comprovantes de pagamentos e outros documentos pertinentes às operações realizadas;

V - efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, causados a seus clientes e usuários.

Art. 3º As instituições referidas no art. 1º devem evidenciar para os clientes as condições contratuais e as decorrentes de disposições regulamentares, dentre as quais:

I - as responsabilidades pela emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos;

II - as situações em que o correntista será inscrito no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF);

III - as penalidades a que o correntista está sujeito;

IV - as tarifas cobradas pela instituição, em especial aquelas relativas a:

a) devolução de cheques sem suficiente provisão de fundos ou por outros motivos;

b) manutenção de conta de depósitos;

V - taxas cobradas pelo executante de serviço de compensação de cheques e outros papéis;

VI - providências quanto ao encerramento da conta de depósitos, inclusive com definição dos prazos para sua adoção;

VII - remunerações, taxas, tarifas, comissões, multas e quaisquer outras cobranças decorrentes de contratos de abertura de crédito, de cheque especial e de prestação de serviços em geral.

Parágrafo único. Os contratos de cheque especial, além dos dispositivos referentes aos direitos e às obrigações pactuados, devem prever as condições para a renovação, inclusive do limite de crédito, e para a rescisão, com indicação de prazos, das tarifas incidentes e das providências a serem adotadas pelas partes contratantes. (BRASIL. Banco Central. *Resolução 2.878*. Dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na contratação de operações e na prestação de serviços aos clientes e ao público em geral. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47081/Res_2878_v4_L.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016).

¹⁵⁶PALHARES, Cinara. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 2014. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 135.

Art. 1º Fica vedada às instituições financeiras, na prestação de serviços e na contratação de operações, a celebração de convênios, contratos ou acordos que impeçam ou restrinjam o acesso de clientes a operações de crédito ofertadas por outras instituições, inclusive aquelas com consignação em folha de pagamento.

A adoção dessa medida pelo Banco Central garante o direito de escolha do consumidor e a livre concorrência e impede a concorrência desleal entre instituições financeiras, o que permite ao consumidor, em um primeiro momento, pesquisar uma taxa de juros mais condizente com as suas necessidades.

O crédito consignado conduz a uma discussão importante nos tribunais brasileiros a respeito da impenhorabilidade de salários prevista no art. 649 do Código de Processo Civil e em que medida o entendimento pela impenhorabilidade para pagamento do crédito consignado poderia prejudicar o mercado desse tipo de serviço.¹⁵⁷

Já para Oliveira, a possibilidade de instituições financeiras realizarem o empréstimo consignado à folha de pagamento foi uma maneira dos bancos burlarem a regra de impenhorabilidade dos salários e pensões do art. 649, IV e VII, do CPC e facilitarem ainda mais a satisfação de seus créditos.¹⁵⁸ Assim, o autor entende que a Lei 10.820 se trata de uma lei inconstitucional por vício formal, pois se trata de uma lei ordinária que deveria ser complementar (pelo art. 192 da Constituição Federal o sistema financeiro deve ser regulado mediante lei complementar) e por vício material, pois ofende garantias fundamentais do trabalhador, em especial a proteção ao salário (art. 7º, IV, VI e VII, da CF) e a dignidade da pessoa humana.¹⁵⁹

E. Cheque pós-datado

O cheque pós-datado, vulgarmente conhecido como cheque pré-datado, representa a principal dívida de 1,7% das famílias pesquisadas.¹⁶⁰ Trata-se de uma prática comercial largamente adotada no Brasil em que o cheque (ordem de pagamento à vista) é dado para apresentação futura. No entanto, mesmo que a apresentação se dê antes da data fixada no

¹⁵⁷SADDI, Jairo. *Crédito e Judiciário no Brasil: uma análise de Direito e Economia*. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 198.

¹⁵⁸OLIVEIRA, Jorge Rubem Folena de. *A lei (10.820/2003) do empréstimo consignado e a sua inconstitucionalidade*. Brasília a. 43 n.º 172 out./dez. 2006. p. 225.

¹⁵⁹Ibid., p.226.

¹⁶⁰Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor – PEIC. Disponível em: <http://www.ibegi.org.br/resources/peic_abril_2015.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016.

cheque, como este é uma ordem de pagamento à vista (art. 32, *caput*, da Lei 7.357/85), ele ainda será pagável.¹⁶¹

Neste caso em que a apresentação se dá antes da data acordada entre as partes, a jurisprudência vem entendendo que a parte prejudicada poderá pedir perdas e danos. Nesse sentido entendeu o TJ/RS:

Assim, evidencia-se que houve a falha na prestação de serviços da demandada, que imprudentemente apresentou o cheque antes da data aprazada, descumprindo, desta forma, o acordo entabulado entre as partes – o que causou diversos dissabores ao autor, os quais manifestamente ultrapassam os percalços do cotidiano, uma vez que o autor teve seu nome inscrito em cadastro de emitentes de cheques sem fundos do Banco Central (fl. 12) pela parte ré –, de modo que é imperioso reconhecer o dever de a ré indenizar os danos morais suportados pelo autor.¹⁶²

A esse respeito, o STJ já sumulou o entendimento no enunciado 370, em seus termos: “Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado”.¹⁶³

2.3 DIFERENTES MODOS DE TUTELA DO ENDIVIDADO

Após a análise do fenômeno do superendividamento no Brasil, trataremos a respeito das experiências estrangeiras no tratamento desse problema social. Neste tópico iremos tratar de duas diferentes experiências estrangeiras no tratamento das situações de superendividamento. Em primeiro lugar, trataremos da legislação francesa que serviu de inspiração para o projeto de lei brasileiro e que basicamente consiste na realização de mediações/conciliações do devedor e seus credores a fim de resolver o problema através de um plano de recuperação. Em segundo lugar, em modelo oposto, trataremos da experiência norte-americana que estabelece a falência do consumidor individual incapaz de pagar suas dívidas, dando primazia à política do *fresh start*. Há autores que classificam os modelos,

¹⁶¹COSTA, Wille Duarte. *Títulos de crédito*. 4.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 355.

¹⁶²BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação cível n.º 70061715629*, da 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 30 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?btnG=buscar&ie=UTF-8&ulang=pt-BR&ip=200.144.220.10&access=p&entqr=3&entqrm=0&entsp=a__politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF8&ud=1&q=Apela%C3%A7%C3%A3o%20c%C3%ADvel%20N%C2%BA%2070061715629&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=*&sort=date:D:S:d1&aba=juris&site=ementario#main_res_juris> Acesso em: 26 de fev. 2016.

¹⁶³BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 370 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_33_capSumula370.pdf> Acesso em: 27 maio 2016.

respectivamente, como modelos de reeducação, como o francês ou de nova oportunidade como o norte-americano.¹⁶⁴

A importância do estudo desses dois diferentes sistemas para o tratamento das situações de superendividamento no Brasil se dá, além do fato de serem um sistema da *Civil Law* e outro da *Common Law*, sobre dois fatores distintos. Em primeiro lugar para o caso da França a sua relevância aparece pela adoção do modelo francês descrito no *Code de la Consommation* como inspiração para o Projeto de Lei 283/2012. E em segundo lugar, no caso norte-americano, da preponderância de seu endividamento também se dar pelo crédito habitacional e pelo cartão de crédito, no chamado crédito *revolving*¹⁶⁵, acrescentando ainda as particularidades previstas no Bankruptcy Code que muito se assemelham ao modelo de insolvência já previsto no Brasil.

Para Clarissa Costa de Lima o modelo de tratamento baseado no *fresh start* tem como fundamento a ideia de que o superendividamento é uma falha de mercado e não uma falha pessoal do consumidor. Assim, com o perdão das dívidas, o consumidor poderá se manter economicamente ativo e se manter no mercado. O modelo europeu de reeducação, por sua vez, tem como foco a responsabilização pelo pagamento dívidas por meio de renegociação e elaboração de um plano de pagamento a longo prazo, tendo como fundamento, segundo a autora, que o superendividamento é uma falha pessoal do consumidor.¹⁶⁶

Para Cavalazzi e Carpena, por sua vez, o procedimento francês preocupa-se com uma questão social e não meramente individual:

Como se pode verificar do tratamento normativo que recebeu o superendividamento na França, o inadimplemento do consumidor de crédito é visto como um problema social, que ultrapassa os limites do interesse individual, e, portanto, interessa à sociedade – e não apenas aos credores – a sua eliminação. Criou-se na verdade um processo de insolvência do consumidor, à semelhança da concordata, da qual se beneficiam apenas os comerciantes. Trata-se, portanto, de uma verdadeira mudança de perspectiva, que busca formas de solução do débito não a partir de mais um procedimento de cobrança, mas sim de um negociado pagamento, ou até mesmo do não pagamento.¹⁶⁷

¹⁶⁴HULS, Nick. *Overindebtedness of Consumers in the EC member state: facts and search for solutions*. E. Story Scienza, 1994. p. 116.

¹⁶⁵BERTONCELLO, Káren. Breves linhas sobre o estudo comparado de procedimentos de falência dos consumidores: França, Estados Unidos e Anteprojeto de Lei no Brasil. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, a.21, n°83, p. 113-138, jul./set., 2012. p.120.

¹⁶⁶LIMA, Clarissa Costa de. *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. São Paulo: RT, 2014. p. 83-84.

¹⁶⁷CARPENA, Heloísa; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. Superendividamento: proposta para um estudo empírico e perspectiva de regulação. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direito do Consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Capítulo 11, p. 310-344. p. 333.

No entanto, o que se percebe atualmente é a aproximação desses dois modelos. O modelo francês já incorpora, para consumidores que apresentam uma situação irremediável, a possibilidade de perdão das dívidas, mediante a demonstração de incapacidade absoluta de pagamento.¹⁶⁸

Por sua vez, o modelo norte-americano apresenta a tendência de cada vez mais restringir o perdão, que não mais alcança a totalidade das dívidas do consumidor. Atualmente, 19 (dezenove) tipos de dívidas passaram a ser excluídas do benefício, tendo em vista a identidade do credor (p.ex. dívidas com o governo federal) ou ainda as circunstâncias de contração da dívida, como débitos ocasionados por fraude.¹⁶⁹

Na França, a legislação responsável pela introdução do tema em seu ordenamento jurídico foi a Lei *Neiertz* de 31.12.1989 (Lei 89-1010). O foco dessa lei era, em especial, os superendividados ativos¹⁷⁰, ou seja, aqueles que contraíram crédito além de sua possibilidade e que encontraram dificuldades no pagamento da dívida.¹⁷¹

Posteriormente o teor dessa lei foi introduzido no Livro III do *Code de la Consommation* sob o título III chamado de *Traitement des situations de surendettement* pela reforma legislativa de 1993.¹⁷² Essa lei criou a Comissão Departamental de Superendividamento que busca a conciliação entre o devedor e seus credores, com objetivo de realização de um plano de recuperação.

Somente em 1998 foi criada uma solução legislativa para os endividados passivos, ou seja, os consumidores que não contraíram mais dívidas do que podiam arcar, mas que se encontraram sem possibilidade de pagamento por conta de circunstâncias imprevistas como desemprego. Apenas em 2003 houve uma nova lei que abarcou a possibilidade de perdão total da dívida para superendividados que não tinham capacidade de pagamento.¹⁷³

¹⁶⁸ LIMA, Clarissa Costa de. *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. São Paulo: RT, 2014. p.85.

¹⁶⁹ NASH, Jonathan Remy; PARDO, Rafael I. Does ideology matter in bankruptcy? Voting behavior on the courts of appeals. *William and Mary Law Review*, Williamsburg, v. 53, p. 919-985, 2012.

¹⁷⁰ A doutrina ainda divide o superendividamento em ativo consciente ou inconsciente. No caso de endividamento ativo consciente o consumidor tem desde o começo a intenção de inadimplir com a sua obrigação. Já no caso de superendividamento ativo inconsciente, o consumidor age impulsivamente, depois se encontrando em um estado de insolvência. Na doutrina e jurisprudência fica evidente a divergência a respeito da tutela do endividamento ativo inconsciente. (LIMA, Mikael Martins de. O limite para concessão de crédito previsto no Projeto de Lei sobre o Superendividamento. *Revista de Direito Bancário, do mercado de capitais e da Arbitragem*, São Paulo, n.º 57, p. 97-118, jul./set. 2002).

¹⁷¹ LIMA, op. cit. p.88.

¹⁷² FRANÇA. *Code de la Consommation*. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006069565>> Acesso em: 02 de mar. 2016.

¹⁷³ LIMA, op. cit., p.88.

O procedimento inicia-se com as chamadas *Comissions de surendettement*, comissões administrativas provocadas pelo próprio devedor que serão responsáveis pela análise dos requisitos da lei para concessão do benefício.¹⁷⁴ De acordo com o art. L-331-2 do *Code de la Consommation*, só podem se beneficiar de um procedimento de tratamento do conjunto de dívidas não profissionais, exigíveis e a vencer.¹⁷⁵

Além dos requisitos mencionados, há a necessidade de o consumidor estar de boa-fé. A boa-fé, no entanto, não diz respeito a um padrão de conduta diligente, mas apenas haverá má-fé quando o credor tem a intenção de agravar seu endividamento para fraudar credores.¹⁷⁶

O que se percebe é que o procedimento de tratamento do superendividamento tem duas fases distintas: a fase consensual e a fase judiciária. A primeira fase, também chamada de administrativa, se realiza perante a Comissão de superendividamento e a segunda perante o Poder Judiciário.

Portanto, após a admissão do procedimento consensual, a comissão será responsável pela elaboração conjunta com o devedor e os credores de um plano de pagamento, delimitando parte da renda do consumidor para a sua sobrevivência (*reste à vivre*). Caso o devedor não cumpra o plano à risca, os credores poderão, então, reclamar seus créditos individualmente.¹⁷⁷

O plano elaborado pela Comissão não poderá ultrapassar o prazo máximo de 10 (dez) anos e poderá contemplar medidas tais que sejam capazes de garantir o pagamento da dívida pelo consumidor, como parcelamentos, moratórias, supressão da taxa de juros, entre outras.

Caso não haja acordo, o procedimento passará à via judicial por iniciativa do devedor que requererá a formulação de recomendações por parte da Comissão, que poderão ser homologadas pelo juiz.

Nessa fase, o juiz pode se valer de medidas ordinárias como a prorrogação dos pagamentos, o reescalonamento dos reembolsos e a redução da taxa de juros ou ainda de medidas extraordinárias como a moratória e o perdão parcial das dívidas.¹⁷⁸

Para Kilborn, o sistema francês exige demais do consumidor e não oferece muito em retorno. Desse modo esse sistema pode inculcar uma ideia de injustiça que dificulte o

¹⁷⁴GIANCOLI, Brunno Pandori. *O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008. p. 142-143.

¹⁷⁵FRANÇA. *Code de la Consommation*. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006069565>> Acesso em: 02 de mar. 2016.

¹⁷⁶LIMA, Clarissa Costa de. *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. São Paulo: RT, 2014. p. 89.

¹⁷⁷GIANCOLI, op. cit., p. 142.

¹⁷⁸LIMA, op. cit., p.102.

processo de reeducação e prejudique o adimplemento dos acordos. Apesar de garantir um mínimo para a sobrevivência, a experiência tem demonstrado que esses acordos são muito restritivos e estavam destinados a falhar.¹⁷⁹

O sistema norte-americano, por sua vez, na sua opinião, por apresentar um processo muito célere e com o perdão total das dívidas, não oferece ao consumidor a oportunidade de aprendizagem ativa, ou seja, colocar em prática determinadas atitudes para que consiga pagar sua dívida, sendo considerado também um sistema injusto por não haver distribuição equânime de direitos e deveres. Além do mais o perdão total das dívidas impõe um processo muito fácil para o consumidor, não sendo um incentivo para a diminuição das contratações arriscadas de crédito.¹⁸⁰

Nos Estados Unidos a filosofia do *fresh start* vem desde o *Certificat of discharge* de 1800. Com o *Bankruptcy Code* de 1878 foram introduzidas normas de falência comercial e individual, tendo como propósito maior a distribuição dos bens do devedor entre os credores e não necessariamente a proteção do devedor, nem o perdão de suas dívidas.¹⁸¹

Com o *Chandler Act* de 1938 foi criado um procedimento alternativo que facilitava a sobrevivência de empresas devedoras, incluindo a medida de suspensão da exigibilidade das dívidas durante o período da falência. Foi a conhecida distinção entre os Capítulos 7 e 13, entre o procedimento de liquidação e de recuperação por meio de plano de pagamento das dívidas.¹⁸²

A reforma de 2005 foi responsável por modificações que resultaram no *Bankruptcy Abuse Prevention and Consumer Protection Act* que teve o intuito claro de diminuir o acesso dos consumidores ao procedimento de liquidação, sob a alegação de reiterados abusos. Instituiu uma investigação profunda (*means test*) dos bens do patrimônio do devedor com a finalidade de reconduzi-lo ao procedimento do capítulo 13.¹⁸³

O *lobby* das instituições financeiras argumentava que deixar à escolha do devedor qual procedimento adotar ocasionava um comportamento oportunista. Enquanto o devedor sem bens no patrimônio, mas com renda estável preferia o procedimento do capítulo 7; o devedor

¹⁷⁹KILBORN, Jason J. Comportamentos econômicos, superendividamento; estudo comparativo da insolvência do consumidor: buscando as causas e avaliando soluções. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Capítulo 3, p. 66-104.

¹⁸⁰Ibidem.

¹⁸¹HULS, Nick. Consumer Bankruptcy: a third way between autonomy and paternalismo in private law. *Erasmus Law Review*, Rotterdam, v. 3, p.7-21, 2010.

¹⁸²Ibidem.

¹⁸³PEREIRA, Wellerson Miranda. Superendividamento e crédito ao consumidor: reflexões sob uma perspectiva de direito comparado. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Capítulo 6. p. 158-190.

com bens e sem renda preferiria o procedimento do capítulo 13. Desse modo, o devedor seria perdoado de suas dívidas às custas dos credores.¹⁸⁴ Acrescentavam ainda que o aumento do número de processos de falência representava um abuso, pois parte dos consumidores poderiam pagar, mas preferiam pedir falência.

Entretanto, parte da doutrina aponta que apesar do aumento do número de consumidores que pediam a resguarda do Código de Falência, esses indivíduos estavam tão ou mais endividados que aqueles que pediam esse direito na década de 80. Isso significa que há um número maior de endividados e não que os consumidores estão abusando da benesse legal.¹⁸⁵

O que se percebe é que a regra no sistema norte-americano é o perdão incondicional, mesmo para devedores que possuam uma renda estável, o que difere do sistema francês que propõe um plano de pagamento para esses devedores e apenas haverá perdão total para aqueles que tiverem sob uma situação econômica mais deteriorada. Além disso, o sistema norte-americano não exige que o consumidor esteja de boa-fé, nem questiona as razões que o levaram ao superendividamento. O foco é na manutenção do bom funcionamento do mercado e não na dignidade do consumidor.¹⁸⁶

Pelo capítulo 7, o processo inicia-se com a petição do devedor com a descrição de seu patrimônio e dívidas. Após a nomeação de um administrador (*trustee*) e intimação dos credores há a liquidação dos bens disponíveis do devedor e seu rateio. O que não for possível de pagar será perdoado, do mesmo modo do sistema de insolvência brasileiro. Caso não haja bens disponíveis, o devedor é perdoado imediatamente e incondicionalmente.

O perdão apenas será limitado em dois casos: quando o devedor ocultar bens ou quando suas dívidas corresponderem a dívidas que a lei não permite o perdão. As dívidas que não podem ser perdoadas envolvem alimentos, algumas taxas, empréstimos educacionais do governo, indenizações por morte ou multa de origem criminal.¹⁸⁷

Pelo capítulo 13, chamado de *Individual Debt Adjustment*, o consumidor pode requerer perante o Tribunal de Falência a realização de um plano de pagamento (*wage-earner plan*) a ser aceito pelos credores e pelo *trustee*, oficial encarregado de fiscalizar a aplicação

¹⁸⁴HULS, Nick. Consumer Bankruptcy: a third way between autonomy and paternalismo in private law. *Erasmus Law Review*, Rotterdam, v. 3, p.7-21, 2010.

¹⁸⁵BRAUCHER, Jean. Options in consumer bankruptcy: an american perspective. *Osgoode Hall Law Journal*, v.37, nº1/2, p.156-169, 1999.

¹⁸⁶LIMA, Clarissa Costa de. *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. São Paulo: RT, 2014. p.107.

¹⁸⁷Ibid., p.108.

das normas do direito falimentar e o cumprimento do plano de recuperação.¹⁸⁸ Esse benefício é concedido aos devedores que, apesar de apresentarem um rendimento fixo, não possuem ou não podem dispor de seu patrimônio.

O perdão só será concedido após o cumprimento do plano de pagamento que pode durar de 3 (três) a 5 (cinco) anos. Isso não significa, entretanto, que todas as dívidas serão pagas, pois o pagamento dependerá da renda disponível do devedor.¹⁸⁹

A averiguação do montante da renda disponível depende, desde 1984 do *disposable income test*. Com esse teste diminuiu-se a discricionariedade judicial na averiguação do montante disponível e, portanto, do montante destinado aos credores sem garantias, que muitas vezes, não recebiam nada pela preferência dos credores com garantias e dos preferenciais.¹⁹⁰

O que fica claro é que independentemente do Capítulo usado, o pagamento das dívidas se dão em porcentagem muito parecida. A situação financeira, na prática, entre o consumidor que se vale do Capítulo 7 ou do Capítulo 13 não é muito diferente.¹⁹¹ E ainda atualmente, após a reforma de 2005, a educação financeira passou a ser obrigatória, tanto para os consumidores que se valeram do Capítulo 7, quanto do Capítulo 13. No entanto, diferentemente da França, essa educação está mais voltada a desenvolver habilidades financeiras do que em ensinar o consumidor a não depender mais do crédito ao consumo, ao menos enquanto realiza o plano de pagamento.¹⁹²

2.3.1 O futuro dos superendividados

O que podemos perceber pela análise do superendividamento no Brasil e em outros países do mundo é que a financeirização da economia levou a uma dependência do crédito para o desenvolvimento econômico e que a ideia predominante foi, ao menos até a crise de

¹⁸⁸PEREIRA, Wellerson Miranda. Superendividamento e crédito ao consumidor: reflexões sob uma perspectiva de direito comparado. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Capítulo 6. p. 158-190.

¹⁸⁹LIMA, Clarissa Costa de. *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. São Paulo: RT, 2014. p.109.

¹⁹⁰LIMA, op. cit., p. 110.

¹⁹¹BRAUCHER, Jean. Options in consumer bankruptcy: an american perspective. *Osgoode Hall Law Journal*, v.37, nº1/2, p.156-169, 1999.

¹⁹²LIMA, op. cit., p.110.

2007/2008, do menor envolvimento possível, por parte do Estado, na regulação do sistema financeiro e na oferta de crédito.

Com a crise mundial de 2008 dois principais pilares da teoria econômica foram derrubados: a ideia de que o consumidor era plenamente capaz de saber os riscos que corria com a contratação de crédito e que os bancos não emprestariam dinheiro para quem sabidamente não tivesse condições de pagar. O que a crise demonstrou é a existência de uma assimetria de informações entre os consumidores e as instituições financeiras e que o oferecimento de crédito para quem não pode pagar pode ser considerado um meio muito eficaz de multiplicar os lucros dos bancos por meio dos seguros dessas transações. Apesar de muito lucrativas para alguns, o prejuízo com essas concessões de crédito era repassado para os credores ao fim da cadeia da transação, o que fazia com que uns lucrassem muito e outros perdessem tudo.¹⁹³

Outra conclusão que pode ser retirada desse capítulo é a observação de que, enquanto a recuperação judicial e falência das empresas são considerados meios legítimos de repartição dos riscos do empreendimento, a mesma ideia quando transplantada para o consumidor tende a ser vista como paternalista e contrária aos interesses sociais.¹⁹⁴ Isso pode ser demonstrado principalmente, pela demora na instituição, na maior parte dos países, de uma legislação que lide com os problemas do consumidor endividado, enquanto o sistema de falência empresarial apresenta-se bem desenvolvido. Apesar disso, essa ideia vem mudando e cada vez mais são instituídas normas a respeito da insolvência do consumidor para lidar com os problemas advindos da política de crédito.

No sistema norte-americano, como tratado anteriormente, a ideia da falência é lidar com uma falha de mercado e reinserir o consumidor como membro produtivo da sociedade, garantindo que esse cidadão não precisará depender do Estado. A esse respeito Kilborn entende que o sistema de falência retira das mãos do Estado tanto o problema do desemprego quanto do endividamento excessivo, responsabilizando os credores privados, ou seja, o próprio mercado.¹⁹⁵

A questão do crédito ao consumo ainda perpassa questões morais e mesmo jurídicas como a força obrigatória dos contratos (o *pacta sunt servanda*). A previsão feita por Huls é que não haverá melhora nesse sistema atualmente, mas seu aprofundamento. Cada dia mais,

¹⁹³ HULS, Nick. Consumer Bankruptcy: a third way between autonomy and paternalismo in private law. *Erasmus Law Review*, Rotterdam, v. 3, p.7-21, 2010.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ KILBORN, Jason J. Comparative cause and effect: consumer insolvency and the eroding social safety net. *Columbia Journal of European Law*, Hanover, v. 14, nº3, p. 566-594, 2008.

ao menos nos Estados Unidos, estão sendo criadas exceções ao perdão incondicional, aumentando o rol de dívidas imperdoáveis, dificultando a recuperação do consumidor superendividado.¹⁹⁶

O que vimos na França foi também uma aproximação ao modelo de perdão incondicional, mas sob a perspectiva de que o superendividamento é um problema social que os mecanismos tradicionais de seguro social não foram capazes de lidar, devido aos novos índices de desemprego e da cultura de endividamento, liderada pelo crédito ao consumo.

No Brasil apresentamos os diversos modos com que o problema é tratado hoje. Apesar de termos um projeto de lei e de parte da jurisprudência de alguns Estados adotar a tese do superendividamento para limitar o pagamento das dívidas em até 40% da renda do devedor, garantindo um mínimo existencial, o sistema atual é ainda baseado na insolvência civil (repetido pelo Novo Código de Processo Civil), instituto que garante o *fresh start*, mas que, ainda é pouco usado no país.

O problema dos endividados brasileiros, assim como aconteceu mundialmente, é um reflexo da política de crédito ao consumo e da adoção de ideias neoliberais na condução do sistema financeiro. Com o aumento da oferta do crédito e da renda do brasileiro, nos últimos anos, aumentou-se por consequência o endividamento. Com o aumento da inflação e do desemprego o futuro desses endividados é ainda mais incerto, tendo em vista a pequena eficácia do nosso sistema de insolvência e a falta de uma legislação específica sobre o superendividamento.

Com a diminuição da rede de proteção dos consumidores, representada aqui pelo Código de Falência, mas aplicável a qualquer legislação com fito de proteção do consumidor superendividado, a única solução para o problema do superendividamento passaria pela mudança de mentalidade em relação ao crédito: os indivíduos precisarão poupar mais e pegar menos dinheiro emprestado, o que seria um problema para o modelo econômico atual.¹⁹⁷

A solução do problema passa, conforme entendimento de Huls, além das restrições contratuais como cláusulas abusivas e restrições publicitárias, incluindo também a necessidade de revisitar a ideia de regulação do sistema financeiro, mesmo que através de uma taxa de juros máxima, a fim de regular a provisão de crédito responsável. Para ele o crédito é um produto perigoso e que, portanto, deve ser adequadamente regulado. Ainda acrescenta que uma política de crédito não pode ser baseada unicamente em um modelo

¹⁹⁶HULS, Nick. Consumer Bankruptcy: a third way between autonomy and paternalismo in private law. *Erasmus Law Review*, Rotterdam, v. 3, p.7-21, 2010.

¹⁹⁷BRAUCHER, Jean. Options in consumer bankruptcy: an american perspective. *Osgoode Hall Law Journal*, v.37, nº1/2, p.156-169, 1999.

econômico abstrato, nem em um modelo jurídico abstrato, mas deve estar focada nas necessidades da sociedade. Com uma sábia combinação de aprovação pré-mercado de novos produtos por um supervisor (agência reguladora), combinado com uma sólida taxa de juros máxima, o Estado pode recuperar alguma da sua autoridade no campo creditício, há tanto tempo perdida.¹⁹⁸

No entanto, o autor ainda observa que apesar de não haver regulação do sistema creditício pode haver outros modos que a legislação fornece, mesmo que indiretamente, para a intervenção estatal. Ele cita o caso da Dinamarca e a lei que tornou as demandas de massas vinculantes aos casos semelhantes. Apesar de ser um mecanismo de direito processual, as demandas coletivas podem representar um meio que a sociedade tem de questionar a atuação das instituições financeiras.¹⁹⁹

No próximo capítulo analisaremos as condições impostas pelo modelo contratual previsto no Código de Defesa do Consumidor e nas normas relativas ao contrato de cartão de crédito e como podem intervir no endividamento. Apesar de não se tratarem de normas de Direito Público, elas possuem caráter regulador e podem servir de meio para a limitação das consequências advindas da política de crédito adotada nacionalmente.

¹⁹⁸HULS, Nick. Consumer Bankruptcy: a third way between autonomy and paternalismo in private law. *Erasmus Law Review*, Rotterdam, v. 3, p.7-21, 2010.

¹⁹⁹*Ibidem*.

3 O CONTRATO DE EMISSÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO

“MEFISTÓFELES

Obrigo-me a servi-lo em tudo e à risca

Enquanto vivo for, e obedecer-lhe

Aos acenos até, sem cansar nunca.

Depois, quando lá em baixo nos toparmos

Trocamos os papéis. ”

Goethe²⁰⁰

Os contratos, ao longo da História, sofreram diversas mudanças interpretativas capazes de conferir-lhe significados distintos. Partindo da importância da individualidade, da força do contrato e da liberdade de contratar, sob o domínio da autonomia da vontade²⁰¹, o contrato passou por diversos estágios rumo à sua relativização, encontrando respaldo na autonomia privada²⁰², possibilitando, até mesmo a intervenção do Judiciário, limitando seu conteúdo e observando princípios constitucionais, além de normas de ordem pública.²⁰³

²⁰⁰GOETHE. *Fausto*. Trad. Antônio Feliciano de Castilho. Disponível em: <www.dominíopúblico.com.br>. Acesso em: 26 de fev. 2016.

²⁰¹A respeito do conceito e história da autonomia da vontade disserta Leonardi: “Portanto, a liberdade contratual fundada na autonomia da vontade do sujeito contratante representa um paradigma jurídico de instrumentalidade do contexto socioeconômico marcado pelo liberalismo. A autonomia da vontade compõe-se por um vasto espaço para atuação do sujeito, embora não seja um espaço ilimitado, encontrando uma posição bastante clara direcionada à não intervenção do Estado nessas relações eminentemente privadas. Os limites posicionam-se na ordem pública e nos bons costumes. Preenchem este espaço os três núcleos referidos, ou seja, a liberdade de contratar, a liberdade de escolha do conteúdo contratual e a possibilidade de celebração de contratos atípicos, sendo sempre estes núcleos tangenciados pela concepção de igualdade formal dos sujeitos envolvidos.” (LEONARDI, Felipe Raminelli. As operações econômicas em mercado e a realidade da liberdade contratual. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p. 283-314. p. 291 e 291).

²⁰²Sobre autonomia privada disserta Roxana Borges: “A autonomia privada é o poder de realizar negócios jurídicos, conhecida também, como liberdade negocial, que abrange a liberdade contratual. É o poder atribuído pelo ordenamento jurídico à pessoa para que esta possa reger, com efeitos jurídicos, suas próprias relações. Esse poder confere às pessoas a possibilidade de regular, por si mesmas, as próprias ações e consequências jurídicas, ou de determinar o conteúdo e os efeitos de suas relações jurídicas, tendo reconhecimento e podendo contar com a proteção do ordenamento jurídico.” (BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Reconstrução do conceito de contrato: do clássico ao atual. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p.19-40. p. 29).

²⁰³GERCHMANN, Suzana Rahde; CATALAN, Marcos. Duzentos anos de historicidade na ressignificação da ideia de contrato. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 90, p. 191-211, nov.- dez.2013. p. 192-193.

No estado liberal, com a ascensão da burguesia, a necessidade de segurança e certeza no âmbito contratual era imprescindível para a garantia da manutenção do poder da burguesia e a retirada do poder dos nobres. Essa é a chamada “era das codificações” em que a lei tem primazia sobre a função do juiz com o intuito de limitar o poder do monarca e da nobreza e garantir os interesses da burguesia como classe dominante. Nessa seara, a lei passou a ser o símbolo da certeza e segurança, sendo o juiz mera boca da lei, aplicando o silogismo ao caso concreto e à norma codificada, abstendo-se de ir além do que o Código previa, mesmo em situações de clara injustiça.²⁰⁴

No entanto, com as mudanças sociais e econômicas e os movimentos sociais que buscavam maiores condições para a camada mais vulnerável da população, o modelo de Estado Liberal entrou em crise. A partir dessas mudanças, estabeleceu-se o Estado de bem-estar social²⁰⁵, em que a intervenção do Estado na seara econômica passou a ser uma constante. A preocupação com os contratos passou a ser na busca do equilíbrio contratual e, principalmente, na obtenção da igualdade substancial entre as partes.

Com o contexto do pós-guerra e a adoção de modelos de Constituições sociais, diversos princípios constitucionais relevantes passaram também a interferir no cerne do contrato para garantir, precipuamente, a dignidade da pessoa humana.

Dentro desse contexto, o contrato deixou de ser um “instrumento de opressão”²⁰⁶ para tornar-se um instrumento de realização da pessoa humana, tendo uma faceta existencial e não meramente patrimonial.²⁰⁷ No Brasil essa transformação se deu precipuamente com a Constituição de 1988 em que o princípio da dignidade da pessoa humana adentrou como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

Entretanto, antes mesmo da Constituição, houve uma mudança de paradigma contratual que se deu da passagem do Estado Liberal e do predomínio do ideal de individualidade, de ampla liberdade contratual e igualdade formal entre as partes para o Estado Social e a preocupação com pessoas desfavorecidas e vulneráveis dentro da relação

²⁰⁴PALHARES, Cinara. *A tutela do consumidor excessivamente endividado como forma de preservação dos direitos fundamentais da pessoa humana*. 277 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 18.

²⁰⁵Sobre esse paradigma disserta Palhares: “O paradigma do *welfare state* é marcado, portanto, pelo surgimento de novos valores decorrentes do revisionismo crítico do paradigma do Estado Liberal. Esses novos valores estão ligados a uma onda de preocupação social, de retomada da moral, da justiça e da dignidade humana, que, em época de forte crise social, econômica e institucional, ganhou importância e espalhou-se nos mais diversos campos do saber. O mercado passa a ser visto não mais como “terra de ninguém”, e as operações econômicas deixam de interessar unicamente às partes envolvidas, passando a ter uma *função econômica e social* relevante, que passou a ser reconhecida pelos ordenamentos jurídicos”. (PALHARES, op. cit., p. 22).

²⁰⁶GERCHMANN, Suzana Rahde; CATALAN, Marcos. Duzentos anos de historicidade na ressignificação da ideia de contrato. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 90, p. 191-211, nov.-dez.2013. p. 204.

²⁰⁷Ibid., p. 207.

contratual, buscando atingir a igualdade substancial entre os indivíduos, criando-se normas para restabelecer o equilíbrio dentro das relações jurídicas.

A ideia de autonomia da vontade é substituída pelo conceito de autonomia privada (ou auto regramento da vontade para Pontes de Miranda²⁰⁸), deslocando a criação de normas jurídicas da força do indivíduo para o ordenamento, isto quer dizer, que apenas a máxima *qui dit contractuelle dit juste*²⁰⁹ não mais bastava para a gênese de normas jurídicas entre as partes, devendo haver uma autorização do ordenamento para que essas normas pudessem ser criadas.²¹⁰

Dessa forma, diante da contratação de acordo com a autonomia privada do particular o Estado pode agir de três formas distintas: entender que o acordo de vontades é indiferente e que, portanto, não irá tutelá-lo; entender que ele merece tutela; ou, ainda, entender que ele deve ser extirpado do ordenamento jurídico e, portanto, combatê-lo.²¹¹

A ideia da intervenção do Estado nos contratos coaduna-se com o ideal de proteção do vulnerável contratual, buscando a recomposição da igualdade substancial nas relações de direito privado. Ao tutelar a parte mais fraca, o Estado intenta estabelecer uma paridade de força entre os sujeitos, sem suprimir ao todo o âmbito de escolha dos indivíduos, ou seja, a liberdade contratual.²¹²

Neste contexto social e econômico, a força obrigatória dos contratos (*pacta sunt servanda*) começou a ser questionada e as mudanças decorrentes do tempo e da incerteza na relação contratual passaram a ser levadas em conta, percebendo-se que o contrato não é perfeito e não consegue prever todas as nuances da realidade, sendo essencial a possibilidade de sua revisão decorrente de situações imprevisíveis e inesperadas, recuperando a ideia da

²⁰⁸PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. 2.ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954, t. III, p. 56.

²⁰⁹Em uma tradução livre: “quem diz contratado diz justo” – expressão utilizada pelo entendimento de que o contrato faz lei entre as partes e que, uma vez que algo foi contratado entre elas, diante de sua autonomia, estará em conformidade com o Direito e é, portanto, justo. A respeito do assunto disserta Gerchmann e Catalan: “Assim, o fato do princípio outrora intitulado autonomia da vontade ter alicerces frágeis não impediu que o senso comum imaginário de liberdade existente no século XIX projetasse em cada relação contratual a impressão da mais lídima justiça, a ponto de tratar como justo todo contrato existente e válido, tão só pelo fato dele decorrer de um *acordo de vontades*, pouco importando – desde que satisfeitas tais premissas – seu conteúdo e suas próprias projeções sociais”. (GERCHMANN, Suzana Rahde; CATALAN, Marcos. Duzentos anos de historicidade na ressignificação da ideia de contrato. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 90, p. 191-211, nov.-dez.2013. p. 194).

²¹⁰LEONARDI, Felipe Raminelli. As operações econômicas em mercado e a realidade da liberdade contratual. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p. 19-40. p. 293.

²¹¹Ibid., p. 296.

²¹²Ibid., p. 293.

cláusula *rebus sic stantibus*²¹³, ou seja, o contratado permanece enquanto as situações permanecerem as mesmas.²¹⁴

Entretanto, apesar das diferenças entre a autonomia da vontade e a autonomia privada, no contexto de passagem do liberalismo econômico para o intervencionismo, mais recentemente no contexto do pós-Guerra e da ascensão do Estado Democrático de Direito²¹⁵, o ordenamento jurídico deixou de ter como primado os direitos fundamentais relativos à propriedade, e passou a tutelar a primazia da pessoa humana, por meio da tutela da dignidade. Essa mudança de foco trouxe consequências para o Direito dos contratos, passando a enxergar a liberdade contratual como parte do desenvolvimento da pessoa humana.²¹⁶

Falar em Direito Contratual e desenvolvimento da pessoa humana é não se esquecer da função primordial da vontade, que apesar de não ser absoluta, mas sim pautada no ordenamento jurídico e em normas de observância obrigatória, limitações positivas, como chamadas por Leonardi²¹⁷, ainda apresenta papel primordial na elaboração de negócios jurídicos, dentre eles, os contratos.

Além do mais, as relações contratuais modificaram-se, seus efeitos perante terceiros²¹⁸ passaram a ser relevantes, tendo em vista a imposição de uma função social através da previsão constitucional de um axioma de solidariedade social. A ideia de contrato deixou de ser oposição para ser cooperação.²¹⁹

O importante a se observar, entretanto, é que essa divisão entre um direito liberal contratual e um direito contratual atual serve mais a propósitos didáticos do que espelha com clareza o modo com que as relações contratuais eram efetivamente entendidas a seu tempo. A esse respeito disserta Maria Paulo Muñoz:

²¹³ A respeito da cláusula “*rebus sic stantibus*” disserta Caio Mário: “Consiste, resumidamente, em presumir, nos contratos comutativos, uma cláusula, que não se lê expressa mas figura implícita, segundo a qual os contratantes estão adstritos ao seu cumprimento rigoroso, no pressuposto de que as circunstâncias ambientes se conservem inalteradas no momento da execução, idênticas às que vigoravam no momento da celebração”. (PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*, v. 3, 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990. p. 109).

²¹⁴ GERCHMANN, Suzana Rahde; CATALAN, Marcos. Duzentos anos de historicidade na ressignificação da ideia de contrato. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 90, p. 191-211, nov.- dez.2013.p. 199.

²¹⁵ Conforme divisão temporal estabelecida por Gerchmann e Catalan em: GERCHMANN, Suzana Rahde; CATALAN, Marcos. Duzentos anos de historicidade na ressignificação da ideia de contrato. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 90, p. 191-211, nov.- dez. 2013.

²¹⁶ LEONARDI, Felipe Raminelli. As operações econômicas em mercado e a realidade da liberdade contratual. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p. 19-40. p. 306.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 311.

²¹⁸ Sobre o assunto ver obra: PENTEADO, Luciano de Camargo. *Efeitos contratuais perante terceiros*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

²¹⁹ GERCHMANN; CATALAN, op. cit., p.27.

Apresentam-se dados e raciocínios que sugerem que o que a doutrina nacional identifica como o primeiro tempo ou o “passado” novecentista dos contratos se conforma em um conjunto de práticas talvez jamais existentes com a rudeza do arquétipo com que hoje se apresentam. Afirma-se que a geração de juristas normalmente apresentados como crédulos e devotos da vontade – considerando-a acima de tudo – atuava, em verdade, inconsciente das motivações do direito privado e dos contratos. Em algumas situações a inconsciência cedia espaço para uma adoção lúcida, mas quase nunca teorizada ou intelectualmente levada às últimas consequências.²²⁰

Apesar dessa constatação, as modificações presentes no entendimento dos contratos são essenciais para entendermos o contexto social atual e a ingerência do Poder Judiciário no amálgama de relações contratuais e no que diz respeito aos direitos do consumidor enquanto contraente em contratos de crédito.

As relações em uma sociedade de consumo são interligadas e não se pode mais falar em contratos de forma isolada, mas sim em uma rede de contratos ou contratos coligados²²¹ em que diversos acordos se correlacionam devido às vicissitudes das operações de mercado.²²²

No entanto, nessa sociedade pautada na massificação das relações econômicas e sociais, o papel da vontade dentro do Direito Contratual e em especial do Direito do Consumidor parece cada dia mais apenas formal. A discussão de cláusulas da maioria dos contratos de consumo é mínima, podendo se dizer inexistente, e a adoção cada vez maior de contratos de adesão demonstra a ocultação da autonomia privada. Em um verdadeiro pacto fáustico, em que a vontade apesar de relevante é conduzida por manobras artificiais de publicidade e falta de informações adequadas, o consumidor atual, principalmente o bancário, vê seu desenvolvimento como pessoa ser impactado através da mitigação de sua liberdade contratual.

Na obra de François Ost “Tiempo y contrato: crítica del pacto faustico”²²³, o conceito utilizado para pacto fáustico relaciona-se com os contratos estabelecidos com base na ideologia liberal, supondo uma igualdade formal entre as partes. No nosso texto, apresentamos o conceito como qualquer contrato estabelecido com uma ocultação da vontade de ao menos uma das partes. Apesar de parecerem conceitos absolutamente diferentes, a ideia

²²⁰MUÑOZ, Maria Paula Costa Bertran. *Justiça e Contrato: entre comutar e distribuir*. São Paulo: EDUSP, 2015. p. 34.

²²¹Sobre o tema ver: PENTEADO, Luciano de Camargo. Redes contratuais e contratos coligados. In: *Direito Contratual: temas atuais*. HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio (coord.). São Paulo: Método, 2007.

²²²GERCHMANN, Suzana Rahde; CATALAN, Marcos. Duzentos anos de historicidade na ressignificação da ideia de contrato. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 90, p. 191-211, nov.-dez.2013. p. 205.

²²³OST, François. Tiempo y contrato: Crítica del pacto fáustico. *Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho*, n.º 25, p. 597-626, 2002. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/tiempo-y-contrato-critica-del-pacto-fustico-0/>> Acesso em: 04 jul. 2016.

de pacto fático diz respeito à questão da formação da vontade dentro dos contratos, em que um dos contratantes vende sua alma para o outro, ou seja, é lesionado de modo indubitável e apesar de tal, o contrato é perfeitamente válido. Ao estabelecer um pacto com o diabo, Fausto, apesar de ciente de ter vendido sua alma, não se atenta para as reais consequências deste contrato e não se encontra em uma situação de preponderância de sua vontade. Ao vender a alma, ele não passa de um títere em uma aposta entre Deus e o Diabo para determinar se os homens agem sempre de acordo com a vontade de Deus. Desse modo, pelas circunstâncias em que esse contrato foi realizado e diante da desesperança de Fausto diante da vida e das obras humanas (portanto, em situação de vulnerabilidade) não se pode dizer se tratar de uma manifestação da vontade livre e desimpedida capaz de produzir efeitos e vincular as partes.

Nos contratos de crédito bancário, apenas a escolha quanto ao fato de contratar ou não é deixada ao arbítrio da parte consumidora, ou seja, há apenas a liberdade de contratação como atributo da autonomia privada. Isso significa dizer que cada vez mais as relações entre contratantes é do tipo *take it or leave it*²²⁴. E como não poderia ser diferente, os contratos bancários e de crédito são contratos de adesão do tipo formulário em que o consumidor apenas preenche seus dados, não havendo uma diferenciação das principais cláusulas contratuais entre uma instituição financeira ou outra.²²⁵

É nessa seara que o estudo do contrato bancário, e mais especificamente do contrato de cartão de crédito, é relevante para a análise do superendividamento, uma vez que, além de se tratar de uma contratação com mitigação da autonomia privada, há ainda fatores como a publicidade que interferem na vontade manifestada nesse contrato. Determinar o grau de liberdade do consumidor nessa contratação é primordial para podermos estabelecer as consequências desse contrato e a vinculação de suas cláusulas frente a um consumidor superendividado. É pensando nesse objetivo que o próximo tópico do capítulo tratará mais especificamente das características dos contratos bancários e sua importância frente à economia e ao desenvolvimento.

3.1 CONTRATOS BANCÁRIOS E ECONOMIA

²²⁴Expressão que traduz a ideia de que a escolha quanto ao conteúdo contratual é impossível: ou o consumidor aceita o contrato como se encontra ou não aceita e não há conclusão do negócio.

²²⁵COVELLO, Sérgio Carlos. *Contratos Bancários*. 4.ed. São Paulo: LEUD, 2001. p. 54.

A doutrina preleciona atualmente a ideia de contrato bancário a partir de dois critérios fundamentais e cumulativos para a sua caracterização: o critério subjetivo e o objetivo. Pelo critério subjetivo, somente é contrato bancário aquele em que um banco ou instituição financeira faz parte. Já pelo critério objetivo, só se constitui um contrato bancário se tiver por objeto uma atividade de intermediação de crédito.²²⁶

Apesar de esse ser o entendimento prevalecente, há autores que entendiam que o contrato bancário poderia ser definido com base apenas em um desses critérios. Para Orlando Gomes, por exemplo, o contrato bancário pode ser definido como: “Com a expressão *contratos bancários* designam-se os negócios jurídicos que têm como uma das partes uma empresa autorizada a exercer atividades próprias dos bancos”.²²⁷

Dessa forma, de acordo com o entendimento doutrinário prevalecente, Sérgio Covello define contrato bancário como: “*o acordo entre Banco e cliente para criar, regular ou extinguir uma relação que tenha por objeto a intermediação do crédito.*”²²⁸

O que fica claro dessa definição e diversas outras a respeito de contratos bancários é a importância que a intermediação de crédito apresenta para esse tipo de contrato, consistindo em sua causa ou função²²⁹. O crédito representa o risco do contrato bancário e seu ideal de existência.²³⁰ Pensar em contrato bancário é pensar em mobilização do crédito, tanto para investimentos quanto para consumo.

Assim, fica evidente a relevância do estudo dos contratos bancários para a Economia e para a relação entre esses contratos, moeda e o desenvolvimento. Falar da relação entre contratos bancários e o desenvolvimento não é possível sem se passar pela análise do crédito e da moeda. A importância desses contratos, então, enquanto categoria de assunção de riscos é possibilitar a segurança e confiança do mercado²³¹ nos agentes responsáveis pela sua

²²⁶ AGUIAR JR., Ruy Rosado. Os contratos bancários e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 3. p. 1087-1148. p. 1089. No mesmo sentido: COVELLO, Sérgio Carlos. *Contratos Bancários*. 4.ed. São Paulo: LEUD, 2001. p. 45-46.

²²⁷ GOMES, Orlando. *Contratos*. 26.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2008. p. 396.

²²⁸ COVELLO, Sérgio Carlos. *Contratos Bancários*. 4.ed. São Paulo: LEUD, 2001. p. 47.

²²⁹ SADDI, Jairo. A Natureza Econômica do Contrato Bancário. In: WAISBERG, Ivo; FONTES, Marcos Rolim Fernandes. *Contratos Bancários*. São Paulo: Quartier Latin, 2006. Cap. 1. p. 22-37. p. 25.

²³⁰ A esse respeito afirma Covello: “O risco é inerente ao crédito e, praticamente, inseparável deste, a ponto de afirmar-se que, em princípio, não existe crédito sem risco.” (COVELLO, op. cit., p. 50).

²³¹ Nesse mesmo sentido disserta Covello: “A *confiança* é o elemento intrínseco e fundamental do crédito. Na esfera bancária, pode-se encarar o crédito sob dois aspectos fundamentais: a confiança do estabelecimento bancário no cliente e confiança deste no estabelecimento. No primeiro caso, importa a confiança que o indivíduo inspira no tocante à honestidade, à solvência, à vontade de cumprir a obrigação contraída; daí o rigoroso serviço de cadastro e informações que os Bancos mantêm entre seus serviços para aquilatar essas virtudes no cliente antes de celebrarem o contrato. No segundo caso, importa a confiança que o Banco inspira na coletividade, por meio igualmente da honestidade, da solvência, da segurança, da liquidez, do sigilo nas operações e na precisão dos serviços que presta. Justifica-se, assim, a rigorosa fiscalização que sofrem os Bancos por parte dos poderes

mobilização, principalmente entre poupadores e investidores, mas sem se esquecer, ainda mais diante da opção desenvolvimentista do Brasil²³², do crédito concedido para o consumo.

Desse modo, a regulamentação das normas que regem esses contratos mostra-se de relevante interesse público pela interferência que apresentam na economia do país e isso justifica as restrições apresentadas pelos órgãos referentes à regulação do crédito como o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional.²³³

Não obstante essa regulação feita pelos órgãos oficiais, a intervenção do Estado nesses contratos ainda se mostra pouco eficaz, pois se limitam, na maior parte das vezes, ao controle da taxa de juros e de garantias contratuais, não analisando cláusulas abusivas que esses contratos podem abarcar.²³⁴ A esse respeito disserta José Reinaldo Lima Lopes:

E nestes termos, os diversos instrumentos de disciplina, polícia e controle da moeda foram imaginados e organizados para desempenhar uma função que nada tinha a ver com o conceito de consumidor de crédito. De fato, o essencial do controle da moeda dizia respeito à estabilidade do mercado, crendo-se, naturalmente, que num mercado financeiramente estável, o benefício será distribuído afinal a todos os cidadãos. Naturalmente, a supervisão e a regulação também se faziam em nome da defesa da poupança popular, para evitar as grandes quebras de bancos que terminavam por afetar os depositantes e os investidores, já que uns e outros utilizavam-se do sistema.²³⁵

A análise de cláusulas contratuais que possam interferir no equilíbrio econômico do contrato e/ou violar a boa-fé não são abrangidas pelas normas regulatórias do BACEN e do Conselho Monetário Nacional, mas sim por regras de Direito Privado que incidem sobre as obrigações contratuais em geral e alguns deveres específicos de informação para os contratos de crédito quando a questão for consumerista.

públicos, por meio de constante inspeção e revisão de sua contabilidade, em seus registros, em sua atividade econômico-financeira, que, frise-se, é de interesse eminentemente social”. (COVELLO, Sérgio Carlos. *Contratos Bancários*. 4.ed. São Paulo: LEUD, 2001. p. 49-50).

²³²A respeito das peculiaridades do modelo desenvolvimentista na América Latina expressa Ronaldo Herrlein Junior: Importa notar que estas nações passam de colônias a países independentes geralmente sem realizar reforma agrária. Na América Latina, a importância econômica e política da classe dos latifundiários rurais esteve vinculada a uma bem-sucedida base exportadora prévia à industrialização, que viabilizou a importação de manufaturas e abriu assim o caminho para a futura industrialização por substituição de importações. A partir de uma economia nacional exportadora, a possibilidade de realizar *importações fáceis* vem atender à necessidade da produção e de sua modernização. Mas, especialmente, serve ao consumo dos estratos mais ricos, em sociedades nacionais marcadamente estratificadas – devido à colonização escravista e/ou dominadora e destruidora de povos autóctones –, configurando padrões de consumo elitistas e inadequados ao grau de desenvolvimento econômico nacional. (HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. *A construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no séc. XXI*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.)

²³³COVELLO, Sérgio Carlos. *Contratos Bancários*. 4.ed. São Paulo: LEUD, 2001. p. 53.

²³⁴*Ibid.*, p. 56.

²³⁵LOPES, José Reinaldo Lima. Consumidor e Sistema Financeiro. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 3. p.869-888. p. 876.

Nesse sentido, Saddi explica a necessidade da ciência do Direito, em especial o Direito Privado, se pautar em uma visão dos contratos bancários como forma de mitigar o risco institucional entre agentes superavitários e deficitários, trazendo essa ideia já consagrada na Economia para dentro da análise jurídica desses contratos.²³⁶

A esse propósito destaca Nalin: “Insiste-se em afirmar que o contrato não pode ser analisado fora do contexto de mercado, mostrando-se a sua descrição meramente teórica inadequada para a realização de uma perseguida justiça social”.²³⁷

Assim, as categorias clássicas de análise jurídica dos contratos, como a autonomia da vontade e a ideia de contrato como um acordo de vontades de cunho patrimonial, em que se estabelece direitos e obrigações entre as partes, não se coadunam com a realidade social atual. Em um mundo baseado na velocidade e no poder da informação inseridos em uma sociedade de massas não dá para se falar apenas em contratos isolados, mas há que se analisar o fenômeno contratual, de acordo com Saddi, como uma “complexa e intrincada teia de relações jurídicas e econômicas”.²³⁸

Dentro dessa “teia de relações econômicas e jurídicas” em que, muitas vezes, o que acontece em um dos contratos pode de alguma forma influenciar outros realizados pela mesma instituição financeira, por exemplo; a relevância da manutenção das promessas institucionalizadas por meio desse instrumento torna-se essencial. Do mesmo modo torna-se indispensáveis os mecanismos de incentivo para o seu cumprimento, associando-se a isso ainda o problema dos contratos incompletos e as possibilidades determinadas pelo Direito para a sua integração e resolução *a posteriori* dos problemas que advirem do acordo entre os contratantes.

A questão colocada acerca de contratos incompletos diz respeito aos custos de elaboração de determinado contrato. Um contrato com regras escassas apresenta um custo menor, porém uma maior insegurança na sua implementação. Enquanto um contrato com tendências à completude seria muito custoso, apesar de ser muito seguro e confiável. Dentre desse espectro de contratos que variam entre nada seguro e absolutamente seguro, há os contratos reais que dependerão de integração, em diversos momentos, pois alguma situação de fato poderá não ter sido por ele contemplada.²³⁹

²³⁶SADDI, Jairo. A Natureza Econômica do Contrato Bancário. In: WAISBERG, Ivo; FONTES, Marcos Rolim Fernandes *Contratos Bancários*. São Paulo: Quartier Latin, 2006. Cap. 1. p. 22-37. p. 22.

²³⁷NALIN, Paulo. *Do Contrato – Conceito pós-moderno*: Em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional. 2.ed Curitiba: Juruá, 2006. p. 125.

²³⁸SADDI, op. cit., p. 26.

²³⁹PENTEADO, Luciano de Camargo. *Integração de contratos incompletos*. 381f. Tese de Livre-docência. – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2015. p. 356.

A respeito de contratos incompletos disserta Luciano de Camargo Penteado:

Contratos incompletos são negócios jurídicos patrimoniais de natureza obrigacional em que o clausulado é insuficiente para solucionar as demandas das partes. Esta insuficiência pode ser intencional ou não querida. O que importa é que o clausulado não baste para reger as vicissitudes por que passará o vínculo, desde a fase de nascimento e desenvolvimento até a fase de adimplemento. Desse modo, verifica-se a figura com maior frequência nos contratos de longa duração, sejam de cumprimento diferido, sejam de execução periódica, porque os contratos de execução instantânea, por definição, exaurem-se no ato de cumprimento praticamente cossimultâneo à formação e, portanto, com menor grau de probabilidade gera este tipo de situação.²⁴⁰

Nesse sentido, Saddi afirma a importância que a manutenção de promessas institucionalizadas por meio de contratos tem para a manutenção da eficiência econômica.²⁴¹ Falar em contratos é falar de mecanismos de incentivos e coerção para cumprimento de promessas, mantendo o acordado e ainda aumentando a confiança no funcionamento das instituições, tanto para a sua implementação quanto para a solução de problemas advindos das lacunas contratuais.

Conforme o mesmo autor, o Direito apresenta três principais mecanismos para lidar com contratos incompletos. Em primeiro lugar, há a hermenêutica contratual que visa à interpretação do contrato conforme a sua finalidade. Em segundo lugar, está a lei e, por fim os usos e costumes que são autorizados a integrar o Direito por meio de analogias.

Entretanto, apesar desses mecanismos, o Direito ainda é aplicado de modo desigual pelos tribunais, não havendo uma harmonia entre as decisões, o que dificulta a diminuição de riscos contratuais, pois gera maior instabilidade e insegurança para os agentes econômicos. Ao estabelecer uma maior harmonia das decisões para integração de lacunas contratuais, os tribunais poderiam, então, favorecer o ambiente econômico aumentando a previsibilidade e segurança das soluções em sede de contratos.²⁴²⁻²⁴³

Diante dos contratos bancários, esse mecanismo de integração por meio do Poder Judiciário se mostra ao mesmo tempo necessário e perigoso, diante da importância desse

²⁴⁰PENTEADO, Luciano de Camargo. *Integração de contratos incompletos*. 381f. Tese de Livre-docência. – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2015. p.32.

²⁴¹SADDI, Jairo. A Natureza Econômica do Contrato Bancário. In: WAISBERG, Ivo; FONTES, Marcos Rolim Fernandes. *Contratos Bancários*. São Paulo: Quartier Latin, 2006. Cap.1. p. 22-37. p. 26.

²⁴²Ibid., p. 27.

²⁴³A respeito dessas mudanças de posicionamento dos Tribunais frente à incompletude contratual, Luciano de Camargo Penteado exemplifica com o caso dos contratos de *commodities* de laranja ou soja apresentados perante o STJ. Primeiramente, a Corte decidiu ser possível a revisão do contrato frente à baixa do valor da bolsa. No entanto, em decisão posterior entendeu não ser este contrato passível de revisão por se tratar de contrato aleatório e, em que, portanto, o risco faz parte do negócio. (PENTEADO, op. cit., p.35).

instrumento para a alocação de crédito no mercado e ainda pelas características jurídicas do contrato, já que na maioria das vezes trata-se de um contrato de consumo e por adesão.

Apesar de encontrar um espaço amplo de atuação, a intervenção judicial em contratos coligados ou em rede pode gerar consequências não esperadas pelos tribunais, podendo interferir no ambiente econômico em que a operação tem substrato e mesmo atingindo contratantes que não estão diretamente ligados à relação jurídica em discussão.

3.2 PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR DE CRÉDITO

Diante da possibilidade da intervenção judicial em contratos de consumo e em contratos de adesão, cumpre estabelecer nesse tópico do estudo os direitos dos contratantes previstos pelo Código de Defesa do Consumidor em geral e em relação aos contratos de crédito especificamente e ainda estabelecer quais são os limites da intervenção judicial a respeito dessas demandas.

Conforme tratado em item anterior, o contrato passou, ao longo da história, pelo modelo prevalecente da vontade (voluntarismo) em que ele era instrumento hábil e propulsor da nova burguesia em ascensão, em que se privilegiava os princípios da autonomia da vontade e da igualdade formal dos contratantes.²⁴⁴

Nas palavras de Luciano de Camargo Penteado:

A questão fundamental para os teóricos da certeza e segurança jurídica, a de permitir que o direito do estado seja claro e único para todos, que haja fluxo unidirecional de decisões se dá porque, neste modelo – no que, insista-se, surgiram as primeiras codificações de direito privado – o Estado e a lei estatal garantem apenas as regras do jogo. Estariam fora de cogitação preocupações maiores com o resultado deste jogo, com a paridade efetiva dos oponentes, mas havia apenas uma preocupação com a legitimidade das regras institucionais da comunidade, o que se traduz em preocupação com previsibilidade das regras, estabilidade destas. Tanto assim que normas tutelares surgiram apenas ao longo do século XX, no direito do trabalho e do consumidor, entre outros.²⁴⁵

²⁴⁴NALIN, Paulo. *Do Contrato – Conceito pós-moderno: em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006. p. 111.

²⁴⁵PENTEADO, Luciano de Camargo. *Integração de contratos incompletos*. 381f. Tese de Livre-docência. – Universidade de São Paulo - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2015. p. 23.

Com a primeira crise do contrato ou “crise da massificação das relações contratuais”²⁴⁶, as relações contratuais passaram a ser despersonalizadas em decorrência do alargamento da utilização das contratações em massa, em especial dos contratos de adesão.

O novo sistema contratual brasileiro introduzido pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) e posteriormente pelo Código Civil de 2002 tem em mente a tentativa de superação da crise do contrato, ou crise da vontade, ao tutelar a equidade contratual e a igualdade substancial das partes contratantes.²⁴⁷

Essa nova teoria contratual tem como vertente axiológica o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo decorrente da transformação do Estado Liberal em Estado de bem-estar social e ainda da presença de objetivos fundamentais como a construção de uma sociedade mais justa, promoção do bem-estar de todos e outros princípios dentro do texto constitucional e que emanam para todas as searas do Direito brasileiro.²⁴⁸

Cláudia Lima Marques denomina essa nova teoria contratual de “socialização do contrato”²⁴⁹, em que se percebe um forte intervencionismo estatal frente às questões contratuais e ainda a predominância de novos princípios do contrato como a boa-fé, a equidade, a segurança nas relações.

Nessa seara, o CDC e o CC de 2002 introduziram três princípios para somar aos princípios já existentes da liberdade contratual, da força obrigatória dos contratos e da relatividade dos efeitos contratuais que são os princípios da (a) boa-fé objetiva, (b) da função social do contrato e da (c) justiça ou equilíbrio contratual.²⁵⁰

(a) O princípio da boa-fé objetiva atua como modo de interpretar negócios jurídicos, como fonte de criação de deveres anexos²⁵¹ e como limitação dos direitos subjetivos em

²⁴⁶Cláudia Lima Marques faz referência em sua obra a respeito de quatro crises contratuais do Direito contratual. A primeira crise é por ela chamada de “crise de massificação das relações contratuais”, a segunda de “crise da pós-modernidade”, a terceira, “crise de confiança: a pós-modernidade aprofundada” e a quarta de “crise da hiperabundância”. A esse respeito ver: MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais*. 6.ed. São Paulo: RT, 2011. p.159 a 209 e em MARQUES, Cláudia Lima. *A nova crise do contrato: Estudos sobre a Nova Teoria Contratual*. São Paulo: RT, 2007.

²⁴⁷MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais*. 6.ed. São Paulo: RT, 2011. p. 162.

²⁴⁸BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Reconstrução do conceito de contrato: do clássico ao atual. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p.19-40. p.24.

²⁴⁹MARQUES, op. cit., p. 163.

²⁵⁰ROSENVALD, Nelson.º A função social do contrato. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p. 81-112. p. 84.

²⁵¹Para Antônio Manuel da Rocha Menezes de Cordeiro, os conceitos parcelares da boa-fé são: (a) *suppressio e surrectio*, (b) *tu quoque*, (c) *exceptio doli*, que pode ser *generalis* ou *specialis*, (d) *venire contra factum proprium*, (e) inalegabilidade das nulidades formais e (f) desequilíbrio no exercício jurídico. (MENEZES CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 2001). A essa classificação clássica, Tartuce acrescenta ainda “duty to mitigate the loss”, conceito parcelar relacionado com o

sentido amplo.²⁵² Diferentemente da boa-fé subjetiva, a boa-fé objetiva prevê um regramento de conduta, que deve ser zelosa, proba, leal, honesta e não se relaciona com o íntimo do indivíduo.²⁵³

Sob a égide da boa-fé há a criação de deveres como a solidariedade entre os parceiros contratuais, a lealdade, transparência e mesmo a cooperação, alterando a lógica individualista que regia os contratos.²⁵⁴ Um dos deveres criados pela boa-fé e presente ao longo de todo o Código de Defesa do Consumidor é o dever de informação, previsto no art. 6º, III, do CDC²⁵⁵ como direito básico do consumidor.

No entanto, por se caracterizar como um direito fundamental, o direito à informação não se encontra apenas dentro dos deveres anexos da boa-fé objetiva no Direito do Consumidor, mas também, corresponde a um dever direto da prestação principal do fornecedor.²⁵⁶ O intuito da disposição desse princípio no Código de Defesa do Consumidor é obrigar o fabricante/ fornecedor a informar ao consumidor qualquer elemento presente na composição do produto ou mesmo modo de utilização que possa ocasionar risco à sua saúde e integridade física²⁵⁷, desse modo, relacionando-se com o inciso I do mesmo artigo²⁵⁸. Da

dever de colaboração decorrente da boa-fé objetiva. (TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual*. São Paulo: Método, 2012).

²⁵²PENTEADO, Luciano de Camargo. Figuras parcelares da boa-fé objetiva e *venire contra factum proprium*. *Revista de Direito Privado*, nº27, jul./set. 2006. p. 252 a 278. p. 257.

²⁵³NICOLAU, Gustavo Rene. Implicações práticas da boa-fé objetiva. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p. 113-124. p. 115.

²⁵⁴BENJAMIN, Antonio Hermann; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 3.ed. São Paulo: RT, 2010.p. 324.

²⁵⁵Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁵⁶LÔBO, Paulo Luiz Netto. A informação como direito fundamental do consumidor. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, nº37, p.59-76, jan./mar.2001.p. 67.

²⁵⁷SAAD, Eduardo Gabriel. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 5. ed., São Paulo: LTR, 2002. p.178.

²⁵⁸Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*, Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 fev. 2016).

mesma forma, esse inciso representa um detalhamento do inciso II do mesmo artigo²⁵⁹, uma vez que especifica as informações que devem ser prestadas pelo fornecedor ao consumidor.²⁶⁰

A Lei 12.741/2012, ao tratar do tema, acrescentou mais um dever para o fornecedor, qual seja, o de informar o consumidor a respeito dos tributos incidentes sobre o produto que irão comprar. O direito do consumidor à informação leva o fornecedor a ter que agir com lealdade e veracidade nas informações publicitárias, sendo esse direito, portanto, um direito instrumental, garantido com o fito de tutelar outros direitos substanciais do consumidor.²⁶¹

Em resumo, o acesso à informação é necessário para garantir que o consumidor possa exercer o direito de escolha frente aos contratos de adesão e à massificação da publicidade que, muitas vezes, são tendenciosas e não expressam aquilo que efetivamente o consumidor precisa saber.²⁶² Dessa forma, incorre nesse direito à informação a prestação do Estado de realizar a contrapropaganda em caso de propaganda enganosa ou abusiva.²⁶³

O que se extrai primordialmente desse direito é que a informação passada para o consumidor deve ser adequada, clara e correta sem se esquecer da obrigação de ser em língua portuguesa e ainda de fácil percepção. Para Antonio Herman Benjamin, esse artigo se relaciona com o art. 31 do CDC em que ficam demonstradas diversas categorias da informação: informação-conteúdo, informação-utilização, informação-preço e informação-advertência.²⁶⁴ Assim, fica claro que é dever do fornecedor informar as características do produto e serviço, além do preço e das condições contratuais. Dessa forma, não se admite, com o advento do CDC, o chamado *dolus bonus* do fornecedor em omitir informações relevantes ou mesmo distorcê-las para influenciar a compra por parte do consumidor.²⁶⁵

(b) Outro princípio relevante da nova teoria contratual é a função social do contrato. Pela função social podemos entender que o contrato não pode ser visto atualmente apenas

²⁵⁹Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*, Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁶⁰GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman; *et al.* *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 9. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p.146.

²⁶¹GOMES, Orlando. Os direitos dos consumidores. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 77, p. 19-26, jan./mar. 2011.p.23.

²⁶²LÔBO, Paulo Luiz Netto. A informação como direito fundamental do consumidor. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º37, p.59-76, jan./mar. 2001.p. 61.

²⁶³PASQUALOTTO, Adalberto. Defesa do Consumidor. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º6, p.34-60, abr./jun.º1993. p. 43.

²⁶⁴BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de direito do consumidor*. 3. ed., São Paulo: RT, 2010. p. 69.

²⁶⁵PASQUALOTTO, op. cit., p. 43.

pelo ponto de vista dos contratantes, mas que deve-se analisar o seu papel dentro da sociedade e como ele a afeta e vice-versa.²⁶⁶

Fala-se, portanto, em função social interna e externa. A função social interna analisa as relações entre os contratantes, vinculando-as à obtenção da satisfação das partes, mediante a troca econômica de bens ou serviços em caráter colaborativo. Qualquer fim diferente que for dado ao contrato será considerado em desacordo com a função social. Por função social externa estende-se a análise do contrato para além das partes, incluindo a coletividade que poderá sofrer efeitos dessa relação contratual.²⁶⁷

Uma das normas do CDC que se coaduna com a ideia da função social do contrato é a norma que prevê a não vinculação do consumidor a cláusulas ininteligíveis ou das quais não teve conhecimento prévio,²⁶⁸ norma essa prevista no art. 46 do diploma normativo citado²⁶⁹.

(c) O último princípio pertencente ao viés solidarista do contrato é o equilíbrio econômico-contratual. Por esse princípio busca-se a justiça contratual, vedando-se cláusulas que possam estabelecer prestações excessivamente onerosas para a parte consumidora.²⁷⁰

Para buscar a justiça contratual, o art. 47 do CDC²⁷¹ prevê a possibilidade de interpretação das cláusulas contratuais em favor do consumidor. Como decorrência desses princípios, o CDC prevê no art. 51²⁷² um rol de cláusulas abusivas que geram sua nulidade se

²⁶⁶ NEGREIROS, Teresa. *Teoria do Contrato: novos paradigmas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 206.

²⁶⁷ BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Reconstrução do conceito de contrato: do clássico ao atual. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p. 19-40. p.33.

²⁶⁸ TARTUCE, Flávio; Neves, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual*. São Paulo: Método, 2012. p. 238.

²⁶⁹ Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁷⁰ BENJAMIN, Antonio Hermann; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 3.ed. São Paulo: RT, 2010. p. 344.

²⁷¹ Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁷² Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

- I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;
- II - subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;
- III - transfiram responsabilidades a terceiros;
- IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;
- V - (Vetado);
- VI - estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor;

presentes em um contrato de consumo. Se essas cláusulas atingirem o equilíbrio econômico do contrato poderão, até mesmo, causar a ineficácia do contrato de consumo. O artigo deixa claro que qualquer cláusula que viole o sistema protetivo do consumidor poderá ser considerada abusiva.

3.2.1 Direitos do consumidor de crédito

Após a visão geral do sistema protetivo contratual do consumidor, resta estudar, em uma análise mais específica, as normas de proteção em contratos bancários e de crédito previstas no art. 52 do CDC.²⁷³

-
- VII - determinem a utilização compulsória de arbitragem;
 - VIII - imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor;
 - IX - deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor;
 - X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;
 - XI - autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor;
 - XII - obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor;
 - XIII - autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração;
 - XIV - infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais;
 - XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;
 - XVI - possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:

- I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
- II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;
- III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.

§ 2º A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes;

§ 3º (Vetado).

§ 4º É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁷³Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

- I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;
- II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;
- III - acréscimos legalmente previstos;
- IV - número e periodicidade das prestações;
- V - soma total a pagar, com e sem financiamento.

§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação. (Redação dada pela Lei n.º 9.298, de 1.º.8.1996)

Primeiramente, antes de adentrar a análise específica do art. 52 do CDC, cabe alguns apontamentos iniciais acerca da controvérsia existente na jurisprudência e doutrina brasileiras a respeito da possibilidade de aplicação do CDC aos bancos, não obstante a disposição prevista no art. 3º, §2º do diploma normativo.

Apesar de já ter sido um tema controverso tanto na doutrina quanto na jurisprudência, atualmente, após a ADIn 2.591 ficou pacificado²⁷⁴ o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da aplicação do Código de Defesa do Consumidor e sua sistemática de proteção contratual do vulnerável para contratos bancários.

A decisão do Supremo Tribunal Federal primou pela ideia de que, apesar de existirem regras concernentes ao Sistema Financeiro Nacional (normas de organização) e que se aplicam aos bancos e instituições financeiras, no que diz respeito à proteção do consumidor como princípio expresso na Constituição, tanto dentre os direitos fundamentais (art. 5º, XXXII, CF) quanto entre os princípios relativos à ordem econômica (art. 170, V, da CF) há a necessidade de garantir a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor (normas de conduta) aos contratos bancários de crédito ou financiamento.²⁷⁵ Dessa forma, entendeu o STF pela constitucionalidade do art. 3º, §2º do Código de Defesa do Consumidor (CDC)²⁷⁶.

Assim, o STF pacificou o entendimento de que as instituições financeiras, bancárias, de crédito ou securitária são fornecedores para fins de aplicação do CDC. Desse modo, para a caracterização da relação de consumo, resta analisar o outro polo da relação jurídica. É consumidor, de acordo com o CDC, todo aquele que é destinatário final de bem ou serviço.

§ 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁷⁴Criticando a decisão do STF expõe Troster que: “A tentativa de aplicar ao setor financeiro normas que não foram feitas levando em conta suas características acaba prejudicando justamente aqueles que tais normas deveriam beneficiar. A pretensão de aplicar o CDC aos bancos, apesar de sua boa motivação, é um caso que pode implicar em mais problemas do que vantagens: menos empréstimos para impulsionar a economia; maiores taxas de juros para os tomadores; encarecimento dos custos de captação do dinheiro; possibilidade de perdas da poupança pública; aumento dos riscos para as instituições; e dificuldades, para as autoridades econômicas, de garantir uma política monetária consistente” (TROSTER, Roberto Luis. *O Código do consumidor e os bancos. Revista de Direito Bancário, do mercado de capitais e da Arbitragem*, São Paulo, n.º 16, p. 231-234, abr./jun.º 2002. p. 232).

²⁷⁵A respeito da diferenciação entre as normas de conduta e de organização e aprofundamento do conteúdo da ADIn ver: MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais*. 6. ed. São Paulo: RT, 2011. p. 541- 548.

²⁷⁶Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

Além do destinatário final do produto ou serviço, o CDC apresenta diversas hipóteses em que, apesar de não haver destinação final, o sujeito poderá ser equiparado ao consumidor, conforme as disposições do art. 2º, parágrafo único do CDC²⁷⁷, art. 29 do CDC²⁷⁸ e art. 17 do CDC²⁷⁹.

Além dessas disposições específicas da lei, Cláudia Lima Marques observa que o STJ tem aceitado facilmente a prova de vulnerabilidade concreta de clientes investidores²⁸⁰ e pessoa jurídica de pequeno porte, decorrente da especificação da atividade bancária, de sua complexidade e da grande assimetria de informações entre as partes contratantes. Entretanto, não aceita em relação a tema relativo a taxa de juros e em caso de grandes quantias financiadas em uma contratação não massificada.²⁸¹

Apesar do entendimento do STF, o STJ editou o Enunciado 381 de sua súmula²⁸² prevendo que nos contratos bancário o juiz não pode reconhecer *ex officio* da abusividade de suas cláusulas. Diante da decisão do STF e das disposições do CDC acerca de suas normas serem de ordem pública e interesse social, grande parte da doutrina entende que essa Súmula está ultrapassada e precisaria ser cancelada pelo tribunal.²⁸³

²⁷⁷Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁷⁸Art. 29. Para os fins deste Capítulo e do seguinte, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁷⁹Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁸⁰Parte da doutrina entende que os clientes tomadores ou investidores não estariam sob a proteção do Código de Defesa do Consumidor. Sobre isso José Reinaldo Lima Lopes aponta: “Não creio que seja necessário – e nem juridicamente correto – usar o Código de Defesa do Consumidor para proteger tomadores de empréstimos para investimento.” (LOPES, José Reinaldo Lima. *Consumidor e Sistema Financeiro*. In: MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 3. p.869-888. p. 879).

²⁸¹MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais*. 6.ed. São Paulo: RT, 2011.p. 549-550.

²⁸²“Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado 381 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_34_capSumula381.pdf> Acesso em 31 maio 2016).

²⁸³Nesse sentido, a título de exemplo: TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorin Assumpção. *Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual*. São Paulo: Método, 2012. MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais*. 6.ed. São Paulo: RT, 2011.

A impossibilidade de reconhecer as cláusulas abusivas de ofício por parte do juiz vai contra todo o sistema protetivo do consumidor e, mesmo, das normas do Código de Processo Civil a respeito dos limites do princípio da demanda.

Dentro do tema de contratos bancários, de crédito e de financiamento, o CDC estabelece um rol de direitos e deveres especiais para esses contratos previstos no art. 52 do CDC²⁸⁴, baseados no dever de informar e no princípio da transparência decorrentes da boa-fé objetiva. Esses deveres específicos decorrem do maior grau de assimetria de informações entre os consumidores e fornecedores de crédito, pela alta tecnicidade e profissionalismo do setor.²⁸⁵

O maior entrave para o reestabelecimento da igualdade substancial nesse tipo de contrato de consumo reside primordialmente nas peculiaridades do funcionamento do sistema financeiro e na informação reduzida repassada para o consumidor.

Desse modo, para haver um equilíbrio contratual e equivalência entre as partes contratantes decorrentes da liberdade de contratação, há a necessidade de dar ao consumidor condições para se impor dentro desse contrato, não ficando sujeito às demandas e pressões provenientes do fornecedor, aumentando o seu grau de vulnerabilidade na relação jurídica.²⁸⁶

Acrescenta-se a isso, a contratação por adesão, em que o consumidor não pode discutir as cláusulas presentes nos contratos, nem estabelecer a taxa de juros no caso de inadimplemento, ficando à mercê da instituição financeira.

Por contrato de adesão deve-se entender:

Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas são preestabelecidas unilateralmente pelo parceiro contratual economicamente mais forte (fornecedor), *ne varietur*, isto é,

²⁸⁴Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;
II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;
III - acréscimos legalmente previstos;
IV - número e periodicidade das prestações;

V - soma total a pagar, com e sem financiamento. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁸⁵Sobre a assimetria informacional nos contratos de consumo de crédito, explica Maria Paula Muñoz: “O reconhecimento da assimetria de informações afirma que determinados mercados, como o de carros usados, seguros, crédito e serviços especializados têm como importante característica o fato de uma das partes saber muito mais sobre as reais qualidades do que está negociando do que a outra.” (MUÑOZ, Maria Paula da Costa Bertran.º Paralelismo entre assimetria de informações e vulnerabilidade dos consumidores: uma análise acerca de juros em contratos de concessão de crédito. *Revista de Direito do Consumidor*, a. 22, n.º 86, mar./abr., 2013. p.50)

²⁸⁶ZANCHIM, Kleber Luiz. *Contratos empresariais*: Categoria – Interface com contratos de consumo e paritários – Revisão Judicial. São Paulo: Quartier Latin: 2012. p. 113.

sem que o outro parceiro (consumidor) possa discutir ou modificar substancialmente o conteúdo do contrato escrito. O contrato de adesão é oferecido ao público em um modelo uniforme, geralmente impresso, faltando apenas preencher os dados referentes à identificação do consumidor-contratante, do objeto e do preço. Assim, aqueles que, como consumidores, desejarem contratar com a empresa para adquirirem produtos ou serviços já receberão pronta e regulamentada a relação contratual e não poderão efetivamente discutir, nem negociar singularmente os termos e condições mais importantes do contrato.²⁸⁷

A regulamentação dos contratos por adesão²⁸⁸ apresenta-se no art. 54 do CDC²⁸⁹, estabelecendo deveres para o fornecedor, sob pena de determinadas cláusulas serem consideradas abusivas.

No entanto, vale lembrar que um contrato por adesão, por si só, não caracteriza abusividade. O problema relativo aos contratos por adesão relaciona-se com o abuso dessa forma de contratar.²⁹⁰

Nesse ínterim, o papel do Judiciário é de absoluta importância na verificação da legalidade das cláusulas do contrato e na manutenção do equilíbrio econômico-contratual, assegurando a paridade de forças entre os contraentes e intervindo, conforme a necessidade, em favor da parte mais fraca.

²⁸⁷MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de defesa do consumidor*. 5.ed. São Paulo: RT, 2006. p. 800.

²⁸⁸A respeito da não caracterização do contrato de adesão como uma categoria contratual expõe Luciano de Camargo Pentead: “Aclarando as coisas, é preciso reforçar que contrato de adesão não é figura jurídica autônoma, mas técnica de escoamento da produção de bens ou serviços. É nada mais do que um meio da atividade mercantil, cujo exercício precisa ser regulado, mas não se trata sequer de um instituto jurídico. Não é contrato em si, por paradoxal que isso possa parecer e, por isso, deve se explicitar a espécie concreta de que se trata para poder haver discussão em torno de qualquer caso versando a matéria. Não existe contrato de adesão, mas a contratação por adesão e, portanto, o contrato de compra e venda por adesão, a locação por adesão, o seguro por adesão.” (PENTEADO, Luciano de Camargo. Abuso de poder econômico-contratual e boa-fé. *Revista de Direito Privado*, São Paulo, n.º 11, p. 138-153, jul./set. 2002. p.144).

²⁸⁹Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

§ 1º A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.

§ 2º Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressaltando-se o disposto no § 2º do artigo anterior

§ 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

§ 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

²⁹⁰ZANCHIM, Kleber Luiz. *Contratos empresariais: Categoria – Interface com contratos de consumo e paritários* – Revisão Judicial. São Paulo: Quartier Latin: 2012. p. 120.

3.2.2 Revisão judicial de contratos

Conforme tratado nesse capítulo em item anterior, os contratos são regidos pelo princípio da força obrigatória, ou como já conhecido, *pacta sunt servanda*. No entanto, há hipóteses legais e jurisprudenciais de revisão do conteúdo do contrato²⁹¹, seja por máculas concomitantes ao momento da formação ou ainda por causas supervenientes que desestabilizem o equilíbrio econômico contratual.²⁹² Tendo em vista o escopo de proteção do consumidor desta legislação, o CDC relativiza princípios inerentes do direito contratual como a autonomia de vontade e o *pacta sunt servanda* em prol do consumidor, quando este apresentar prejuízo.²⁹³

O Código de Defesa do Consumidor trouxe em seu bojo diversas normas de proteção contratual como o tema das cláusulas abusivas e ainda, com isso, diversas hipóteses em que o juiz poderia atuar diretamente no conteúdo do contrato para reestabelecer a relação existente entre consumidor e fornecedor.

O tema da revisão judicial dos contratos de consumo, entretanto, perpassa pelo que a doutrina entende como “diálogo das fontes”. O sistema de proteção do consumidor não pode ser visto como isolado das disposições contratuais do Código Civil de 2002, mas suas normas devem ser interpretadas de modo coeso com o fim de, assim, garantir o direito do consumidor à proteção contratual.

A teoria do diálogo das fontes foi uma tese desenvolvida por Erik Jayme e trazida ao Brasil por Cláudia Lima Marques, segundo a qual admite a coexistência entre o Direito do Consumidor, o Direito Privado, especialmente representado pelo Código Civil de 2002, e leis especiais concernentes ao tema, sendo, muitas vezes, lei sobre mercados de consumo setoriais.²⁹⁴

²⁹¹No Direito Brasileiro, a primeira grande hipótese de revisão judicial dos contratos foi a chamada ação renovatória prevista no Decreto n.º 24.150/34 para a renovação judicial de contratos de locação destinados ao comércio e à indústria. Sobre o assunto ver: BUZAID, Alfredo. *Da ação renovatória*. São Paulo: Saraiva, 1958.

²⁹²ALMEIDA, João Batista. A revisão dos contratos no Código do Consumidor. In: MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 2. p. 339-348.

²⁹³NUNES JR, Vidal Serrano; SERRANO, Yolanda Alves Pinto. *Código de Defesa do Consumidor interpretado*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 45.

²⁹⁴MARQUES, Cláudia Lima. Superação das antinomias pelo diálogo das fontes: o modelo brasileiro de coexistência entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 51, p.34-67, jul./set. 2004. p.35.

Com a criação do CDC de 1990 e o Código Civil de 2002, a situação do direito privado brasileiro tornou-se, de certa forma, peculiar, apresentando um Código para iguais (CC) e um Código para diferentes (CDC). Dessa forma, tendo em vista códigos diferentes que apresentam âmbito de aplicação ora coincidentes, não devem ser utilizadas as tradicionais regras de resolução de antinomias do Direito, mas sim o “diálogo das fontes” para a resolução de possíveis conflitos aparentes entre normas.²⁹⁵ A norma de revogação expressa pelo art. 2.045 do CC2002²⁹⁶, apenas revoga expressamente o Código Civil de 1916 e parte do Código Comercial.

Além do mais, em momento nenhum no Código Civil de 2002 há a menção ao consumidor como pessoa especial, vulnerável e mesmo digna de proteção, não havendo, portanto, que se falar em revogação tácita. Dessa forma, não se pode entender que, por ser norma de caráter geral, o CC 2002 revogaria o CDC, norma de caráter especial, tendo em vista o aspecto temporal²⁹⁷.

Nessa monta, no caso de conflitos de normas, para as relações entre consumidor e fornecedor aplicar-se-á a o Código de Defesa do Consumidor e só subsidiariamente ou complementarmente o Código Civil de 2002.²⁹⁸ Isso se deve ao caráter do consumidor como parte mais fraca da relação jurídica e que necessita de proteção e, portanto, exige-se para as suas obrigações uma proteção maior à boa fé do que nas relações entre iguais.²⁹⁹

Assim, tendo em vista o objetivo de tutelar o consumidor, o art. 7º do CDC³⁰⁰ abre a possibilidade de complementação de seus princípios e regras a partir de outros diplomas legais e processuais.³⁰¹ Essa aplicação concomitante de dispositivos normativos, ou seja, essa solução de antinomias que não levam necessariamente à revogação de quaisquer umas das

²⁹⁵MARQUES, Cláudia Lima. Superação das antinomias pelo diálogo das fontes: o modelo brasileiro de coexistência entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 51, p.34-67, jul./set. 2004. p.35.

²⁹⁶Art. 2.045. Revogam-se a Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil e a Parte Primeira do Código Comercial, Lei n.º 556, de 25 de junho de 1850. (BRASIL. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 24 maio 2016).

²⁹⁷MARQUES, op. cit., p.52.

²⁹⁸Ibid., p.56.

²⁹⁹Ibid., p.57.

³⁰⁰Art. 7º Os direitos previstos neste código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

Parágrafo único. Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em 30 maio 2016).

³⁰¹FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de Direitos do Consumidor*. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2007. p.58.

normas é chamada por Cláudia Lima Marques, baseada em uma expressão francesa, de “coerência derivada ou restaurada”, em que vários sistemas jurídicos se entrelaçam para tutelar as mesmas relações e que, ainda, não se revogam por apresentarem disposições díspares.³⁰²

No sistema clássico de resolução de conflitos de lei no tempo, os critérios utilizados eram três, a saber: a anterioridade, a especialidade e a hierarquia, sendo esta a principal. Por esse “método”, a lei antiga seria a tese, a nova a antítese e, assim, a revogação de uma delas, a síntese.³⁰³ Para a resolução dos problemas da sociedade pós-moderna, da era da descodificação, em que o sistema jurídico se apresenta plural, sendo originado de diversas fontes, não cabe mais a solução simples das antinomias por meio da especialidade ou anterioridade ou mesmo hierarquia, mas sim pelo “diálogo das fontes”. Nesse caso haveria influência de um sistema ao outro e não a revogação do sistema por meio do surgimento de um novo diploma que tutela, parcialmente, as mesmas relações jurídicas.³⁰⁴

Neste diapasão, afirma Cláudia Lima Marques a existência de três diferentes métodos de aplicação da teoria do diálogo das fontes, quais sejam: 1. Diálogo sistemático de coerência, em que há a aplicação simultânea de duas leis, uma especial e uma geral; 2. Diálogo sistemático de complementaridade e subsidiariedade, em que à aplicação de uma norma pode-se complementar com outra norma de um diploma legal distinto ou mesmo com os princípios que regem esse outro sistema legal; e por fim, 3. Diálogo das influências recíprocas sistemáticas em que há interferência de um sistema no outro reciprocamente, ou seja, o geral no especial e o especial no geral.³⁰⁵

Desse modo, pode-se perceber que a análise da revisão contratual dos contratos de crédito não pode passar apenas pelas normas inseridas no Código de Defesa do Consumidor, mas por todo o sistema de direito privado a fim de possibilitar a integração dessas normas.

Com esse objetivo, analisaremos as normas do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil, tendo em mente que outras ainda poderiam incidir nas relações jurídicas de consumo desde que cumprissem com o desiderato de proteção ao vulnerável de acordo com as disposições do microsistema protetivo do consumidor.

³⁰²MARQUES, Cláudia Lima. Diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o novo Código Civil: do “diálogo das fontes” no combate às cláusulas abusivas. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 45, p.71-99, jan./mar. 2003.p.38.

³⁰³Ibid., p.72.

³⁰⁴Ibid., p.74.

³⁰⁵BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de direito do consumidor*. 3. ed., São Paulo: RT, 2010. p. 113-114.

O Código de Defesa do Consumidor prevê a possibilidade de um controle judicial dos contratos no art. 51, §4º, do CDC:

§ 4º É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.³⁰⁶

Pelo mesmo dispositivo, o CDC permite a análise em abstrato das cláusulas contratuais, ou seja, antes da utilização do contrato, em um controle abstrato³⁰⁷ através de ação promovida pelo Ministério Público, em concordância com o art. 83 do CDC³⁰⁸. O STJ em diversas decisões já veio permitindo o controle em abstrato de cláusulas contratuais por meio de ações coletivas propostas pelo Ministério Público.³⁰⁹ Desse modo, segue uma ementa transcrita:

Recurso especial. Processual Civil e Civil. Ministério Público. Legitimidade. Ação Civil Pública. ENCOL. Hipoteca. Promessa de Compra e Venda. Cláusulas Contratuais. Interpretação. Vedação. Reexame de prova. Inadmissibilidade. Honorários advocatícios. Critérios de Equidade. Revisão. Impossibilidade. O recurso especial não se presta ao reexame da matéria fática probatória constante dos autos nem se predispõe à interpretação de cláusulas contratuais. Os contratos de promessa de compra e venda em que a incorporadora se obriga à construção de unidades imobiliárias, mediante financiamento, enseja relação de consumo sujeita ao CDC, porquanto a empresa enquadra-se no conceito de fornecedora de produto (imóvel) e prestadora de serviço (construção do imóvel nos moldes da incorporação imobiliária). Detém o Ministério Público legitimidade para ajuizar ação civil pública em que se postula a nulidade de cláusula contratual que autoriza a constituição de hipoteca por dívida de terceiro (ENCOL), mesmo após a conclusão da obra ou a integralização do preço pelo promitente comprador. Não se admite, em recurso especial, a revisão do critério adotado pelo Tribunal a quo, por equidade, na fixação dos honorários advocatícios, em vista da impossibilidade de, nesta via, se reexaminar provas. Recurso Especial não conhecido³¹⁰.

Além da disposição acima expressa, o sistema de nulidade absoluta das cláusulas abusivas do CDC reclama a apreciação de sua abusividade pelo juiz *ex officio*, criando o que

³⁰⁶BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em 30 maio 2016.

³⁰⁷MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais*. 6.ed. São Paulo: RT, 2011.p. 1155.

³⁰⁸Art. 83. Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em 30 maio 2016).

³⁰⁹MARQUES, op. cit., 1155.

³¹⁰BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 334.829/DF*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 06 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=ministerio+publico+clausula+contratual+cdc&b=ACOR&p=true&l=10&i=14>> Acesso em: 11 de ago. 2016.

Claudia Lima Marques chama de “controle incidente” do conteúdo dos contratos de consumo.³¹¹

De acordo com o princípio da conservação dos contratos, o juiz deve rever o acordo que incluir cláusulas abusivas e não resolver o contrato imediatamente, reestabelecendo o equilíbrio contratual e expurgando as cláusulas eivadas de nulidade.³¹²

A revisão do contrato de consumo pode se dar, conforme o texto legal, quando o justo equilíbrio do contrato não esteja sendo observado. Sobre a equidade e a justiça contratual disserta Paulo Nalin:

A inobservância do princípio da equidade redundará, então, na declaração oficiosa da nulidade da cláusula abusiva; na revisão da cláusula ou do contrato como um todo que imponha desproporção econômica entre obrigações; no reajustamento das parcelas iniciais ou menos, mais genericamente, na própria declaração de não-obrigatoriedade da cláusula ou avença, pois o que é injusto nunca poderá ser reputado como obrigatório.³¹³

João Batista Almeida preceitua que o desequilíbrio entre as partes contratantes constante do art. 51, IV, do CDC³¹⁴ equivale à ideia de lesão enorme prevista no art. 157 do CC.³¹⁵ Vale lembrar que a cláusula que reputa a lesão é estabelecida no momento de realização do contrato, isto quer dizer, que já é desproporcional no momento da celebração e não supervenientemente.³¹⁶

³¹¹MARQUES, op. cit., p. 1151.

³¹²ALMEIDA, João Batista. A revisão dos contratos no Código do Consumidor. In: MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 2. p. 339-348.

³¹³NALIN, Paulo. *Do Contrato- Conceito pós-moderno*: Em busca de sua formulação sob uma perspectiva civil-constitucional. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2006. p. 145.

³¹⁴Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade; (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em 30 maio 2016).

³¹⁵Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

§ 1º Aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.

§ 2º Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito. (BRASIL. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 24 maio 2016).

³¹⁶ALMEIDA, João Batista. A revisão dos contratos no Código do Consumidor. In: MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 2. p. 339-348.

O CDC ainda estabelece no §1º do art. 51³¹⁷ hipóteses em que considera determinada obrigação presumidamente exagerada, a saber: a) se ofender princípios fundamentais do sistema jurídico; b) restringir direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual e c) mostrar-se excessivamente onerosa para o consumidor. O art. 39, V, do CDC³¹⁸, por sua vez, considera uma prática abusiva a exigência por parte do fornecedor de obrigação excessivamente onerosa para o consumidor. O instituto da lesão maior também está previsto no CC, em seu art. 157:

Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

§ 1º Aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.

§ 2º Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.³¹⁹

Esse instituto é aplicado nos casos em que há o elemento subjetivo do “dolo de aproveitamento”³²⁰, ou seja, uma das partes aproveita das condições de inexperiência ou necessidade, obtendo, assim, uma vantagem exagerada.

O art. 6º, V, do CDC³²¹ também prevê a possibilidade de revisão contratual em relação a prestações desequilibradas ou que se tornaram de modo superveniente, excessivamente onerosas. Nesse caso, aplica-se o princípio da conservação do contrato, apenas ajustando as prestações a fim de atingir a justiça contratual.

³¹⁷ Art. 51, § 1º : Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:

I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;

II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;

III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em 30 maio 2016).

³¹⁸ Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei n.º 8.884, de 11.6.1994):

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva; (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em 30 maio 2016).

³¹⁹ BRASIL. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 24 maio 2016.

³²⁰ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Direito civil: alguns aspectos de sua evolução*. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 244.

³²¹ Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas; (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

Essa regra do CDC prevê dois institutos diversos capazes de modificar o conteúdo contratual, o instituto da lesão e da onerosidade excessiva superveniente. Ambos os institutos têm como fundamento a boa-fé objetiva, o princípio da conservação dos contratos, a vulnerabilidade do consumidor e o equilíbrio econômico-contratual.³²²

Nas palavras de Luís Renato Ferreira da Silva:

No Brasil, em face do diploma dos consumidores, sustenta-se a possibilidade de revisão por incidência do art. 6º, V, que se refere à revisão de cláusulas contratuais que estabeleça prestações desproporcionais, o que não é outra coisa senão a figura da lesão. Há quem diga que tal norma pertine apenas à onerosidade excessiva eis que no texto consta a expressão *atos supervenientes*. Em verdade o dispositivo referido contém duas regras de revisão. A primeira quanto a prestações desproporcionais; a segunda quanto a fatos supervenientes. Logo, o remédio adequado, no direito brasileiro de consumidores, é o da revisibilidade (ou modificação, na dicção legal).³²³

Apesar de expressar o instituto da lesão e a possibilidade de revisão por onerosidade excessiva³²⁴, a doutrina majoritária entende que esse artigo não adota a teoria da imprevisão conforme prevista no Código Civil.³²⁵⁻³²⁶ Para Justino Magno Araújo, o embrião do dispositivo do CDC é a teoria francesa da equidade contratual, dispensando a ocorrência de fatos extraordinários e imprevisíveis e aplicando a revisão no caso de mera onerosidade.³²⁷ A respeito da diferença entre a teoria prevista no Código Civil e a expressa no CDC, afirma Cláudia Lima Marques:

A norma do art. 6º do CDC avança, em relação ao Código Civil (arts. 478-480 – Da resolução por onerosidade excessiva), ao não exigir que o fato superveniente seja imprevisível ou irresistível – apenas exige a quebra da base objetiva do negócio, a

³²²BARLETTA, Fabiana Rodrigues. *A revisão contratual no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 130.

³²³SILVA, Luís Renato Ferreira da. *Revisão dos contratos: do Código Civil ao Código do Consumidor*. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 40.

³²⁴Nas palavras de Orlando Gomes: “Admitem algumas legislações como causa de resolução dos contratos comutativos de execução diferida, continuada ou periódica, a excessiva onerosidade que, em virtude de acontecimento extraordinário e imprevisível sobrevenha, dificultando extremamente o cumprimento de obrigação de um dos contratantes. Quer se explique a resolução do contrato por se considerar subentendida a cláusula *rebus sic stantibus*, quer pela teoria da imprevisão, ou das bases de negócio, a verdade é que, no Direito moderno, a alteração radical das condições econômicas, nas quais o contrato foi celebrado, tem sido considerado uma das causas que, com o concurso de outras circunstâncias, podem determinar sua resolução.” (GOMES, Orlando. *Contratos*. 26.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 214).

³²⁵ALMEIDA, João Batista. A revisão dos contratos no Código do Consumidor. In: MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 2. p. 339-348.

³²⁶Em sentido contrário ver: NERY JR, Nelson.º *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

³²⁷ARAÚJO, Justino Magno. *Do poder interventivo do juiz nas relações contratuais*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 105.

quebra de seu equilíbrio intrínseco, a destruição da relação de equivalência entre prestações, o desaparecimento do fim essencial do contrato. Em outras palavras, o elemento autorizador da ação modificadora do Judiciário é o resultado objetivo da engenharia contratual, que agora apresenta a mencionada onerosidade excessiva para o consumidor, resultado de simples fato superveniente, fato que não necessita ser extraordinário, irresistível, fato que podia ser previsto e não foi. O CDC, também, não exige, para promover a revisão, que haja “extrema vantagem para a outra” parte contratual, como faz o Código Civil (art.478).³²⁸

Entretanto, apesar das diferenças, as duas teorias se apresentam como a possibilidade de revisão contratual pela onerosidade excessiva superveniente do contrato, podendo dar ensejo à sua resolução, isto quer dizer, que o contrato de consumo tem como cláusula implícita o *rebus sic stantibus*³²⁹, isto é, permanece válido desde que não haja alterações consideráveis no equilíbrio econômico do contrato. Entretanto, vale lembrar que esse direito é unilateral, ou seja, apenas do consumidor, não havendo revisão expressa no CDC no caso de onerosidade excessiva para o fornecedor.³³⁰

Além disso, esse artigo ainda tutela as relações criadas a partir de um contrato de adesão em que não há a possibilidade do consumidor discutir as cláusulas do contrato, podendo haver cláusulas iníquas e mesmo abusivas, a retirar direitos que o contraente apresenta frente ao advento do Direito do Consumidor.³³¹

O Código Civil, por sua vez, deu guarida à teoria da imprevisão em seu art. 478, *ipsis litteris*:

Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.³³²

Esse dispositivo apresenta controvérsia quanto à possibilidade de revisão do contrato, em vez da resolução conforme exposto. A doutrina majoritária entende que, apesar de não estar exposto no art. 478 do CC a possibilidade de revisão do contrato, pelo princípio da conservação dos contratos, esta deveria ser a primeira opção e apenas caso não seja possível

³²⁸BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de direito do consumidor*. 3. ed., São Paulo: RT, 2010. p. 71.

³²⁹SAAD, Eduardo Gabriel. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 5. ed., São Paulo: LTR, 2002. p.182.

³³⁰BENJAMIN; MARQUES; BESSA, op. cit., p. 71.

³³¹GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman; et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*: comentado pelos autores do anteprojeto. 9. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p.147.

³³²BRASIL. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 24 maio 2016.

que se dará a resolução contratual.³³³ Flávio Tartuce³³⁴, por sua vez, entende que esse artigo devido ao seu *locus* legislativo apresenta-se como hipótese de extinção dos contratos e não de revisão que estaria disposta no art. 317 do CC³³⁵.

Desse modo, o que podemos perceber é que há uma gama de opções para o juiz no momento de decidir pela revisão ou resolução de um contrato de consumo. Ele pode se valer desde as teorias previstas no CC 2002 e também dos institutos específicos do CDC. A opção pela resolução do contrato é tida como de segunda via, uma vez que há preferência pela utilização do recurso da revisão, tendo em vista o princípio da conservação dos contratos.

3.3 CARTÃO DE CRÉDITO, PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E PACTO FÁUSTICO

O problema relativo aos contratos de cartão de crédito sob a ótica do direito do consumidor é a sua relevância para o fenômeno do superendividamento, já tratado em capítulo anterior.

Dentro dos principais contratos causadores das dívidas de consumo das famílias brasileiras, encontra-se em primeiro lugar o cartão de crédito que é a principal causa de endividamento de 75% das famílias pesquisadas pela pesquisa de Endividamento das Famílias realizada pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) em janeiro de 2015³³⁶. Devido a esse dado e a importância que o cartão de crédito vem apresentando no cenário brasileiro, principalmente com a ascensão da classe “C”, faz-se necessária à sua análise mais aprofundada, destacando suas características primordiais e sua importância dentro do contexto de proteção ao consumidor superendividado.

³³³ Nesse sentido: ARAÚJO, Justino Magno. *Do poder interventivo do juiz nas relações contratuais*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 108; DINIZ, Maria Helena. *Código Civil Anotado*. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 143; NERY JR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código Civil anotado*. São Paulo: RT, 2007. p. 337.

³³⁴ TARTUCE, Flávio. A revisão do Contrato pelo novo Código Civil: crítica e proposta de alteração do art. 317, da Lei 10.406/2002. In: DELGADO, Mario Luiz; ALVES, Jonas Figueirêdo. *Questões controvertidas no Novo Código Civil*. São Paulo: Método, 2003. p. 143.

³³⁵ Art. 317. Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação. (BRASIL. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm > Acesso em: 24 maio 2016).

³³⁶ Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor – PEIC. Disponível em: <http://www.ibegi.org.br/resources/peic_abril_2015.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016.

Deve-se observar que o aumento do volume do uso do cartão de crédito para o pagamento de dívidas de consumo se deu precipuamente à desregulamentação da taxa de juros do cartão, o que incentivou as instituições financeiras a concederem esse crédito mais facilmente e, assim, aumentar a margem de lucro que receberiam nesse tipo de operação bancária.³³⁷

Diante do oportunismo dos bancos, do aumento da concessão do crédito, da dificuldade do consumidor médio ao interpretar as cláusulas previstas nos contratos de adesão, o crescimento do endividamento tornou-se consequência inevitável do modelo de crescimento econômico adotado.

A necessidade de educação financeira é uma solução muito citada. Mas será que o Poder Judiciário está falhando com o cidadão brasileiro ao não efetivar da melhor maneira possível os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor? Ou será que, apesar de se tratar de um diploma bastante avançado, ainda faltam regras que consigam, dentro da massificação dos contratos e da crise da vontade, proteger o consumidor, sem desestruturar a rede de contratos do qual ele faz parte? Ou ainda, por fim, será que há alguma medida que possa ser tomada pelo Poder Judiciário a fim de tratar o problema do superendividamento pelo cartão de crédito?

A proposta desse capítulo como um todo é apresentar o que a legislação brasileira e a doutrina discorrem sobre o contrato de cartão de crédito. Quais seriam as possibilidades de atuação do Poder Judiciário quando diz respeito a esses contratos em específico, quais os direitos do usuário e os poderes e deveres das instituições financeiras.

Entretanto, a análise da atuação dos juízes nessa seara será feita no capítulo subsequente. A ideia por trás do estudo teórico inicial desse contrato é estabelecer as bases sobre as quais os operadores do direito poderão atuar com a finalidade de evitar o superendividamento pelo cartão de crédito. Na realidade uma das questões a serem respondidas é se a atuação dos operadores do direito conforme realizada nos dias de hoje apresenta algum impacto positivo ou negativo no fenômeno social aqui apresentado.

O que acontece muitas vezes com o direito é que ele demora a acompanhar as mudanças sociais. Problemas sociais são muitas vezes regulamentados pelo Direito depois de muito tempo e não é diferente com o superendividamento.

³³⁷LIMA, Clarissa Costa de. O cartão de crédito e o risco de superendividamento: uma análise da recente regulamentação da indústria do cartão de crédito no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista de Direito do Consumidor*, n.º 81, p. 239 a 260, jan./mar. 2012. p. 244.

3.3.1 Características especiais do contrato de cartão de crédito

Antes de conseguirmos responder quaisquer uma dessas perguntas, devemos analisar as características dos contratos de cartão de crédito, principalmente em sua forma de contrato de consumo por adesão e ainda da sua característica de contrato coligado, participante de uma extensa rede contratual, que vincula todos os usuários desse mesmo modo facilitador de pagamentos no mercado de consumo.

O contrato de emissão de cartão de crédito impõe uma relação triangular entre emissor (instituição financeira), beneficiário (titular do cartão) e fornecedor de bens ou serviços.³³⁸ Trata-se de um contrato estabelecido entre o emissor, que, geralmente, é uma instituição financeira, e o beneficiário autorizando este a efetuar pagamento para terceiros (fornecedores) até o limite do crédito oferecido. O beneficiário não se torna responsável pela dívida perante o terceiro fornecedor, mas apenas frente ao emissor, podendo ter um termo para o pagamento dessa dívida ou ser feita em parcelas com a atribuição de juros.³³⁹

Percebe-se que à emissão do cartão de crédito precede uma série de contratos, podendo-se falar em contratos em rede ou coligados, pois à possibilidade de compra de bens ou serviços pelo consumidor atrela-se uma garantia tanto ao banco emissor de poder cobrar a dívida do beneficiário, quanto do fornecedor dos bens ou serviços quanto ao recebimento pelos bens vendidos ou pelo serviço prestado.³⁴⁰

Para Azevedo, a coligação nesses contratos é tão importante que faz parte de seu conceito:

A definição mais criteriosa para cartão de crédito é o entendimento como operação econômica viabilizada por negócios jurídicos, mais especificamente a coligação de contratos atípicos, que permitem operacionalizar a concessão de crédito em razão de uma compra ou de uma prestação de serviços em que se utiliza o instrumento físico com o mesmo nome como instrumento de legitimação.³⁴¹

Historicamente, os cartões surgiram como um meio de facilitar a compra de determinados bens, no caso combustíveis, mas de um modo bastante limitado. Com o

³³⁸ AZEVEDO, Renato Olimpio Sette de. *Cartão de crédito: aspectos contratuais*. 2007. 124 f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 13.

³³⁹ EFING, Antônio Carlos. *Contratos e procedimentos bancários à luz do Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: RT, 1999. p. 132.

³⁴⁰ MARTINS, Frans. *Contratos e Obrigações Comerciais*. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 458.

³⁴¹ AZEVEDO, Renato Olimpio Sette de. *Cartão de crédito: aspectos contratuais*. 2007. 124 f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 36.

desenvolvimento dos cartões de crédito, eles passaram a ser usados precipuamente para a alimentação, nos chamados *Diner's*.³⁴² No início não havia participação bancária e por isso, Lopes afirma que: “Os *cartões de crédito* são administrados por instituições não financeiras, na medida em que elas não recebem depósitos e, portanto, não são intermediárias de moeda, mas que por seu turno contratam com bancos comerciais”.³⁴³

No entanto, com o desenvolvimento desse modo de compra e com a sua vinda para o Brasil já na década de 60, eles passaram a ser emitidos precipuamente por instituições bancárias, sendo hoje uma das principais características dos cartões de crédito.³⁴⁴

Fisicamente, o cartão de crédito é um documento de identificação que possibilita ao fornecedor atestar a existência de uma relação jurídica entre o emissor e o beneficiário.³⁴⁵ Deve-se ficar claro, portanto, que não se trata de um título de crédito, não possuindo as características da abstração e livre circulação.³⁴⁶

Os cartões de crédito podem ser bancários e não bancários, a depender se o emissor se tratar de uma instituição financeira ou não.³⁴⁷ Em ambos os casos, o beneficiário tem à sua disposição uma gama de fornecedores, tendo a liberdade de escolher aquele que lhe aprouver, não podendo ver negado o seu direito de realizar a compra, nem mesmo a alteração do preço dos produtos ou serviços. O fornecedor de bens ou serviços só pode se negar à venda caso haja alguma irregularidade com o cartão como vencimento do prazo de validade ou ultrapassado o limite de crédito oferecido pelo emissor. O fornecedor não pode, entretanto, cobrar o valor da compra diretamente do beneficiário, mas apenas do emissor nas formas acordadas entre eles no pacto de filiação. Por sua vez, o beneficiário tem direito à ação de reparação de danos frente ao fornecedor em caso de vícios da coisa.³⁴⁸

³⁴²MARTINS, op. cit., p. 459-460.

³⁴³LOPES, José Reinaldo Lima. Consumidor e Sistema Financeiro. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 3. p.869-888. p. 875.

³⁴⁴MARTINS, op. cit., p. 460.

³⁴⁵AZEVEDO, op. cit., p. 15.

³⁴⁶MARTINS, op. cit., p. 458.

³⁴⁷Fran Martins ainda acrescenta o cartão de credenciamento ou do bom pagador (“*retail-cards*”) advertindo, porém, não se tratarem verdadeiramente de um cartão de crédito. Em suas palavras: “Os *cartões de credenciamento* não são considerados verdadeiros cartões de crédito, tais como os utilizados hoje em larga escala no comércio. No mecanismo de utilização existem apenas dois elementos, o emissor, que é também o vendedor, e o beneficiário. As operações que se realizam com a interferência desses cartões são simples vendas a prazo ou a crédito, sendo o emissor o credor do comprador em virtude dessa venda. O cartão só pode ser utilizado nos estabelecimentos do vendedor e as relações jurídicas entre as partes se reduzem a uma venda a termo”. (MARTINS, Fran.º *Contratos e Obrigações Comerciais*. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 463).

³⁴⁸Ibid., p. 465.

Como dito anteriormente, o contrato de cartão de crédito constitui-se na verdade de uma relação triangular, havendo um feixe de contratos que dele fazem parte, inter-relacionando os sujeitos do contrato que são o titular (beneficiário), emissor e fornecedor.

Na relação entre o beneficiário e o fornecedor há um contrato de compra e venda ou prestação de serviços. A única diferença é que o pagamento será feito pelo emissor diretamente ao fornecedor. Quanto à responsabilidade do beneficiário em caso de não pagamento pelo emissor há controvérsia: alguns admitem que possa haver essa cobrança por se tratar de uma cessão condicionada³⁴⁹, enquanto outros doutrinadores entendem que só haverá responsabilidade do beneficiário se agiu com fraude ou ultrapassando o limite do crédito ofertado ou, ainda, se o cartão estivesse com o prazo de validade vencido.³⁵⁰

A segunda relação estabelecida é entre o emissor e o fornecedor por meio do pacto de filiação, podendo se caracterizar por uma prestação de serviços. Por esse pacto, o fornecedor se obriga a aceitar os cartões de crédito do emissor para o pagamento de compras realizadas em seu estabelecimento comercial, sem a incidência de nenhum acréscimo ao valor do bem ou serviço. O emissor, por sua vez, fica obrigado ao pagamento das despesas feitas pelo beneficiário, através da cessão dos créditos. Para a realização dessa cessão pode haver cobrança de uma taxa pelo emissor do cartão variante entre 5% a 10% do valor das despesas realizadas pelos titulares de seus cartões de crédito. Desse modo, o emissor assume o risco pelo inadimplemento do beneficiário.³⁵¹

Por fim, a relação que mais interessa para fins de análise desse capítulo é a relação entre o emissor e o titular do cartão de crédito. Por meio do preenchimento de diversos requisitos relacionados à solvência do titular, o banco (ou emissor) entrega para o consumidor (futuro beneficiário) um formulário para preenchimento em que constam as cláusulas que irão vigor aquele contrato. Por já estarem previstas e preestabelecidas as cláusulas contratuais, esse contrato entre emissor e titular se trata de um contrato por adesão.³⁵²

Por esse contrato o emissor se obriga a pagar despesas do titular até um limite previamente estabelecido, não podendo o beneficiário se opor a esse pagamento e nem mesmo se negar ao reembolso do emissor, mesmo frente a exceções pessoais que teria contra o fornecedor.³⁵³

³⁴⁹ ABRÃO, Nelson. *Direito bancário*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 191.

³⁵⁰ Nesse sentido: MARTINS, op. cit., p. 468.

³⁵¹ MARTINS, Fran. *Contratos e Obrigações Comerciais*. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 467.

³⁵² ABRÃO, Nelson. *Direito bancário*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 188.

³⁵³ Ibid., p. 190.

O beneficiário, por sua vez, tem a obrigação de pagar determinada taxa anual como contraprestação pelos serviços do emissor. Para Fran Martins não se trata de um contrato de mandato, pois o titular não será chamado a pagar o fornecedor caso o emissor não o faça. Tratar-se-ia, em realidade, de uma cessão de crédito. O contrato entre eles, então, seria caracterizado como uma prestação de serviços acumulada com uma abertura de crédito, em prol do beneficiário.³⁵⁴

Em detrimento da caracterização contratual da relação entre o emissor e o titular do cartão é certo que, em se tratando de pessoas físicas³⁵⁵, investidoras ou não, de acordo com a ADIN 2.591, fica caracterizada uma relação jurídica de consumo em que o fornecedor é a instituição financeira ou emissor do cartão de crédito e o consumidor é o titular ou beneficiário.

3.3.2 Superendividamento, cartão de crédito e pacto fático

Diante dos apontamentos apresentados ao longo do capítulo, podemos perceber que o contrato de cartão de crédito, apesar de não ser necessariamente titularizado por uma instituição financeira, nos dias atuais, os bancos representam seus principais titulares, fazendo parte de suas operações financeiras primordiais, muitas vezes atrelados a contratos de conta corrente ou poupança.

Além do mais, tratam-se de contratos coligados ou em rede por influência recíproca, já que há uma dependência econômica entre os contratantes dos diversos contratos isoladamente

³⁵⁴MARTINS, Fran. *Contratos e Obrigações Comerciais*. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 466.

³⁵⁵Sobre a possibilidade de contratação de cartão de crédito por pessoa jurídica, a doutrina apresenta posicionamentos divergentes. Para Nelson Abrão, essa contratação não é possível, em suas palavras: “O titular, beneficiário e aderente é aquele habilitado pelo emissor a se utilizar do cartão para suas aquisições de bens ou serviços. Sendo individualizada essa habilitação, torna-se inviável a emissão em nome de pessoa jurídica, a não ser que esta designe uma pessoa física para utilizar-se do cartão, o que, evidentemente, faz desaparecer o interesse na emissão de tais moldes” (ABRÃO, Nelson. *Direito bancário*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 187). Em sentido contrário, expressa Fran Martins: “Em regra, o beneficiário é uma pessoa física, mas podem ser fornecidos cartões pessoas jurídicas, que se responsabilizarão pelo pagamento ao emissor das despesas feitas por intermédio do cartão; mas essas pessoas jurídicas sempre designam uma pessoa física para utilizar o cartão, não sendo normalmente admitidos que os seus representantes legais, pelo simples fato de serem representantes, o utilizem. Na nossa opinião, isso é possível, desde que do cartão conste o nome comercial da empresa e a pessoa que utilize o cartão possa usar desse nome, ou seja, obrigar a empresa nas operações que, em nome dessa, realizar. Assim, entretanto, não costuma ser feito, mas como dissemos, na nossa opinião, nada impede que tal aconteça. (MARTINS, op. cit., p. 461).

considerados.³⁵⁶ Esses contratos se dão, primordialmente, por adesão, tratando-se no mais das vezes de contratos de consumo, por apresentar a vulnerabilidade³⁵⁷ de uma das partes contratantes frente ao fornecedor.

Além do mais, esse contrato é considerado um dos maiores vilões do superendividamento atual da população brasileira uma vez que é concedido, na maior parte das vezes, sem a análise da real capacidade de pagamento do devedor. Após a assinatura do contrato, o crédito passa a ser fornecido regularmente, mês a mês, sem avisar ao consumidor qual a sua real situação financeira, quais os juros que deve pagar, se será capaz de pagar tendo em vista a sua renda mensal e ainda sendo concedidos aumentos no limite do crédito sem a solicitação do cliente bancário.³⁵⁸

Dentro desse contexto, a possibilidade de revisão contratual das cláusulas contratuais do cartão de crédito é admitida pela legislação consumerista e mesmo pela jurisprudência dos tribunais superiores para os casos previstos como a revisão de cláusulas abusivas, por lesão ou onerosidade excessiva.

Quanto à taxa de juros, os tribunais apresentam-se mais recatados, restabelecendo o equilíbrio contratual em casos que a desproporção demonstra-se abusiva e que quebra o sinalagma contratual. Para Maria Paula Muñoz:

³⁵⁶Ribeiro assim traduz as duas classificações dos contratos coligados: “A conexão pode ser unilateral, hipótese em que um contrato depende de outro. Têm-se um contrato principal e um contrato acessório. A resolução do primeiro implica, necessariamente, na resolução do segundo, já que não tem sentido econômico autônomo. O inverso, entretanto, não é verdadeiro, já que a resolução do segundo não importará, necessariamente, na resolução do primeiro. A conexão pode se dar também por influência recíproca, surgindo uma interdependência econômica entre as relações contratuais diversas”. (RIBEIRO, Luciana Antonini. A nova pluralidade de sujeitos e vínculos contratuais: contratos conexos e grupos contratuais. In: MARQUES, Cláudia Lima. *A nova crise do contrato: Estudos sobre a nova teoria contratual*. São Paulo: RT, 2007. Cap. 8. p. 429-454. p. 448).

³⁵⁷A vulnerabilidade prevista no CDC pode ser dividida em quatro tipos, conforme leciona Antonio Herman Benjamin, Cláudia Lima Marques e Leonardo Bessa: a vulnerabilidade informacional, a técnica, a jurídica e a fática. (BENJAMIN, Antonio Hermann; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 3.ed. São Paulo: RT, 2010. p. 88). Fazendo um paralelo entre a ideia de assimetria de informação da Economia e a vulnerabilidade do consumidor, disserta Maria Paula: “O argumento do elemento econômico da assimetria de informações como reflexo do fenômeno jurídico da vulnerabilidade do consumidor exige uma leitura restritiva sobre quem merece ter sua vulnerabilidade reconhecida. A doutrina consumerista qualifica a vulnerabilidade sob os aspectos (a) informativo; (b) técnico e (c) econômico. Em nossa abordagem, adotamos a caracterização de vulnerabilidade como ‘a diminuição da capacidade do consumidor não apenas sob a ótica econômica, mas também sob o prisma de acesso à informação, educação, associação e posição social’. Contrariando parte da doutrina de direito do consumidor, (que transpõe para os polos opostos de uma relação jurídica todas as prerrogativas de consumidor e fornecedor, bastando que tal relação se caracterize como de consumo, ainda que com desconsideração das particularidades das partes), mas encontrando respaldo na jurisprudência, assume-se neste trabalho que a vulnerabilidade, fenômeno jurídico paralelo à assimetria de informações do sistema econômico, é fenômeno ligado não apenas à ótica econômica, mas também ao acesso à informação, educação, associação e posição social.” (MUÑOZ, Maria Paula da Costa Bertran. Paralelismo entre assimetria de informações e vulnerabilidade dos consumidores: uma análise acerca de juros em contratos de concessão de crédito. *Revista de Direito do Consumidor*, a. 22, nº86, mar./abr., 2013. p.56 a 58).

³⁵⁸LIMA, Clarissa Costa de. *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. São Paulo: RT, 2014. p. 37.

O estabelecimento dos juros à taxa média de mercado reflete a adoção de um modelo de comportamento distanciado de qualquer padrão teórico de voluntarismo exacerbado ou onisciência. O estabelecimento dos juros à taxa média de mercado reflete na adoção de um modelo de homem inserido na lógica informacional, com mais ou menos educação formal capaz de indicar ou não juros excessivamente altos, mas também com mais ou menos tempo para uma busca que permitisse a contratação com a instituição financeira mais adequada a sua demanda, mais ou menos suscetíveis às agressivas abordagens da mídia, da propaganda e mesmo dos gritos de oferta de crédito nas ruas.³⁵⁹

Nesse contexto, a possibilidade de reaver o sinalagma dentro desses contratos causadores da maior parte do endividamento dos consumidores brasileiros, por meio do Poder Judiciário, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico contratual frente à possibilidade de superendividamento, representa medida capaz de sanar os efeitos maléficos que uma contratação isenta de liberdade, pois isenta de informação, poderia ocasionar no ambiente institucional e na vida de endividados no Brasil.

Entretanto, a busca pelo limite dessa intervenção a ponto de não prejudicar a rede contratual da qual o cartão de crédito faz parte também se mostra de importância única para a estabilidade das relações jurídicas e da Economia do país, principalmente, do ponto de vista de uma teoria neoinstitucionalista.

Desse modo, percebe-se a dificuldade apresentada pelo julgador na hora de estabelecer qual a melhor decisão ao caso concreto, podendo em ambos os casos tanto prejudicar quanto melhorar as relações entre os agentes do mercado e o ambiente institucional.

E bem por isso, destaca-se a importância do estudo do contrato do ponto de vista da sua relação com o mercado e os princípios contratuais da livre-iniciativa, como bem pontua Paulo Nalin:

Nesse contexto, acaba o contrato por mediar as forças do mercado, sendo o liame inegável entre a concorrência e o consumo, revelando-se os polos do produtor/fornecedor e do consumidor. O ajuste entre tais forças é que acaba por demonstrar o atual perfil do contrato na pós-modernidade, nem tanto livre, nem tanto dirigido. Revela-se por ser o condutor da ingerência tutelar do Estado na livre-iniciativa, à medida que a conforma aos interesses da justiça social.³⁶⁰

Assim, tendo em vista representar um verdadeiro pacto fáustico, em que a liberdade de contratar encontra-se mitigada pela assimetria de informações e pelos reclames publicitários

³⁵⁹MUÑOZ, Maria Paula da Costa Bertran. Paralelismo entre assimetria de informações e vulnerabilidade dos consumidores: uma análise acerca de juros em contratos de concessão de crédito. *Revista de Direito do Consumidor*, a. 22, n° 86, mar./abr., 2013. p. 59-60.

³⁶⁰NALIN, Paulo. *Do Contrato- Conceito pós-moderno*: Em busca de sua formulação sob uma perspectiva civil-constitucional. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006. p. 125.

altamente ostensivos, a intervenção no contrato de cartão de crédito deve se dar observando as vicissitudes do ambiente econômico, mas sem se esquecer dos prejuízos ocasionados aos direitos dos consumidores, principalmente pela falta de prudência na concessão de crédito pelas instituições financeiras³⁶¹, podendo culminar com o superendividamento do consumidor.

³⁶¹ Sobre esse assunto disserta Maria Paula Muñoz para quem o problema do superendividamento encontra-se: “Identifica-se, assim, que o problema não está na execução lenta das garantias pelo Poder Judiciário, mas na eleição errada, pelas instituições financeiras, de quem pode ou não receber o crédito. Afinal, da mesma maneira que os consumidores encontram na tutela de dispositivos do Código de Defesa do Consumidor elementos que minorem sua assimetria informacional, as instituições financeiras encontram na sinalização dada pelo potencial tomador de crédito (através do histórico de inadimplência e da qualidade das garantias que pode ofertar) a informação capaz de determinar qual seria a decisão mais segura: conceder ou não crédito a determinado consumidor.” (MUÑOZ, Maria Paula da Costa Bertran. Paralelismo entre assimetria de informações e vulnerabilidade dos consumidores: uma análise acerca de juros em contratos de concessão de crédito. *Revista de Direito do Consumidor*, a. 22, nº 86, mar./abr., 2013. p. 55).

4 JUDICIÁRIO E SUPERENDIVIDADOS: UMA PERVERSÃO DO DIREITO?

*“Os animais são todos iguais, mas uns
são mais iguais que outros”.*

George Orwell³⁶²

A obra de George Orwell, ao descrever uma revolução política dos animais de uma fazenda retrata as mazelas da fraqueza humana frente ao poder. A sucessiva adoção de modelos cada vez mais autoritários e excludentes, a diferenciação entre os considerados iguais e os considerados diferentes, demonstra o perigo da ausência de limitação do poder estatal e as perversões que o sistema político pode desencadear. Enquanto solução historicamente determinada, o Estado de Direito revela, em sua concepção política, o que, atualmente, entendemos por poder. O primado da lei sob o cidadão e o Poder Público, o império da lei e a limitação dos poderes estatais.

Como dito anteriormente nesse trabalho, a área de concentração da pós-graduação é “Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito” e mais especificamente a linha de pesquisa é sobre “Desenvolvimento, Democracia e Instituições” revelando a preocupação com temas vinculados a teorias do desenvolvimento e ao papel das instituições, inclusive o Judiciário, tanto para o aperfeiçoamento da democracia quanto para o desenvolvimento econômico do país.

Dentro desse contexto, o trabalho procura aclarar as relações entre o Judiciário e a política de desregulação do crédito, tentando sair do clichê atual do neoinstitucionalismo de que as instituições, no caso o Poder Judiciário brasileiro, atuam de modo paternalista e prejudicam o cumprimento dos contratos, atrapalhando a previsibilidade essencial ao sistema econômico e que dificultam, portanto, o desenvolvimento nacional.³⁶³

Tratar do desenvolvimento e do papel das instituições é essencial para compreendermos os trâmites democráticos e as reais possibilidades de regulação dentro do contexto do Estado democrático de Direito, sem cair, entretanto, em ideias prontas e consagradas para contextos diferentes do nosso.

³⁶²ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. Tradução Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

³⁶³Sobre o neoinstitucionalismo ver: NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. Londres: Cambridge University Press, 2011.

Sobre o tema do crédito e, mais especificamente, do cartão de crédito não seria diferente. Apesar de termos uma ampla bibliografia e pesquisas sobre as mazelas e benesses da concessão de crédito ao consumo, devemos analisar o problema dentro da perspectiva brasileira e no seu contexto histórico, evitando reduções simplistas e prontas *ex ante*, principalmente no que concerne à sua relação com o desenvolvimento.

Diversas são as teorias acerca do desenvolvimento e muitas se baseiam em ideais neoliberais e contextos econômicos diversos do brasileiro, entendendo que crescimento econômico é suficiente para o desenvolvimento de um país. Ao falar do desenvolvimento no Brasil não se pode deixar de observar as vicissitudes do lugar, seu sistema político e como o Direito atua na sociedade como um todo. Além de se tratar de um país “em desenvolvimento”, o Brasil apresenta uma grande taxa de desigualdade social e, em diversos casos, o Direito pode atuar na manutenção do *status quo*, favorecendo aquele grupo que já detém o poder³⁶⁴.

Dentro dessa perspectiva, a atuação do Poder Judiciário, enquanto última sede de interpretação da legislação apresenta uma atuação inexoravelmente vinculada aos direitos dos cidadãos e ao controle do Poder Público. Cabe ao Judiciário dar voz ou negá-la aos atores sociais e suas reivindicações.

Diante disso, quando falamos na atuação do Poder Judiciário em sede de eficácia de direitos oriundos de nosso ordenamento jurídico não podemos nos olvidar das categorias metodológicas propostas pelo Prof. José Rodrigo Rodriguez baseadas na obra de Franz Neumann. Para ele o Estado de Direito vive um paradoxo: ao mesmo tempo que garante que toda nova reivindicação possa ser ouvida e legitimada, essa nova integração de direitos de atores outrora excluídos desestabiliza os direitos já existentes.³⁶⁵

Em suas palavras:

Nesse sentido, a ideia de Estado de direito é um fator constante de desestabilização do *status quo*, um elemento incômodo para todos os desejos e necessidades já reconhecidos, um motor que impulsiona a transformação do direito positivo, que precisa ser revisto constantemente para dar lugar a novos interesses sociais.³⁶⁶

E como desestabiliza direitos outrora consagrados, a inclusão de novas demandas ocasiona subterfúgios por parte da camada social dominante para manter o *status quo* e a

³⁶⁴RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Como decidem as Cortes?* Para uma crítica do Direito (brasileiro). Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013. p.21.

³⁶⁵Id. As figuras da perversão do Direito: para um modelo crítico de pesquisa jurídica empírica. *Revista Prolegómenos Derechos e Valores*, 19, 37, pp. 99-124, 2015. Disponível em: <<http://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/dere/article/view/1682>> Acesso em: 18 jun. 2016.

³⁶⁶Ibid.

situação de dominante e dominado. É a tentativa constante de se manter no poder que, atualmente, inclui uma aparência de legitimidade por meio das instituições.

A análise realizada por Rodriguez passa pela pauta de pesquisa empírica com base em uma teoria crítica do Direito. A ideia de figuras da perversão do direito perpassa por meios de manipulação da norma jurídica com o fito de dar legitimidade a decisões e atos que na realidade são contrários à ordem jurídica vigente.

O autor elenca três categorias de figuras da perversão do direito: a fuga do direito, a falsa legalidade e a zona de autarquia.

(a) A fuga do direito foi a categoria descrita por Neumann como a negação, pelo grupo dominante, do Estado de direito, justamente por esse contemplar os interesses do grupo social dominado. Para ele, o momento histórico representativo foi a Alemanha Nazista, havendo o desligamento entre as demandas populares e as instituições jurídicas com o apoio a uma Ditadura por parte da burguesia. Sobre os possíveis desdobramentos dessa figura atualmente, disserta Rodriguez:

Nesse sentido, a fuga do direito é útil para flagrar e denunciar processos de reprivatização do direito e de neutralização do poder da sociedade em favor do interesse de entes altamente poderosos que atuam na esfera internacional. Também para pensar qualquer regime normativo que afaste a sociedade do controle da produção das normas jurídicas, transferindo o poder normativo exclusivamente para as mãos daqueles diretamente interessados nas mesmas, sem que haja a possibilidade de qualquer interferência da esfera pública em seu processo de produção, visando a salvaguardar interesses de outros interessados.³⁶⁷

Pela descrição colacionada, podemos perceber que o tema superendividamento pode ser percebido pela ótica da categoria de fuga do direito a depender de alguns fatores que poderão ser melhores observados com a pesquisa empírica a ser realizada. Em primeiro lugar, o primeiro indício pela sua categorização como fuga do direito diz respeito à ausência de legislação acerca do tema. Um segundo indício a ser averiguado seria o tratamento efetivo das questões pelos tribunais tanto a respeito do superendividamento em si, como mais especificamente sobre o cartão de crédito que, apesar de apresentar regulação, dá margem a uma ampla atuação por parte das instituições financeiras na produção de normas que efetivamente regerão esses contratos, no que chamamos em capítulo anterior de pacto fáustico. Tanto em um caso como em outro, a análise da jurisprudência será essencial para determinar a inclusão desse tema nessa categoria.

³⁶⁷ RODRIGUEZ, José Rodrigo. As figuras da perversão do Direito: para um modelo crítico de pesquisa jurídica empírica. *Revista Prolegómenos Derechos e Valores*, 19, 37, pp. 99-124, 2015. Disponível em: <<http://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/dere/article/view/1682>> Acesso em: 18 jun. 2016.

Devemos observar, entretanto, que a questão tanto do superendividamento quanto do contrato de cartão de crédito são demandas do movimento consumerista e nele se imiscuem. Não temos movimentos sociais separados, mas não é porque temos um Direito do Consumidor positivado que todas as questões relativas aos consumidores serão abarcadas por nosso Direito. O problema aqui é justamente uma lacuna na lei, uma brecha de desregulação que pode facilitar a atuação anticonsumidor por instituições financeiras.

(b) A segunda categoria citada pelo professor é a falsa legalidade. Por essa categoria há a criação de normas jurídicas sob a égide da universalidade, mas apenas criadas para serem aplicadas a um determinado grupo social. São situações que parecem legítimas na sua forma, mas que acabam sendo desvirtuadas em seu uso. Como exemplo o autor cita as leis antiterror que, em tese, seriam aplicáveis universalmente a qualquer suspeito de ato terrorista, mas que são feitas, na verdade, apenas para um grupo seletivo.

Nas palavras do autor:

O conceito de falsa legalidade é especialmente útil para evidenciar espaços de arbítrio no interior do estado de direito, espaços que passariam despercebidos se nos ativéssemos apenas ao texto das leis sem prestar atenção em sua aplicação e em seus efeitos sobre a sociedade.

Da mesma forma, os contratos de cartão de crédito também podem ser analisados sob a ótica da falsa legalidade. Como visto em capítulo anterior há normas que regulamentam esse contrato, mas que parecem não surtir efeito na realidade. Poderão ser então essas normas uma falsa legalidade? Uma regulação apenas formal? O superendividamento, por sua vez, *a priori* não encaixa nessa categoria por não haver lei que o regulamente diretamente, havendo indícios de que normas já presentes no CDC, por exemplo, possam contribuir para a prevenção e tratamento do problema. No entanto, a partir das decisões judiciais talvez seja possível a observação da adoção da tese e se há um espaço de arbítrio em sua utilização.

(c) A terceira e última categoria é a zona de autarquia. Nas palavras do autor:

A figura da zona de autarquia mostra a sua importância quando lembramos que não apenas as normas gerais e abstratas são importantes para o estado de direito, mas também os atos de aplicação destas normas a casos concretos. Textos normativos costumam admitir múltiplas interpretações e, portanto, os órgãos que detêm a competência para utilizá-los na solução de casos concretos também precisam zelar pela segurança jurídica.³⁶⁸

³⁶⁸ RODRIGUEZ, José Rodrigo. As figuras da perversão do Direito: para um modelo crítico de pesquisa jurídica empírica. *Revista Prolegómenos Derechos e Valores*, 19, 37, pp. 99-124. Disponível em: <<http://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/dere/article/view/1682>> Acesso em: 18 jun. 2016.

A questão das zonas de autarquia também passa no espaço de discricionariedade do juiz para decidir as questões. Nesse espaço concedido pela legislação a atuação do magistrado pode se demonstrar arbitrária. Para que as decisões sejam válidas e legítimas há a necessidade de demonstração da racionalidade por trás dela. Mesmo a argumentação incoerente e sem fundamentos pode caracterizar a zona de autarquia. A dificuldade em determinar os atos arbitrários está justamente na aparência de legalidade que estes atos terão em um estado de direito. A questão do personalismo nas decisões, sob o enfoque de argumentos de autoridade ou raciocínios naturalizados que retiram da esfera pública a capacidade de debate e compreensão da racionalidade configuram também zonas de autarquia.³⁶⁹

No caso desta pesquisa, poderemos observar nas decisões coletadas a presença de indícios de arbitrariedade nas justificações da racionalidade utilizada para cada questão relativa ao contrato de cartão de crédito. Além do mais, o perscrutamento do uso de argumentos de autoridade ou de razões incoerentes também são fortes indícios de que a questão a respeito do cartão de crédito caracteriza uma zona de autarquia no direito brasileiro.

4.1 ESTUDO EMPÍRICO DOS CONTRATOS

A importância de um estudo empírico a respeito de contratos pode ser justificada no que Macaulay entende como a distância entre os contratos de acordo com a teoria contratual do Direito e o contrato como instituição jurídica usada na prática. Para o autor, os contratos descritos nos livros de Direito assemelham-se muito pouco com os contratos vistos na realidade e essa distância entre a prática e a teoria é percebida nos tribunais e nos casos que a eles são apresentados.³⁷⁰

Desse modo, entende-se que o estudo do contrato de cartão de crédito por meio de decisões judiciais a seu respeito pode nos mostrar, mesmo que parcialmente, os principais conflitos relativos ao contrato em questão e, principalmente, demonstrar a aplicação das teorias contratuais pelos tribunais quando esses contratos são descumpridos ou quando, de

³⁶⁹ RODRIGUEZ, José Rodrigo. As figuras da perversão do Direito: para um modelo crítico de pesquisa jurídica empírica. *Revista Prolegómenos Derechos e Valores*, 19, 37, pp. 99-124. Disponível em: <<http://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/dere/article/view/1682>> Acesso em: 18 jun. 2016.

³⁷⁰ MACAULAY, Stewart. An empirical view of contract. *Wisconsin Law Review*, Wisconsin, n.º 3, p. 465- 482, 1985. p.466 - 468.

alguma forma, o Judiciário é chamado para intervir e em quais questões contratuais ele é efetivamente chamado.

Falar em revisão contratual na teoria é uma coisa, mas apenas a prática judiciária demonstrará como essa intervenção efetivamente se dá e qual a relevância dessas modificações realizadas pelas Cortes para o fenômeno do superendividamento no caso dos contratos de cartões de crédito e se é que essas intervenções contratuais baseadas no CDC e CC2002 são efetivamente realizadas.

As dificuldades apresentadas por uma pesquisa empírica em Direito contratual são enormes. Além da determinação da fonte dos dados empíricos, temos também o problema relativo à sua destinação³⁷¹. Na pesquisa em questão optamos pela obtenção dos dados a partir de decisões judiciais com o intuito de entender a aplicação pelos tribunais da teoria contratual, principalmente das normas consumeristas, que podem ensejar a prevenção ou tratamento do superendividamento. Em um plano secundário, e se os dados obtidos forem adequados para essa inferência, pretendemos contribuir para aperfeiçoamentos no projeto de lei sobre superendividamento.

No entanto, não podemos nos esquecer dos problemas ensejados por essa escolha metodológica. Em primeiro lugar podemos citar o evidente obstáculo de que as decisões judiciais presentes no sítio eletrônico dos tribunais não representam necessariamente uma amostra aleatória de todos os casos relacionados ao tema, e muito menos representam todas as disputas relativas a esses contratos. Desse modo, a generalização de suas conclusões se mostra prejudicada, mesmo para os litígios relativos ao contrato em questão.³⁷²

Entretanto, seja qual for o resultado obtido pela pesquisa, mesmo que acabe sendo inconclusivo, entendemos como Korobkin, para quem “eles (estudos empíricos) devem ser vistos como uma contribuição para a literatura que coletivamente aspira compreender um fenômeno ou resolver uma questão de grande importância pública”.³⁷³

A pesquisa deve ser entendida como um quebra-cabeça montado por diversos pesquisadores. Mesmo que uma peça não pareça esclarecer o fenômeno como um todo, ela contribui para a formação do cenário e aumenta a probabilidade de encaixe de outras peças, tornando o problema cada vez mais “visível” e compreendido. Tendo em vista essa declaração analisaremos, antes de adentrarmos à nossa pesquisa em questão, o estudo realizado por

³⁷¹Essa classificação foi adotada por Korobkin no estudo das dificuldades de realização de pesquisa empírica em Direito contratual. Ver: KOROBKIN, Russell. Pesquisa empírica em Direito contratual: Possibilidades e Problemas. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 2, n.º 1, p. 200-225, 2015.

³⁷²Esse problema já foi apontado por Korobkin ao tratar sobre a pesquisa em direito contratual nos Estados Unidos. Para ver mais: Ibid.

³⁷³Ibid., p. 216.

Cláudia Lima Marques a respeito das tendências jurisprudenciais de aplicação do Código de defesa do consumidor aos contratos.

A doutrina especializada demonstra três tendências de aplicação do CDC em sede de cláusulas contratuais pelo Poder Judiciário brasileiro. Em primeiro lugar, a tendência de considerar ineficazes cláusulas inseridas no contrato de consumo por falta de destaque ou de informação do consumidor. Em segundo lugar, a tendência de manutenção dos contratos cativos e de longa duração através da proteção do sinalagma contratual ao longo do tempo e da correção monetária. E por fim, a tendência de renegociação para evitar o fim do contrato de consumo e o superendividamento.³⁷⁴

Em relação à tendência de considerar cláusulas ineficazes, Cláudia Lima Marques observa que apesar da disposição do Código de Defesa do Consumidor propugnar pela nulidade absoluta da cláusula contratual abusiva, em alguns casos, por conta de problemas de formação relacionados principalmente com o direito à informação do consumidor, os juízes têm entendido pela ineficácia de determinadas cláusulas inseridas em contratos de consumo.³⁷⁵

Pela pesquisa jurisprudencial poderemos averiguar se o Tribunal tem sido chamado para garantir o direito à informação do consumidor nos contratos de cartão de crédito. Como vimos no Capítulo 2 do presente trabalho, uma das modificações propostas pelo Projeto de lei n.º 283/2012 é a maior determinação do direito à informação nos contratos de concessão de crédito, com o intuito de prevenção do superendividamento. A importância, portanto, da discussão da prestação dessa informação nos contratos de cartão de crédito deverá demonstrar-se em sede jurisprudencial, mesmo sem a promulgação do projeto de lei, já que o CDC apresenta norma que dispõe sobre esse direito para os contratos de consumo em geral e para os de crédito em específico.

Quanto à segunda tendência, a autora demonstra a importância que a jurisprudência vem dando à manutenção do equilíbrio contratual, tanto em contratos de longa duração como o contrato de seguro, e mesmo em relação aos diversos planos econômicos brasileiros e a taxa efetiva para a correção monetária para os contratos de longa duração.³⁷⁶

Sobre a opção da jurisprudência brasileira na correção monetária dos contratos, disserta Cláudia Lima Marques:

³⁷⁴MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais*. 6.ed. São Paulo: RT, 2011.

³⁷⁵Ibid., p. 1169.

³⁷⁶Ibid., p. 1170.

Concorde-se ou não com a referida lição jurisprudencial – válida pelo menos até a entrada em vigor do CC/2002 e seu art. 2.035 -, retira-se dela o postulado segundo o qual a garantia constitucional do ato jurídico perfeito deve ser usada para proteger o equilíbrio contratual, a certeza do direito contra as vicissitudes de um mercado incerto como o brasileiro e a reiterada intervenção estatal na economia e seus efeitos por vezes perversos nos contratos privados. A opção majoritária da jurisprudência brasileira aqui é da manutenção e proteção do sinalagma genético, servindo a correção monetária e os esforços para preservação e atualização dos índices contratuais como instrumentos para esse controle do equilíbrio contratual afetado por fatores externos.³⁷⁷

Em relação à segunda tendência podemos cogitar sobre a possibilidade de decisões judiciais sobre o cartão de crédito em que haja revisão contratual sob o argumento de manutenção do equilíbrio econômico contratual. Pensamos que talvez quanto a esse tema tenhamos uma incursão na determinação da taxa de juros pelos tribunais a fim de evitar abusividades e garantir que as obrigações contratuais não sejam desproporcionais. A importância dessa discussão para o endividamento excessivo do consumidor é clara, já que taxas de juros altas tendem a aumentar a dívida exponencialmente, dificultando a capacidade de pagamento pelo consumidor.

Assim, a revisão contratual em busca do equilíbrio econômico do contrato pode ser considerada uma medida de prevenção ou, a depender do caso, até mesmo de tratamento do superendividamento. No entanto, vemos que esse problema também pode estar incluído no direito à informação, antes mencionado, tendo em vista que, em alguns contratos, poderá não ser prevista a taxa de juros aplicável, havendo a necessidade de determinação judicial.

A terceira tendência, por sua vez, relaciona-se com a possibilidade de controle pelo Judiciário da novação contratual realizada, principalmente por bancos, com o intuito de “esconder” taxas e cláusulas abusivas do contrato de consumo de crédito. Essa tendência decorreu da prática bancária de tentar sanar vícios contratuais com a realização de um novo contrato sem vícios em que o consumidor admitia a dívida que tinha com a instituição financeira, já sendo embutidos os juros abusivos do contrato anterior. Nos dizeres de Cláudia Lima Marques:

No caso em exame, os bancos e instituições de crédito passaram a propor aos seus clientes uma *renegociação* “sanadora” ou *novação* “salvadora” da dívida. Apoiados em cláusulas específicas dos contratos e mediante a contingência nacional de insolvência e falta de crédito, os bancos brasileiros ofereceram aos consumidores, desde 1993, uma revisão contratual “sanadora”, e novação da dívida, na qual seriam retirados dos contratos renegociados a previsão de cobrança de juros reais (juros remuneratórios) superiores a 1% ao mês e outras cláusulas consideradas abusivas na jurisprudência e em leis imperativas, como o próprio CDC. Ficava ali, porém,

³⁷⁷MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais*. 6.ed. São Paulo: RT, 2011. p. 1177.

consolidada e confessa a dívida oriunda de anos de cobrança desses juros exagerados, cumulação de taxas, multas, capitalização mensal e outros abusos.³⁷⁸

A jurisprudência, então, respondeu ao problema e o STJ, por sua vez, editou o Enunciado 286 de sua Súmula que previa: “A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores”.³⁷⁹

Nessa terceira tendência apontada pela autora incluem-se também as decisões judiciais com o fito de evitar a ruína do parceiro, ou seja, de limitar o desconto da renda do consumidor em contratos de crédito ao limite de 30-40% para evitar as consequências do superendividamento e garantir o mínimo existencial, principalmente nos tribunais estaduais.³⁸⁰⁻³⁸¹

Quanto à terceira tendência relacionada à novação abusiva de contratos, pensamos que é um tema que se insere tanto no tratamento quanto na prevenção do superendividamento, e assim como a manutenção do equilíbrio contratual, acaba atuando no montante a ser pago pelo consumidor. Já em relação à tese do superendividamento, fica clara sua função de tratamento das situações de penúria dos devedores superendividados, tentando evitar que o pagamento de suas dívidas comprometa de tal modo sua renda que prejudique a manutenção de sua subsistência.

4.2 METODOLOGIA DA PESQUISA JURISPRUDENCIAL

Tendo em vista a análise doutrinária do superendividamento e do contrato de cartão de crédito, passaremos à análise das decisões judiciais a respeito do tema, a fim de que a compreensão do fenômeno tenha por base a prática judiciária a seu respeito, sempre lembrando que a amostra de casos que chega ao Judiciário não corresponde necessariamente ao que ocorre na sociedade.

³⁷⁸MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais*. 6.ed. São Paulo: RT, 2011.

³⁷⁹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 286 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_22_capSumula286.pdf> Acesso em 31 de maio de 2016.

³⁸⁰MARQUES, op. cit., p. 1197.

³⁸¹A esse respeito tratamos no capítulo anterior ao prelecionar a respeito do superendividamento no Brasil.

Quando falamos no tema do superendividamento, apenas uma pequena parcela de devedores aciona o Poder Judiciário para resolver o seu problema. Trata-se de um fenômeno social que impele ao devedor uma pecha moral e que, portanto, faz com que ele se distancie da solução jurisdicional e, em muitos casos, mesmo soluções extrajudiciais e consensuais, como a renegociação das dívidas.

Apesar disso, o estudo das decisões judiciais se torna relevante para a análise da atuação do Direito nessa determinada questão social. Como vimos, não há ainda uma legislação para o tratamento e prevenção dessas situações de superendividamento e mesmo a regulamentação do cartão de crédito é esparsa e diz respeito, em grande parte, a deveres de informação ao consumidor que, em muitos casos, podem não incidir na questão do endividamento excessivo. Assim, uma fonte vigente para a análise da atuação do direito nessa seara são as decisões judiciais.

Com vistas ao problema de pesquisa, empreenderemos uma análise de conteúdo das decisões judiciais a respeito do endividamento do consumidor e do cartão de crédito. A análise de conteúdo consiste em uma técnica de análise de pesquisa, que no Direito, precipuamente, diz respeito ao conteúdo de decisões judiciais e suas expressões.³⁸²

Para Bardin a análise de conteúdo trata-se de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.³⁸³

A utilização do método de análise de conteúdo se dá para ultrapassar incertezas inerentes tanto às hipóteses quanto aos pressupostos da pesquisa, com a finalidade de enriquecer a leitura e dar subsídios à inferência de significações além das falas propriamente ditas.³⁸⁴ Ou seja, com a análise de conteúdo pretende-se alcançar não apenas o que está literalmente no texto, mas características escondidas, subentendidas.

³⁸²XIMENES, Julia Maurmann *Levantamento de dados na pesquisa em Direito: a técnica da análise de conteúdo*. Disponível em: < www.idp.org.br/component/docman/doc_download/145 > Acesso em 18 jun. 2016.

³⁸³BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70, 1977. p. 42.

³⁸⁴CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. *Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método*. Disponível em:

<file:///C:/Users/Livia%20Carvalho/Desktop/estudo/Minha%20disserta%C3%A7%C3%A3o/disserta%C3%A7%C3%A3o/novo%20projeto/trabalho%20final/pesquisa%20jurisprudencial%20e%20an%C3%A1lise%20de%20conte%C3%BAdo/analise%20de%20conteudo.pdf> Acesso em 20 jun. 2016.

O primeiro passo para a análise de conteúdo, chamada por Bardin de pré-análise, consiste na delimitação dos documentos a serem analisados, na formulação das hipóteses e objetivos da pesquisa e a elaboração de indicadores. Essas etapas não são necessariamente sucessivas, ocorrendo conforme as vicissitudes de cada pesquisa.³⁸⁵ Para fins desta pesquisa, iniciaremos com a determinação do *corpus* a ser analisado, uma vez que os objetivos e hipóteses já foram aclaradas na introdução e que o modo de interpretação dependerá dos documentos que estarão disponíveis, sem se olvidar das categorias trazidas no início do capítulo.

O segundo passo consiste na exploração do material ou codificação, em que haverá a categorização do conteúdo da fala. Por fim, haverá a etapa de interpretação e tratamento do material obtido, em que iremos relacionar o conteúdo da pesquisa empírica com a pesquisa bibliográfica sobre o assunto.³⁸⁶

4.2.1 Pré-análise e formação do *corpus* de pesquisa

Como já dito na introdução desse trabalho, foi escolhido o Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista ser a última instância em questões envolvendo legislação federal.³⁸⁷ Em

³⁸⁵ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70, 1977. p. 95.

³⁸⁶ CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. *Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método*. Disponível em:

<file:///C:/Users/Livia%20Carvalho/Desktop/estudo/Minha%20disserta%C3%A7%C3%A3o/disserta%C3%A7%C3%A3o/novo%20projeto/trabalho%20final/pesquisa%20jurisprudencial%20e%20an%C3%A1lise%20de%20conte%C3%BAdo/analise%20de%20conteudo.pdf> Acesso em 20 jun. 2016.

³⁸⁷ Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 23, de 1999)

c) os habeas corpus, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 23, de 1999)

d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, "o", bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;

e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

um primeiro momento, havia-se optado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por ser o maior tribunal do país em número de decisões. No entanto, apenas com as palavras-chaves “cartão de crédito” e no período de 01/01/2015 a 31/12/2015 encontraram-se 10.925 (dez mil novecentos e vinte e cinco) decisões a respeito do tema. Desse modo, ao abranger uma quantidade muito grande de decisões, essa opção inviabilizaria a pesquisa e dificultaria a análise mais aprofundada das especificidades que envolvem o contrato de cartão de crédito e o endividamento do consumidor na seara judiciária.

Observando-se o problema da pesquisa e a doutrina a respeito do tema, optou-se pela utilização das palavras-chaves: “cartão de crédito”, realizando-se a pesquisa no *site* do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na seção Jurisprudência do STJ – pesquisa livre.³⁸⁸

A pesquisa jurisprudencial foi realizada em duas vertentes: em primeiro lugar, optou-se pela pesquisa específica a respeito dos contratos de cartão de crédito e sua revisão contratual, utilizando-se o termo “cartão de crédito” e excluindo-se termos como “revisão contratual”³⁸⁹, por sua abrangência e generalidade e ainda o termo “crédito” por iguais

g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias; (Incluída pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)

II - julgar, em recurso ordinário:

a) os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Parágrafo único. Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça: (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)

II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante. (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004). (BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 16 jun. 2016).

³⁸⁸Para pesquisar no *site* do STJ, ver: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 16 de jun. 2016.

³⁸⁹Foram encontradas para o ano de 2015 o número de 384 (trezentos e oitenta e quatro) decisões no dia 16.06.2016.

razões.³⁹⁰ Pela pesquisa doutrinária não se encontrou nenhum termo sinônimo para contrato de cartão de crédito, limitando-se, assim, apenas a essa palavra-chave. Não se empreendeu na pesquisa conjunta dos termos “cartão de crédito” E “revisão contratual” ou “cartão de crédito” E “ação revisional” por que essas chaves de busca encontraram respectivamente 14 (quatorze) e 23 (vinte e três) decisões no período de 01/01/2010 a 31/12/2015, ou seja, para um período de cinco anos.

Além disso, ao ler as discussões trazidas pela jurisprudência foi possível perceber que para o tratamento e prevenção do superendividamento a análise mais abrangente das questões trazidas ao Judiciário sobre o cartão de crédito demonstra-se essencial. Então, discussões sobre a taxa de juros, a possibilidade de prestação de contas por parte das instituições financeiras dentre outras, mesmo que não digam respeito especificamente à ação revisional do contrato de cartão de crédito, permitem a análise de outros vieses contratuais que decorrem dos direitos do consumidor e que podem se relacionar com o superendividamento.

Por essa razão, entendemos que um termo mais abrangente seria capaz de demonstrar a tendência jurisprudencial, os principais assuntos relacionados ao contrato em questão e, assim, colaborar para o entendimento do superendividamento no país. Apesar de ampliarmos o rol de discussão a respeito do cartão de crédito, questões que estão fora do Direito Civil, Bancário ou do Consumidor serão excluídas para que não nos desviemos do objetivo da pesquisa.

A segunda vertente da pesquisa, por sua vez, optou pelo estudo das decisões relativas ao superendividamento e por isso, abarcou os sinônimos: “superendividamento”, “endividamento excessivo” e “endividamento do consumidor”. No entanto, foram encontradas apenas 2 (duas) decisões sob o termo “superendividamento” e não se encontrou nenhuma sob os outros termos de pesquisas, no período de 01/01/2010 a 31/12/2015.

Assim, o estudo concentrou-se na análise de conteúdo das decisões apenas relativas ao cartão de crédito, excluindo-se a segunda vertente de análise das decisões sobre superendividamento, devido ao número irrisório de decisões proferidas pelo Tribunal. Esse dado já se demonstra interessante por indicar a dificuldade de acesso ao Superior Tribunal de Justiça por parte dos excessivamente endividados. E ainda, designa a irrelevância da tese nos tribunais superiores. Apenas a título de comparação, o maior tribunal do país (Estado de São Paulo), constava em 2015 apenas 125 (cento e vinte e cinco) decisões sob a palavra-chave “superendividamento”.³⁹¹

³⁹⁰Foram encontrados 1.528 (mil quinhentos e vinte e oito) acórdãos sobre esse tema em 2015.

³⁹¹Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/consultaCompleta.do>> Acesso em: 18 de jun. 2016.

Desse modo, tendo em vista a pequena quantidade de decisões presentes sob o termo “cartão de crédito” para o ano de 2015 (apenas 47 decisões), optou-se pelo alargamento temporal, abrangendo todas as decisões julgadas no sítio eletrônico do STJ de 01/01/2012 até o 31/12/2015, já que se trata do último ano possível de se analisar em sua integridade. A escolha temporal se deu meramente por uma questão de conveniência e possibilidade de realização da pesquisa dentro do prazo do Mestrado.

Da pesquisa realizada sob o termo “cartão de crédito” foram encontrados um total de 164 (cento e sessenta e quatro) acórdãos, 0 (zero) decisão de afetação, 1 (uma) súmula, 0 (zero) decisões monocráticas e 06 (seis) informativos de jurisprudência. Diante dos números apresentados, foram escolhidos os acórdãos por conta, em um primeiro momento, da quantidade de decisões, mas também por se tratarem de decisões colegiadas e que permitem o debate de diferentes teses jurídicas pelos julgadores.

Após a primeira fase da pesquisa, de escolha das palavras-chaves e do Tribunal a ser pesquisado, realizou-se o primeiro contato com as decisões a fim de excluir alguns documentos que não fossem necessários para o estudo, por meio da primeira leitura dos julgados. Foram analisados todos os acórdãos disponíveis no período, excetuando-se acórdãos de questões criminais³⁹² e questões tributárias³⁹³, chegando a um total de 136 (cento e trinta e seis) decisões.

³⁹²As questões criminais, em sua maioria, tratavam de casos em que houve fraude do cartão de crédito, roubo ou estelionato como a seguinte decisão:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE ARMADE FOGO E CONCURSO DE AGENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. GRAVIDADE. PERICULOSIDADE SOCIAL. NECESSIDADE DE ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECLAMO IMPROVIDO.

1. Não há o que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da periculosidade efetiva dos agentes envolvidos, evidenciada pelas circunstâncias mais gravosas em que praticado o delito.

2. Caso de roubo majorado cometido em concurso de quatro agentes, que abordaram as vítimas em plena via pública e, após tomarem a direção do veículo no qual encontravam-se os ofendidos, lhes exigiram, mediante grave ameaça exercida pelo emprego de arma de fogo, a entrega de cartões de crédito com suas senhas, que utilizaram posteriormente para efetuar saque bancário, circunstâncias que, somadas à notícia de envolvimento do grupo em outros delitos contra o patrimônio, evidenciam a maior periculosidade dos envolvidos e o risco à ordem pública, em caso de soltura.

3. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia.

4. Recurso ordinário improvido. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *RHC nº 58.946/MG*, da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 19 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=%22cart%C3o+de+cr%C3%9dito%22+++&data=%40DTDE+%3E%3D+20100101+e+%40DTDE+%3C%3D+20151231&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=31>> Acesso em: 08 jul. 2016).

³⁹³Por exemplo a decisão que analisa se a taxa de cartão de crédito serve de base de cálculo de PIS e COFINS, cuja ementa segue a seguir:

Os documentos foram excluídos com base, precipuamente, no ementário. Aquelas decisões que ensejassem dúvida quanto à sua utilidade foram mantidas para posterior análise, tendo em vista, a regra da exaustividade exposta por Bardin, pela qual, todos os documentos a respeito do objeto de pesquisa devem ser contemplados a não ser que haja motivos justificáveis para o seu descarte.³⁹⁴

A partir da segunda análise dos documentos foi possível a exclusão de mais uma decisão que coincidia com o mesmo processo. No caso tratava-se de um Agravo Regimental em Agravo no Recurso Especial n.º 681.962/RJ e um Embargo de Declaração dessa decisão. Como os embargos servem apenas para os casos de omissão, obscuridade e contradições, preferimos excluir a decisão do embargo e manter apenas o acórdão que resolveu o mérito da demanda. Além do mais, os embargos foram rejeitados e não houve alteração na decisão proferida.³⁹⁵ Assim foi possível analisar 135 (cento e trinta e cinco) decisões de 135 (cento e trinta e cinco) processos distintos.

Após a coleta das decisões, procedemos à sua categorização em fichas de análise, conforme o modelo exposto no Anexo A³⁹⁶. Através da leitura flutuante e catalogação nas fichas (Anexo C), foi possível a exclusão de outros julgados que, apesar de apresentarem a palavra-chave pesquisada, não tratavam do tema abordado na pesquisa. Foi o caso, por

TRIBUTÁRIO.TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO. BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. CONCEITO DE FATURAMENTO. MATÉRIA EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. 1. De acordo com a jurisprudência do STJ, verificar se a taxa de administração dos cartões de débito e crédito deve integrar a base de cálculo do PIS e da COFINS incorre, necessariamente, na definição de faturamento. A análise esta vedada ao STJ por se tratar de matéria eminentemente constitucional, sob pena de usurpação da competência do STF. 2. Agravo Regimental não provido. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp nº 1.518.752/SC*, da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 17 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201500492707&dt_publicacao=05/02/2016> Acesso em 16 jun. 2016).

³⁹⁴ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70, 1977. p. 97.

³⁹⁵ EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PROPÓSITO MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CARTÃO DE CRÉDITO. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO GENÉRICO. CLÁUSULA-MANDATO. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *EDcl no AgRg no AREsp nº 681.962/RJ*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 16 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=681962&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=2>> Acesso em 10 jul. 2016)

³⁹⁶ As decisões foram analisadas uma a uma. No caso de votos divergentes dentro do tribunal optamos pela análise da decisão que deu origem ao acórdão. Na tabela do Anexo B especificamos o relator, destacando quando este relator foi apenas para acórdão, pela existência de divergência entre os magistrados, não sendo contabilizado o voto vencido. Desse modo, facilitamos a nossa análise das decisões do tribunal e conseguimos observar a tendência do STJ como um todo.

exemplo, do AgRg no AREsp n.º 701.905/MG³⁹⁷ que tratou de uma demanda de indenização por danos morais e materiais relativa a uma reserva de hotel que foi cancelada. A reserva foi efetuada por meio de cartão de crédito, mas esse fato em si não é relevante para a discussão da lide.

Outro processo excluído foi o AgRg no AREsp n.º 461.126/RS³⁹⁸ que tratou de demanda de indenização por danos morais frente ao não cancelamento da cobrança de uma dívida proveniente de servidor de internet banda larga não disponível na região da demandante. E ainda a decisão do AgRg no REsp n.º 1.125.747/MA³⁹⁹ que diz respeito à assinatura de uma revista.

Por motivos parecidos, também foi excluída a decisão do AgRg no AREsp n.º 240.604/SP⁴⁰⁰ ao tratar de indenização por duplicidade de cobrança de uma passagem aérea efetuada mediante cartão de crédito.

Nesse contexto, temos o REsp n.º 1.339.097/SP⁴⁰¹ que cuida de uma Ação Coletiva proposta pela ANADEC contra a Editora Abril S/A relativa à ilegalidade de cobrança de

³⁹⁷EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. CANCELAMENTO DE RESERVA DE HOTEL. DANOS MORAIS E MATERIAIS NÃO CONFIGURADOS. SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte entende que, quando a situação experimentada não tem o condão de expor a parte a dor, vexame, sofrimento ou constrangimento, não há falar em dano moral, uma vez que se trata de circunstância a ensejar mero aborrecimento ou dissabor, mormente quando mero descumprimento contratual, embora tenha acarretado aborrecimentos, não gerou maiores danos ao recorrente.

2. No caso, o cancelamento da reserva do hotel ocorreu cinco meses antes da data da viagem e o estorno do débito do cartão de crédito do cliente se deu na mesma fatura, não acarretando maiores prejuízos. O Tribunal de origem, mediante análise do contexto fático-probatório dos autos, entendeu não estarem presentes elementos que caracterizem a indenização por danos morais.

3. Nesse caso, a reversão do julgado afigura-se inviável, tendo em vista a necessidade de reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp n.º 701.905/MG*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 01 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201500892144&dt_publicacao=16/12/2015> Acesso em 11 jul. 2016).

³⁹⁸BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp n.º 461.126/RS*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 18 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=461126&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=2>> Acesso em 16 jul. 2016.

³⁹⁹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp n.º 1.125.747/MA*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 27 de novembro 2012. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=1125747&b=ACOR> Acesso em: 20 jul. 2016.

⁴⁰⁰BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp n.º 240.604/SP*, da Quarta turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 06 de junho 2013. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=240604&b=ACOR&p=true&l=10&i=2>> Acesso em: 20 jul. 2016.

⁴⁰¹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.339.097/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 03 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201706769&dt_publicacao=09/02/2015> Acesso em 12 jul. 2016

R\$1,13 (um real e treze centavos) pela emissão de boletos bancários emitidos em virtude de assinatura de revistas.

Além disso, a decisão constante do AgRg no REsp n.º 1.226.993/RS⁴⁰² também foi retirada do *corpus* de pesquisa por não dizer respeito ao tema em análise. A decisão só foi incluída na pesquisa feita no site do Tribunal porque um dos interessados se trata do Panamericano Administrador de Cartões de Crédito Ltda., não constando da ementa, nem julgado nenhuma referência ao contrato de cartão de crédito, motivo que ensejou a sua exclusão. Dessa mesma forma foi retirada a decisão constante do AgRg no AI n.º 1.227.541/SP⁴⁰³, que não trata do contrato de cartão de crédito, mas de um empréstimo bancário.

Ainda foi excluída uma Execução Fiscal (AgRg no REsp n.º 1.085.611/SP⁴⁰⁴) a respeito de multa imposta pelo PROCON pela prática abusiva de cobrar diferentes valores à vista no dinheiro, no cheque e no cartão de crédito. Apesar do tema envolver cartão de crédito e Direito do Consumidor, a questão na verdade é o recebimento de verbas pelo Estado de São Paulo.

Do mesmo modo, temos o REsp n.º 1.500.676/DF⁴⁰⁵ que trata, em síntese, do direito constitucional de liberdade à informação/comunicação. Como não abordam a temática da pesquisa, optamos pela exclusão dessas decisões, totalizando um *corpus* de análise de 126 (cento e vinte e seis) documentos.

Ainda na fase de catalogação das decisões, decidimos pela exclusão de um acórdão relativo a decisão proferida em sede de embargos de declaração. O motivo principal para a exclusão dessa decisão se deu pela finalidade desse recurso e a constatação de que esse acórdão presente no nosso *corpus* não apresentava questões que interessassem ao nosso

⁴⁰²BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp n.º 1.226.993/RS*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 11 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1226993&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 20 jul. 2016.

⁴⁰³BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AI n.º 1.227.541/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 13 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1227541&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em: 25 jul.2016.

⁴⁰⁴BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp n.º 1.085.611/SP*, da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 19 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1085611&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em: 12 jul. 2016.

⁴⁰⁵BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.500.676/DF*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 12 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201401994643&dt_publicacao=24/02/2015> Acesso em: 12 jul. 2016.

trabalho. O embargo de declaração tem por finalidade a revisão de decisões que possuam omissões ou necessite de esclarecimentos quanto a contradições ou obscuridades.⁴⁰⁶

Diante dessa constatação, não cabe aos embargos modificarem a decisão proferida. Os embargos que alterem a decisão proferida são chamados de embargos infringentes ou são recebidos, pela fungibilidade, como outro recurso. Nossa análise se deteve, portanto, no caráter infringente do embargo e nos casos de fungibilidade. Caso o embargo modificasse o teor da decisão, entendemos pela permanência dele no *corpus* de pesquisa. Mas, caso o embargo fosse apenas declaratório e não apresentasse fundamentação necessária acerca do contrato de cartão de crédito ou sobre superendividamento (temas centrais da nossa análise), optamos por sua exclusão.

É o caso do EDcl no AgRg no REsp n.º 481.307/SP⁴⁰⁷, cuja questão principal foi a análise do início da contagem de fluência dos juros moratórios no caso de responsabilidade contratual, sendo, portanto, excluído do nosso conjunto de julgados, restando 125 (cento e vinte e cinco) documentos. Diferentemente, a título de comparação, temos o EDcl no AREsp n.º 634.184/DF⁴⁰⁸ que foi recebido como agravo regimental e teve uma análise de mérito, sendo, assim, incorporado ao *corpus* da pesquisa.

4.3 CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA SOBRE CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO

Tendo em vista os objetivos da pesquisa e o material disponível pelo Tribunal, a análise das decisões passou, em um primeiro momento, pelas disposições da ficha de análise. Com essa ficha de leitura intentamos a apresentação dos mais diversos aspectos da decisão

⁴⁰⁶Art. 535 do CPC. Cabem embargos de declaração quando: (Redação dada pela Lei n.º 8.950, de 13.12.1994)

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; (Redação dada pela Lei n.º 8.950, de 13.12.1994)

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. (Redação dada pela Lei n.º 8.950, de 13.12.1994) (BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016).

⁴⁰⁷BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *EDcl. no AgRg no REsp n.º 481.307/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 15 de setembro de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400443398&dt_publicacao=21/09/2015> Acesso em 11 jul. 2016.

⁴⁰⁸BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *EDcl. no AREsp n.º 634.184/DF*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 04 de agosto de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201403220671&dt_publicacao=17/08/2015> Acesso em 11 jul. 2016.

que pudessem de alguma forma explicar ou indicar as razões do Tribunal, a participação de órgãos do sistema protetivo do consumidor no processo, os temas que adentram o Judiciário em sede de contratos de cartão de crédito e mesmo a tendência decisiva do Superior Tribunal de Justiça.

As nossas hipóteses, baseadas na pesquisa bibliográfica inicial, eram que: i. As decisões dos tribunais teriam uma tendência pró-credores, dando primazia ao princípio do *pacta sunt servanda*; ii. Assim como apontado pela doutrina, esperávamos encontrar problemas de estabilidade das decisões judiciais, ou seja, mudanças bruscas e inesperadas a depender do Ministro-relator de cada caso, ou mesmo da Turma do Tribunal. Desse modo, apostávamos na ausência de previsibilidade das decisões judiciais, conforme propugnado pela doutrina. iii. Esperávamos encontrar dentro das ações de revisão contratual, decisões que aplicassem a revisão por onerosidade excessiva, por lesão ou mesmo, em uma pequena monta, pelo superendividamento do consumidor, decisões que discutissem taxa de juros e outros encargos e decisões propostas pelo Ministério Público diante da possibilidade trazida pelo CDC de discussão de cláusulas contratuais *in abstracto*.

Além disso, tendo em mente as tendências jurisprudenciais apontadas por Cláudia Lima Marques no que diz respeito aos contratos de consumo, esperávamos: iv. Decisões que garantissem os direitos de informação do consumidor nos contratos de cartão de crédito; v. Acórdãos que aplicassem princípio do equilíbrio econômico dos contratos como uma das motivações que ensejavam revisão do contrato, e vi. A discussão a respeito de cláusulas abusivas decorrentes de contratos de cartão de crédito renegociados (novação sanadora).

Quanto aos sujeitos do processo esperávamos encontrar: vii. Diversos processos sob a representação da Defensoria Pública; viii. As maiores instituições financeiras como os maiores litigantes; ix. Um número considerável de ações de cobrança proposta por instituições financeiras, se não o maior número de ações, ao menos equiparável ao número de revisionais.

Para a comprovação de nossas hipóteses, partimos de três diferentes parâmetros principais de análise: i. O primeiro foi a identificação das causas subjacentes ao contrato de cartão de crédito que chegam ao Tribunal, ou seja, sobre o que se litiga em relação aos contratos de cartão de crédito, os temas mais debatidos, conforme as cores de nossas fichas de análise; ii. Em segundo lugar, passamos para a identificação dos atores processuais, com indicação dos principais litigantes e a consideração da participação do PROCON, do Ministério Público e mesmo da Defensoria Pública e, por fim, iii. Em terceiro lugar, descrevemos como as diferentes causas a respeito do contrato em questão são solucionadas, se

há uniformidade nessas decisões ou mudanças ao longo do tempo ou por outros fatores e quais as suas motivações, se legais ou jurisprudenciais.

Os dois primeiros parâmetros do estudo detalhado das decisões apegaram-se mais a questões formais como a classificação da pretensão intentada no Judiciário e as partes que integraram o procedimento. Para isso realizamos uma análise quantitativa, expondo os dados conforme a sua aparição nas decisões ou não. No terceiro parâmetro, além da utilização da coleta numérica de dados, passaremos também a um estudo qualitativo para entendermos as questões trabalhadas e aprofundarmos o seu entendimento, comparando com o que a doutrina dos contratos, exposta no capítulo anterior, demonstra.

Ainda no terceiro parâmetro, passaremos à investigação dos grupos de análise conforme as pretensões intentadas no Judiciário e sua importância ou não para o tratamento ou prevenção do superendividamento. Para isso, nos valeremos de uma classificação inicial das demandas incluídas no *corpus* de análise, conforme dados das fichas de leitura.

Essas fichas identificaram sete grandes temas: a) ações de exibição de documento; b) as cinzas, de práticas abusivas⁴⁰⁹; c) ações de revisão contratual; d) ações de prestação de contas; e) ações de cobrança; f) ações indenizatórias provenientes das mais diversas causas subjacentes, inclusive cobrança indevida e cartão de crédito clonado, por fim, g) ação declaratória de inexistência de débito sem cumulação com ação indenizatória (caso fosse cumulada, seria classificada como indenizatória).

Muitos processos traziam a cumulação entre ação declaratória de inexistência de débito e ação indenizatória por danos materiais e morais decorrentes. Optamos pela inclusão apenas na ação declaratória quando ela não for cumulada com ação indenizatória. Essa escolha tentou prevenir a duplicidade de dados, facilitando a catalogação e permitindo a formação de um grupo de análise com maior número de processos. Além do mais, muitas das indenizatórias que aparecerem no *corpus* de análise diziam respeito ao *quantum debeat*, ou seja, ao valor das indenizações, o que justifica o seu estudo em conjunto.

Diversos foram os problemas encontrados na catalogação das decisões nessas fichas de análise. Mesmo em relação aos temas dos processos, encontramos diversos acórdãos em que o assunto discutido não se mostrava claro ou mostrava-se incompleto. Foram encontradas decisões de difícil compreensão, além de acórdãos que apenas replicavam os fundamentos da decisão anteriormente dada. Nesses casos a análise recaiu sobre essa decisão que foi utilizada como fundamento.

⁴⁰⁹Incluídas até mesmo as indenizatórias por práticas abusivas, com o intuito de formar um grupo de análise com maior número de decisões.

Outro dado que esperávamos encontrar com mais facilidade, mas não apareceu em grande parte dos processos foram as posições dos Tribunais de origem, ou seja, como esse caso havia sido solucionado e se teve ou não reforma da decisão. Alguns processos se limitavam a apresentar a ementa do juízo do Tribunal *a quo*, enquanto outras nem ao menos mencionam a decisão. Por conta dessas limitações, preferimos a análise realizada conforme se segue adiante, por temas, por agentes e por fim o estudo da tendência nos principais assuntos colacionados.

i. Temas principais relativos ao contrato de cartão de crédito no STJ (período de 01/01/2012 a 31/12/2015):

Para iniciarmos, separamos os acórdãos em conformidade com o ano de julgamento, a fim de demonstrar o crescimento ou não de demandas relativas ao assunto e em um segundo momento, classificaremos as demandas anuais por assuntos a fim de facilitar a análise dos temas apresentados ao Tribunal e a identificação de alguma mudança de tendência jurisprudencial ou sua reafirmação ao longo dos anos. Para isso, concentramos os dados nas tabelas e gráfico abaixo:

Tabela 3.1 Quantidade de processos do STJ sobre cartão de crédito pelo ano de julgamento.

Ano de julgamento	Quantidade de processos
2015	28 ⁴¹⁰
2014	25 ⁴¹¹
2013	28 ⁴¹²
2012	44 ⁴¹³
Total	125

Fonte: Superior Tribunal de Justiça
Elaboração própria.

⁴¹⁰ Documentos de 1 a 28.

⁴¹¹ Documentos 29 a 53.

⁴¹² Documentos 54 a 81.

⁴¹³ Documentos 82 a 125.

Pela tabela podemos perceber uma quantidade uniforme de demandas julgadas relativas ao contrato de cartão de crédito por ano no Superior Tribunal de Justiça durante os anos de 2013 a 2015, destoando no ano de 2012, com quase o dobro dos processos.

Gráfico 3.1 Quantidade de processos do STJ sobre cartão de crédito por ano e por tema.

Pelo gráfico acima conseguimos visualizar os processos divididos de acordo com os temas que apareceram durante os anos estudados, assim como na tabela abaixo. Podemos perceber que o maior número de acórdãos se dá com ações indenizatórias seguidas pelas ações revisionais.

Tabela 3.2 Quantidade de processos do STJ sobre cartão de crédito por ano e por tema

Ano	Ação de cobrança	Práticas abusivas	Ação declaratória de inexistência de débito	Ação revisional	Prestação de contas	Exibição de documentos	Indenizatória	Total
2015	1	2	1	7	7	4	6	28
2014	0	3	1	9	0	0	12	25
2013	2	3	0	8	5	0	10	28
2012	0	7	0	9	4	1	23	44
Total	3	15	2	33	16	5	51	125

Fonte: STJ
Elaboração própria

Gráfico 3.2 - Temas relativos ao contrato de cartão de crédito no STJ – percentuais.

Como afirmamos grande parte das ações são indenizatórias. Dentro das ações indenizatórias, entretanto, como dito anteriormente, encontram-se assuntos diversos. Mesmo dentro da classificação de ações por “práticas abusivas” algumas são indenizatórias e escolhemos catalogá-las de modo diferente para auxiliar na classificação e na posterior análise. Podemos dizer, então, que a grande maioria das ações julgadas a respeito do cartão de crédito no STJ no período de 01/01/2012 a 31/12/2015 são indenizatórias, ultrapassando mesmo o dado de 41% (quarenta e um por cento) que vimos no gráfico acima.

Em segundo lugar estão as ações revisionais que apresentam, diferentemente do esperado, uma grande uniformidade. Elas se baseiam na revisão de encargos contratuais, precipuamente, a taxa de juros, pedindo a aplicação da taxa média de mercado tanto para contratos em que a cláusula é omissa quanto para contratos em que se quer rediscutir essa disposição contratual. No entanto, veremos os detalhes dessas ações mais a frente nesse mesmo capítulo.

Em terceiro lugar em volume de processos, encontramos as ações de prestações de contas seguidas pelas ações que tratam a respeito de práticas abusivas. Em menor monta, temos respectivamente a ação de exibição de documento, de cobrança e por fim, a ação declaratória de inexistência de débito, respectivamente.

Diferentemente do que esperávamos as ações de cobrança representam apenas 2% do montante de ações relativas a cartão de crédito. Esse dado é interessante e nos faz questionar diversos motivos pelos quais isso pode estar acontecendo, principalmente, se há necessidade da instituição financeira se valer dessa via para cobrança, ou se, na realidade, ela encontra outros meios mais favoráveis que o processo judicial.

Apesar de ser possível conjecturar a respeito, os dados não são suficientes para dizer efetivamente o que acontece, mas abrem a possibilidade de outras pesquisas mais profundas tratarem do assunto e se questionarem do por que há tão poucas ações de cobrança no STJ a respeito do cartão de crédito. Será que a inadimplência no setor é muito baixa ou há outros mecanismos mais eficientes para cobrança ou mesmo há desinteresse dos bancos pelos inadimplentes, tendo suas perdas acobertadas pela taxa de juros cobrada?

Questões como a jurisprudência defensiva e a aplicação constante pelo Tribunal da Súmula 5 e 7 do STJ⁴¹⁴ também devem ser levadas em consideração para essa análise mais pormenorizada.

ii. Identificação dos principais atores processuais

Talvez o dado mais impactante a respeito dos atores processuais seja a quase inexistência de demandas sob a representação da Defensoria Pública. Há apenas duas causas

⁴¹⁴Súmula 5 do STJ: “A simples interpretação de cláusula contratual não enseja Recurso Especial”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 5 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf> Acesso em: 30 jul. 2016).
Súmula 7 do STJ: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 7 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf> Acesso em: 30 jul. 2016).

em que o cliente bancário é assistido pela instituição⁴¹⁵, versando sobre uma ação declaratória de inexistência de dívida e uma ação revisional. Em ambos os casos o STJ negou provimento ao recurso impetrado pelo consumidor, sob a representação da Defensoria Pública.

Inúmeras causas podem ser citadas para a ausência de participação da Defensoria, essa importante instituição que trabalha, como vimos, com iniciativas de prevenção e tratamento do superendividamento e auxilia consumidores com contratos de crédito. Um dos possíveis motivos é a sua recente instituição e, ainda, o grande déficit de defensores públicos na maioria dos Estados da federação.⁴¹⁶ Outras hipóteses possíveis são os custos processuais e não processuais (como o tempo gasto) para alongar a demanda e mandá-la ao crivo do Superior Tribunal de Justiça, o que desestimularia a população com renda mais baixa a permanecer no processo. Sem contar com os óbices do próprio Tribunal para a possibilidade de discussão das questões contratuais.

O Ministério Público, por sua vez, atuou em 5 (cinco) diferentes processos. Apenas um desses processos dizia respeito a cláusulas contratuais e os outros tratavam, em sua maioria, de práticas abusivas como a venda casada e envio de cartão de crédito sem solicitação.⁴¹⁷ Como podemos ver no acórdão do REsp 748.242/RJ a discussão *in abstracto* de cláusula contratual em contrato de adesão consumerista é admitida pela jurisprudência do STJ, como também citado anteriormente por Cláudia Lima Marques.

Nesse processo o STJ entendeu pela legalidade da cláusula que impõe o ressarcimento das despesas indispensáveis e efetivamente comprovadas, decorrentes da mora e destinadas à cobrança, limitando-se o valor indenizável ao equivalente a 10% sobre o valor da dívida, desde que conferido em cláusula contratual igual direito ao consumidor. A análise mais aprofundada dessas decisões será feita no próximo tópico deste capítulo.

No caso do PROCON – Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - foram destacados dois acórdãos, em cujo teor constava uma ação ordinária de revisão de multa imposta pela entidade pela prática abusiva de envio de cartão de crédito sem solicitação⁴¹⁸, tendo caráter eminentemente administrativo.

No processo REsp n.º 1.297.675/SP⁴¹⁹, o Ministro-relator Castro Meira entendeu pelo retorno dos autos ao Tribunal de Segunda instância para que ele aprecie (i) o pedido alternativo de redução da multa, (ii) os efeitos jurídicos do Termo de Compromisso de

⁴¹⁵ Documentos n.º 1 e n.º 113.

⁴¹⁶ Para mais dados sobre a Defensoria Pública, ver: MOURA, Tatiana *et al.* *Mapa da Defensoria Pública no Brasil*. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2013.

⁴¹⁷ Documentos n.º 4, 46, 84, 115 e 118.

⁴¹⁸ Documentos n.º 61 e 62.

⁴¹⁹ Documento n.º 61.

Ajustamento n.º 043/99 firmado com o Ministério Público, e (iii) a legalidade, a aplicabilidade e a irretroatividade das Portarias 6/2000 e 8/2000. O que se percebe é que o desenvolvimento do processo culminou com uma decisão eminentemente processual, sem terem sido apreciadas questões relativas à multa em si.

A tese do recorrente (Fininvest S/A) se dava no sentido de não ter sido configurada a prática abusiva, mas mera oferta, cuja única sanção possível seria a sua gratuidade. Desse modo, ao aplicar também a multa o Tribunal incorreria em *bis in idem*. Além do mais as Portarias 6/2000 e 8/2000 não seguiram o procedimento necessário para sua elaboração, que necessitava de uma comissão mista de fornecedores e consumidores. No entanto, elas foram editadas exclusivamente por ato do Diretor Executivo do PROCON, inexistindo a comissão prevista pelo art. 55, §3º, do CDC. Argumenta ainda a irretroatividade da aplicação dessas mesmas portarias.

Já no REsp n.º 1.261.513/SP⁴²⁰, o Ministro-Relator Mauro Campbell Marques entendeu que a análise dos pedidos do recorrente ensejaria revolvimento no conjunto fático-probatório, devendo aplicar a Súmula 7 do STJ. O recorrente Banco Santander Banespa S/A requeria, em resumo, a ausência de conduta abusiva de sua parte, por se tratar de cartão de múltipla função, cuja função crédito só seria ativada por solicitação do cliente, argumentava a falta de critérios para fixação da penalidade acima do patamar legal, tendo em vista, a ausência de dano ao consumidor.

O que se percebe é que ambas as decisões trataram de questões processuais e se limitaram ou a devolver os autos para o Tribunal de Origem ou aplicar a Súmula 7/STJ de caráter claramente defensivo e que impede a reapreciação do caso pelo Superior Tribunal de Justiça. No entanto, na segunda decisão, o relator se manifesta a respeito do entendimento do Tribunal acerca da prática de envio de cartão sem a solicitação do consumidor, *in verbis*:

Nesse ponto, cai por terra a alegação da parte recorrente de que o cartão enviado estaria com a função crédito inativada, pois tal argumento é irrelevante para o deslinde da controvérsia. Isso porque, pelo o que consta do acórdão impugnado, o pedido da consumidora se restringiu a um cartão de débito, tão somente, não havendo registro de que tenha havido qualquer manifestação de vontade por parte dela quanto ao cartão múltiplo. Assim, impõe-se seja reconhecida a abusividade da conduta com o simples envio do cartão de crédito, sem pedido pretérito e expreso do consumidor, independentemente da múltipla função e do bloqueio da função crédito, pois tutelam-se os interesses dos consumidores em fase pré-contratual, evitando a ocorrência de abuso de direito na atuação dos fornecedores na relação

⁴²⁰Documento nº62.

consumerista com esse tipo de prática comercial, absolutamente contrária à boa-fé objetiva.⁴²¹

Por fim, encerrando a análise dos atores processuais, traremos uma tabela com os dados relativos às instituições financeiras e seu papel enquanto litigantes nos contratos de cartão de crédito.

Tabela 3.3 - Maiores litigantes a respeito do contrato de cartão de crédito no STJ no período de 01/01/2012 a 31/12/2015.

Instituição Financeira	Quantidade de demandas (polo ativo e passivo)
Banco Bradesco S/A	9
Banco Citicard S/A	12
Grupo Itaú Unibanco ⁴²²	11
Credicard S/A ⁴²³	4
Grupo Renner ⁴²⁴	5
Caixa Econômica Federal	1
Banco IBI S/A	1
Banco Triângulo S/A	1
Grupo Santander ⁴²⁵	28
Hipercard Banco Múltiplo S/A	4
Adcard – Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	1
Banescard Banestes – Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda.	1

⁴²¹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.261.513/SP*, da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 27 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=1261513&b=ACOR&p=true&l=10&i=4>> Acesso em 10 jul. 2016.

⁴²²Em nossa pesquisa o Grupo Itaú Unibanco abrange: Banco Itaucard S/A; Itaucard Financeira S/A; Itau Unibanco S/A; Banco Itau S/A e Banco Itau Cartões S/A. Sobre o grupo econômico Itaú Unibanco ver: *EconoInfo*. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/governanca-corporativa/grupo-economico?codigoCVM=19348>> Acesso em: 29 jul. 2016.

⁴²³A partir de 2013 a Credicard S/A passa a fazer parte do Grupo Itaú Unibanco, conforme o sítio eletrônico da Credicard. Disponível em: <<https://www.credicard.com.br/quem-somos>> Acesso em: 29 jul. 2016. Desse modo, optamos pela separação para facilitar a análise, já que há processo com data posterior e anterior a 2013.

⁴²⁴Em nossa pesquisa o Grupo Renner abrange: Renner Administração de Cartão de Crédito Ltda. e Lojas Renner S/A. Sobre o grupo Renner ver: *EconoInfo*. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/docs/lojas-renner/organograma-do-grupo-economico/dE51PVIZyVCHSZ7RSfILUAaJD4%3D?p=1>> Acesso em: 29 jul. 2016.

⁴²⁵Para a pesquisa, o Grupo Santander abrange: Banco Santander Brasil S/A e Banco Santander Banespa S/A. Mais informações sobre o Grupo Santander ver: *EconoInfo*. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/governanca-corporativa/grupo-economico?codigoCVM=20532>> Acesso em: 29 jul. 2016.

Visa do Brasil Empreendimentos Ltda.	4
HSBC Bank Brasil S/A	2
Banco do Brasil S/A	4
Banco CSF S/A	4
Liderprime – Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	1
Banco Simples S/A	2
Banco Mercantil do Brasil S/A	1
Companhia Brasileira de Distribuição	1
Grupo Panamericano ⁴²⁶	3
Fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados	1
C&A Modas Ltda.	2
TNL PCS S/A	1
Grupo Carrefour ⁴²⁷	5
Banrisul S/A	2
Tempo Serviços Ltda.	1
Cielo S/A	2
Fininvest S/A	2
Banco Sudameris Brasil S/A ⁴²⁸	1
Banco ABN AMRO Real S/A ⁴²⁹	2
Redecard S/A	1
Unicard Banco Múltiplo S/A	1
Banco Credibanco S/A	2
DMA Distribuidora S/A	1
Luizacred S/A ⁴³⁰	1

Fonte: STJ

Elaboração Própria

⁴²⁶Para nossa pesquisa o Grupo Panamericano abrange: Panamericano Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda. e Banco Panamericano S/A.

⁴²⁷Para a pesquisa o grupo Carrefour abrange: Banco Carrefour S/A e Carrefour Administradora de Cartão de Crédito, Comércio e Participações Ltda.

⁴²⁸Em 2007 foi incorporado pelo Banco ABN AMRO Real S/A e em 2008 pelo Banco Santander. (ALVES, Murilo Rodrigues. Incorporação de Sudameris e ABN Amro por Santander tem última etapa. *Valor Econômico*, São Paulo, 01 nov. 2011. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/financas/1078898/incorporacao-de-sudameris-e-abn-amro-por-santander-tem-ultima-etapa>> Acesso em: 29 jul. 2016).

⁴²⁹Em 2008 o Banco ABN AMRO Real S/A foi incorporado pelo Banco Santander Brasil S/A. Ver: Institucional Santander no Brasil. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/portal/wps/script/templates/GCMRequest.do?page=6413>> Acesso em: 29 jul. 2016.

⁴³⁰A partir de 2013 transferiu seus negócios com cartões de crédito ao Itaú Unibanco. Ver: ALERIGI JR., Alberto. Magazine Luiza vai transferir cartões Luizacred ao Itaú Unibanco. *O Estadão*, São Paulo, 25 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,magazine-luiza-vai-transferir-cartoes-luizacred-ao-itaunibanco,1001241>> Acesso em: 29 jul. 2016.

Pelos dados apresentados na tabela acima conseguimos identificar os principais litigantes do período de 01/01/2012 a 31/12/2015. Como dito em outras oportunidades, esses dados não podem ser generalizados nem mesmo para o Tribunal em questão, tendo em vista, o curto período de tempo analisado.

Além do mais, o número que consta da quantidade de demandas não corresponde ao número de documentos analisados, tendo em vista a ocorrência de litisconsórcio entre instituições financeiras em alguns casos em estudo. Um dos exemplos é o Documento n.º 46 que tem como embargantes as instituições Panamericano Administradora de cartões de crédito S/C Ltda. e Banco Panamericano S/A, sendo que as duas fazem parte do Grupo Panamericano e foram contadas, por isso, em dobro dentro dos litigantes do Grupo.

Tendo em vista a tabela acima, elaboramos um gráfico apenas com os principais litigantes, excluindo aqueles que apareciam apenas uma ou duas vezes no total de processos. Assim abarcamos os 12 (doze) principais litigantes, sem diferenciar se apareceram no polo ativo (como recorrente, embargante, agravante ou autor) ou no polo passivo da demanda (como recorrido, agravado, embargado ou réu). O resultado da apuração pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 3.3 - Quantidade de processos dos maiores litigantes a respeito do contrato de cartão de crédito no STJ por ano (período de 01/01/2012 a 31/12/2015).

Pelo gráfico podemos perceber que os quatro principais litigantes correspondem respectivamente ao Grupo Santander, seguido pelo Banco Citicard S/A, pelo Grupo Itaú Unibanco e por fim, pelo Banco Bradesco S/A.

O gráfico a seguir demonstra que os quatro maiores litigantes correspondem a quase metade (48%) de todos os processos de cartão de crédito no Superior Tribunal de Justiça, enquanto os litigantes de volume médio, que correspondem ao total de oito instituições financeiras e os litigantes menores, que totalizam vinte e quatro instituições representam 26% (vinte e seis por cento) de todas as demandas.

Gráfico 3.4 - Litigantes nos contratos de cartão de crédito no STJ no período de 01/01/2012 a 31/12/2015 – porcentagem.

Em resumo, os dados demonstram uma atuação ainda incipiente da Defensoria Pública nas instâncias superiores e a respeito do contrato de cartão de crédito. Foram encontrados apenas 2 (dois) documentos com a participação dessa instituição. Nesse mesmo sentido foram os dados a respeito da atuação do PROCON e do Ministério Público, tendo atuado, respectivamente em 2 (dois) processos e 5 (cinco) processos de 125 (cento e vinte e cinco) pesquisados nos anos de 01/01/2012 a 31/12/2015.

Entretanto, esses dados não são definitivos e nem podem ser usados para argumentar pela necessidade uma maior participação desses entes. Para isso seria útil a realização de mais pesquisas a respeito da atuação desses órgãos nos Tribunais Superiores e em matéria consumerista/cível. E pelos dados apresentados conseguimos observar que o PROCON atua na área de promoção de multas para práticas abusivas e o Ministério Público também, com exceção de uma demanda a respeito de cláusula contratual. A atuação da Defensoria, apenas pelos dados, não se deu de modo uniforme, abrangendo uma ação declaratória de inexistência de débito e uma ação revisional.

Quanto aos maiores litigantes ficou claro que quatro das maiores instituições financeiras representam quase que a metade de todos os processos a respeito do cartão de crédito no STJ no período de 01/01/2012 a 31/12/2015. Esse dado demonstra a importância dessas instituições no cenário nacional e pode indicar a principal demanda regulatória da nossa realidade.

iii. Soluções jurisprudenciais das causas sobre cartão de crédito no STJ

Para a continuidade de nossa análise adentraremos nesse momento o estudo pormenorizado das decisões relativas aos principais temas apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça. Para isso faremos algumas considerações iniciais.

A observação preliminar das decisões documentadas revela a importância da jurisprudência no modo de decidir dos nossos Tribunais. Foram poucos os acórdãos que citaram doutrinadores e mesmo a lei não se demonstrou a razão de decidir da maioria dos casos. A citação de diversos precedentes demonstrou-se o principal modo de decidir ao menos no Superior Tribunal de Justiça para os casos de cartão de crédito do período estudado.

Outras características evidenciadas foram: 1. O número irrelevante de divergência, havendo votação por unanimidade na maior parte dos casos; 2. A manutenção da decisão anterior por seus próprios fundamentos, isso ocorria, geralmente, em caso de agravos regimentais ou embargos em que já havia decisão do próprio Superior Tribunal de Justiça em sede de Recurso Especial, por exemplo, ou decisão monocrática. No entanto, em alguns acórdãos havia esse tipo de argumentação mesmo em relação à decisão do Tribunal *a quo*, e em muitos casos, a decisão era meramente colacionada. 3. Apoio em Súmulas de jurisprudência defensiva como as já citadas Súmulas 5 e 7 do STJ, evitando o julgamento da demanda por tratar de interpretação de cláusulas contratuais ou, no mais das vezes, em revolvimento do contexto fático-probatório.

a) Ações Revisionais

Iniciaremos o exame dos temas pelas ações revisionais, que seriam o principal objeto de nosso estudo. Como dito anteriormente, encontramos uma grande uniformidade nas demandas interventivas a respeito do contrato de cartão de crédito. Não foram encontradas decisões que utilizassem os fundamentos da lesão ou de superendividamento. No mais das

vezes foram utilizados os fundamentos da onerosidade excessiva e da abusividade da cláusula contratual para diminuir ou determinar a taxa de juros.

As discussões revisionais basearam-se, em sua maioria, na legalidade ou não da cláusula-mandato e da cobrança de encargos contratuais como a taxa de juros. Os principais assuntos podem ser quantificados pela tabela abaixo:

Tabela 3.4 - Ações revisionais: Principais subtemas

Subtemas	Número do documento	Total
1. Cláusula-mandato	7, 119	2
2. Taxa de juros e sua capitalização	17, 18, 19, 25, 26, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 49, 54, 55, 63, 65, 67, 76, 77, 87, 93, 97, 107, 110, 113, 122	26
3. Cláusula de ressarcimento de despesas	4	1
4. Presunção de veracidade das alegações do consumidor	52	1
5. Eminentemente processuais	44, 69, 102	3
Total	4, 7, 17, 18, 19, 25, 26, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 44, 49, 52, 54, 55, 63, 65, 67, 69, 76, 77, 87, 93, 97, 102, 107, 110, 113, 122	33

Fonte: STJ
Elaboração própria

Como podemos ver da tabela o principal assunto tratado em ações revisionais é a taxa de juros e seu modo de capitalização. Iniciaremos, portanto, o estudo a partir desse subtema.

a.1 Taxa de juros e sua capitalização

Pela tabela acima foi possível a detecção de 26 (vinte e seis) documentos que tratam sobre a taxa de juros nos contratos de cartão de crédito⁴³¹. A principal discussão desses documentos gira em torno de três assuntos: a) a fixação da taxa de juros; b) a possibilidade de sua capitalização e; c) a possibilidade de cobrança da comissão de permanência. Outros temas secundários também aparecem como: d) a repetição do indébito e; e) a discussão a respeito da abusividade da pactuação da taxa de juros.

⁴³¹Resumo dos principais assuntos desses julgados apresenta-se em um quadro temático no Apêndice D deste trabalho.

Na questão da fixação da taxa de juros, o entendimento o STJ se deu no sentido de que na falta de pactuação ou de inserção do contrato nos autos do processo, assim como para os casos de abusividade na pactuação, a taxa de juros deve estar de acordo com a taxa de juros média do mercado para operações da mesma espécie. No entanto, as consequências práticas desse entendimento são diversas, diante da ausência de uma definição da taxa de juros média de mercado pelo BACEN para os contratos de cartão de crédito.

Desse modo, apresentam-se julgados que propugnaram pela necessidade de averiguação da taxa média na liquidação ou na fase instrutória como é o caso dos Documentos n.º 19 e 34, respectivamente. Para essas decisões não se pode aplicar a taxa média de outros contratos para definir a taxa do contrato de cartão de crédito, devendo-se apurar o montante dos juros médios no mercado de operações da espécie para aplicá-lo aos contratos em discussão, mesmo que isso alongue mais o processo e possa ir contra o princípio da celeridade. Em outras decisões foi acolhido o entendimento do Tribunal de origem e a aplicação da taxa média do contrato de cheque especial (documento n.º 32), ou mesmo acabou sendo o entendimento prevalecente pelo óbice de reanálise da Súmula 7/STJ, como no documento 55.

Quanto à possibilidade da capitalização mensal de juros, o STJ tem o entendimento de que é possível a capitalização desde que pactuada após a Medida Provisória n.º 1.963/90 (MP n.º 2.170-36/2001). A esse respeito colaciono a decisão do documento n.º 87, em que a Ministra Maria Isabel Gallotti manifesta:

(...) observo que a Segunda Seção, no julgamento do REsp 602.068/RS (Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, unânime, DJU de 21.3.2005), e depois em sede de repetitivo (REsp 1.112.879/PR e 1.112.880/PR, ambos Rel. Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJe de 19.5.2010), entendeu que somente nos contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n.º 1.963-17, em vigência atual como MP 2.170-36/2001, e desde que expressamente pactuada, é admissível em período inferior a um ano. No caso em exame, todavia, consta dos autos que o contrato é anterior à primeira norma referenciada (fl. 173). Dessa forma, a pretensão reformatória esbarra no óbice da Súmula 121 do STF e na Lei de Usura, quanto à impossibilidade da capitalização mensal dos juros em contratos como o presente, (4ª Turma, REsp 219.281/PR, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 16.11.1999), eis que impossível à lei nova repristinar cláusula que, quando celebrada, era nula à luz das disposições legais em vigor.⁴³²

Esse mesmo entendimento foi aplicado em diversos acórdãos do grupo de análise das ações revisionais sob o subtema da taxa de juros, como por exemplo, os documentos n.º 17,

⁴³²BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *EDcl no AgRg no AI n.º 704.724/MS*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 20 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=704724&b=ACOR&p=true&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

35, 97 e 113. Os outros documentos que trataram do mesmo assunto, encontraram óbice à análise da capitalização por conta das Súmulas 5 e 7 do STJ.⁴³³

Quanto à comissão de permanência temos o seguinte entendimento prevalecente⁴³⁴:

Consoante entendimento assente na 2ª Seção desta Corte Superior, admite-se a comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, à taxa média dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula n.º 294/STJ), desde que não cumulada com a correção monetária (Súmula n.º 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula n.º 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual. Nesta esteira, presente a incidência de qualquer desses encargos após a caracterização da mora, hão de ser afastados, mantendo-se somente a comissão de permanência, desde que pactuada.⁴³⁵

De todos os julgados que trataram do tema, apenas o documento n.º 36 apresentou o óbice de análise pelas Súmulas 5 e 7 do STJ.

No que diz respeito à repetição do indébito, tivemos 6 (seis) documentos distintos⁴³⁶ retratando a polêmica a respeito do assunto que no mais dos casos se deu em relação à sua cobrança ou não em dobro, ou à necessidade de erro para sua configuração.

Em algumas decisões prevaleceu o entendimento da Súmula 322 do STJ: “Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta corrente, não se exige a prova do erro”⁴³⁷⁻⁴³⁸. Nesses casos a necessidade de provar o erro ocasionado pela instituição financeira foi afastada como requisito para ensejar o pagamento. *In verbis*:

Acerca da compensação/repetição do indébito, firmou-se que é cabível, de forma simples, não em dobro, quando verificada a cobrança de encargos ilegais, tendo em vista o princípio que veda o enriquecimento sem causa do credor, independentemente da comprovação do equívoco no pagamento, pois diante da complexidade do contrato em discussão não se pode considerar que o devedor pretendia quitar voluntariamente débito constituído em desacordo com a legislação aplicável à espécie. A questão está pacificada por intermédio do enunciado 322 da Súmula do STJ.⁴³⁹

⁴³³ São eles: os documentos n.º 36, 63, 67, 77 e 93.

⁴³⁴ Esse entendimento aparece nos seguintes documentos: n.º 36, 65, 87 e 93.

⁴³⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp n.º 1.193.443/RS*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 02 de outubro de 2012. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201000837988&dt_publicacao=10/10/2012> Acesso em 01 ago. 2016.

⁴³⁶ São eles: documentos n.º 18, 36, 49, 63, 67 e 77.

⁴³⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado 322 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_26_capSumula322.pdf> Acesso em: 01 ago. 2016

⁴³⁸ Documentos n.º 36 e 49.

⁴³⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AI n.º 1.404.888/SC*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 04 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1404888&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

No entanto no documento 67, entendeu o relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino pela necessidade de erro para ensejar a repetição do indébito para contrato de cartão de crédito: “Inexiste, ainda, repetição de indébito sem que se evidencie erro no pagamento”.⁴⁴⁰

Outra discussão a esse respeito é a necessidade de comprovação da má-fé para pagamento em dobro, conforme a disposição do Código de Defesa do Consumidor ou simples conforme o Código Civil. Essa discussão pode ser resumida pela decisão do documento n.º 77, cujo teor segue abaixo:

Quanto à devolução em dobro dos valores pagos a maior, a jurisprudência deste Tribunal é assente no sentido de que tal determinação só é cabível em caso de demonstrada má-fé, o que não foi comprovado na hipótese dos autos.⁴⁴¹

Desse mesmo modo, foi entendido no documento de n.º 18, em que o relator negou a repetição do indébito por falta de comprovação da má-fé. Os últimos debates apresentados dizem respeito à abusividade da cláusula de pactuação da taxa de juros. Apesar do entendimento ser o mesmo em relação à falta de pactuação, ou seja, aplica-se a taxa média de mercado, podemos perceber que nesses casos o óbice da Súmula 5 e 7 STJ poderiam ser mais presentes, tendo em vista a necessidade de análise do contrato e do contexto fático-probatório para a determinação da abusividade, já que a mera definição da taxa acima de 12% a.a. não pressupõe que ela é abusiva.

No entanto, em apenas 2 (dois) casos⁴⁴² dos 5 (cinco) que discutem a questão da abusividade foi negado provimento ao pedido por decorrência do obstáculo das Súmulas 5 ou 7/STJ. Na decisão do documento n.º 54 o relator entendeu que a discussão não se pautava na abusividade da cláusula para a determinação da taxa de juros na média de mercado, mas sim na ausência de pactuação. Já no documento n.º 65, na discussão da prova de abusividade da cláusula contratual, o Ministro-relator apenas se manifestou no sentido de que a decisão recorrida estava de acordo com a jurisprudência dominante do STJ de que ante a impossibilidade de se verificar o índice de juros remuneratórios pactuado no contrato de cartão de crédito, aplica-se a taxa média de mercado.

⁴⁴⁰BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp n.º 1.235.612/RS*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 06 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1235612&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

⁴⁴¹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp n.º 1.312.926/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 16 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1312926&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

⁴⁴²São eles: Documentos n.º 63 e 67.

Já no documento n.º 87, a Ministra Maria Isabel Gallotti propugnou pelo não reconhecimento de abusividade da pactuação de acordo com os preceitos das Súmulas 382/STJ⁴⁴³, 283/STJ⁴⁴⁴ e 596/STF⁴⁴⁵.

Para terminar a análise das ações revisionais acerca da pactuação da taxa de juros, gostaríamos de enfatizar alguns detalhes encontrados em certas decisões. Pelo *corpus* de análise percebemos que apenas 1 (um) documento⁴⁴⁶ apresentou o argumento do *pacta sunt servanda* como um empecilho para a revisão contratual. Nesse documento, a instituição financeira, Banco Mercantil do Brasil S/A alegou a impossibilidade de revisão contratual por conta do princípio da vinculação dos contratos, sendo rechaçado o argumento perante o teor da Súmula 297 do STJ: “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”.⁴⁴⁷

Uma discussão que aparece nos documentos n.º 29 e 97 é sobre as faturas dos cartões de crédito e se a informação a respeito da taxa de juros presente nesse documento caracteriza pactuação. De acordo com a decisão do Ministro Sidnei Beneti, *in verbis*:

Saliente-se, outrossim, que, em relação à capitalização dos juros, o Acórdão recorrido afirmou que não houve pactuação nesse sentido ressaltando que a indicação da taxa de juros mensal e da taxa anual não demonstram a efetiva pactuação, o que, todavia, de acordo com o mais novo entendimento da Segunda Seção deste Tribunal, é suficiente para caracterizar o pacto.⁴⁴⁸

Nesse mesmo sentido temos a decisão presente no documento n.º 18 que ao tratar da necessidade de informação das taxas previstas no contrato entende que, por tratar de uma

⁴⁴³Súmula 382 do STJ: “A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 382 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_35_capSumula382.pdf> Acesso em: 01 ago. 2016).

⁴⁴⁴Súmula 283 do STJ: “As empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 283 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_21_capSumula283.pdf> Acesso em: 01 ago. 2016).

⁴⁴⁵Súmula 596 do STF: “As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional”. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Enunciado n.º 596 da Súmula do STF*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula&pagina=sumula_501_600> Acesso em: 01 ago. 2016).

⁴⁴⁶Decisão n.º 36.

⁴⁴⁷BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 297 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_23_capSumula297.pdf> Acesso em: 01 ago. 2016.

⁴⁴⁸BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp n.º 1.250.519/RS*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 20 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=1250519&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

questão anterior ao advento da Resolução n.º 3.517/2007 do CMN⁴⁴⁹, deve-se aplicar apenas os parâmetros previstos no Código de Defesa do Consumidor. Isso faz com que possamos entender que após 2007 os parâmetros utilizados na informação prestada ao consumidor devem acoplar tanto as disposições da resolução citada quanto os preceitos do Código de Defesa do Consumidor.

Por fim, nesse grupo de decisões acerca de ações revisionais, apenas 1 (um) documento⁴⁵⁰ apresentou como agravado uma associação de defesa dos consumidores, no caso, Associação Brasileira de Defesa do Consumidor da vida e dos Direitos Civis S/A. Nessa Ação Civil Pública foi discutido precipuamente a delimitação da taxa de juros na média de mercado.

O Banco Itaú Cartões S/A (agravante) alegou como argumento principal a impossibilidade de, em operação de cartão de crédito, limitar os juros à taxa média de mercado, por se tratar de parâmetro que não se encontra definido para esse seguimento, não sendo aplicável a essa espécie de operação o entendimento sedimentado nesta Corte no julgamento do REsp n.º 1.112.879/PR.⁴⁵¹

A Corte decidiu conforme havíamos descrito, ou seja, negou provimento ao agravo por entender cabível a limitação dos juros à taxa média de mercado em operações de cartão de crédito. Essa decisão é importante sob o ponto de vista da legitimidade de Associações de Defesa do Consumidor pleitear a revisão contratual de cláusulas em benefício do consumidor.

⁴⁴⁹BRASIL. Banco Central do Brasil. *Resolução n.º 3.517/2007*. Dispõe sobre a informação e a divulgação do custo efetivo total correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2007&numero=3517>> Acesso em: 01 ago. 2016.

⁴⁵⁰Documento n.º 110.

⁴⁵¹Ementa: BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade na cobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP n.º 1.963-17/00 (reeditada sob o n.º 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.112.879/PR*, da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 12 de maio de 2010. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200900158318&dt_publicacao=19/05/2010> Acesso em 01 ago. 2016).

Uma última discussão aparece também no documento n.º 18 em relação à limitação da multa moratória e dos juros moratórios. Entendeu o acórdão, por unanimidade, em uma ação coletiva para discussão de cláusula contratual proposta por CEDECON – Centro Nacional de Estudos e Defesa do Consumidor que a multa moratória a partir de 1996 não poderá ser superior a 2% a.m., tendo em vista a alteração no art. 52, §1º, do CDC.⁴⁵²

Do conjunto das decisões a respeito da taxa de juros, podemos concluir que a jurisprudência sobre os principais pontos controversos debatidos encontra-se consolidada e permite uma mínima previsibilidade para os atores processuais, baseando-se no mais das vezes em preceitos jurisprudenciais como precedentes em recursos repetitivos e súmulas do tribunal. Temos questões, entretanto, problemáticas na utilização das Súmulas 5 e 7 STJ para impedir o confronto de determinados assuntos, sem muita uniformidade.

a.2 Cláusula-mandato

No total temos 2 (duas) decisões a respeito de cláusula-mandato no nosso *corpus* de pesquisa⁴⁵³, sendo uma demanda coletiva e uma individual. No entanto, na decisão do documento n.º 119, não foi apreciada a questão da cláusula-mandato por ausência de prequestionamento, incidindo as Súmulas 282⁴⁵⁴ e 356⁴⁵⁵ do STF.

O segundo documento é uma Ação Civil Pública proposta pela Associação Nacional de Defesa da Cidadania e do Consumidor – ANADEC, a fim de declarar a nulidade da cláusula que conferia poderes à administradora de cartões de crédito para emitir títulos de crédito em nome do mandante/consumidor.

Em primeira instância o pedido foi julgado procedente e em segunda instância o apelo da instituição financeira não foi provido. Em preliminar o Ministro-Relator Marco Buzzi entendeu pela legitimidade das associações civis de defesa do consumidor, para ajuizar ação

⁴⁵² Art. 52, § 1º: “As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação”. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

⁴⁵³ São eles: documentos n.º 7 e 119.

⁴⁵⁴ Súmula 282 do STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.” (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Enunciado nº 282 da Súmula do STF*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula&pagina=sumula_201_300> Acesso em: 01 ago. 2016).

⁴⁵⁵ Súmula 356 do STF: “O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.” (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Enunciado nº 356 da Súmula do STF*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2648>> Acesso em: 01 ago. 2016).

civil pública, com o intuito de declarar a nulidade de cláusula inserida em contrato de adesão, conforme entendimento já consolidado do próprio tribunal, eliminando o pleito de carência de ação. O STJ negou provimento ao recurso da instituição financeira, tendo o voto vencido recebido votação unânime.

De acordo com o Ministro-Relator Marco Buzzi, em verdadeira lição a respeito dessa cláusula, dissertou sobre as três finalidades distintas da cláusula-mandato, *in verbis*:

Inicialmente, é imprescindível esclarecer que o instituto jurídico da cláusula-mandato em sentido amplo possui estipulações destinadas a três propósitos distintos. O primeiro, inerente a todos os contratos de cartão de crédito (tenham eles sido estabelecidos com as instituições financeiras ou com as administradoras de cartão *private label*), é aquele por meio do qual a administradora/mandatária do cartão se compromete a honrar, mediante anuidade e até o limite de crédito estipulado para aquele consumidor/mandante, o compromisso assumido por este perante comerciantes ou prestadores de serviços. O segundo, inerente aos contratos de cartão de *private label*, refere-se à autorização dada pelo consumidor à administradora do cartão de crédito para que, em seu nome, obtenha recursos no mercado financeiro para saldar eventuais dívidas e financiamentos advindos do uso do cartão. O terceiro, reputado abusivo pelo ordenamento jurídico pátrio, diz respeito à atribuição de poderes às administradoras/mandatárias do cartão de crédito para emissão de títulos de crédito em nome do consumidor/mandante.⁴⁵⁶

Entendeu o relator que a Administradora de cartão de crédito (Renner Administradora de Cartão de Crédito Ltda.) não é considerada instituição financeira, apesar de oferecer o serviço de eventual financiamento de débitos dos clientes. Apenas com a LC105/2001⁴⁵⁷, as administradoras de cartão de crédito foram consideradas instituições financeiras para os fins da citada lei, deixando, assim, de necessitar da cláusula-mandato para obter recursos. E ainda, acrescentou tratar-se de cartão *private label*, razão pela qual é utilizada a cláusula-mandato para financiar os recursos obtidos no mercado, quando parte da fatura não for quitada no vencimento. No caso de instituições financeiras não há a necessidade de instituição da cláusula-mandato para poder obter financiamento em nome do cliente. Assim foi entendido pelo Ministro-Relator Marco Buzzi a respeito do caso em questão:

Não é esse, no entanto, o caso ora submetido a julgamento, visto que na presente hipótese verifica-se, efetivamente, um cartão do tipo *private label*, ou seja, a administradora do cartão de crédito não é um banco, razão pela qual o mandato conferido pelos consumidores à operadora, a fim de que esta obtenha recursos no

⁴⁵⁶BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp* n.º 1.084.640/SP, da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 23 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1084640&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

⁴⁵⁷BRASIL. *Lei Complementar* n.º 105, de 10 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp105.htm> Acesso em: 01 ago. 2016.

mercado, é elemento essencial para se viabilizar o bom andamento do sistema e do ajuste do contrato, porquanto a operadora, no modelo de operação ora em evidência, não é detentora de recursos próprios ou alheios, a possibilitar a cobertura da dívida contraída pelo usuário que não salda a fatura por completo. Assim, a tomada de empréstimo pela administradora em nome de seu cliente, para financiá-lo, é procedimento que atende ao interesse do usuário do cartão de crédito, haja vista que busca como intermediária, perante o mercado, os recursos necessários ao financiamento do consumidor/mandante. Nesse tipo de disposição contratual não se evidencia qualquer abuso de direito, pois a atuação da administradora de cartão se dá em favor e no interesse do cliente que avaliará a conveniência de saldar desde logo o valor total cobrado ou efetuar o pagamento mínimo da fatura, parcelando o restante para os meses seguintes.⁴⁵⁸

Apesar de ser um cartão do tipo *private label*, o relator ainda entendeu em seu voto pela abusividade da cláusula diante da potestatividade da cláusula mandato destinada ao saque de títulos. Afirma que tal cláusula é abusiva por colocar o consumidor em desvantagem frente ao fornecedor, atentando aos princípios da equidade e da boa-fé. *Ipsis litteris*:

Por outro lado, em hipóteses tais como a retratada nestes autos, compreende-se por abusiva a cláusula-mandato que prevê a emissão de título de crédito, por parte do mandatário contra o mandante, haja vista que tal procedimento expõe o outorgante à posição de extrema vulnerabilidade, a ponto de converter-se em prática ilegítima, eis que dela resulta um instrumento cambial apto a possibilitar a pronta invasão de seu patrimônio por meio da compensação bancária direta ou pela via executiva, reduzindo, inegavelmente, a sua capacidade defensiva, porquanto a expropriação estará lastrada em cártula que, em regra, por mera autorização contratual firmada em contrato de adesão, será sacada independentemente da intervenção do devedor/mandante. Sob este aspecto, há muito já fora sedimentado o entendimento no âmbito desta Corte Superior acerca da ilegalidade da cláusula-mandato destinada ao saque de títulos, consoante se extrai do enunciado da súmula 60/STJ, assim redigida: "É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste". Isso porque, é característica marcante dos títulos de crédito a excecutoriedade, ou seja, a sua autossuficiência jurídica é assegurada tendo em vista os princípios da cartularidade, da literalidade e da autonomia. Assim, o valor nele contido é certo e a transmissão de sua titularidade encontra amparo na imunidade dos vícios que não sejam incidentes sobre a própria cártula. Esses atributos facilitam, sobremaneira, a obtenção do valor inserido no título, por meio de procedimento executivo, que terá limitado campo de defesa, em razão das características intrínsecas ao documento executado. A par disso, o saque de título contra usuário de cartão de crédito por parte de sua operadora, mediante mandato, não evidencia benefício ao outorgante. Pelo contrário, pois resulta daí obrigação cambial a ser saldada, limitando-se o campo de defesa do titular do cartão quanto à existência da dívida ou do quantum devido, uma vez que, lançada a cártula, o questionamento do débito no processo executivo é extremamente restrito, face aos atributos e características intrínsecas ao título de crédito. Certamente, a supressão da fase cognitiva para a formação dos elementos obrigacionais cambiais assumidos em nome do cliente só interessa à operadora de cartão de crédito, porquanto possibilita a obtenção de seu crédito de forma mais célere, em detrimento dos princípios da ampla defesa e do contraditório. Ora, a regra no instituto do mandato é que o representante deve atuar em nome do representado, respeitando e agindo dentro dos

⁴⁵⁸BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.084.640/SP*, da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 23 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1084640&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

interesses do mandante, a fim de que não haja um conflito de interesses, tal como o estabelecido quando o mandatário atua em seu próprio interesse, celebrando contrato consigo mesmo ou autocontrato. (...) Assim, não pode o representante agir objetivando o seu próprio interesse concerne ao saneamento de eventual dívida, pois a cláusula-mandato para o saque de título cambial, por somente beneficiar ao mandatário, é considerada abusiva. A propósito, o núcleo do conceito de abusividade presente no artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor está na existência de encargos que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada perante o fornecedor, ou seja, funda-se no desequilíbrio das posições contratuais. No caso ora em foco, o citado desequilíbrio decorre do monopólio da produção das cláusulas encartadas no pacto pelo fornecedor e a nulidade da modalidade de cláusula-mandato em comento se verifica em razão de sua potestatividade, uma vez que deixa ao alvedrio do mandatário a expedição de cambial, sem que esteja presente a indicação prévia ao usuário do cartão, do fator externo que concorreu para a emissão da cártula, dando ciência dos moldes segundo os quais fora concebida. Não é demasiado referir, também, a ocorrência de situação lesiva aos interesses do usuário do cartão, quando este for compelido a pagar dívida já quitada, pois, ocorrendo a circulação do título de crédito, o consumidor cujo débito perante a operadora do cartão já tiver sido saldado poderá, mesmo assim, ser demandado a cumprir a obrigação inserida na cártula por terceiro que dela portar, uma vez que a obrigação cambial é autônoma e independente da relação jurídica-base ensejadora da emissão do título.⁴⁵⁹

Por fim, entendeu o voto pela ilegalidade da cláusula-mandato permissiva de emissão cambial apenas devido ao modo de prestar a garantia, mas não pelo modelo de pagamento em si. Para tanto valeu da Súmula 60 do STJ, *in verbis*: “É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste”.⁴⁶⁰

a.3 Cláusula de ressarcimento de despesas

A respeito da cláusula de ressarcimento de despesas temos apenas a decisão do documento n.º 4 relativa ao REsp 748.242/RJ que trata de uma Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. Nessa demanda, o STJ deu parcial provimento, por unanimidade, ao Recurso Especial na parte referente à cláusula destinada ao ressarcimento de despesas de cobrança extrajudicial e, por maioria, julgou prejudicado o recurso especial na parte relativa à extensão da eficácia subjetiva da sentença coletiva, nos termos do voto divergente do Ministro Raul Araújo, acompanhado pelos Ministros Marco Buzzi e Maria Isabel Gallotti (Presidente). Vencidos, nesse ponto, os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, relator e Luis Felipe Salomão.

⁴⁵⁹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.084.640/SP*, da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 23 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1084640&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

⁴⁶⁰BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 60 da Súmula do STJ*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/sumula-organizada,stj-sumula-60,2291.html>> Acesso em: 01 ago. 2016.

Devido ao tema da pesquisa, analisaremos apenas a parte do acórdão relativa à cláusula de ressarcimento de despesas prevista nos contratos de cartão de crédito da Credicard S/A Administradora de Cartão de Crédito. A esse respeito, o Ministro-Relator Antonio Carlos Ferreira disserta:

Com efeito, sobre a possibilidade de cobrança de despesas no caso concreto, deve-se conjugar a aplicação dos arts. 395 do CC/2002 e 956 do CC/1916, este último reiterado no art. 1.056 do mesmo diploma, de forma a prestigiar a vetusta obrigação natural e legal de indenizar todos os danos causados a outrem, regra válida tanto para o devedor como para o credor. Evidentemente, as normas do CC/2002 e do CC/1916, nos contratos a eles vinculados, prestigiam o dever de reparar os danos decorrentes da mora, cabendo ao devedor inadimplente ressarcir também as despesas a que deu causa, as quais diminuem o patrimônio do credor. Assim, não há como impedir que o consumidor inadimplente seja compelido, em cláusula contratual, a ressarcir despesas absolutamente necessárias, justas e efetivamente comprovadas, vinculadas e decorrentes de sua mora, tais como, v.g., notificações, diligências e cartórios, destinadas à cobrança extrajudicial, última etapa antes de se ingressar na via judicial, com custos muito mais elevados e de longo prazo se não houver acordo entre os litigantes. Nesse aspecto, importa destacar que, apenas com o propósito de evitar desrespeito ao princípio da isonomia, semelhante direito deve ser conferido ao devedor contra o fornecedor, na forma do art. 51, XII, do CDC (...).⁴⁶¹

Desse modo, foi entendido, resumidamente, pela legalidade da cláusula contratual tendo em visto o princípio geral de reparação dos danos causados, ou seja, o dever legal de indenizar, aplicado tanto a devedor quanto a credor, devendo ser garantida, pelo princípio da igualdade, a reciprocidade de obrigações.

a.4 Presunção de veracidade das alegações do consumidor

A questão predominante do documento. 52 é a presunção de veracidade das alegações do consumidor. Trata-se de uma ação revisional, cuja única questão que ensejou o pronunciamento do STJ foi esta já citada. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – Banrisul (agravante) alegou que não há de se cogitar em presunção de veracidade das alegações do consumidor na hipótese de não apresentação do contrato sob revisão.

O entendimento da Ministra-relatora Maria Isabel Gallotti foi que cuidando de relação jurídica entre instituição financeira e consumidor de serviços bancários, presumem-se verídicos os fatos alegados na falta de exibição incidente de contrato. Além do mais, o efeito

⁴⁶¹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp nº748.242/RJ*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 10 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=748242&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=2>> Acesso em 01 ago. 2016.

da não exibição do contrato ou mesmo da ilegitimidade da recusa é ter reputados como verdadeiros os fatos que a parte adversa quer provar conforme art. 359 do CPC⁴⁶².

a.5 Eminentemente processuais

Por fim, para terminarmos a análise das ações revisionais, trataremos daquelas que apresentaram discussões apenas processuais.⁴⁶³ Nessa categoria temos apenas 3 (três) documentos em que o debate se deu apenas a respeito de questões processuais.

Os principais debates trazidos por essas decisões e que podem servir de base para as outras decisões já apresentadas dizem respeito ao requisito do prequestionamento na admissibilidade do Recurso Especial, na violação do art. 535 do CPC no que tange à omissão do Tribunal para o cabimento dos embargos declaratórios⁴⁶⁴; e, por fim, da aplicação da Súmula 5 e 7/STJ, nos casos em que há necessidade de análise do contexto fático-probatório ou interpretação de cláusula contratual. O quadro-resumo apresentado no apêndice D resume as questões principais dos documentos e a posição dos Tribunais a seu respeito.

O que podemos perceber do cotejamento dessas decisões com os outros subgrupos estudados é que o Superior Tribunal de Justiça apresenta um número grande de questões que impedem a análise do mérito da demanda. Tanto o requisito do prequestionamento, quanto os argumentos relativos à omissão para interposição de embargos e mesmo a aplicação da Súmulas 5 e 7 do Tribunal são manifestações de uma jurisprudência defensiva com o intuito de barrar a apreciação de determinados casos, limitando ainda mais a competência da Corte, que já é constitucionalmente prevista somente para questões relativas à uniformização da legislação federal.

Tanto o requisito do prequestionamento quanto a impossibilidade de revolvimento no contexto fático-probatório e a vedação de interpretação de cláusulas contratuais não estão

⁴⁶²Art. 359. Ao decidir o pedido, o juiz admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar:

I - se o requerido não efetuar a exibição, nem fizer qualquer declaração no prazo do art. 357;

II - se a recusa for havida por ilegítima. (BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016).

⁴⁶³São eles: documentos n.º 44, 69 e 102.

⁴⁶⁴Art. 535. Cabem embargos de declaração quando: (Redação dada pela Lei n.º 8.950, de 13.12.1994)

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; (Redação dada pela Lei n.º 8.950, de 13.12.1994)

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. (Redação dada pela Lei n.º 8.950, de 13.12.1994). (BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016).

previstos em lei, mas são entendimento assentes na jurisprudência do STJ. Isso demonstra também a importância que as decisões anteriores da Corte têm para o próprio Tribunal.

b) Ações indenizatórias

As ações indenizatórias representam o maior grupo de análise de pesquisa. Os critérios para a formação desse grupo de análise foram, em síntese, subsidiários. Muitas das decisões sobre indenização não especificaram o que ensejou o dever de indenizar, tratando meramente do montante indenizatório do pedido *sub judice*. Desse modo, ao separar as decisões nos valem dos seguintes critérios:

1º Caso a decisão retratasse uma questão de prática abusiva, optamos pela sua catalogação dentre as decisões relativas a práticas abusivas.

2º Diante da dificuldade de separar as ações indenizatórias cumuladas com ação declaratória negativa de existência de dívida e/ou com repetição do indébito e/ou para retirada do nome de cadastro de inadimplentes, optamos por abarcar essas decisões no grupo das ações indenizatórias e apenas as ações declaratórias negativas que não fossem cumuladas colocamos no grupo de análise de ações declaratórias negativas da existência de débito.

Tendo em vista esses parâmetros, obtemos 51 (cinquenta e um) julgados para essa categoria.⁴⁶⁵ Dentre esses julgados, podemos sintetizar os resultados conforme a tabela a seguir:

Tabela 3.5 - Número de ações indenizatórias providas e não providas por unanimidade ou maioria no STJ de 01/01/12 a 31/12/2015.

	Negou provimento	Deu provimento	Parcialmente procedente
Unanimidade	48	2	1
Maioria	0	0	0

Fonte: STJ
Elaboração própria

⁴⁶⁵São eles os documentos nº15, 16, 20, 22, 27, 28, 30, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 53, 56, 57, 59, 60, 66, 70, 73, 75, 78, 81, 82, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 112, 117, 120, 123, 124 e 125.

Como podemos perceber não tivemos nenhuma votação por maioria apenas por unanimidade, o que demonstra a ausência de debate da questão. Além do mais, o número de documentos em que o recurso foi negado provimento (quarenta e oito decisões) é absurdamente maior que os casos em que teve parcial ou total provimento (três decisões). Isso demonstra uma pequena tendência de reforma das decisões, o que questiona até mesmo o interesse do ordenamento jurídico em continuar com o recurso em questão. Obviamente que esse tipo de conclusão demandaria uma análise maior dos julgados do Tribunal.

Porém apenas a título de curiosidade, observamos que o principal recurso interposto nessas decisões foi o Agravo Regimental (47 acórdãos), tendo apenas uma ação rescisória, um embargo de declaração (que foi recebido como agravo regimental) uma petição simples e um Recurso Especial. Apenas na decisão do documento n.º 39 tivemos um agravo regimental que foi provido por unanimidade. Assim, fica evidente que a reforma em sede de agravo regimental, ao menos no que diz respeito aos processos indenizatórios relativos a cartão de crédito, é quase nula. Mas como dito, para que alguma conclusão seja alcançada precisaríamos ampliar nosso *corpus* de análise. De qualquer forma, o problema está posto e pode servir para uma pesquisa posterior.

Quanto aos casos em questão, podemos sintetizar os subtemas dos julgados na tabela abaixo:

Tabela 3.6 - Ações indenizatórias: principais subtemas

Subtemas	Número do documento	Total
1. Cartão clonado	15, 60, 75, 85, 91	5
2. Não fornecimento de cartão emergencial	38	1
3. Fraude, roubo ou furto do cartão de crédito	27, 42, 43, 53, 56, 70, 112, 117, 125	9
4. Bloqueio indevido do cartão	22, 37, 88, 89, 103	5
5. Desconto em conta corrente não autorizado	45, 66, 73, 124	4
6. Falha na prestação do serviço	108	1
7. Cancelamento indevido	81	1
8. Recusa no fornecimento de cartão de crédito	82	1
9. Recusa em estabelecimento comercial por falha momentânea do serviço	86	1
10. Por cobrança indevida	20, 28, 30, 39, 78, 96, 120, 123	8
11. Inclusão do nome em cadastro de devedores	16, 33, 40, 48, 57, 99, 100, 101, 104, 105, 106 e 109	12
12. Cobrança em nome de pessoa falecida	59 e 92	2
13. Ausência do depósito de valores acordados	120	1
Total		51

Fonte: STJ
Elaboração própria

b.1 Cartão clonado

Em um primeiro momento, iremos analisar as ações de indenização por cartão de crédito clonado. Ao todo, temos 5 (cinco) decisões a respeito do tema.⁴⁶⁶ Em todas, o provimento foi negado por unanimidade. Além do mais, em quase todas as decisões (exceto a n.º 75) o Tribunal propugnou pela impossibilidade de rever o entendimento pela configuração

⁴⁶⁶ São eles os documentos n.º 15, 60, 75, 85 e 91.

ou não responsabilidade civil e consequente dever de indenizar por estar incorrendo no óbice da Súmula 7 do STJ de impedimento de revolvimento no conjunto fático-probatório.

A decisão do documento n.º 75 não tratou do montante da indenização ou da caracterização da responsabilidade civil, mas sim da multa cominatória, tratando-se, portanto, de questão processual. No documento n.º 85 entendeu o Tribunal que não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em virtude dos danos sofridos pela falha na prestação do serviço para cartão clonado.

Apenas no julgado n.º 91 não teve caracterização do dano moral, sob o fundamento de que não ocorreu ato ilícito praticado pelo recorrido, não havendo notícia nos autos de que houve publicidade do caso com a inscrição em cadastro de inadimplentes. De outro lado, o recorrente requereu a concessão da indenização pleiteada sob a alegação de que os danos extrapatrimoniais podem ser presumidos com a cobrança indevida. No entanto, o perscrutamento dessa questão esbarrou no óbice da Súmula 7 do STJ. Para mais detalhes das decisões, ver o Apêndice D.

b.2 Recusa no fornecimento de cartão emergencial

Apenas um documento foi encontrado em nosso *corpus* de pesquisa com esse assunto⁴⁶⁷. Na decisão de documento n.º 38 o STJ entendeu por unanimidade que o valor do montante indenizatório de R\$15.000,00 (quinze mil reais) se mostrou adequado e razoável para o ato ilícito consistente em não fornecer cartão de crédito emergencial, já previsto em contrato, no prazo assumido, enquanto o correntista se deslocava em viagem turística no exterior e pelo equívoco ao seu cadastro inserido pela administradora, consideradas as circunstâncias do caso e as condições econômicas das partes.

b.3 Fraude, roubo ou furto do cartão de crédito

Foram encontradas 9 (nove) decisões que tratam sobre a responsabilidade civil da instituição financeira decorrente fraude, roubo ou furto do cartão de crédito⁴⁶⁸. A maior parte dos documentos apresentou como alegação do recorrente o valor exorbitante ou irrisório da indenização.⁴⁶⁹ As decisões 53 e 125 apresentaram apenas questões processuais,

⁴⁶⁷Documento n.º 38.

⁴⁶⁸Documentos n.º 27, 42, 43, 53, 56, 70, 112, 117 e 125.

⁴⁶⁹Neste sentido: documentos n.º 42, 43, 70 e 117.

respectivamente, legitimidade passiva e negativa de prestação jurisdicional. As decisões n.º 56, 70, 112, 117 e 125 tiveram questões não examinadas pelo óbice da Súmula 7/STJ, principalmente no que concerne à existência do dano e à configuração do dever de indenizar.

No montante indenizatório temos duas decisões que para o caso de furto estipularam a reparação em R\$7.000,00 (sete mil reais)⁴⁷⁰ e uma que definiu, também para furto o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais).⁴⁷¹ O maior valor indenizatório se deu na causa de fraude de emitir cartão de crédito com os dados do autor para terceiros e pela sua inscrição em cadastro de inadimplentes, sendo o montante fixado em R\$18.000,00 (dezoito mil reais).⁴⁷²

Na decisão de documento n.º 27 discutiu-se a aplicação da Súmula 83/STJ⁴⁷³ ao caso, sendo decidido que a impugnação do óbice disposto na Súmula 83/STJ deve ser realizada por meio da colação de julgados mais recentes, e que divirjam dos precedentes expostos na decisão sob julgamento, o que não ocorreu. Além do mais, o argumento do agravante de ilegitimidade passiva também foi rechaçado diante da regra de que todos os integrantes da cadeia de fornecimento respondem solidariamente. Para mais detalhes dos julgados ver Apêndice D.

b.4 Bloqueio indevido do cartão de crédito

Nesta categoria temos 5 (cinco) decisões que tratam de indenização por bloqueio indevido do cartão de crédito.⁴⁷⁴ Dentre os julgados temos valores indenizatórios muito discrepantes variando entre R\$5.000,00 (cinco mil reais) e R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Em 3 (três) das 5 (cinco) decisões a discussão se deu sobre o valor exorbitante da indenização.⁴⁷⁵

Neste conjunto temos uma ação rescisória (n.º 22) que se limitou à análise de questões processuais, tais quais, sua extemporaneidade, a ilegitimidade passiva de um dos corréus e o erro de fato do *decisum*, ensejador da rescisão do julgado. Apenas no documento n.º 103 o agravante alegou a não configuração do dano moral, mas como já vimos essa alegação é

⁴⁷⁰Documentos n.º 42 e 70.

⁴⁷¹Documento n.º 117.

⁴⁷²Documento n.º 43.

⁴⁷³Súmula 83 do STJ: “Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 83 da Súmula do STJ*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%2783%27>> Acesso em: 01 ago. 2016).

⁴⁷⁴Documentos n.º 22, 37, 88, 89 e 103.

⁴⁷⁵Documento n.º 37, 88 e 89.

obstada pela aplicação da Súmula 7/STJ e neste caso não foi diferente. Para mais informações sobre essas decisões ver o Apêndice D.

b.5 Desconto em conta corrente não autorizado

Quanto ao desconto não autorizado de valores relativos ao pagamento de cartão de crédito em conta corrente temos 4 (quatro) decisões a esse respeito.⁴⁷⁶ Em duas dessas decisões o montante indenizatório foi fixado em R\$3.000,00 (três mil reais)⁴⁷⁷ e em outra em R\$5.000,00 (cinco mil reais).⁴⁷⁸

Como na maior parte das indenizatórias o revolvimento do contexto fático e caracterização do dano moral é obstado pela Súmula 7/STJ.⁴⁷⁹ Apenas uma decisão tratou de questões meramente processuais como a fixação de astreintes e configuração de divergência jurisprudencial.⁴⁸⁰ Para análise mais detalha dos acórdãos ver o quadro-resumo do Apêndice D.

b.6 Falha na prestação do serviço

Foi destacada uma decisão sobre esse tema.⁴⁸¹ O acórdão foi no sentido de que Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do AI n.º 765.567/SP⁴⁸² (Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 01/10/2010), decidiu que a questão alusiva à responsabilidade civil de instituição financeira por danos decorrentes de indevida utilização de cartão de crédito carece de repercussão geral, razão pela qual é inadmissível o recurso extraordinário interposto.

⁴⁷⁶ Documentos n.º 45, 66, 73 e 124.

⁴⁷⁷ Documentos n.º 45 e 124.

⁴⁷⁸ Documento n.º 66.

⁴⁷⁹ Esse assunto foi tratado nos seguintes documentos n.º 45 e 124.

⁴⁸⁰ Documento n.º 73.

⁴⁸¹ Documento nº108.

⁴⁸² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *AI n.º 765.567/SP*, do Plenário do Supremo Tribunal Federal, Brasília, DF, 13 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=748242&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=2>> Acesso em 01 ago. 2016.

b.7 Cancelamento indevido de cartão de crédito

Nesse subtema temos apenas um documento.⁴⁸³ Neste caso (n.º 81) a agravante alega sua ilegitimidade passiva *ad causam*, pedindo para ser excluída do processo. Entretanto, o Ministro Antonio Carlos Ferreira em seu voto pronunciou que a responsabilidade da empresa de administradora de cartão de crédito é solidária com o banco pelos danos causados ao consumidor. No entanto, na parte relativa quanto à suficiência ou não das provas para configuração do dano moral, demandaria revolvimento do conjunto fático-probatório, encontrando óbice na Súmula 7 do STJ.

Além do mais, o montante fixado como indenização em R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) é adequado e não destoia dos parâmetros do STJ, pelo cancelamento de cartão de crédito. Lembrou ainda a aplicação da Súmula 54 do STJ⁴⁸⁴, em que os juros moratórios, em responsabilidade contratual, fluem a partir da citação e não do evento danoso. E acrescenta que o STJ tem entendimento consolidado no sentido de que as condenações sob a égide do CC2002 devem observar a aplicação da Taxa Selic, que é composta de juros moratórios e correção monetária.

b.8 Recusa no fornecimento de crédito por meio de cartão de crédito

Foi encontrada apenas uma decisão para o subtema em questão.⁴⁸⁵ Neste caso, alegou o agravante tratar de discriminatória a recusa no fornecimento de crédito sem explicação do motivo que ensejou essa decisão por parte da instituição financeira. A esse respeito decidiu o Ministra-Relatora Maria Isabel Gallotti conforme o Tribunal *a quo*: “Concessão de crédito, com fornecimento de cartão, é negócio jurídico que implica em assunção de riscos, razão pela qual, garantias e análises, pelas instituições financeiras, hão de ser realizadas, para minimizá-los”.⁴⁸⁶

Dessa forma, negou provimento ao agravo, entendendo que a constatação do Tribunal de origem no sentido da ausência de elementos concretos que indiquem cunho ofensivo não

⁴⁸³Trata-se do documento n.º 81.

⁴⁸⁴Súmula 54 do STJ: “Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 54 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.coad.com.br/busca/detalhe_16/828/Sumulas_e_enunciados> Acesso em: 01 ago. 2016).

⁴⁸⁵Trata-se do documento n.º 82.

⁴⁸⁶BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AI n.º 1.229.957/SP*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 18 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1229957&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

pode ser revista na via do recurso especial, por implicar em revisão do contexto fático-probatório, conforme Súmula 7 do STJ.

b.9 Recusa do cartão de crédito por falha momentânea no serviço

Nesse subtema também temos apenas 1 (uma) decisão.⁴⁸⁷ No caso em questão, o agravante (cliente bancário) propugna pela configuração de dano moral frente à recusa de seu cartão de crédito durante um dia de compras. O Ministro Antonio Carlos Ferreira negou provimento ao agravo entendendo que apesar da jurisprudência do STJ entender pela possibilidade de indenização por dano moral decorrente de falha de serviço bancário, no caso em questão, o Tribunal *a quo* concluiu pela inocorrência do dano moral, sob o fundamento de que as falhas momentâneas e erros de leitura são comuns e compreensíveis. Ademais, essas falhas configurariam mero aborrecimento, não ensejando dano moral.

b.10 Cobrança indevida

No que diz respeito às ações que tratam de cobranças indevidas, temos o total de 7 (sete) documentos.⁴⁸⁸ Apenas uma das decisões reformou o valor do montante indenizatórios de R\$27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) para R\$8.000,00 (oito mil reais).⁴⁸⁹ No mais os valores foram fixados em R\$2.000,00 (dois mil reais)⁴⁹⁰ e R\$3.000,00 (três mil reais)⁴⁹¹. Questionando o valor do dano moral tivemos 4 (quatro) decisões.⁴⁹² Em três julgados houve a alegação de falta de provas ou configuração do dano moral, tendo o Tribunal aplicado a Súmula 7/STJ ao caso.⁴⁹³

A decisão do documento n.º 30 discutiu a questão da responsabilidade do corréu, que demandaria revolvimento do conteúdo fático-probatório de tal monta que foi aplicado à espécie a Súmula 7 do STJ. O documento n.º 123, por sua vez, tratava da determinação das taxas aplicáveis à repetição do indébito. O Tribunal entendeu, que como o contrato era nulo, na repetição do indébito não se aplicam as mesmas taxas cobradas indevidamente pela instituição financeira.

⁴⁸⁷ Trata-se do documento n.º 86.

⁴⁸⁸ Documentos n.º 10, 28, 30, 39, 78, 96 e 123.

⁴⁸⁹ Documento n.º 39.

⁴⁹⁰ Documentos n.º 20 e 28.

⁴⁹¹ Documento n.º 78.

⁴⁹² Documento n.º 20, 28, 39 e 78.

⁴⁹³ Documentos n.º 39, 78 e 96.

Em resumo, apenas uma decisão revisou o valor da indenização, minorando seu montante. De todos os grupos de análise aqui pesquisados, esse foi o primeiro a ter uma indenização reformada. Esse dado é curioso para avaliarmos o nível de reforma em sede de Tribunais Superiores, especialmente, Superior Tribunal de Justiça. Para informações adicionais a respeito das decisões ver Apêndice D.

b.11 Inclusão do nome do consumidor em cadastros de devedores

A respeito das decisões sobre inclusão do nome indevidamente em cadastro de inadimplentes, temos 12 (doze) documentos no nosso *corpus* de pesquisa.⁴⁹⁴ Os valores dos danos morais foram discutidos em 7 (sete) decisões⁴⁹⁵, mas em nenhuma houve alteração do *quantum*. Os valores dos danos também foram bastante diversos. As análises do mérito, em relação à existência ou não de dano moral foram obstadas pelas Súmulas 7 e 83/STJ. Para mais detalhes das decisões ver Apêndice D.

b.12 Cobrança em nome de pessoa falecida

Sobre esse tema encontramos apenas 2 (dois) acórdãos.⁴⁹⁶ O documento n.º 92 apresenta um debate acerca da configuração do dano moral que restou obstado pela Súmula 7/STJ e a afirmação, pelo Tribunal, de que o dano moral no caso é *in re ipsa*, ou seja, é presumido.

Já a decisão de documento n.º 59 tratou da questão da legitimidade ativa do espólio e da viúva do *de cujus* formularem pedido de declaração de inexistência de dívida e de dano moral consequente. Sobre essa demanda, explica o Ministro-relator Paulo de Tarso Sanseverino:

Com efeito, o espólio não pode sofrer dano moral por constituir uma universalidade de bens e direitos, sendo representado pelo inventariante (art. 12, V, do CPC) para questões relativas ao patrimônio do de cujus. Entretanto, o cônjuge sobrevivente e os herdeiros da pessoa falecida podem postular uma reparação pelos prejuízos causados, após a sua morte, por um ato ilícito que atinge a imagem e a memória da pessoa falecida, conforme previsto no art. 12, parágrafo único, do Código Civil de 2002. Assim, no presente caso, apenas a viúva detém legitimidade para reclamar a

⁴⁹⁴ Documentos n.º 16, 33, 40, 48, 57, 99, 100, 101, 104, 105, 106 e 109.

⁴⁹⁵ Documentos n.º 33, 40, 48, 100, 101, 105 e 106.

⁴⁹⁶ Documentos n.º 59 e 92.

indenização pelos prejuízos decorrente da ofensa à imagem (direito da personalidade) do falecido marido.⁴⁹⁷

Desse modo, entendeu o Tribunal que o espólio não tem legitimidade ativa para pleitear indenização por dano moral *post mortem*. Para mais detalhes das decisões ver Apêndice D.

b.13 Ausência de depósito de valores acordados

Neste subtema apresentamos apenas um documento.⁴⁹⁸ Nesse acórdão o banco agravante requer a reforma do valor indenizatório por entendê-lo exorbitante. O Ministro-Relator, seguido dos outros Ministros, entendeu pela impossibilidade de análise devido à incidência da Súmula 7 do STJ e ainda que o valor de R\$25.000,00 em razão da ausência do depósito dos valores a que se comprometera a instituição financeira, não destoia dos padrões de quantificação de ressarcimento pelos quais o STJ tem se orientado.

c) Prestação de contas

Ao todo temos 16 (dezesseis) documentos que tratam de ações de prestação de contas no STJ no período de 01/01/2012 a 31/12/2015⁴⁹⁹. Pela tabela abaixo podemos ver uma síntese dos resultados.

Tabela 3. 5 - Número de ações de prestação de contas providas e não providas por unanimidade ou maioria no STJ de 01/01/12 a 31/12/2015.

	Negou provimento	Deu provimento
Unanimidade	13	2
Maioria	0	1

Fonte: STJ
Elaboração própria

⁴⁹⁷BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp nº1.209.474/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 10 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1209474&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true> Acesso em 01 ago. 2016.

⁴⁹⁸Trata-se do documento nº120.

⁴⁹⁹Documentos n.º 5, 8, 12, 13, 14, 23, 24, 64, 68, 71, 79, 80, 83, 90, 95 e 98.

Como deu para aferir da tabela, a maior parte das ações de prestação de contas não tiveram provimento por unanimidade de votos e apenas 1 (uma) dentre 3 (três) que tiveram provimento, o teve por maioria. Isso demonstra o que consideramos no início da análise de que a maior parte das decisões do Tribunal é de negativa de provimento. Além disso, a maior parte também se dá por unanimidade.

Quanto às discussões presentes nas ações de prestação de contas, temos debates muito parecidos com os das ações revisionais de cláusulas-mandato. No mais dos casos, as ações de prestação de contas partem do pressuposto da existência da cláusula-mandato, o que ensejaria o dever de a instituição financeira prestar contas dos recursos que intermedia em nome do cliente bancário.

A decisão que trouxe a discussão mais profunda do assunto, demonstrando diversos pontos de vista diferentes sobre a possibilidade de o cliente bancário intentar a ação de prestação de contas foi a de documento n.º 24, correspondente ao AgRg no REsp n.º 1.256.866/RS, da Quarta Turma do STJ, que teve o apelo provido por maioria.

Contra o provimento do recurso, manifestou-se o Ministro Marco Buzzi pela obrigação de prestação de contas pela instituição financeira quanto às obrigações assumidas em face da cláusula-mandato, independentemente do recebimento das faturas pelo cliente bancário. Quanto ao interesse de agir, entendeu pela higidez do pedido formulado na petição inicial, tanto pela demonstração do número específico do cartão de crédito em questão quanto pela determinação do motivo que ensejou o pedido, qual seja, a normalização do saldo devedor.

Já a Ministra Maria Isabel Galloti asseverou que não haveria sentido lógico em cogitar-se de cláusula-mandato, já que o financiamento é dado pela própria instituição financeira que emite o cartão de crédito, não havendo contratação, no nome do cliente, de financiamentos perante outras instituições financeiras. E ainda complementa que, mesmo no caso da cláusula-mandato típica, presente contratos de cartão de crédito emitido por administradora não autorizada para funcionar como instituição financeira, não se justifica a propositura de ação de prestação de contas, pois a captação dos recursos não se dá isoladamente no mercado financeiro para cada portador, mas é negociada em bloco.

Assim, não teria como prestar contas periodicamente ao cliente bancário, situação que se diferencia da conta corrente, por exemplo, em que há esse dever jurídico reconhecido pelo STJ. Acrescenta, por fim, que a pretensão formulada nos autos visa à aferição da legalidade dos encargos cobrados, como taxa de juros, tarifas, entre outros, e ainda a nulidade de cláusula-mandato, de tal modo que não caberia ação de prestação de contas, mas ação

revisional, cumulada, se for o caso, com repetição do indébito. Decide, desse modo, pelo provimento do recurso.

Também decide a favor do provimento o Ministro Luis Felipe Salomão que assevera a necessidade de apontamento do período em que se requer a prestação de contas, expondo o motivo e os possíveis lançamentos duvidosos que justificam a tutela jurisdicional, sendo vedada a discussão de cláusulas contratuais em sede de ação de prestação de contas. Além disso, discorda da Ministra Maria Isabel Gallotti afirmando que a inclusão da cláusula-mandato no contrato de cartão de crédito abre a possibilidade de se presumir o interesse de agir do cliente bancário para a propositura da ação de prestação de contas.

Adiciona, ainda, que este procedimento especial apresenta duas fases. A primeira fase se daria justamente para determinar se há ou não o dever de prestar contas e que esse dever pode ser apurado mediante a inclusão no contrato da cláusula-mandato. Argumenta que a negociação em bloco, diferentemente do que a Ministra afirmou, não impede a prestação de contas ao usuário e, portanto, não impede a utilização da ação de prestação de contas. Além disso, compara o contrato de cartão de crédito com o contrato de conta corrente, asseverando ser mais parecido com este do que com o contrato de financiamento. Apesar de apresentar uma argumentação diferente, também decide pelo provimento do recurso e entende que o pedido da parte seria melhor debatido em uma ação revisional por conta da característica intrínseca do procedimento especial de prestação de contas de não poder rever cláusula contratual.

As outras decisões sobre prestação de contas⁵⁰⁰ discutiram precipuamente questões processuais sobre o cabimento da ação, o interesse processual da parte e a existência de pedido genérico. A jurisprudência do Tribunal mostrou-se consolidada no sentido de que cabe ação de prestação de contas, mesmo no caso de a instituição financeira ter prestado contas anteriormente por meio de extratos ou faturas⁵⁰¹, ensejando a aplicação por analogia da Súmula 259 do STJ: “A ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta corrente bancária”,⁵⁰².

Além disso, entendeu o Tribunal que não caberia esse procedimento especial para rever cláusula contratual, sendo o instrumento correto a ação revisional.⁵⁰³ Quanto ao interesse processual, em muitas decisões confundiu-se com o pedido genérico e em outras

⁵⁰⁰Ver o resumo dos documentos no Quadro-resumo do Apêndice D.

⁵⁰¹Discutiram essa questão os documentos n.º 68, 71, 79, 83 e 95.

⁵⁰²BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 259 da Súmula do STJ*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp>> Acesso em: 01 ago. 2016.

⁵⁰³Essa questão foi debatida nos seguintes documentos: n.º 5, 24, 68 e 83. Apenas no documento n.º 68, o revolvimento da questão foi obstado pela Súmula 7/STJ.

com a possibilidade de cabimento da ação de prestação de contas. Em relação ao pedido genérico, por sua vez, os julgados propugnam pela configuração de pedido genérico na prestação de contas quando a parte autora não delimita o período do contrato em questão do qual quer a prestação das contas ou ainda não indica a ocorrência de lançamentos duvidosos que ensejariam a ação. No entanto, o pedido não será genérico se a pormenorização dos pontos duvidosos não for rigorosa.⁵⁰⁴

Outra questão que apareceu foi a discussão acerca da impossibilidade de prestação individual das contas por realizar negociações em bloco. Essa questão foi discutida no documento n.º 24 e também nos documentos n.º 13 e 71. Apenas o documento n.º 12 apresentou questão processual diferente das apresentadas, tratando da impossibilidade de emenda da inicial após contestação. O Tribunal decidiu que a emenda da inicial após a contestação não pode ensejar modificação do pedido e da causa de pedir e como no caso a mudança alteraria a causa de pedir, o processo foi extinto sem julgamento de mérito.

d) Práticas abusivas

Em relação às práticas abusivas, foram encontradas 15 (quinze) decisões⁵⁰⁵. Na Tabela abaixo conseguimos ver os principais resultados:

Tabela 3.6 - Número de ações que discutem práticas abusivas providas e não providas por unanimidade ou maioria no STJ de 01/01/12 a 31/12/2015.

	Unanimidade	Maioria
Deu provimento	0	1
Não deu provimento	11	1
Provimento parcial	1	0
Não conheceu	0	1

Fonte: STJ
Elaboração própria

Da mesma forma que os outros grupos de análise, os recursos foram, em sua maioria, não providos por unanimidade. Temos 4 (quatro) decisões em que houve um provimento

⁵⁰⁴ Assim temos: documentos n.º 5, 14, 64, 79 e 98.

⁵⁰⁵ Documentos n.º 3, 6, 46, 47, 50, 61, 62, 74, 84, 111, 114, 115, 116, 118 e 121.

parcial por unanimidade⁵⁰⁶, um provimento por maioria⁵⁰⁷, um recurso não conhecido por maioria⁵⁰⁸ e, por fim, um recurso em que foi negado o provimento por maioria.⁵⁰⁹

Em relação aos temas apresentados constantes dessas ações, elaboramos a tabela abaixo para facilitar a análise dos dados:

Tabela 3.7 - Ações sobre práticas abusivas: principais subtemas

Subtemas	Número do documento	Total
Envio de cartão de crédito não solicitado	3, 46, 50, 61, 62, 74, 84, 111, 114 e 121	10
Cobrança diferenciada em dinheiro ou cartão de crédito mesmo que à vista	6, 116	2
Venda casada	47, 115, 118	3
Total	3, 6, 46, 47, 50, 61, 62, 74, 84, 111, 114, 115, 116, 118 e 121	15

Fonte: STJ

Elaboração própria

Além dos aprofundamentos sobre os temas dessas ações, temos como importante fator de estudo nesse grupo de análise a questão da utilização do instrumental coletivo. Das 15 (quinze) decisões que compõe o grupo, 7 (sete) são provenientes de ações coletivas, em sua maioria, ações civis públicas e um mandado de segurança coletivo⁵¹⁰.

d.1 Envio de cartão de crédito não solicitado

Foram identificadas 10 (dez) decisões que tratavam da prática abusiva de envio de cartão de crédito não solicitado. Os resultados das decisões podem ser resumidos pela tabela abaixo:

Tabela 3.8 - Número de ações que discutem práticas abusivas de envio de cartão de crédito não solicitado providas e não providas por unanimidade ou

⁵⁰⁶Documento n.º 61.

⁵⁰⁷Documento n.º 84.

⁵⁰⁸Documento n.º 116.

⁵⁰⁹Documento n.º 115.

⁵¹⁰Referente ao documento n.º 6.

maioria no STJ de 01/01/12 a 31/12/2015.

	Negou provimento	Deu provimento	Parcial provimento
Unanimidade	8	0	1
Maioria	0	1	0

Fonte: STJ
Elaboração própria

Além do resultado da decisão podemos dividir as ações a respeito de envio não solicitado de cartão de crédito em dois tipos: as que discutem valor de indenização e as que discutem valor de multa imposta administrativamente. Essa divisão foi feita na tabela abaixo:

Tabela 3.9 - Principal assunto das ações a respeito de envio não solicitado de cartão de crédito no período de 01/01/2012 a 31/12/2015 no STJ.

Assunto principal:	Ações sobre práticas abusivas: envio não solicitado de cartão de crédito
Indenização	6
Multa	4
Total	10

Fonte: STJ
Elaboração própria

d.1.1 Indenização

Neste subtema temos 6 (seis) decisões, conforme a tabela acima.⁵¹¹ Nas decisões n.º 3 e 74 não tivemos análise da existência da abusividade e do dever de indenizar por conta do óbice da Súmula 7 do STJ. Além do mais, o Ministro Raul Araújo entendeu no documento n.º 3 que o mero envio do cartão ao consumidor sem colocar seu nome no cadastro de inadimplentes não configura dano moral. Esse também foi o entendimento do Tribunal *a quo* (TJRJ) que viu como mero aborrecimento a conduta da instituição financeira de enviar cartão não solicitado.

Na decisão de documento n.º 74, o Ministro-Relator João Otávio de Noronha manteve o julgamento proferido em sede de Recurso Especial pelos próprios fundamentos. Pelo

⁵¹¹ Documentos n.º 3, 74, 111 e 114.

julgado não houve análise da questão por óbice da Súmula 7 do STJ, entendendo o STJ conforme o Tribunal Estadual. A decisão do acórdão estadual propugnou pela existência de dano moral, por verificar a ausência de provas que o cartão fora solicitado, o que configura prática abusiva pelo art. 39, III, do CDC⁵¹² e ainda pelos aborrecimentos corriqueiros que importaram violação aos direitos da personalidade, já que o consumidor recebeu cobranças de um cartão não solicitado. Lembrou, por fim, que o dano moral neste caso independe de prova, sendo *in re ipsa*.

No documento n.º 50 o Ministro Marco Buzzi entendeu que o envio de cartão de crédito sem prévia solicitação configura, por si só, prática comercial abusiva, dando ensejo à responsabilização por dano moral. Adiciona que a não inscrição do nome do consumidor em cadastros de restrição ao crédito não afasta a possibilidade porque só o envio já configura ato ilícito e, portanto, indenizável por ser dano *in re ipsa*.

Quanto ao montante indenizatório, entendeu correta a solução da sentença de fixar o *quantum* indenizatório em R\$15.000, 00, ainda mais diante do fato de que houve cobrança indevida supostamente contraída por terceiro falsário.

No documento n.º 111, por sua vez, o Ministro-relator Massami Uyeda afastou a incidência da Súmula 7 do STJ, propugnando pela conduta abusiva e o correspondente dever de indenizar. Os julgados n.º 114 e 121 trataram do valor da indenização. Como vimos o STJ entende que a análise do montante indenizatória só poderá ser realizada quando ele for exorbitante ou irrisório. Neste caso (n.º 114) o Ministro Sidnei Beneti entendeu pela adequação do valor, conforme citado abaixo:

Todavia, verifica-se, novamente, que o valor arbitrado pelas instâncias ordinárias, isto é, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em razão dos danos decorrente de saques e descontos não autorizados pela consumidora em sua conta corrente, emissão e envio sem solicitação de cartão de crédito e inscrição no CCF, mostra-se razoável e consonante com os parâmetros aceitos pela jurisprudência desta Corte. É bem verdade que o valor pode ter sido fixado com profusão, mas não é exorbitante, levando-se em consideração as peculiaridades do caso, principalmente o envio de cartão de crédito não solicitado, conduta considerada pelo Código de Defesa do Consumidor como prática abusiva (art. 39, III).⁵¹³

⁵¹²Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei n.º 8.884, de 11.6.1994)

III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço; (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

⁵¹³BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp n.º 152.596/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 15 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=152596&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

Desse mesmo modo foi entendido no documento n.º 121, fixando o valor indenizatório em R\$2.000,00 (dois mil reais). Nesse grupo de análise também tivemos a predominância da aplicação da Súmula 7 do STJ e quanto ao montante indenizatório tivemos a limitação de perscrutamento apenas de valores exorbitantes ou irrisórios.

d.1.2 Multa

Dentro do nosso *corpus* de análise encontramos 4 (quatro) decisões que tratam da multa administrativa imposta por prática abusiva de instituições financeiras que enviam cartão de crédito não solicitado⁵¹⁴. Dois desses julgados foram proferidos em processos em que uma das partes é o PROCON – Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor⁵¹⁵ e os outros dois em processos em que uma das partes é o Ministério Público de São Paulo⁵¹⁶.

No documento n.º 46 a configuração da prática abusiva recaiu na impossibilidade de análise pela Súmula 83 do STJ, quanto ao valor da multa encontra-se o óbice da Súmula 7/STJ. Foi mantido, portanto, a multa no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Na decisão de documento n.º 62 o entendimento foi pela manutenção do julgado do tribunal *a quo* diante da impossibilidade de revolvimento no conjunto fático-probatório pela Súmula 7 do STJ.

Já no documento n.º 61, o Ministro-relator entendeu pela ocorrência de omissão que ensejaria o retorno dos autos para o Tribunal *a quo* para que analise as questões pendentes. Nesse sentido o voto do Ministro Castro Meira:

No caso em debate, entendo haver efetiva omissão a respeito (i) dos efeitos do Termo de Compromisso de Ajustamento n.º 043/99 firmado com o Ministério Público, e (ii) da legalidade, aplicabilidade e irretroatividade das Portarias 6/2000 e 8/2000, itens relevantes e tratados nas petições de impugnação aos embargos infringentes e de embargos de declaração opostos ao acórdão dos mencionados infringentes. Faz-se necessária a manifestação do Tribunal de origem no tocante a esses temas, até mesmo para efeito de satisfazer o requisito do prequestionamento⁵¹⁷.

⁵¹⁴ Documentos n.º 46, 61, 62 e 84.

⁵¹⁵ Documentos n.º 61 e 62.

⁵¹⁶ Documentos n.º 46 e 84.

⁵¹⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp* n.º 1.297.675/SP, da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 27 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=152596&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

Já no documento n.º 84, o Tribunal deu provimento ao recurso por maioria para alterar a decisão no sentido de entender que o envio de cartão de crédito não solicitado é prática abusiva.

d.2 Cobrança diferenciada em dinheiro e com o cartão de crédito

Neste subgrupo temos 2 (duas) ações coletivas que tratam do pagamento diferenciado se efetuado em dinheiro ou pelo cartão de crédito. No documento n.º 6 o provimento foi negado por unanimidade e no documento n.º 116 os embargos não foram conhecidos por maioria.

As questões presentes no julgado n.º 116 são de índole meramente processual a respeito da existência de dissídio jurisprudencial. Apenas no final da decisão, o Ministro João Otávio de Noronha em voto datado de 2012 disserta: “Ademais, o entendimento do acórdão embargado está em harmonia com a jurisprudência desta Corte de que, não havendo vedação legal à cobrança diferenciada para pagamento com cartão de crédito, tal prática não é abusiva”⁵¹⁸.

Já na decisão de documento n.º 6 de 2015 o entendimento foi de que a diferenciação de preços é sim prática abusiva, baseando-se nas características do contrato de cartão de crédito, na caracterização da compra com pagamento à vista e na vedação das cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor. Nas palavras do Ministro Humberto Martins:

O estabelecimento comercial tem a garantia do pagamento das compras efetuadas pelo consumidor por meio de cartão de crédito, pois a administradora assume inteiramente a responsabilidade pelos riscos do crédito, incluindo as possíveis fraudes. O pagamento por cartão de crédito, uma vez autorizada a transação, libera o consumidor de qualquer obrigação ou vinculação junto ao fornecedor, pois este dará ao comprador total quitação. Assim, o pagamento por cartão de crédito é modalidade de pagamento à vista, *pro soluto*, porquanto implica, automaticamente, extinção da obrigação do consumidor perante o fornecedor. A diferenciação entre o pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de crédito caracteriza, portanto, prática abusiva no mercado de consumo, a qual é nociva ao equilíbrio contratual.⁵¹⁹

⁵¹⁸BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *ED em REsp n.º 1.181.256 /AL*, da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 02 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1181256+&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

⁵¹⁹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.479.039 /MG*, da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 06 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1479039&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

O que percebemos é que o entendimento do Tribunal mudou ao longo do tempo, passando a entender que a diferenciação dos preços para pagamento em cartão de crédito ou em dinheiro configura prática abusiva.

d.3 Venda casada

Nesse subtema encontramos 3 (três) diferentes julgados todos relativos a ações civis públicas. Duas dessas ações foram propostas pelo Ministério Público e uma pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, quanto ao mérito da questão todas as decisões esbarraram no óbice da Súmula 7 do STJ, não havendo análise da configuração ou não da prática abusiva da venda casada.

No documento n.º 47, além do argumento da ausência de configuração da venda casada, o agravante sustentou a falta de prestação jurisdicional por omissão na decisão agravada. Neste último tópico entendeu o Ministro-relator por sua não configuração, já que bem ou mal, a questão foi decidida.

No documento n.º 115, além da discussão da venda casada que encontrou óbice na Súmula 7 e da negativa de prestação jurisdicional, na qual incidiu a Súmula 182 do STJ⁵²⁰; foram argumentados a ilegitimidade do Ministério Público para propor ação coletiva e a necessidade de repartição das verbas sucumbenciais. Quanto à legitimidade do Ministério Público incidiu o óbice da Súmula 83 do STJ⁵²¹ e quanto às verbas sucumbenciais a Súmula 211 do STJ⁵²² por falta de prequestionamento. Sobre a legitimidade do Ministério Público, consigna o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, em voto divergente, mas que conclui o mesmo quanto a essa questão:

É cediço que o Ministério Público está legitimado a promover judicialmente a defesa de direitos dos consumidores, inclusive no concernente a direitos individual

⁵²⁰Súmula 182 do STJ: “É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado 182 da Súmula do STJ*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=SUMU&livre=@docn=%27000000182%27>> Acesso em: 01 ago. 2016).

⁵²¹Súmula 83 do STJ: “Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida”. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 83 da Súmula do STJ*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%2783%27>> Acesso em: 01 ago. 2016.

⁵²²Súmula 211 do STJ: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo”. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 211 da Súmula do STJ*. Disponível em: < http://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010_15_capSumula211.pdf > Acesso em: 01 ago. 2016.

homogêneos, quando a lesão, visualizada em sua dimensão coletiva, possa comprometer interesses sociais relevantes, à luz dos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República e artigos 81 e 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor.⁵²³

O mesmo Ministro, inaugurando a divergência sobre o mérito questiona a configuração da venda casada no caso dos autos, alertando que poderia se tratar apenas de uma garantia e não de venda casada. Em suas palavras:

De fato, não se questiona que ao fornecedor de produtos ou serviços não é lícito, dentre outras práticas abusivas, condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, nos termos do artigo 39, inciso I do CDC. Ainda assim, não há nos autos nenhuma manifestação quanto à alegação de que o cartão IbdCardSim, ao prever a possibilidade de a concessão de crédito ser garantida por um título de capitalização emitido por terceiro, funcionava como forma de garantia de adimplemento da disponibilização financeira de recursos ao consumidor para adquirir mercadorias porque destinava-se a atender os interesses daqueles com restrições no SPC – SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO e na SERASA CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS S.A, e que, em regra, não dispõem de bens para obtenção de crédito de outra forma (fl. 80 e-STJ). É dizer, resta imprescindível identificar se haveria aquisição de um outro produto ou serviço no fornecimento de crédito ou mera garantia de obrigação, prática que, aparentemente, pode favorecer os próprios consumidores com restrições de crédito. (...) Todavia, a omissão jurisdicional quanto à natureza do título de capitalização, se penhor mercantil ou não, questão adequadamente posta pelas recorrentes no feito, e essencial à solução da controvérsia, não foi enfrentada. Consta nas razões de apelar que o limite de crédito do IbiCardSim era, inclusive, fixado proporcionalmente ao valor do título de capitalização, competindo ao próprio consumidor estabelecer o limite que desejava no Termo de Adesão do cartão de crédito, motivo pelo qual "não há qualquer indício de que os consumidores não sabiam o que contratavam" (fl. 106 e-STJ). Ademais, é importante para o deslinde da questão avaliar se havia a possibilidade de o consumidor optar pela contratação de simples "cartão de crédito", sem o fornecimento de nenhum "financiamento", e conseqüentemente, de contratação do título de capitalização, a fim de se averiguar em que medida houve diminuição do direito de escolha conferido ao consumidor quando optou pelos produtos vendidos de forma vinculada, ou se de fato, estaria interessado em adquirir apenas um produto ou serviço. Assim, se o consumidor quisesse adquirir apenas um dos itens (cartão de crédito ou cartão de crédito atrelado a título de capitalização) e isso fosse permitido pelo preço normal, ficaria afastada qualquer alegação de abusividade na referida "venda casada", constatada quando o fornecedor oferece uma única alternativa ao cliente.⁵²⁴

A decisão acima determina a importância da limitação ao direito de escolha do consumidor na configuração da venda casada. Se fosse possível ao consumidor a aquisição apenas de um dos serviços, no caso, cartão de crédito e pelo preço normal não estaria

⁵²³BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AI n.º 1.204.754/RJ*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 08 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=1204754&b=ACOR&p=true&l=10&i=2>> Acesso em 01 ago. 2016.

⁵²⁴BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AI n.º 1.204.754/RJ*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 08 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=1204754&b=ACOR&p=true&l=10&i=2>> Acesso em 01 ago. 2016.

configurada a venda casada. Para o Ministro, a averiguação da natureza do título de capitalização é essencial para o deslinde da demanda. Entretanto o entendimento que prevaleceu não foi esse. Para o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino: “A circunstância de os títulos de capitalização serem utilizados como garantia do crédito concedido, semelhante ao penhor mercantil, não seria suficiente para afastar o reconhecimento da abusividade dessa prática no plano das relações de consumo”⁵²⁵.

O documento n.º 118, por fim, apresenta, além da discussão sobre a venda casada em que incidiu a Súmula 7 do STJ, a questão da negativa de prestação jurisdicional que foi decidida do mesmo modo que decisão de documento n.º 47, ou seja, o Tribunal entendeu que não foi configurada ante a constatação que o entendimento contrário ao demandante não significa falta de prestação jurisdicional.

Portanto, do estudo dessas decisões podemos perceber o caráter formalista do Tribunal que por meio de suas súmulas e entendimentos jurisprudenciais evita a análise da questão em si. Para mais detalhes dessas decisões ver o resumo no apêndice D.

e) Exibição de documento

Foram encontradas 5 (cinco) decisões que tratavam de ações de exibição de documentos⁵²⁶. Dessas decisões todas foram negativas ao provimento do recurso por unanimidade. As decisões n.º 2 e 21 não foram analisadas frente ao óbice de revolvimento do contexto fático-probatório da Súmula 7/STJ.

No julgado n.º 10, o agravante argumentou no sentido de faltar interesse de agir para a parte autora que requereu a exibição do documento. O Tribunal, então, entendeu pela aplicação da Teoria da Asserção, segundo a qual, os requisitos da petição inicial são aferidos com base nas afirmações proferidas pela parte autora no momento da proposição da demanda.

Na petição inicial, o autor havia afirmado que tentou obter os documentos por requerimento dirigido ao banco réu, tendo seu pedido sido indeferido. Ademais, entendeu, ainda, que o fato de se cuidar de contrato de adesão não reduz, antes reforça, o interesse do consumidor no conhecimento detalhado e específico das cláusulas contratuais a que se submeteu, principalmente porque se cuida de relação marcada pela desigualdade técnica e

⁵²⁵BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AI n.º 1.204.754/RJ*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 08 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=1204754&b=ACOR&p=true&l=10&i=2>> Acesso em 01 ago. 2016.

⁵²⁶Documentos n.º 2, 10, 11, 21 e 94.

jurídica entre as partes, o que só intensifica a incidência do direito fundamental à ampla, adequada e clara informação acerca dos produtos e serviços, destacando o exposto no art. 6, III, do CDC.⁵²⁷

No documento n.º 11, por sua vez, o embargante alegou violação aos arts. 128, 460 e 535, I e II, do CPC⁵²⁸ e violação dos arts. 6º, V, e 51, IV, X e § 1º, III do CDC⁵²⁹, bem como ao art. 122 do CC⁵³⁰, requerendo a análise da taxa de juros. A esse respeito se manifestou o Ministro Moura Ribeiro:

Com efeito, esse requerimento de exibição, de índole meramente instrutória, é instrumental à apreciação do mérito. Consequentemente, se as questões de mérito foram resolvidas, a exibição documental requerida perde o sentido para a prestação jurisdicional. Desse modo, embora nada impeça que esse requerimento seja formulado em eventual fase de liquidação, a sua não apreciação pela Corte de origem está em consonância com a técnica de cognição processual, não representando ofensa ao ordenamento jurídico infraconstitucional federal. No que tange à suposta violação dos arts. 6º, V, e 51, IV, X e § 1º, III do CDC, bem como ao art. 122 do CC, não há como negar que a pretensão recursal esbarra no óbice dos enunciados 5 e 7 da Súmula deste STJ. Com efeito, esta Corte Superior tem reiterado o entendimento de que a verificação, no caso concreto, da ilicitude das taxas de juros previstas em contratos bancários, contrariamente às premissas fáticas fixadas pelas

⁵²⁷ Art. 6º São direitos básicos do consumidor: III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (Redação dada pela Lei n.º 12.741, de 2012). (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

⁵²⁸ Art. 128. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Parágrafo único. A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.

Art. 535. Cabem embargos de declaração quando: (Redação dada pela Lei n.º 8.950, de 13.12.1994)

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; (Redação dada pela Lei n.º 8.950, de 13.12.1994)

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. (Redação dada pela Lei n.º 8.950, de 13.12.1994). (BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016).

⁵²⁹ Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;

§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:

III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso. (BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016).

⁵³⁰ Art. 122. São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes. (BRASIL. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 24 maio 2016).

instâncias ordinárias, exige a interpretação de cláusulas contratuais e a formação de convicção acerca dos fatos da causa, a partir do material probatório produzido no processo, atividade vedada em recurso especial.⁵³¹

No documento n.º 94, por sua vez, a questão retomou o interesse de agir do agravado, tendo o agravante alegado que bastava o pedido administrativamente, sendo desnecessária a movimentação do Poder Judiciário. Nessa oportunidade, o Superior Tribunal de Justiça entendeu, conforme ampla jurisprudência do próprio Tribunal que o contratante possui interesse de agir na propositura de ação de exibição de documentos, objetivando, em ação principal, discutir a relação jurídica deles originada, independentemente de prévia remessa ou solicitação no âmbito administrativo.

f) Ações de cobrança

Ao todo foram encontradas 3 (três) ações de cobrança no nosso *corpus* de pesquisa no período de 01/01/2012 a 31/12/2015 no Superior Tribunal de Justiça⁵³². A tabela a seguir mostra o resumo dos resultados das demandas apresentadas:

Tabela 3.7 - Número de ações de cobrança providas e não providas por unanimidade ou maioria no STJ de 01/01/12 a 31/12/2015.

	Negou provimento	Deu provimento
Unanimidade	2	1
Maioria	0	0

Fonte: STJ
Elaboração própria

A decisão constante do documento de n.º 9 debate o cabimento e requisitos da ação monitória. Além dos argumentos de cerceamento de defesa, repetição do indébito e prescrição, alegou o agravante a ofensa aos arts. 267, IV e 1.102-A do CPC⁵³³, na medida em

⁵³¹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp1.478.817/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 10 de março de 2015. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=1478817&b=ACOR> Acesso em 01 ago. 2016.

⁵³²Documentos n.º 9, 58, 72.

⁵³³Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (Redação dada pela Lei n.º 11.232, de 2005) IV - quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

Art. 1.102.a - A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. (BRASIL.

que o contrato de prestação de serviços de administração dos cartões de crédito não veio acompanhado do adequado demonstrativo do débito, ou seja, não veio acompanhado das faturas mensais, não se constituindo documento hábil – prova escrita - para o ajuizamento da ação monitória. Nesse caso o Tribunal entendeu que teve a apresentação das faturas e da planilha de evolução das dívidas, atendendo, assim, ao requisito da ação monitória.

O documento n.º 58 trata de uma ação de cobrança em que há discussão da taxa de juros aplicada pelo Banco, além da discussão a respeito do requisito de dissídio jurisprudencial para cabimento do Recurso Especial. O Tribunal seguiu seu posicionamento das ações revisionais apresentadas, propugnando pela aplicação da taxa de juros média de mercado para operações da mesma espécie. Essa conclusão do Tribunal faz-nos presumir que é possível a discussão de cláusulas contratuais também em sede de ação de cobrança e não apenas em revisional. Quanto ao dissídio entendeu pela sua configuração, julgando a causa procedente.

No mesmo sentido, no documento n.º 72, o agravante argumenta pela desnecessidade de interpretação de cláusula contratual e de revolvimento no contexto fático-probatório para afastar o óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ. Sobre o resultado dessa demanda, apresentamos parte do voto do Ministro Antonio Carlos Ferreira, *in verbis*:

A declaração de abusividade das cláusulas Oitava e Décima Sexta do contrato firmado entre as partes é medida que se impõe, no caso, isso com fulcro no artigo 424 do CC/02, restando que em não se tendo detectado qualquer negligência da microempresa para com a operação realizada, deve a ré arcar com o pagamento do valor total da venda que fora por ela autorizada com regularidade⁵³⁴.

Além da discussão da cláusula contratual, o agravante insiste na ocorrência de violação do art. 535 do CPC, diante da existência de obscuridades no acórdão recorrido e sustenta o devido prequestionamento da matéria.

O que se percebe das ações de cobrança é que além da discussão de cláusulas contratuais, as questões apresentadas ao Superior Tribunal de Justiça são de índole processual em sua maioria, a respeito, principalmente, do cabimento do recurso ou no caso de procedimento especial do cabimento da via diferenciada.

Código de Processo Civil. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016).

⁵³⁴BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp n.º 63.715/DF*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 18 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=63715&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

g) Ações declaratórias negativas de débito

Por fim, analisaremos as ações declaratórias negativas de débito que, como dissemos ainda neste capítulo, foram obtidas por exclusão, ou seja, apenas as declaratórias negativas não cumuladas com indenizatória serão objeto desse tópico. Assim, encontramos 2 (duas) decisões com essas características no período estudado.⁵³⁵ Ambas os julgados negaram provimento ao recurso por unanimidade.

No documento n.º 1 o agravante, representado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, trata apenas de argumentos processuais, tais quais a negativa de prestação jurisdicional, a conversão indevida do rito ordinário em rito sumário, caracterizando cerceamento de defesa por não dar oportunidade de produção de provas e a inversão do ônus da prova.

O julgador, Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, entendeu pela impossibilidade de rever o contexto fático-probatório, culminando na aplicação da Súmula 7 do Tribunal e, ainda, propugnou pelo impedimento de análise da questão acerca do rito, aplicando por analogia as Súmulas 282⁵³⁶ e 356⁵³⁷ do STF. Além do mais argumentou que o agravante não juntou documentos que provassem o acordo, nem o protocolo da ligação telefônica feita para a instituição financeira.

No documento n.º 51, do mesmo modo, o agravante propugnou argumentos de índole processual, afirmando haver violação do art. 333, I do CPC⁵³⁸, devendo ser aplicada a inversão do ônus da prova, porquanto não há provas de sua adesão ao cartão de crédito VISA nem de que o contrato acostado aos autos seja referente a ele, além da ocorrência de dissídio jurisprudencial. O Tribunal entendeu pela não ocorrência de dissídio jurisprudencial e quanto aos outros argumentos propugnou pela impossibilidade de rever o conjunto fático probatório diante do óbice da Súmula 7 do STJ.

⁵³⁵ Documentos n.º 1 e 51.

⁵³⁶ Súmula 282 STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Enunciado nº 282 da Súmula do STF*. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula&pagina=sumula_201_300 Acesso em: 01 ago. 2016).

⁵³⁷ Súmula 356 STF: “O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento”. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Enunciado nº 356 da Súmula do STF*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2648> Acesso em: 01 ago. 2016).

⁵³⁸ Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; (BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm Acesso em: 01 de mar. 2016).

4.3.1 Decisões sobre cartão de crédito, sua relevância para o superendividamento e perversões do Direito

Da análise das decisões acima conseguimos detectar algumas características do nosso direito que nos leva a crer que a questão do cartão de crédito nos Tribunais configura a chamada zona de autarquia e que a questão do superendividamento, atrelada que está a desregulação do setor bancário caracterizaria fuga do direito. No entanto, sabemos que temos leis que, apesar de não atuarem sobre a oferta de crédito, atuam de outras maneiras nos contratos bancários.

Assim, tendo em vista a impossibilidade de estudo de decisões que trataram do superendividamento nos contratos de cartão de crédito, devido à não aceitação da tese no Superior Tribunal de Justiça, nos limitaremos à análise das questões jurisprudenciais do cartão de crédito e sua categorização como zona de autarquia.

Quanto aos julgados podemos perceber algumas características da argumentação utilizada pelo Superior Tribunal de Justiça. Apesar de notarmos que há uma previsibilidade das decisões e dos argumentos utilizados, notamos uma fuga da competência do Tribunal associada a uma argumentação teratológica sob seus próprios precedentes. Explico: a maior parte das decisões desse Tribunal baseou sua razão de decidir em outras decisões do mesmo Tribunal que em alguns momentos utilizavam argumentos de autoridade, por meio de doutrinas jurídicas, e, em poucos casos, se referenciavam à lei como principal razão de decidir.

Temos consciência de que muito disso se dá pela utilização de jurisprudência defensiva, principalmente por meio das tão aclamadas Súmulas 5 e 7 do STJ. Como a utilização dessas Súmulas pelo Tribunal se demonstrou recorrente, obviamente, que a análise mostraria que o recurso à jurisprudência seria o principal tipo de argumentação utilizado.

Nossa intenção no trabalho não é análise de discurso, mas perpassaremos por essa análise de Rodriguez para nos utilizarmos das categorias já apresentadas. Sem dúvidas que o papel dos Tribunais Superiores de uniformizar a jurisprudência está sendo cumprido. Salvo raras exceções, a jurisprudência do STJ em relação aos contratos de cartão de crédito demonstra-se consolidada. Obviamente que estamos tratando do período analisado e para que essa conclusão possa ser efetivamente comprovada necessitaríamos de um aprofundamento na

pesquisa. De qualquer modo, tendo em vista nossa limitação, podemos concluir que as decisões são previsíveis e estáveis.

No entanto, apesar de cumprir seu papel de uniformizador da jurisprudência pátria, o STJ não julga a maior parte das demandas a ele apresentadas, justamente pelos óbices sumulares citados. E ainda percebemos que o debate das questões a ele trazidas é pouco utilizado, sendo que a maior parte das decisões é decidida por unanimidade (ao menos no nosso *corpus* de análise).

Dentro dessa perspectiva, também foi possível detectar a presença massiva de argumentos de autoridade e pouca utilização de raciocínios sistêmicos e de subsunção. Ao falar das decisões por ele trabalhadas, disserta Rodriguez:

A estrutura textual utilizada na argumentação por autoridade é sempre muito parecida: elabora-se uma tese, de saída, a partir de uma autoridade qualquer (legislação, doutrinador, caso julgado). Em seguida, são invocadas autoridades para corroborá-la, pouco importando a coerência entre elas, ou seja, a coerência entre as leis, casos julgados ou citações de doutrina utilizados. Por fim, é proposta uma solução para o caso como se ela fosse absolutamente óbvia, por ter sido, justamente, sustentada por praticamente “todos”, todas as autoridades relevantes sobre o assunto. Uma argumentação que é pura manipulação, no sentido pejorativo da palavra, das fontes de direito.⁵³⁹

Em um sem número de decisões foi utilizado o recurso de copiar ementas de outras decisões e, em alguns casos, até mesmo da decisão em sua completude. Em algumas, fazia-se uma lista de julgados que entendiam no mesmo sentido. Claramente a utilização massiva desses recursos argumentativos demonstra a tendência apontada pelo autor à utilização de argumentos de autoridade, no que Rodriguez chama de justiça opinativa. Além do mais, o uso desses precedentes no mais não é contextualizado. Raras são as decisões que explicaram a escolha e a pertinência do julgado para o caso em trâmite.

O problema com esse modo de argumentar é a pouca transparência dos julgamentos. Como afirmou Rodriguez para a compreensão dos debates e razões do *decisum* acaba sendo necessário um perscrutamento de alta complexidade pelo decisório e ainda é possível não encontrar coerência na confusa transcrição dos votos.⁵⁴⁰ Esse argumento pode ser elucidado por decisões do nosso *corpus* de pesquisa.

Com a nova previsão do Código de Processo Civil no art. 489, §1º, NCPC a respeito dos critérios para a fundamentação da decisão judicial, podemos argumentar, sem exageros,

⁵³⁹ RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Como decidem as cortes?* Para uma crítica do direito (brasileiro). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. pp. 80-81.

⁵⁴⁰ Ibid., p. 108.

que poucas seriam as decisões que cumpririam efetivamente o novo parâmetro legal. *In verbis*:

Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a summa do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.⁵⁴¹

Assim, concluímos a análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em relação aos contratos de cartão de crédito trazendo mais perguntas a respeito do tema do que soluções, apesar de detectarmos algumas características citadas pelo professor em muitas das decisões apresentadas.

Quanto ao tema do superendividamento, percebemos que os julgados não adentram a tese e que ela não foi nem mesmo alegada por alguma das partes. Essa ausência demonstra o vácuo normativo da questão. Apesar disso, podemos perceber pelo *corpus* de pesquisa que as demandas consumeristas em contratos de cartão de crédito apresentam algumas interfaces com mecanismos de regulação do Código de Defesa do Consumidor. Temos decisões que se preocupam com os danos ocasionados aos consumidores, as cobranças indevidas, que dão efetivação ao direito à informação e ainda que reanalisam o contrato com base no desequilíbrio econômico ou na alegação de desvantagem exagerada, principalmente nas taxas de juros cobradas.

⁵⁴¹BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016.

Em síntese, apesar de não haver uma legislação sobre o superendividamento apresentamos algumas soluções normativas reguladoras que podem ajudar a prevenção do endividamento excessivo, mesmo que indiretamente. E nessa seara podemos incluir as demandas coletivas que favorecem a prestação jurisdicional ao consumidor, como as discussões a respeito de cláusulas contratuais estabelecidas pelo Ministério Público e pelo PROCON.

Entretanto, a pergunta que fica com o cotejo dos dados empíricos, dos dados secundários de crescimento do endividamento e da legislação é: Apesar de termos uma legislação protetiva e, ainda, apesar dela ser aplicada por nossos Tribunais, é possível que essas normas interfiram de algum modo no problema do superendividamento?

O que parece, e apenas temos indícios a esse respeito, é que mesmo havendo legislação que tente salvaguardar os direitos do consumidor superendividado a eficácia dessa atuação socialmente é muito pequena. Essa conclusão enseja mais uma questão: Será, então, necessário um Projeto de Lei que tente normatizar o tema?

Novamente, entendemos que o Projeto de Lei, nos moldes em que foi proposto, especificando direitos já existentes, como a proteção contratual do consumidor, a normatização da publicidade e etc, não parece que irá surtir o efeito desejado na prevenção e tratamento do superendividamento.

Apesar de já termos mais de 20 anos de Código de Defesa do Consumidor, percebemos que muitos dos problemas relativos à Sociedade de Consumo atual, ainda não são satisfatoriamente resolvidos. No entanto, para afirmarmos qualquer tipo de mudança no cenário legislativo atual, seriam necessários mais dados a respeito da efetividade do Direito do Consumidor na sociedade. Desse modo, a presente dissertação acaba abrindo caminhos para pesquisas futuras e que podem acrescentar dados importantes sobre a eficácia social de uma norma sobre o superendividamento no Direito do Consumidor. Ao que parece analisar este problema apenas pelo foco da demanda, ou seja, cerceando a liberdade do consumidor de crédito, sem responsabilizar o fornecedor parece não atingir os objetivos, como podemos depreender das experiências estrangeiras e mesmo pela efetividade do nosso Código de Defesa do Consumidor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. O fenômeno do superendividamento não é apenas brasileiro, mas pode ser constatado globalmente.
2. Ele decorre, dentre outros fatores, da *Economia do Endividamento*, que iniciou com a política econômica de desenvolvimento com base na concessão de crédito ao consumo e com a desregulação do setor bancário.
3. Esse processo foi consolidado no período chamado de *Capitalismo conduzido pelas finanças*, com o aprofundamento da desregulação bancária e predominância do papel das finanças.
4. No Brasil, o modelo desenvolvimentista colaborou com o endividamento das famílias por meio da concessão de crédito para o consumo, com o fito de criar um mercado de consumo próprio.
5. Na era democrática, a hiperinflação piorou a situação dos endividados brasileiros, aprofundando o processo de endividamento.
6. O problema do superendividamento já é apontado pela doutrina brasileira há um bom tempo, tratado pela jurisprudência de alguns Estados da federação e temos um Projeto de Lei que tenta solucioná-lo.
7. A jurisprudência que aceita a tese do superendividamento baseia-se no mínimo existencial e na dignidade da pessoa humana para limitar o desconto do salário em 30% ou 40%, utilizando-se da Lei que prevê o percentual limite para concessão de crédito consignado.
8. O Projeto de Lei apresenta, na parte relativa à prevenção, disposições sobre cláusulas abusivas nos contratos de crédito, proibição de publicidade com referência a crédito com taxa zero ou crédito para negativado, especifica, ainda, deveres de informação por meio da proteção contratual.
9. No que diz respeito ao tratamento do superendividamento, o Projeto prevê audiências de conciliação com os credores para elaboração de planos de pagamento, em paralelo com o sistema francês de reeducação.
10. Pela *Economia Comportamental* podemos perceber que apenas sobrecarregar o consumidor com informações não garante que a sua escolha seja a melhor possível. O processo de tomada de decisões pode ser embaraçado por fatores outros como a heurística incompleta, a superconfiança e o desconto hiperbólico.

11. O principal contrato que gera o endividamento das famílias brasileiras, para setores com renda maior ou menor de 10 (dez) salários-mínimos é o cartão de crédito e por isso foi escolhido para a análise deste trabalho.
12. No entanto, temos diversos contratos de crédito responsáveis pelo endividamento, como o contrato de empréstimo consignado (um dos mais estudados pelo Direito do Consumidor), o contrato de financiamento de veículos, o crédito pessoal, o cheque pós-datado e o contrato de abertura de crédito em conta corrente (cheque especial).
13. O estudo desses contratos é importante para o seu cotejamento com o contrato de cartão de crédito, sendo possível estabelecer quais as diferenças que fazem com que o cartão de crédito seja o responsável pelo maior percentual da dívida dos brasileiros.
14. Na doutrina estrangeira encontramos dois modelos de tutela do superendividado: o modelo de reeducação e o modelo de nova oportunidade.
15. Atualmente, esses modelos estão se aproximando, o modelo de nova oportunidade está assumindo características próprias do modelo de reeducação como os programas de educação financeira para os superendividados e ao contrário, o modelo de reeducação está inserindo, para alguns consumidores, a possibilidade de perdão das dívidas.
16. Para exemplificar esses modelos, escolhemos a França, para o modelo de reeducação e os Estados Unidos da América para o modelo de nova oportunidade ou, *fresh start*.
17. Na França o procedimento apresenta duas fases distintas: a primeira fase que ocorre na Comissão Departamental de Superendividamento com a tentativa de conciliação de credores e devedores e a segunda fase no Judiciário que ocorrerá apenas se não houver sucesso na primeira.
18. Nos Estados Unidos, nós temos a previsão do procedimento de liquidação (Capítulo 7 do Código de Falências) e de recuperação (Capítulo 13), em ambos os casos a escolha para início do procedimento é do consumidor. Atualmente, foi prevista a necessidade de educação financeira do consumidor endividado.
19. Em resumo, o problema do superendividamento perpassa pela escolha da política econômica de concessão de crédito ao consumo e a solução pode estar na mudança dessa mentalidade, com o aumento da poupança e a regulação do sistema bancário.
20. O contrato de cartão de crédito representa a maior dívida dos brasileiros e é, hodiernamente, titularizado, em sua maioria, por instituições financeiras.
21. Trata-se de contratos coligados ou em rede por influência recíproca, já que há uma dependência econômica entre os contratantes dos diversos contratos isoladamente considerados.

22. São contratos, em sua maioria, por adesão e de consumo, ensejando a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.
23. Além do mais, esse contrato é considerado um dos maiores vilões do superendividamento atual da população brasileira uma vez que é concedido, na maior parte das vezes, sem a análise da real capacidade de pagamento do devedor.
24. Há possibilidade de revisão judicial desse contrato por normas tanto do Código de Defesa do Consumidor quanto do Código Civil.
25. As hipóteses de revisão podem ser resumidas em revisão de cláusulas abusivas, por lesão ou onerosidade excessiva. Há ainda a possibilidade mais recente apontada pela doutrina de revisão pelo superendividamento.
26. O contrato de cartão de crédito representa um verdadeiro pacto fáustico em que a liberdade de contratar encontra-se mitigada pela assimetria de informações e pelos reclames publicitários altamente ostensivos, além de se tratar de um contrato por adesão.
27. As decisões judiciais a respeito desse contrato são, em sua maioria, causas indenizatórias e revisionais de taxa de juros.
28. O Superior Tribunal de Justiça apresenta uma jurisprudência consolidada em relação às principais matérias.
29. Não foi encontrada nenhuma decisão que acatasse a tese de superendividamento, muito menos alguma alegação das partes a esse respeito.
30. Encontramos poucas ações de cobrança, o que indica a desnecessidade desse recurso por parte das instituições financeiras.
31. Os argumentos utilizados nas decisões são, em sua maioria, argumentos de autoridade, configurando a chamada zona de autarquia de acordo com Rodriguez.
32. Apesar de não haver uma legislação sobre o superendividamento apresentamos algumas soluções normativas reguladoras que podem ajudar a prevenção do endividamento excessivo, mesmo que indiretamente.
33. E mesmo com essa regulação indireta, por meio do Código de Defesa do Consumidor e disposições de proteção ao vulnerável da relação, não encontramos relação entre a assecuração desses direitos e a diminuição da taxa de endividamento do consumidor.
34. O que parece é que o Direito, principalmente, jurisprudencial, pouco influi nessa questão social.
35. A pergunta que fica é: Será que um projeto de lei será capaz de alguma forma atuar na prevenção e tratamento do superendividamento?

REFERÊNCIAS

Artigos e Livros:

ABRÃO, Nelson. *Direito bancário*. São Paulo: Saraiva, 2007.

AGUIAR JR., Ruy Rosado. Os contratos bancários e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. In: MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 3. p.1087-1148.

ALERIGI JR., Alberto. Magazine Luiza vai transferir cartões Luizacred ao Itaú Unibanco. *O Estadão*, São Paulo, 25 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,magazine-luiza-vai-transderir-cartoes-luizacred-ao-itaun-unibanco,1001241>> Acesso em: 29 jul. 2016.

ALMEIDA, João Batista. A revisão dos contratos no Código do Consumidor. In: MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 2. p. 339-348.

ALVES, Murilo Rodrigues. Incorporação de Sudameris e ABN Amro por Santander tem última etapa. *Valor Econômico*, São Paulo, 01 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/1078898/incorporacao-de-sudameris-e-abn-amro-por-santander-tem-ultima-etapa>> Acesso em: 29 jul. 2016.

ARAÚJO, Justino Magno. *Do poder interventivo do juiz nas relações contratuais*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRUÑADA, Benito; ANDONOVA, Veneta. Instituições de mercado e competência do Judiciário. In: ZYLBERSTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel. *Direito e Economia: Análise Econômica do Direito e das Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 8. p. 197-227.

AZEVEDO, Renato Olimpio Sette de. *Cartão de crédito: aspectos contratuais*. 2007. 124 f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BACEN. *Taxa de juros de operações de crédito: cartão de crédito parcelado*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt->

br/#!/r/txjueros/?path=conteudo%2Ftxcred%2FReports%2FTaxasCredito-Consolidadas-porTaxasAnuais-Historico.rdl&nome=Hist%C3%B3rico%20Posterior%20a%2001%2F01%2F2012&exibepar
ametros=true> Acesso em: 14 de mar. 2016.

BARLETTA, Fabiana Rodrigues. *A revisão contratual no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARRAL, Welber. Direito e desenvolvimento: um modelo de análise. In: BARRAL, Welber. *Direito e Desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Singular, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70, 1977.

BATTELLO, Silvio Javier. A (in)justiça dos endividados brasileiros: uma análise evolutiva. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. p. 211-229.

BENJAMIN, Antonio Hermann; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 3.ed. São Paulo: RT, 2010.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BERTONCELLO, Káren. Breves linhas sobre o estudo comparado de procedimentos de falência dos consumidores: França, Estados Unidos e Anteprojeto de Lei no Brasil. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, a.21, n.º 83, p. 113-138, jul./set., 2012.

BERTRAN, Maria Paula Costa. *Interpretação contratual e análise econômica do Direito: o caso da revisão dos contratos de leasing*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Reconstrução do conceito de contrato: do clássico ao atual. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. Cap. 1. p.19-40.

BRAUCHER, Jean. Options in consumer bankruptcy: an american perspective. *Osgoode Hall Law Journal*, v.37, n.º 1/2, p.156-169, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 09 de maio de 2016.

BROCHIER, Lúcia. *A Financeirização do consumo e a crise financeira dos Estados Unidos: o fim do padrão de crescimento puxado pelo consumo?* Disponível em: < http://www.akb.org.br/upload/130820121600559339_L%C3%ADdia%20Brochier.pdf> Acesso em 29 jun. 2016.

BUZAID, Alfredo. *Da ação renovatória*. São Paulo: Saraiva, 1958.

CALAIS-AULOY, Jean; TEMPLE, Henri. *Droit de la consommation*. 9.ed. Paris: Dalloz, 2015.

CARPENA, Heloísa; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. Superendividamento: proposta para um estudo empírico e perspectiva de regulação. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direito do Consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Capítulo 11, p. 310-344.

CATALAN, Marcos. O crédito consignado no Brasil: decifra-me ou te devoro. *Revista de Direito do Consumidor*, n.º 87, p. 125 a 149, maio/jun., 2013.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. *Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método*. Disponível em: <<file:///C:/Users/Livia%20Carvalho/Desktop/estudo/Minha%20disserta%C3%A7%C3%A3o/disserta%C3%A7%C3%A3o/novo%20projeto/trabalho%20final/pesquisa%20jurisprudencial%20e%20an%C3%A1lise%20de%20conte%C3%BAdo/analise%20de%20conteudo.pdf>> Acesso em 20 jun. 2016.

CONSALTER, Rafaela. Novas tendências da atuação da defensoria pública na defesa do consumidor necessitado. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006.

COSTA, Geraldo de Faria Martins da. Superendividamento: solidariedade e boa-fé. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006.

COSTA, Wille Duarte. *Títulos de crédito*. 4.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

COVELLO, Sérgio Carlos. *Contratos Bancários*. 4.ed. São Paulo: LEUD, 2001.

DINIZ, Maria Helena. *Código Civil Anotado*. São Paulo: Saraiva, 2003.

EFING, Antônio Carlos. *Contratos e procedimentos bancários à luz do Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: RT, 1999.

FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de Direitos do Consumidor*. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira; et.al. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT)*. 2. ed. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009.

GERCHMANN, Suzana Rahde; CATALAN, Marcos. Duzentos anos de historicidade na resignificação da ideia de contrato. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 90, p. 191-211, nov.- dez.2013.

GIANCOLI, Brunno Pandori. *O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

GOETHE. *Fausto*. Trad. António Feliciano de Castilho. Disponível em: <www.dominíopúblico.com.br>. Acesso em: 26 de fev. 2016.

GOMES, Orlando. *Contratos*. 26.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2008.

_____. Os direitos dos consumidores. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 77, p. 19-26, jan./mar. 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman; et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 9. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GUTTMANN, Robert; PLIHON, Dominique. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, Número especial, p. 575-610, dez. 2008.

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. *A construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no séc. XXI*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

HULS, Nick. *Overindebtedness of Consumers in the EC member state: facts and search for solutions*. E. Story Scientia, 1994.

_____. Consumer Bankruptcy: a third way between autonomy and paternalismo in private law. *Erasmus Law Review*, Rotterdam, v. 3, p.7-21, 2010.

KILBORN, Jason J. Comportamentos econômicos, superendividamento; estudo comparativo da insolvência do consumidor: buscando as causas e avaliando soluções. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Capítulo 3, p. 66-104.

_____. Comparative cause and effect: consumer insolvency and the eroding social safety net. *Columbia Journal of European Law*, Hanover, v. 14, n.º 3, p. 566-594, 2008.

KOROBKIN, Russell. Pesquisa empírica em Direito contratual: Possibilidades e Problemas. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 2, n.º 1, p. 200-225, 2015.

LEONARDI, Felipe Raminelli. As operações econômicas em mercado e a realidade da liberdade contratual. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p. 19-40.

LIMA, Clarissa Costa de. O cartão de crédito e o risco de superendividamento: uma análise da recente regulamentação da indústria do cartão de crédito no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista de Direito do Consumidor*, n.º 81, p. 239 a 260, jan./mar. 2012.

_____. *O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores*. São Paulo: RT, 2014.

LIMA, Mikael Martins de. O limite para concessão de crédito previsto no Projeto de Lei sobre o Superendividamento. *Revista de Direito Bancário, do mercado de capitais e da Arbitragem*, São Paulo, n.º 57, p. 97-118, jul./set. 2002.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. A informação como direito fundamental do consumidor. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 37, p.59-76, jan./mar.2001.

LOPES, José Reinaldo Lima. Consumidor e Sistema Financeiro. In: MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Direito do Consumidor: contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. Capítulo 3. p.869-888.

_____. Crédito ao consumidor e superendividamento: uma problemática geral. *Revista de informação legislativa*. Brasília, a. 33, n.º 129, p.109 – 115, jan./mar. 1996.

MACAULAY, Stewart. An empirical view of contract. *Wisconsin Law Review*, Wisconsin, n.º 3, p. 465- 482, 1985.

MARQUES, Cláudia Lima. *A nova crise do contrato: Estudos sobre a Nova Teoria Contratual*. São Paulo: RT, 2007.

_____. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais*. 6.ed. São Paulo: RT, 2011.

_____; BERTONCELLO, Káren. Crédit à la consommation: protection du consommateur, de Gérard Biardeud e Phillepe Flores. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, a.22, n.º 86, mar./abr., 2013.

_____. Superação das antinomias pelo diálogo das fontes: o modelo brasileiro de coexistência entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 51, p.34-67, jul./set. 2004.

MARTINS, Fran. *Contratos e obrigações comerciais*. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 2001.

MOURA, Tatiana *et al.* *Mapa da Defensoria Pública no Brasil*. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2013.

MUÑOZ, Maria Paula da Costa Bertran. Paralelismo entre assimetria de informações e vulnerabilidade dos consumidores: uma análise acerca de juros em contratos de concessão de crédito. *Revista de Direito do Consumidor*, a. 22, n.º 86, mar./abr., 2013.

_____. *Justiça e Contrato: entre comutar e distribuir*. São Paulo: EDUSP, 2015.

NALIN, Paulo. *Do Contrato – Conceito pós-moderno: Em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional*. 2.ed Curitiba: Juruá, 2006.

NASH, Jonathan Remy; PARDO, Rafael I. Does ideology matter in bankruptcy? Voting behavior on the courts of appeals. *William and Mary Law Review*, Williamsburg, v. 53, p. 919-985, 2012.

NEGREIROS, Teresa. *Teoria do Contrato: novos paradigmas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

NERY JR, Nelson. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

_____; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código Civil anotado*. São Paulo: RT, 2007.

NICOLAU, Gustavo Rene. Implicações práticas da boa-fé objetiva. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p. 113-124.

NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. Londres: Cambridge University Press, 2011.

NUNES JR, Vidal Serrano; SERRANO, Yolanda Alves Pinto. *Código de Defesa do Consumidor interpretado*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIBONI, Pessanha. O superendividamento do consumidor brasileiro e o papel da defensoria pública: criação da comissão de defesa do consumidor superendividado. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006.

OLIVEIRA, Jorge Rubem Folena de. *A lei (10.820/2003) do empréstimo consignado e a sua inconstitucionalidade*. Brasília, a. 43, n.º 172, out./dez. 2006.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de; CASTRO, Bruno Braz. Proteção do consumidor de crédito: uma abordagem a partir da economia comportamental. *Revista de Direito do Consumidor*, n.º 93, p. 239-240, maio/jun. 2014.

ONARAN, Özlem; STOCKHAMMER, Engelbert; GRAFI, Lucas. Financialization, income distribution and aggregate demand in the USA. *Cambridge Journal of Economics*, n.º 35, p. 637-661, jan. 2011.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. Tradução Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

OST, François. Tiempo y contrato: Crítica del pacto fáustico. *Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho*, n.º 25, p. 597-626, 2002. Disponível em: <
<http://www.cervantesvirtual.com/obra/tiempo-y-contrato-crtica-del-pacto-fustico-0/>> Acesso em: 04 jul. 2016.

PALHARES, Cinara. *A tutela do consumidor excessivamente endividado como forma de preservação dos direitos fundamentais da pessoa humana*. 277 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. *Distribuição dos riscos nos contratos de crédito ao consumidor*. 284 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PASQUALOTTO, Adalberto. Defesa do Consumidor. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.º 6, p.34- 60, abr./jun.1993.

PENTEADO, Luciano de Camargo. Abuso de poder econômico-contratual e boa-fé. *Revista de Direito Privado*, São Paulo, n.º 11, p. 138-153, jul./set. 2002.

_____. *Efeitos contratuais perante terceiros*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

_____. Figuras parcelares da boa-fé objetiva e *venire contra factum proprium*. *Revista de Direito Privado*, n.º 27, jul./set. 2006. p. 252 a 278.

_____. *Integração de contratos incompletos*. 381f. Tese de Livre-docência. – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2015.

_____. Redes contratuais e contratos coligados. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. Cap. 19. p. 463-492.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*, v. 3, 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

_____. *Direito civil: alguns aspectos de sua evolução*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PEREIRA, Wellerson Miranda. Superendividamento e crédito ao consumidor: reflexões sob uma perspectiva de direito comparado. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006. Capítulo 6. p. 158-190.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. 2.ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954, t. III.

PORTO, Antônio José M.; BUTELLI, Pedro Henrique. O superendividado brasileiro: uma análise introdutória e uma nova base de dados. *Revista de Direito do Consumidor*, n.º 95, set./out. 2014. p. 185 a 230.

RIBEIRO, Luciana Antonini. A nova pluralidade de sujeitos e vínculos contratuais: contratos conexos e grupos contratuais. In: MARQUES, Cláudia Lima. *A nova crise do contrato: Estudos sobre a nova teoria contratual*. São Paulo: RT, 2007. Cap. 8. p.429-454.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos de crédito bancário*. São Paulo: RT, 2009.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Como decidem as Cortes? Para uma crítica do Direito (brasileiro)*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

_____. As figuras da perversão do Direito: para um modelo crítico de pesquisa jurídica empírica. *Revista Prolegómenos Derechos e Valores*, 19, 37, pp. 99-124. Disponível em: <<http://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/dere/article/view/1682>> Acesso em: 18 jun. 2016.

ROSENVALD, Nelson. A função social do contrato. In: HIRONAKA, Giselda; TARTUCE, Flávio. *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p. 81-112.

SAAD, Eduardo Gabriel. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 5. ed., São Paulo: LTR, 2002.

SADDI, Jairo. A Natureza Econômica do Contrato Bancário. In: WAISBERG, Ivo; FONTES, Marcos Rolim Fernandes. *Contratos Bancários*. São Paulo: Quartier Latin, 2006. Cap.1. p. 22-37.

_____. *Crédito e Judiciário no Brasil: uma análise de Direito e Economia*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SCHMIDT NETO, André Perin. *Revisão dos contratos com base no superendividamento: Do Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil*. Curitiba: Juruá, 2012.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Luís Renato Ferreira da. *Revisão dos contratos: do Código Civil ao Código do Consumidor*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SILVA, Fábio Costa M. de Sá e; LOPEZ, Félix Garcia; PIRES, Roberto Rocha Coelho. A Democracia no Desenvolvimento e o Desenvolvimento na Democracia. In: CARDOSO JR., José Celso. *Para a reconstrução do desenvolvimento no Brasil: eixos estratégicos e diretrizes políticas*. São Paulo: Hucitec, 2011. Cap. 11. p. 406-434.

SILVEIRA, Fernando Galger et. al. *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, 2007.

SODRÉ, Marcelo. *A construção do Direito do Consumidor: um estudo sobre as origens das leis principiológicas de defesa do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUSA, Mônica Teresa Costa. *Direito e Desenvolvimento: uma abordagem a partir das perspectivas de liberdade e capacitação*. Curitiba: Juruá, 2011.

TARTUCE, Flávio; Neves, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual*. São Paulo: Método, 2012.

_____. A revisão do Contrato pelo novo Código Civil: crítica e proposta de alteração do art. 317, da Lei 10.406/2002. In: DELGADO, Mario Luiz; ALVES, Jonas Figueirêdo. *Questões controvertidas no Novo Código Civil*. São Paulo: Método, 2003.

TESSLER, Marga Inge Barth. Administração da Justiça: inovações – O Projeto Conciliação no SFH do TRF 4ª região. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Direitos do consumidor endividado: Superendividamento e crédito*. São Paulo: RT, 2006.

TROSTER, Roberto Luis. O Código do consumidor e os bancos. *Revista de Direito Bancário, do mercado de capitais e da Arbitragem*, São Paulo, n.º 16, p. 231-234, abr./jun. 2002.

VILAÇA, Ademir et al. *A evolução do crédito na economia brasileira 2008 - 2013*. São Paulo: DIEESE, 2014.

XIMENES, Julia Maurmann. *Levantamento de dados na pesquisa em Direito: a técnica da análise de conteúdo*. Disponível em: <
www.idp.org.br/component/docman/doc_download/145> Acesso em 18 jun. 2016.

ZANCHIM, Kleber Luiz. *Contratos empresariais: Categoria – Interface com contratos de consumo e paritários – Revisão Judicial*. São Paulo: Quartier Latin: 2012.

Legislação e Decisões Judiciais:

BRASIL. Banco Central do Brasil. Conselho Monetário Nacional. *Resolução n.º 45*, de 27 de dezembro de 1966. Regulamenta as operações realizadas pelas Sociedades de Crédito e Financiamento e as do tipo misto de que resulte o aceite de títulos cambiários. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1966&numero=45>> Acesso em: 09 de ago. 2016.

_____. Banco Central do Brasil. Conselho Monetário Nacional. *Resolução n.º 2.309*. Disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res_2309_v2_L.pdf> Acesso em: 24 maio 2016.

_____. Banco Central do Brasil. *Resolução 2.878*. Dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na contratação de operações e na prestação de serviços aos clientes e ao público em geral. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47081/Res_2878_v4_L.pdf> Acesso em: 26 de fev. 2016.

_____. Banco Central do Brasil. *Resolução n.º 3.517/2007*. Dispõe sobre a informação e a divulgação do custo efetivo total correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2007&numero=3517>> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016.

_____. *Código Civil*. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 24 maio 2016.

_____. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016.

_____. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016.

_____. *Código de Processo Civil*. Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 26 de fev. 2016.

_____. Congresso Nacional. Senado Federal. *Projeto de Lei n.º 283 de 2012*. Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do consumidor) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112479&tp=1>> Acesso em: 15 de nov. 2014.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. *Decreto-lei n.º 911*, de 1º de outubro de 1969. Altera a redação do art. 66, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10911.htm> Acesso em: 24 maio 2016.

_____. Instituto Nacional do Seguro Social. *Instrução normativa n.º 28*, de 16 de maio de 2008. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/INSS-PRES/2008/28.htm>> Acesso em: 27 maio 2016.

_____. *Lei Complementar n.º 105*, de 10 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp105.htm> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. *Lei n.º 1.046*, de 02 de janeiro de 1950. Disposição sobre a consignação em folha de pagamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1046.htm> Acesso em: 27 maio 2016.

_____. *Lei n.º 4.595*, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm> Acesso em: 24 maio de 2016.

_____. *Lei n.º 4.728*, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para seu desenvolvimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4728.htm> Acesso em: 24 maio de 2016.

_____. *Lei 10.820*, de 17 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.820.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016.

_____. *Lei n.º 10.931*, de 02 de agosto de 2004. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei n.º 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.931.htm > Acesso em: 27 maio 2016.

_____. *Lei 11.101*, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm> Acesso em: 01 de mar. 2016.

_____. *Lei n.º 13.172*, de 21 de outubro de 2015. Altera as Leis nos 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13172.htm> Acesso em: 22 jun.º 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AI n.º 1.204.754/RJ*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 08 de maio de 2012. Disponível em:<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=1204754&b=ACOR&p=true&l=10&i=2>> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AI n.º 1.227.541/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 13 de novembro de 2012. Disponível em:
<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1227541&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em: 25 jul.2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AI n.º 1.229.957/SP*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 18 de dezembro de 2012. Disponível em:
<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1229957&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp n.º 63.715/DF*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 18 de junho de 2013. Disponível em:
<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=63715&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp n.º 152.596/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 15 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=152596&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp n.º 240.604/SP*, da Quarta turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 06 de junho 2013. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=240604&b=ACOR&p=true&l=10&i=2>> Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp n.º 461.126/RS*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 18 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=461126&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=2>> Acesso em 16 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp n.º 701.905/MG*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 01 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201500892144&dt_publicacao=16/12/2015> Acesso em 11 jul. 2016).

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no RESp n.º 1.125.747/MA*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 27 de novembro 2012. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=1125747&b=ACOR> Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no RESp n.º 1.226.993/RS*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 11 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1226993&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 20 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no RESp n.º 1.235.612/RS*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 06 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1235612&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no RESp n.º 1.250.519/RS*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 20 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=1250519&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no RESp n.º 1.312.926/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 16 de abril de 2013. Disponível em:

<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1312926&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp nº 1.518.752/SC*, da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 17 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201500492707&dt_publicacao=05/02/2016> Acesso em 16 jun. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no REsp nº 1.085.611/SP*, da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 19 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1085611&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *EDcl no AgRg no AI nº 704.724/MS*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 20 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=704724&b=ACOR&p=true&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *EDcl. no AgRg no REsp nº 481.307/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 15 de setembro de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400443398&dt_publicacao=21/09/2015> Acesso em 11 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *EDcl. no AREsp nº 634.184/DF*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 04 de agosto de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201403220671&dt_publicacao=17/08/2015> Acesso em 11 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *EDcl no AgRg no AREsp nº 681.962/RJ*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 16 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=681962&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=2>> Acesso em 10 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *ED em REsp nº 1.181.256 /AL*, da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 02 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=1181256+&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 5 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf> Acesso em: 30 jul. 2016).

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 7 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf> Acesso em: 30 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 54 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.coad.com.br/busca/detalhe_16/828/Sumulas_e_enunciados> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 60 da Súmula do STJ*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/sumula-organizada,stj-sumula-60,2291.html>> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 83 da Súmula do STJ*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%2783%27>> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado 182 da Súmula do STJ*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=SUMU&livre=@docn=%27000000182%27>> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 211 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010_15_capSumula211.pdf> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 233 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_17_capSumula233.pdf> Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 258 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf> Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 259 da Súmula do STJ*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumantot/toc.jsp>> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 274 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf> Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 283 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_21_capSumula283.pdf> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 286 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_22_capSumula286.pdf> Acesso em 31 de maio de 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 297 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_23_capSumula297.pdf> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 300 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf> Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado n.º 370 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_33_capSumula370.pdf> Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 381 da Súmula do STJ*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_34_capSumula381.pdf> Acesso em: 31 maio 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Enunciado nº 382 da Súmula do STJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_35_capSumula382.pdf> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp nº 334.829/DF*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 06 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=ministerio+publico+clausula+contratual+cdc&b=ACOR&p=true&l=10&i=14>> Acesso em: 11 de ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.084.640/SP*, da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 23 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1084640&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp nº 1.099.212/RJ*, da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 27 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://leasingabel.com.br/arquivos-upload/acordao-vrg.pdf>> Acesso em: 26 de fev. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.112.879/PR*, da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 12 de maio de 2010. Disponível

em:<https://www.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200900158318&dt_publicacao=19/05/2010> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp nº 1.209.474/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 10 de setembro de 2013. Disponível em:
<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1209474&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.261.513/SP*, da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 27 de agosto de 2013. Disponível em:
<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=1261513&b=ACOR&p=true&l=10&i=4>> Acesso em 10 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.297.675/SP*, da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 27 de agosto de 2013. Disponível em:
<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=152596&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=1>> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp nº 1.339.097/SP*, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 03 de fevereiro de 2015. Disponível em:
<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201706769&dt_publicacao=09/02/2015> Acesso em 12 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp n.º 1.479.039 /MG*, da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 06 de outubro de 2015. Disponível em:
<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1479039&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1.500.676/DF*, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 12 de fevereiro de 2015. Disponível em:
<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201401994643&dt_publicacao=24/02/2015> Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *RHC nº 58.946/MG*, da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 19 de maio de 2015. Disponível em:
<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=%22cart%E3o+de+cr%E9dito%22+++&data=%40DTDE+%3E%3D+20100101+e+%40DTDE+%3C%3D+20151231&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=31>> Acesso em: 08 jul. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. *AI n.º 765.567/SP*, do Plenário do Supremo Tribunal Federal, Brasília, DF, 13 de agosto de 2010. Disponível em:

<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=748242&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=2>> Acesso em 01 ago. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Enunciado nº 282 da Súmula do STF*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula&pagina=sumula_201_300> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Enunciado nº 356 da Súmula do STF*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2648>> Acesso em: 01 ago. 2016).

_____. Supremo Tribunal Federal. *Enunciado nº 596 da Súmula do STF*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula&pagina=sumula_501_600> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. *Apelação n.º 0343580-82.2012.8.19.0001*, da 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 23 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/116767082/apelacao-apl-3435808220128190001-rj-0343580-8220128190001/inteiro-teor-144022587>> Acesso em: 04 jul. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação cível n.º 70061715629*, da 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 30 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?btnG=buscar&ie=UTF-8&ulang=pt-BR&ip=200.144.220.10&access=p&entqr=3&entqrm=0&entsp=a__politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF8&ud=1&q=Apela%C3%A7%C3%A3o%20c%C3%ADvel%20N%C2%BA%2070061715629&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=* &sort=date:D:S:d1&aba=juris&site=ementario#main_res_juris> Acesso em: 26 de fev. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *Apelação n.º 1061541-57. 2013. 8. 26. 0100*, da 14ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 11 março 2014. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7403695&cdForo=0&v1Captcha=sZhiP>> Acesso em: 04 jul. 2016.

FRANÇA. *Code de la Consommation*. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006069565>> Acesso em: 02 de mar. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – MODELO DA FICHA DE ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS

0
Número do processo: (Tipo de recurso e seu número)
Ministro-relator: (Nome do ministro-relator da decisão)
Turma ou Seção Julgadora no STJ:
Data de julgamento:
Tribunal de 2ª instância: (Estado da federação)
Titularidade da ação: (Coletiva ou Individual)
Tipo de demanda: (Espécie de ação)
Recorrente:
Argumentação do recorrente:
Recorrido:
Argumentação do recorrido:
Resultado no STJ: (Favorável à instituição financeira, Desfavorável, Recurso não conhecido)
Resultado em 2ª instância: (Favorável à instituição financeira, Desfavorável, Recurso não conhecido)
Resultado em 1ª instância: (Favorável à instituição financeira ou Favorável ao cliente bancário)
Votação: (Resultado da votação pelos ministros)
Voto divergente: (Sim ou Não)
Foi considerada relação de consumo? (Sim ou Não)
Foram citados precedentes judiciais? (Sim ou Não)
Legislação citada: (Indicar a legislação referida no julgado)
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira:
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário:

APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS ACÓRDÃOS ANALISADOS

	Número do Acórdão	Ministro-relator	Data do julgamento
1	AgRg no AREsp n.º 468.641/RJ	Ministro Paulo de Tarso Sanseverino	17/12/2015
2	AgRg no REsp n.º 1.562.852/RS	Ministro Marco Aurélio Bellizze	17/12/2015
3	AgRg no AREsp n.º 604.582/RJ	Ministro Raul Araújo	10/11/2015
4	REsp 748.242/RJ	Ministro Antonio Carlos Ferreira	10/11/2015
5	AgRg no AREsp n.º 464.569/RJ	Ministro Antonio Carlos Ferreira	20/10/2015
6	REsp 1.479.039/MG	Ministro Humberto Martins	06/10/2015
7	REsp 1.084.640/SP	Ministro Marco Buzzi	23/09/2015
8	AgRg no AREsp 698.257/MG	Ministro Raul Araújo	08/09/2015
9	AgRg no AREsp n.º 690.412/SP	Ministro Marco Aurélio Bellizze	06/08/2015
10	AgRg no AREsp n.º 656.551/RS	Ministro Marco Aurélio Bellizze	04/08/2015
11	EDcl no AREsp n.º 834.184/DF	Ministro Marco Aurélio Bellizze	04/08/2015
12	REsp n.º 1.477.851/PR	Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva	23/06/2015
13	AgRg no AREsp n.º 297.310/RS	Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva	18/06/2015
14	AgRg no AREsp n.º 681.962/RJ	Ministro Luis Felipe Salomão	19/05/2015
15	AgRg no REsp n.º 1.407.146/SC	Ministra Maria Isabel Gallotti	07/05/2015
16	AgRg no AREsp n.º 623.890/RS	Ministro João Otávio de Noronha	28/04/2015
17	AgRg no AREsp n.º 613.664/RS	Ministro João Otávio de Noronha	16/04/2015
18	AgRg no EDcl. n.º REsp 1.345.760/SP	Ministro Paulo de Tarso Sanseverino	14/04/2015
19	AgRg no REsp n.º 1.471.931/RS	Ministro para acórdão Marco Aurélio Bellizze	19/03/2015
20	AgRg no AREsp n.º 617.768/SP	Ministro Marco Aurélio Bellizze	17/03/2015
21	AgRg no REsp n.º 1.478.817/SP	Ministro Moura Ribeiro	10/03/2015
22	AR n.º 5.064/ES	Ministro Luis Felipe Salomão	11/02/2015
23	AgRg no AREsp 597. 770/PR	Ministro Luis Felipe Salomão	10/02/2015

24	AgRg no REsp n.º 1.256.866/RS	Ministro para acórdão Maria Isabel Gallotti	10/02/2015
25	AgRg no AREsp n.º 387.999/RS	Ministra Maria Isabel Gallotti	05/12/2015
26	AgRg no AREsp n.º 474.218/PE	Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva	05/12/2015
27	AgRg no AREsp n.º 596.237/SP	Ministro Marco Aurélio Bellizze	03/02/2015
28	AgRg no AREsp n.º 543.437/RJ	Ministro Raul Araújo	03/02/2015
29	AgRg no AREsp n.º 584.091/RJ	Ministra Maria Isabel Gallotti	18/12/2014
30	AgRg no AREsp n.º 558.511/DF	Ministro Luis Felipe Salomão	18/12/2014
31	AgRg no REsp n.º 1.389.862/RS	Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva	16/12/2014
32	AgRg no REsp n.º 1.478.788/RS	Ministro Moura Ribeiro	16/12/2014
33	AgRg no AREsp n.º 602.968/SP	Ministro Luis Felipe Salomão	02/12/2014
34	REsp n.º 1.487.562/RS	Ministra Maria Isabel Gallotti	25/11/2014
35	AgRg no REsp n.º 1.251.788/SC	Ministra Maria Isabel Gallotti	18/11/2014
36	AgRg no AI n.º 1.404.888/SC	Ministra Maria Isabel Gallotti	04/11/2014
37	AgRg no AREsp n.º 576.265/SP	Ministro Raul Araújo	23/10/2014
38	AgRg no AREsp n.º 566.329/RJ	Ministro Moura Ribeiro	02/10/2014
39	AgRg no AREsp n.º 509.257/SP	Ministro Moura Ribeiro	23/09/2014
40	AgRg no AREsp n.º 530.255/SP	Ministro Moura Ribeiro	18/09/2014
41	AgRg no AREsp n.º 554.558/SP	Ministro Moura Ribeiro	18/09/2014
42	EDcl no REsp n.º 1.316.348/RS	Ministro Paulo de Tarso Sanseverino	18/09/2014
43	AgRg no AREsp n.º 535.399/SP	Ministro Moura Ribeiro	16/09/2014
44	AgRg no REsp n.º 1.350.915/RS	Ministra Maria Isabel Gallotti	02/09/2014
45	AgRg no AREsp n.º 425.226/RJ	Ministra Maria Isabel Gallotti	26/08/2014
46	EDcl no AREsp n.º 528.668/SP	Ministro Luis Felipe Salomão	19/08/2015
47	AgRg no REsp n.º 1.372.177/RJ	Ministro Mauro Campbell Marques	12/08/2014
48	AgRg no AREsp n.º 520.257/DF	Ministro Luis Felipe Salomão	24/06/2014
49	AgRg no REsp n.º	Ministro Paulo de Tarso	27/05/2014

50	1.342.807/SP AgRg no AREsp n.º 257.047/RJ	Sanseverino Ministro Marco Buzzi	22/04/2014
51	AgRg no AREsp n.º 203.079/SP	Ministro João Otávio de Noronha	22/04/2014
52	AgRg no AREsp n.º 434.539/RS	Ministra Maria Isabel Gallotti	18/03/2014
53	PET no AgRg no REsp n.º 1.391.029/SP	Ministro Sidnei Beneti	04/02/2014
54	AgRg no AREsp n.º 419.556/GO	Ministro Raul Araújo	05/12/2013
55	EDcl no AREsp n.º 293.937/RS	Ministro Antonio Carlos Ferreira	26/11/2013
56	AgRg no AREsp n.º 381.446/DF	Ministro Antonio Carlos Ferreira	26/11/2013
57	AgRg no AREsp n.º 384.417/SC	Ministro Raul Araújo	17/10/2013
58	REsp n.º 1.256.397/RS	Ministra Nancy Andrighi	17/09/2013
59	REsp n.º 1.209.474/SP	Ministro Paulo de Tarso Sanseverino	10/09/2013
60	AgRg no AREsp n.º 328.043/GO	Ministro Sidnei Beneti	27/08/2013
61	REsp n.º 1.297.675/SP	Ministro Castro Meira	27/08/2013
62	REsp n.º 1.261.513/SP	Ministro Mauro Campbell Marques	27/08/2013
63	AgRg no REsp n.º 1.376.256/RS	Ministro Sidnei Beneti	27/08/2013
64	AgRg no AREsp n.º 71.774/SP	Ministro Raul Araújo	20/08/2013
65	EDcl no AREsp n.º 201.083/MS	Ministro João Otávio de Noronha	13/08/2013
66	AgRg no AREsp n.º 102.737/RJ	Ministro Marco Buzzi	06/08/2013
67	AgRg no REsp n.º 1.235.612/RS	Ministro Paulo de Tarso Sanseverino	06/08/2013
68	AgRg no AREsp n.º 92.488/RJ	Ministro João Otávio de Noronha	25/06/2013
69	AgRg no REsp n.º 1.339.771/RS	Ministro Sidnei Beneti	25/06/2013
70	AgRg no REsp n.º 997.118/MG	Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva	25/06/2013
71	AgRg no AREsp n.º 28.382/RS	Ministro João Otávio de Noronha	20/06/2013
72	AgRg no AREsp n.º 63.715/DF	Ministro Antonio Carlos Ferreira	18/06/2013
73	AgRg no AREsp n.º 315.458/MS	Ministro Sidnei Beneti	11/06/2013
74	AgRg no AREsp n.º 302.429/RJ	Ministro João Otávio de Noronha	28/05/2013

75	AgRg no AREsp n.º 277.566/SP	Ministro Marco Buzzi	02/05/2013
76	AgRg no AREsp n.º 137.130/SP	Ministro Sidnei Beneti	23/04/2013
77	AgRg no REsp n.º 1.312.926/SP	Ministro Sidnei Beneti	16/04/2013
78	AgRg no AREsp n.º 274.571/RJ	Ministro Sidnei Beneti	19/03/2013
79	AgRg no AREsp n.º 82.523/RS	Ministro Paulo de Tarso Sanseverino	19/03/2013
80	AgRg no REsp n.º 1.250.935/RS	Ministro Paulo de Tarso Sanseverino	26/02/2013
81	AgRg no REsp n.º 1.116.569/ES	Ministro Antonio Carlos Ferreira	21/02/2013
82	AgRg no AI n.º 1.229.957/SP	Ministra Maria Isabel Gallotti	18/12/2012
83	AgRg no AREsp n.º 189.153/SP	Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva	18/12/2012
84	REsp n.º 1.199.117/SP	Ministro Paulo de Tarso Sanseverino	18/12/2012
85	AgRg no AREsp n.º 248.387/RJ	Ministro Raul Araújo	27/11/2012
86	AgRg nos EDcl no AREsp n.º 43.739/SP	Ministro Antonio Carlos Ferreira	27/11/2012
87	EDcl no AgRg no AI n.º 704.724/MS	Ministra Maria Isabel Gallotti	20/11/2012
88	AgRg no AREsp n.º 143.041/RJ	Ministro Massami Uyeda	20/11/2012
89	AgRg no AREsp n. 170.475/SP	Ministro Massami Uyeda	06/11/2012
90	AgRg no REsp n.º 1.316.460/RS	Ministro Sidnei Beneti	23/10/2012
91	AgRg no REsp n. 1.346.581/SP	Ministro Sidnei Beneti	23/10/2012
92	AgRg no AREsp n.º 147.992/RJ	Ministro Raul Araújo	09/10/2012
93	AgRg no REsp n.º 1.193.443/RS	Ministro Luis Felipe Salomão	02/10/2012
94	AgRg no REsp n.º 1.271.574/RS	Ministro Raul Araújo	25/09/2012
95	AgRg no AREsp n.º 208.867/RS	Ministro Luis Felipe Salomão	20/09/2012
96	AgRg no AREsp n.º 194.347/RJ	Ministro Sidnei Beneti	20/09/2012
97	AgRg no REsp n.º 1.250.519/RS	Ministro Sidnei Beneti	20/09/2012
98	AgRg no AI n.º 1.332.956/RS	Ministro Raul Araújo	18/09/2012
99	AgRg no AREsp n.º 181.931/MG	Ministro Antonio Carlos Ferreira	04/09/2012
100	AgRg no AREsp n.º	Ministro Raul Araújo	04/09/2012

	33.335/RS		
101	AgRg no REsp n.º 1.200.417/MT	Ministro Paulo de Tarso Sanseverino	14/08/2012
102	AgRg no REsp n.º 1.181.693/SC	Ministro Paulo de Tarso Sanseverino	14/08/2012
103	AgRg no AREsp n.º 183.029/MG	Ministro Sidnei Beneti	14/08/2012
104	AgRg no REsp n.º 821. 342/MG	Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva	02/08/2012
105	AgRg no AREsp n.º 174.942/RJ	Ministro Sidnei Beneti	26/06/2012
106	AgRg no AREsp n.º 178.193/SP	Ministro Sidnei Beneti	26/06/2012
107	AgRg no AI n.º 1.316.972/SP	Ministro Sidnei Beneti	26/06/2012
108	AgRg no AREsp no REsp nos EDcl no AgRg no AI n.º 1.251.747/MT	Ministro Felix Fischer	20/06/2012
109	AgRg no AI n.º 1.102.265/RJ	Ministro Luis Felipe Salomão	19/06/2012
110	AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp n.º 1.100.346/RS	Ministro Sidnei Beneti	12/06/2012
111	AgRg no AREsp n.º 104.445/SP	Ministro Massami Uyeda	12/06/2012
112	AgRg no AREsp n.º 20.150/SP	Ministro Antonio Carlos Ferreira	05/06/2012
113	AgRg no AREsp n.º 127.089/RS	Ministra Nancy Andrichi	22/05/2012
114	AgRg no AREsp n.º 152.596/SP	Ministro Sidnei Beneti	15/05/2012
115	AgRg no AI n.º 1.204.754/RJ	Ministro Massami Uyeda	08/05/2012
116	ED em REsp n.º 1.181.256/AL	Ministro João Otávio de Noronha	02/05/2012
117	AgRg no AREsp n.º 16.238/RJ	Ministro Antonio Carlos Ferreira	24/04/2012
118	AgRg no AI n.º 1.363.711/SP	Ministro Massami Uyeda	19/04/2012
119	AgRg no AI n.º 1.189.694/SP	Ministro Raul Araújo	19/04/2012
120	AgRg no AI n.º 1.383.854/SC	Ministro Massami Uyeda	12/04/2012
121	AgRg no AREsp n.º 33.418/RJ	Ministra Maria Isabel Gallotti	27/03/2012
122	AgRg nos EDcl no REsp n.º 1.198.380/SC	Ministra Nancy Andrichi	01/03/2012
123	AgRg no AREsp n.º 685/RS	Ministra Maria Isabel Gallotti	16/02/2012
124	AgRg no AREsp n.º 71.333/RJ	Ministro Sidnei Beneti	16/02/2012
125	AgRg no AI n.º 1.404.000/RJ	Ministro Massami Uyeda	02/02/2012

APÊNDICE C – CATALOGAÇÃO DAS DECISÕES

1
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 468.641/RJ
Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 17/12/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação declaratória de inexistência de dívida - Cancelamento de dívida de cartão de crédito
Agravante: Ivaneide Alves de Lima (representada pela Defensoria Pública do RJ)
Argumentação do agravante: Alega violação aos artigos 330, 331, inciso I e parágrafo 2º, 333, inciso II, 535, 557 do Código de Processo Civil e artigo 6º, VI e VIII do Código de Defesa do Consumidor, sustentando: a) Negativa de prestação jurisdicional; b) Conversão indevida do rito ordinário em rito sumário, caracterizando cerceamento de defesa por não dar oportunidade de produção de provas e c) Inversão do ônus da prova.
Agravado: Banco Citicard S/A (representada por advogado particular)
Argumentação do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento ao agravo
Resultado em 2ª instância: Não citou
Resultado em 1ª instância: Não citou
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7 do STJ
Legislação citada: art. 331, I, do Código de Processo Civil de 1973 e art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Súmula 7 do STJ: impossibilidade de rever o conjunto fático-probatório. Impedimento de análise da questão acerca do rito: Súmula 282 e 356 do STF. Quanto aos outros argumentos: não juntou documentos que provassem o acordo, nem o

protocolo da ligação telefônica.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações:

2
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.562.852/RS
Ministro-relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 17/12/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Exibição de documento
Agravante: Banco Itaucard S/A (representado por advogado particular)
Argumentação do agravante: Por precedente do STJ em recursos repetitivos (REsp n.º 1.349. 453/MS) há que se esgotar a via administrativa oferecida pela instituição financeira antes de ingressar em juízo com a cautelar de exibição de documento. E ainda afirma que a solicitação por meio eletrônico não é idônea e que o pedido deveria ter sido formulado pessoalmente com o devido pagamento das custas.
Agravado: Renata Inajara da Silva Gorski (representado por advogado particular)
Argumentação do agravado: Não foi apresentada impugnação ao recurso
Resultado no STJ: Negou provimento ao agravo
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp n.º 1.349. 453/MS e Súmula 7 do STJ
Legislação citada: nenhuma
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Súmula 7 do STJ: impossibilidade de reanálise do conjunto fático-probatório: Em primeira e segunda instância entendeu-se que o cliente bancário esgotou as vias administrativas.
Observações:

3	
Número do processo:	AgRg no AREsp n.º 604.582/RJ
Ministro-relator:	Ministro Raul Araújo
Turma ou Seção Julgadora no STJ:	Quarta Turma
Data de julgamento:	10/11/2015
Tribunal de 2ª instância:	Rio de Janeiro
Titularidade da ação:	Individual
Tipo de demanda:	Indenização por dano moral pelo envio não solicitado de cartão de crédito
Agravante:	Maria das Dores Soares Siqueira (representada por advogado particular)
Argumentação do agravante:	Não se trata de revolvimento de questões fáticas (e, portanto, do óbice da Súmula 7 do STJ), mas de valoração da prova, tendo havido a cristalização do dano moral passível de indenização.
Agravado:	Banco Bradesco S/A e Casas Bahia Comercial Ltda.
Argumentação do agravado:	Não citada
Resultado no STJ:	Negou provimento ao agravo
Resultado em 2ª instância:	O tribunal entendeu se tratar de mero aborrecimento, pois apenas a cobrança indevida sem a inscrição do nome da autora em cadastro de proteção ao crédito não ensejaria lesão aos direitos da personalidade e, consequente, dano moral.
Resultado em 1ª instância:	Não citado
Votação:	Unanimidade
Voto divergente:	Não
Foi considerada relação de consumo?	Não citou
Foram citados precedentes judiciais?	AgRg no Ag 1.054.587/SP; AgRg no AREsp 432.443/SP; Súmula 83 do STJ; AgRg no AREsp 189.780/SP, Súmula 7 do STJ, AgRg no Ag 1.160.541/RJ, AgRg no AREsp 516.177/RJ, AgRg no AREsp 313.634/RJ, AgRg no AREsp 407.972/DF, AgRg no AREsp 347.831/RS.
Legislação citada:	nenhuma
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira:	Não configura dano moral o envio de cobrança indevida de cartão de crédito, sem inscrição do nome do cliente nos cadastros de proteção do crédito. Além disso, a reanálise de se houve ou não lesão aos direitos da personalidade encontra óbice pela Súmula 7 do STJ.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário:	Prejudicado

Observações:

4

Número do processo: REsp 748.242/RJ
--

Ministro-relator: Ministro Antônio Carlos Ferreira

Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
--

Data de julgamento: 10/11/2015

Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro

Titularidade da ação: Coletiva

Tipo de demanda: Ação Civil Pública para impugnar cláusulas de contrato-padrão

Recorrente: Credicard S/A Administradora de Cartão de Crédito (representado por advogado particular)

<p>Argumentação do recorrente: Preliminarmente: 1. Violação ao art. 535 do CPC: o acórdão restou omissso e obscuro no que diz respeito à cumulação da multa moratória e compensatória prevista na cláusula 17.2 do contrato de adesão, não dizendo quais as hipóteses em que a cumulação da multa será válida e em quais não será. Além disso, o art. 51, §1º, I, do CPC invocado pela decisão não veda a referida cumulação. Assevera que ainda houve omissão relativa aos seguintes pontos: 2. O acórdão não enfrentou o disposto no art. 395 do CC, segundo o qual o devedor responde pelos prejuízos a que sua mora der causa; 3. Acrescenta ainda que ao acolher a abusividade da cláusula 20 do contrato por não garantir o efetivo conhecimento das modificações introduzidas no contrato para que o consumidor possa aceitá-las ou não, a decisão não observou a cláusula 20.2 que estabelece justamente o pedido; 4. A decisão não esclarece porque entende possível o julgamento desse pedido, à luz do art. 515, §1º, do CPC, vez que a questão não foi apreciada pela sentença; 5. Finalmente, o acórdão recorrido estendeu os efeitos da sentença proferida em Ação Civil Pública a todo o território nacional, sem enfrentar a disposição do artigo 16 da Lei 7347/85, com a redação que lhe deu a Lei 9494/97, que restringe tais efeitos aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão".</p>

<p>No mérito: 1. Sustenta, no mérito, afronta ao art. 51, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.078/1990 por inexistir "qualquer vedação na cumulação da cláusula penal moratória com compensatória. Cita a incidência de multa moratória no caso de atraso no pagamento da fatura e a aplicação da multa compensatória quando da rescisão contratual decorrente de suposta infração contratual praticada pelo contratante, consumidor. Entende que, para essas hipóteses, a</p>

cumulação seria possível, inexistindo *bis in idem*. 2. Aponta contrariedade art. 395 do CC/2002, reputando legal "a cláusula 12.1. 'e' dos antigos contratos de adesão da Recorrente, atual cláusula 18.1.'d', que estabelece como uma das consequências da mora do titular do cartão o pagamento de despesas de cobrança suportados pela Recorrente", como, por exemplo, "os custos com notificações por cartório". 3. Aduz, também, haver negativa de vigência do art. 51, inciso XIII, da Lei n.º 8.078/1990. 4. Insiste na validade da "cláusula 20.1 do contrato de adesão objeto da Ação, que permite à Recorrente 'introduzir modificações nas condições deste contrato mediante prévia comunicação escrita, informações e/ou mensagens lançadas na fatura mensal ou, ainda, remetendo um novo contrato, procedendo o respectivo registro em Cartório de Títulos e Documentos'. 5. No tocante à violação do art. 16 da Lei n.º 7.347/1985, com a redação dada pela Lei n.º 9.494/1997, afirma que "a competência territorial da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, órgão prolator da sentença, restringe-se à cidade do Rio de Janeiro", ou seja, aos consumidores ali domiciliados

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Argumentação do recorrido: Não citada

Resultado no STJ: Deu parcial provimento, por Unanimidade, ao recurso especial na parte referente à cláusula destinada ao ressarcimento de despesas de cobrança extrajudicial e, por maioria, julgou prejudicado o recurso especial na parte relativa à extensão da eficácia subjetiva da sentença coletiva, nos termos do voto divergente do Ministro Raul Araújo, acompanhado pelos Ministros Marco Buzzi e Maria Isabel Gallotti (Presidente). Vencidos, nesse ponto, os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, relator e Luis Felipe Salomão.

Resultado em 2ª instância: Provimento parcial, destacando que (i) as multas foram reduzidas ao patamar legal de 2%, (ii) as multas compensatórias e moratórias não podem ser cumuladas no presente caso, (iii) as despesas de cobrança podem existir apenas na fase judicial, não se admitindo a prefixação no percentual máximo de 10%, (iv) os honorários advocatícios são devidos, (v) a restituição não será em dobro, (vi) a cláusula contratual que disciplina as alterações contratuais deverá ser reescrita e (vii) os limites da coisa julgada se estende a todos os Estados da Federação.

Resultado em 1ª instância: O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido "para condenar a ré a abster-se de celebrar novos contratos com as cláusulas reprovadas ou de se prevalecer das que foram incluídas nos contratos em vigor, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), que será revertida

ao Fundo previsto no art. 13, da Lei da Ação Civil Pública, condenando-a, ainda, a promover o ressarcimento, em dobro, dos valores que tenham sido cobrados indevidamente de seus associados, acrescidos de correção monetária e juros legais, a partir da efetivação de cada pagamento, na forma do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor" (fl. 463).
Votação: Unanimidade (quanto à cláusula destinada ao ressarcimento de despesas de cobrança extrajudicial) e por maioria (quanto à eficácia subjetiva da sentença coletiva)
Voto divergente: Sim
Foi considerada relação de consumo? Sim
Foram citados precedentes judiciais? REsp n.º 1.274.629/AP; REsp n.º 1.002.445/DF, REsp n.º 1.243.887/PR, REsp 411.529/SP, REsp 557.646/DF, AgRg no REsp n.º 1.380.787/SC, REsp n.º 1.344.700/SC, AgRg no AREsp n.º 302.062/DF, EDcl nos EDcl no AREsp n.º 254.411/RS, REsp n.º 1.114.035/PR, REsp n.º 1.315.822/RJ.
Legislação citada: art. 395 do CC2002, art. 956 do CC1916, art. 1.056 do CC2002, art. 51, XII, do CDC, art. 16 da Lei 7.347/1985.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Voto do relator: Decidiu pela prejudicialidade a respeito das cláusulas que ensejaram acordo entre MP e instituição financeira. Quanto às omissões alegadas pelo agravante, entendeu não assistir razão, pois apesar de terem sido sucintamente tratadas na decisão, elas foram tratadas e analisadas. Entendeu pelo provimento do recurso para reconhecer a legalidade, em tese, da cláusula que impõe o ressarcimento das despesas indispensáveis e efetivamente comprovadas, decorrentes da mora e destinadas à referida cobrança, limitando-se o valor indenizável ao equivalente a 10% sobre o valor da dívida, conferido em cláusula contratual igual direito ao consumidor. Não entendeu desse modo para os honorários advocatícios. Por fim, entendeu pela eficácia <i>erga omnes</i> do provimento jurisdicional proferido em sede de Ação Civil Pública, podendo a coisa julgada atingir mesmo quem se encontre fora do Rio de Janeiro, conforme precedentes da própria Corte.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações: Ministro Raul Araújo: observa que uma vez que a cláusula contratual foi julgada válida, fica prejudicada a análise quanto à eficácia do provimento jurisdicional preferido na referida Ação Civil Pública, pois a eficácia <i>erga omnes</i> do provimento seria para beneficiar o

consumidor. A ministra Maria Isabel Gallotti entendeu no mesmo sentido.
--

5
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 464.569/RJ
Ministro-relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 20/10/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: Alda Rosa Jantorno (representada por advogado particular)
Argumentos do agravante: Afirma ter especificado pormenorizadamente os lançamentos que pretendia esclarecimentos (percentual de juros de mora e remuneratórios, multa, comissão de permanência, tarifas bancárias, spread bancário, impostos), por isso não há pedido genérico na presente demanda. Sustenta, ainda, que não há pedido de revisão de cláusula de qualquer contrato de financiamento na presente demanda, sendo certo que a matéria limita-se à obrigação do banco em prestar contas dos lançamentos débitos e créditos efetuados nas faturas do cartão de crédito oriundos de financiamento do mercado financeiro.
Agravado: Itaucard financeira S/A Crédito e financiamento e investimento (representada por advogados particulares)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento ao recurso
Resultado em 2ª instância: Não citou
Resultado em 1ª instância: Não citou
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? REsp n.º 1231027/PR, AgRg no AREsp n.º 597.770/PR.
Legislação citada: nenhuma.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: A leitura da exordial revela, pois, que a autora pleiteou esclarecimentos sobre todos os lançamentos efetuados durante a

vigência do contrato de cartão de crédito, sem indicar a existência de ocorrências duvidosas a justificar o manejo da prestação de contas. Segundo os precedentes do próprio STJ a ação de prestação de contas não pode ensejar revisão de cláusula contratual e precisa indicar o período determinado em que o correntista busca esclarecimento e ainda os motivos e possíveis ocorrências duvidosas que ensejaram seu pedido.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações:

6
Número do processo: REsp 1.479/039/MG
Ministro-relator: Ministro Humberto Martins
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Segunda Turma
Data de julgamento: 06/10/2015
Tribunal de 2ª instância: Minas Gerais
Titularidade da ação: Coletiva
Tipo de demanda: Mandado de segurança coletivo com discussão a respeito de abusividade da prática de cobrança diferenciada em dinheiro e no cartão de crédito
Recorrente: Câmara de dirigentes lojistas de Belo Horizonte (representado por advogado particular)
Argumentos do recorrente: Aponta divergência jurisprudencial e a inexistência de dispositivo legal que obrigue o comerciante a praticar os mesmos preços. Além do mais a impossibilidade do desconto para pagamento à vista prejudica o consumidor que pagará, mesmo sem utilizar, pelos custos da utilização do cartão de crédito.
Recorrido: Estado de Minas Gerais (procurador)
Argumentos do recorrido: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento ao recurso
Resultado em 2ª instância: denegou a segurança
Resultado em 1ª instância: entendeu pela abusividade da cobrança de preços diferenciados, se em dinheiro ou cartão de crédito.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não foi discutido.
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1.133.410/RS.

Legislação citada: art. 51, V e X do CDC e art. 36, X e XI da Lei n.º 12.529/2011.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Não se trata de instituição financeira
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
<p>Observações: Argumentação pró-consumidor: O pagamento por meio de cartão de crédito é considerado modalidade de pagamento à vista, <i>pro soluto</i>, extinguindo a obrigação imediatamente. A diferenciação caracterizaria, portanto, prática abusiva conforme o art. 39, V e X do CDC. O art. 51 do Código de Defesa do Consumidor traz rol meramente exemplificativo de cláusulas abusivas, num conceito aberto que permite o enquadramento de outras abusividades que atentem contra o equilíbrio entre as partes no contrato de consumo, de modo a preservar a boa-fé e a proteção do consumidor.</p> <p>Ademais, o art. 36, X e XI da Lei n.º 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, entre outros, considera infração à ordem econômica, a despeito de culpa ou de ocorrência de efeitos nocivos, a discriminação de adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços mediante imposição diferenciada de preços, bem como a recusa à venda de bens ou à prestação de serviços em condições de pagamento corriqueiras na prática comercial.</p>

7
Número do processo: REsp 1.084.640/SP
Ministro-relator: Ministro Marco Buzzi
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Segunda Seção
Data de julgamento: 23/09/2015
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Coletiva
Tipo de demanda: Ação civil pública pleiteando a nulidade de cláusula-mandato em contratos de cartão de crédito
Recorrente: Renner Administradora de cartões de crédito Ltda. E outro. (Representada por advogado particular).
Argumentos do recorrente: a) a carência de ação, uma vez que os direitos individuais (individuais heterogêneos) não são tuteláveis pela via escolhida, pois o direito individualmente considerado encontra-se na esfera de cada um dos seus titulares e pode ser objeto de renúncia ou transação.

<p>b) a legalidade da cláusula-mandato, pois, quando o titular do cartão opta por realizar o "pagamento mínimo" da fatura, "a administradora de cartões busca recursos junto às instituições financeiras, em nome do usuário, para honrar as faturas mensais. Este, em contrapartida, após realizado o financiamento, obriga-se a pagar os juros de financiamento bancário. Toda essa operação somente é viabilizada pela existência da cláusula mandato, previamente pactuada, cuja utilização ocorre se e quando o titular do cartão autorizar. Expõem que, ao contrário do que restou afirmado pelo acórdão recorrido, nos financiamentos obtidos por administradoras de cartões de crédito, através da cláusula mandato, em benefício dos titulares que deixam de pagar o valor total constante da fatura, não incide o art. 51 do CDC, uma vez que o contrato é feito em prol do consumidor.</p>
<p>Recorrido: Associação Nacional de Defesa da Cidadania e do Consumidor – ANADEC (representada por advogado particular).</p>
<p>Argumentos do recorrido: Não citados.</p>
<p>Resultado no STJ: Negou provimento ao recurso</p>
<p>Resultado em 2ª instância: Recurso não provido</p>
<p>Resultado em 1ª instância: O magistrado de origem, julgando procedente a demanda no tocante ao trecho da cláusula que conferia poderes à administradora para emitir títulos de crédito em nome do mandante/consumidor, determinou que a disposição fosse excluída a partir dos contratos futuros, sob pena de multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada novo ajuste entabulado. Destacou que a referida cláusula seria nula pelos seguintes motivos: a) possibilidade de haver conflito de interesses entre mandante e mandatário, b) desvirtuamento do contrato de mandato, c) incidência da Súmula 60 do STJ, e d) por obrigar o titular do cartão de crédito a reconhecer como líquida e certa a dívida a ser contraída, bem como em virtude de impedir a sua contestação, circunstâncias que configurariam cerceamento de defesa e afrontariam o princípio constitucional da inafastabilidade do poder judiciário. Quanto à possibilidade de a administradora obter financiamento em nome do consumidor junto às instituições financeiras, aduziu que a previsão contratual seria válida, desde que processada nos moldes do art. 1.300 do Código Civil.</p>
<p>Votação: Unanimidade</p>
<p>Voto divergente: Não</p>
<p>Foi considerada relação de consumo? Não discutiu o tema</p>
<p>Foram citados precedentes judiciais? REsp 1346050/SP, REsp 575102/RS, REsp 681.872/RS, EREsp 175.645/RS, REsp 345.957/SP, REsp 861.344/PR, AgRg no</p>

Ag554940/RS, AgRg no REsp 545.569/RS, REsp 296.678/RS, AgRg no Ag 748.561/RS, AgRg no REsp 860.382/RJ, Súmula 60 do STJ, AgRg no REsp 808.603/RS, AgRg no Ag 511.675/DF, REsp 504.036/RS, AgRg no Ag 562.705/RS, REsp 511.450/RS.

Legislação citada: art. 51 do CDC.

Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada

Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Preliminarmente, não merece acolhida a tese de carência de ação, uma vez que esta Corte Superior de Justiça tem entendimento pacífico acerca da legitimidade das associações civis de defesa do consumidor, para ajuizar ação civil pública, com o intuito de declarar a nulidade de cláusula inserida em contrato de adesão.

É imprescindível esclarecer que o instituto jurídico da cláusula-mandato em sentido amplo possui estipulações destinadas a três propósitos distintos. O primeiro, inerente a todos os contratos de cartão de crédito (tenham eles sido estabelecidos com as instituições financeiras ou com as administradoras de cartão private label), é aquele por meio do qual a administradora/mandatária do cartão se compromete a honrar, mediante anuidade e até o limite de crédito estipulado para aquele consumidor/mandante, o compromisso assumido por este perante comerciantes ou prestadores de serviços. O segundo, inerente aos contratos de cartão de private label, refere-se à autorização dada pelo consumidor à administradora do cartão de crédito para que, em seu nome, obtenha recursos no mercado financeiro para saldar eventuais dívidas e financiamentos advindos do uso do cartão. O terceiro, reputado abusivo pelo ordenamento jurídico pátrio, diz respeito à atribuição de poderes às administradoras/mandatárias do cartão de crédito para emissão de títulos de crédito em nome do consumidor/mandante. Na presente hipótese devolvida a esta Corte, só está a se discutir o último propósito que a cláusula-mandato possui, ou seja, a possibilidade de se conferir poderes às administradoras de cartões de crédito para emissão de títulos de crédito em nome do consumidor.

Afigura-se igualmente necessário elucidar que as rés não são consideradas instituições financeiras, a despeito de a empresa de responsabilidade limitada Renner Administradora de Cartão de Crédito Ltda. oferecer aos usuários do cartão o serviço de eventual financiamento de débitos. É irrefutável tratar-se de cartão private label, motivo pelo qual a operadora faz uso da cláusula-mandato de obtenção de recursos no mercado, em nome do cliente, quando precisa "financiar" parte da fatura mensal não quitada no vencimento.

Por outro lado, em hipóteses tais como a retratada nestes autos, compreende-se por abusiva a

cláusula-mandato que prevê a emissão de título de crédito, por parte do mandatário contra o mandante, haja vista que tal procedimento expõe o outorgante à posição de extrema vulnerabilidade, a ponto de converter-se em prática ilegítima, eis que dela resulta um instrumento cambial apto a possibilitar a pronta invasão de seu patrimônio por meio da compensação bancária direta ou pela via executiva, reduzindo, inegavelmente, a sua capacidade defensiva, porquanto a expropriação estará lastrada em cártula que, em regra, por mera autorização contratual firmada em contrato de adesão, será sacada independentemente da intervenção do devedor/mandante.

No caso ora em análise, deve ser mantido o entendimento perfilhado pelo Tribunal local quanto à abusividade de parte da cláusula 12 do contrato padrão de cartão de crédito private label, aplicando-se a súmula 60/STJ, mormente porque a operadora do cartão é do mesmo grupo econômico da empresa onde adquiridas as mercadorias pagas com a utilização do cartão de crédito.

Observações:

8
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 698.257/MG
Ministro-relator: Ministro Raul Araújo
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta turma
Data de julgamento: 08/09/2015
Tribunal de 2ª instância: Minas Gerais
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas no contrato de cartão de crédito
Agravante: Itau Unibanco S/A (representado por advogado particular)
Argumentos do agravante: sustenta, em síntese, que não há interesse de agir da parte recorrida para ingressar com ação de prestação de contas no contrato de cartão de crédito, razão pela qual não deve incidir, na hipótese vertente, o óbice da Súmula 83 do STJ.
Agravado: Juliano da Silva Ferreira (representado por advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citou
Resultado em 1ª instância: Não citou
Votação: Unanimidade

Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? REsp 551.619/RS, EDcl no AgRg no AREsp 681.962/RJ, AgRg no AREsp 71.774/SP, AgRg no AREsp 28.382/RS, AgRg no REsp 1.250.935/RS, AgRg no AREsp 189.153/SP, AgRg no Ag 1.332.956/RS, AgRg no Ag 1.016.178/RS.
Legislação citada: nenhuma.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Decidiu o tribunal pela manutenção do acórdão recorrido, tendo em vista amplo entendimento jurisprudencial permitindo que o cliente bancário impetre ação de prestação de contas, mormente incidência da Súmula 83 do STJ.
Observações:

9
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 690.412/SP
Ministro-relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 06/08/2015
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação monitória
Agravante: Edson Nicolau Ambar (representado por advogado particular)
Argumentos do agravante: A necessidade de reforma da decisão agravada, em razão da vulneração dos arts. 557, § 1º-A, 130, 145 e 330, I, do CPC, por cerceamento de defesa. Aduz ofensa aos arts. 267, IV e 1.102-A do CPC, na medida em que o contrato de prestação de serviços de administração dos cartões de crédito da caixa não veio acompanhado do adequado demonstrativo do débito, ou seja, não veio acompanhado das faturas mensais, não se constituindo documento hábil – prova escrita - para o ajuizamento da ação monitória. Afirma a ocorrência da prescrição, pois o contrato objeto da presente demanda foi firmado em fevereiro de 2002 e a presente ação foi ajuizada em 18 de junho de 2008. Pleiteia a condenação do banco ao pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente. Busca, assim, a reconsideração da decisão agravada, com o afastamento dos óbices dos enunciados

n.º 5 e 7 da Súmula do STJ.
Agravado: Caixa Econômica Federal (representado por advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento ao agravo
Resultado em 2ª instância: Não citou
Resultado em 1ª instância: Não citou
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? Não
Legislação citada: Não citou
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Nesse contexto, não merece reparos a decisão agravada, pois inafastável o entendimento de que: a) não ocorreu o cerceamento de defesa alegado no julgamento antecipado da lide, porquanto o Tribunal de origem entendeu que as questões levantadas não demandavam dilação probatória; b) a CEF juntou a planilha de evolução das dívidas e as faturas do cartão de crédito, atendendo aos requisitos legais para a propositura da ação monitória; c) não ocorreu a prescrição; e d) não há comprovação de que a CEF tenha agido de má-fé.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações:

10
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 656.551/RS
Ministro-relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 04/08/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de exibição de documento
Agravante: Banco IBI S/A – Banco Múltiplo (advogado particular)
Argumentos do agravante: Falta de interesse de agir da parte contrária,
Agravado: Rubens Antenor Rheinheimer (representado por advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado

Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg nos EDcl no REsp 1035860/MS, AgRg no AREsp 468.908/MG, REsp n.º 659.139/RS
Legislação citada: art. 6º, III, do CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Teoria da Asserção: os requisitos da inicial são aferidos com base nas afirmações proferidas pela parte autora no momento da proposição da demanda. Na espécie, o autor, ora agravado, foi muito claro ao afirmar, na petição inicial, que tentou obter os documentos por mero requerimento dirigido ao banco réu, ora agravante, o qual, porém, foi indeferido. Ademais, o fato de se cuidar de contrato de adesão não reduz, antes reforça, o interesse do consumidor no conhecimento detalhado e específico das cláusulas contratuais a que se submeteu, principalmente porque cuida-se de relação marcada pela desigualdade técnica e jurídica entre as partes, o que só intensifica a incidência do direito fundamental à ampla, adequada e clara informação acerca dos produtos e serviços (CDC, art. 6º, III).
Observações:

11
Número do processo: EDcl no AREsp n.º 634.184/DF
Ministro-relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 04/08/2015
Tribunal de 2ª instância: Distrito Federal
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Exibição de documento
Embargante: Vinícius Vieira Couto (advogado particular)
Argumentos do embargante: Violação aos arts. 128, 460 e 535, I e II, do CPC e violação dos arts. 6º, V, e 51, IV, X e § 1º, III do CDC, bem como ao art. 122 do CC, requerendo a

análise da taxa de juros.
Embargado: Banco Itaucard S/A (representado por advogado particular)
Argumentos do embargado: Não citado
Resultado no STJ: Não provido
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? EREsp 1284814/PR, AgRg no Ag 1168710/RJ, REsp 973.827/RS, Súmula 7 e 9 do STJ, AgRg no AREsp 578.557/MS.
Legislação citada: Arts. 128, 460 e 535, I e II, do CPC, arts. 6º, V, e 51, IV, X e § 1º, III do CDC e art. 122 do CC.
<p>Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: O Tribunal de origem resolveu as questões relevantes de modo suficientemente fundamentado, restando infundada a alegação de violação dos arts. 128, 460 e 535, I e II, do CPC. Especificamente quanto aos arts. 128 e 460 do CPC, verifica-se que o requerimento de exibição, pelo demandado, dos demonstrativos de despesas dos cartões de crédito e do contrato não foi apreciado simplesmente porque o Tribunal <i>a quo</i> o considerou prejudicado. Com efeito, esse requerimento de exibição, de índole meramente instrutória, é instrumental à apreciação do mérito. Consequentemente, se as questões de mérito foram resolvidas, a exibição documental requerida perde o sentido para a prestação jurisdicional. Desse modo, embora nada impeça que esse requerimento seja formulado em eventual fase de liquidação, a sua não apreciação pela Corte de origem está em consonância com a técnica de cognição processual, não representando ofensa ao ordenamento jurídico infraconstitucional federal. No que tange à suposta violação dos arts. 6º, V, e 51, IV, X e § 1º, III do CDC, bem como ao art. 122 do CC, não há como negar que a pretensão recursal esbarra no óbice dos enunciados 5 e 7 da Súmula deste STJ. Com efeito, esta Corte Superior tem reiterado o entendimento de que a verificação, no caso concreto, da ilicitude das taxas de juros previstas em contratos bancários, contrariamente às premissas fáticas fixadas pelas instâncias ordinárias, exige a interpretação de cláusulas contratuais e a formação de convicção acerca dos fatos da causa, a partir do material probatório produzido no processo, atividade vedada em recurso especial.</p>
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada

Observações: Trata-se de um embargo de declaração admitido como agravo regimental pelo princípio da fungibilidade recursal.

12
Número do processo: REsp n.º . 1.477.851/PR
Ministro-relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 23/06/2015
Tribunal de 2ª instância: Paraná
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Recorrente: Financeira Itau CBD S/A Crédito, financiamento e investimento. (Advogado particular)
Argumentos do recorrente: No especial, além da divergência jurisprudencial, a recorrente alega violação do art. 264 do Código de Processo Civil. Sustenta, em síntese, a impossibilidade de emenda da inicial após a contestação.
Recorrido: Elias Francisco de Souza. (Advogado particular)
Argumentos do recorrido: Não citados.
Resultado no STJ: Recurso provido.
Resultado em 2ª instância: O tribunal decidiu que a prestação de contas não pode ser relativa a todo o período do contrato e determinou a baixa dos autos para emenda da petição inicial.
Resultado em 1ª instância: O Magistrado de 1ª instância julgou o pedido de prestações de conta do recorrido procedente e determinou a apresentação das contas referentes a todo o período contratual no prazo de 48 horas.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? EREsp 674.215/RJ, REsp 1.074.066/PR, REsp 1.291.225/MG, EDcl no AREsp 298.431/DF, REsp n.º 1.231.027/PR
Legislação citada: Art. 264 do CPC, art. 284 do CPC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: A jurisprudência do STJ, em observância aos princípios da instrumentalidade das formas, da celeridade, da economia e da

efetividade processuais, evoluiu no sentido de admitir, excepcionalmente, a emenda da inicial após o oferecimento da contestação quando tal diligência não ensejar a modificação do pedido ou da causa de pedir. Assim, é inegável que, no caso concreto, a emenda da petição inicial modificaria tanto o pedido (período determinado em relação ao qual busca esclarecimentos o correntista) quanto a causa de pedir (a exposição de motivos consistentes, ocorrências duvidosas em sua conta corrente, que justifiquem a provocação do Poder Judiciário mediante ação de prestação de contas), o que impede a determinação de tal providência e impõe o reconhecimento da extinção do processo sem julgamento do mérito.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações:

13
Número do processo: AgRg no AREsp 297.310/RS
Ministro-relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 18/06/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: Lojas Renner S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Afirma que houve comprovação do dissídio jurisprudencial, que, por não sofrerem as limitações da Lei de Usura, as administradoras de cartão de crédito não se obrigam a prestar contas a seus clientes e que é inviável a prestação individualizada das contas, já que a captação dos recursos é feita de maneira global.
Agravado: Cleder Rosa de Paula (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não consta.
Resultado no STJ: Recurso não provido
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no AREsp 28.382/RS, REsp 1.166.628/PR,

Súmula 7 e 83 do STJ.
Legislação citada: art.914 CPC, art. 668 do CC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Entendeu-se pela possibilidade da ação de prestação de contas, conforme precedentes do próprio STJ, bastando a prova da relação jurídica. O reexame da prova da relação jurídica encontra óbice na Súmula 7 e 83 do STJ.
Observações:

14
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 681.962/RJ
Ministro-relator: Ministro Luis Felipe Salomão
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta turma
Data de julgamento: 19/05/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: Banco Itaucard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: impossibilidade de prestação de contas e divergência jurisprudencial acerca do dever de prestar contas. Além disso, o agravado não cumpriu com os requisitos necessários para a prestação de contas, tais quais, a delimitação do período das contas a serem prestadas, o apontamento das ocorrências duvidosas e seus motivos.
Agravado: Pedro Paulo Araújo de Seixas (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no REsp 1250935/RS, AgRg no AREsp 189.153/SP.
Legislação citada: Não citou

Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Entendeu pela possibilidade de prestações de contas, sem a necessidade de pormenorização rigorosa dos pontos duvidosos.
Observações:

15
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.407.146/SC
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 07/05/2015
Tribunal de 2ª instância: Santa Catarina
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por clonagem de cartão de crédito
Agravante: Ana Paula Santos (advogado particular)
Argumentos do agravante: A parte recorrente alega que a questão não encontra óbice na Súmula 7/STJ, mas pretende unicamente aplicar à demanda interpretação validada por este STJ da Súmula 479, além de demonstrar que o acórdão recorrido não se coaduna com a jurisprudência desta Corte. Repisa as razões do especial e a alegação de ofensa aos arts. 186, 187 e 927 do CC.
Agravado: Banco Bradesco S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7 do STJ
Legislação citada: Não citado
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Súmula 7 do STJ
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

16
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 623.890/RS
Ministro-relator: Ministro João Otávio de Noronha
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 28/04/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenizatória por danos morais por inscrição indevida em cadastro de devedores.
Agravante: Rosmeri Teresinha Rossoni (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega a agravante, em síntese, que a decisão agravada viola os princípios do acesso à Justiça e os arts. 9º da Lei n.º 1.060/50 e 130 da Lei n.º 11.636/07. Afirma que é beneficiária da assistência judiciária e que não há necessidade de renovação do pedido. Aduz a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, que os arts. 131, 330, I e II, e 535, II, do CPC, 186 e 927 do CC e 14 do CDC foram ofendidos, porquanto o acórdão recorrido foi omissivo a respeito da alegação de que, se a fatura de agosto de 2009 foi quitada, o débito de junho foi pago, pois decorre da natureza do contrato de cartão de crédito. Afirma estarem presentes os pressupostos para condenar a instituição financeira ao pagamento de danos morais, argumentando que a fatura em aberto de junho foi quitada em agosto e que a inscrição de seu nome nos cadastros restritivos de crédito perdurou até setembro de 2009, de maneira que seu nome foi mantido inscrito por tempo em que já não havia mais dívida a ser adimplida.
Agravado: Banco Triângulo S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não demonstrados os fatos constitutivos do direito do autor, impõe-se o julgamento de improcedência da demanda, consoante decisão prolatada pelo juízo <i>aquo</i> . Sentença mantida.
Resultado em 1ª instância: Sentença de improcedência por falta de provas.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no EAREsp n.º 86.915/SP e Súmula 7 do STJ.

Legislação citada: art. 535 do CPC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Afirma que o entendimento do Tribunal modificou e que não é necessária a retificação do pedido de Assistência Judiciária Gratuita, que ela vale para todos os atos do processo, não configurando deserção. Mas quanto às outras questões entendeu que o art. 535 do CPC não foi violado pela decisão impugnada, que não pode reanalisar a questão de prova pelo óbice da Súmula 7 do STJ e os acórdãos colacionados não são capazes de demonstrar o dissídio jurisprudencial.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações:

17
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 613.664/RS
Ministro-relator: Ministro João Otávio de Noronha
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 16/04/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional de contrato de cartão de crédito
Agravante: Maximiliano Hahn Dalla Porta (advogado particular)
Argumentos do agravante: A concessão do benefício da gratuidade se deu no início da demanda revisional, sendo certo que, nos termos do art. 9º da Lei n.º 1.060/50, a benesse da gratuidade se estende a todas as instâncias e fases processuais, não podendo ser acolhida a tese de deserção. Alega a parte agravante, em síntese, que o recurso especial atendeu aos requisitos de admissibilidade, razão pela qual requer o seu processamento. Sustenta também que o órgão de interposição do recurso, ao realizar o juízo prévio de admissibilidade, ultrapassou os limites de sua competência, adentrando indevidamente o mérito do recurso especial. No recurso especial, aduz a parte recorrente que o aresto hostilizado contrariou dispositivos de lei federal (arts. 21, parágrafo único, e 535 do Código de Processo Civil e 51 do Código de Defesa do Consumidor) quanto às seguintes questões: (a) capitalização dos juros e (b) sucumbência recíproca.
Agravado: Banco Citicard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento

Resultado em 2ª instância: apelo parcialmente provido
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? EAREsp n.º 86.915/SP, AgRg no Ag n.º 228.787/RJ, Súmula 123 do STJ, QO no Ag n.º 1.154.599/SP.
Legislação citada: art. 353 e art. 21, parágrafo único, ambos do CPC e art. 51 do CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: A deserção foi afastada com base em precedentes da Corte. A questão da sucumbência encontrou óbice na Súmula 7 do STJ. Por fim, a questão da taxa de juros fica prejudicada a análise pois a decisão de 2ª instância está de acordo com o entendimento do STJ de manter a taxa na média de mercado.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações:

18
Número do processo: AgRg nos EDcl no REsp 1.345. 760/SP
Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 14/04/2015
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Coletiva
Tipo de demanda: Ação revisional da taxa de juros e multa moratória nos contratos de cartão de crédito.
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Em suas razões recursais, aduziu ter sustentado a presença de omissão na decisão embargada, que, todavia, não fora suprimida quando do julgamento dos embargos. Disse remanescer a necessidade de esclarecimento acerca: a) do fato de, ante a não mais existência do antigo Réu (Sudameris Administradora de Cartões de Crédito S.A.), como ficará a manutenção da condenação acerca da necessária inclusão da informação das taxas de juros e demais encargos, inclusive multa, que poderão ser cobradas em caso de não quitação total da fatura, tendo em vista que o não mais existe; b) com relação a manutenção ou não da multa por descumprimento da inclusão de informações acerca das taxas; c) ante a

inexistência da demandada Sudameris Administradora de Cartões de Crédito S.A., revela-se necessário definir, no tocante à multa moratória, que cada consumidor deverá se habilitar nos autos na posse de seu respectivo contrato quando da execução. Referiu, por outro lado, não fazer mais sentido manter a condenação à explicitação das taxas de juros e demais encargos que poderão ser cobrados caso não adimplidas as faturas integralmente, pois a ré originária não mais existe e as faturas dos cartões da ora recorrente atendem ao determinado na referida decisão, atendendo ao disposto na Resolução do banco Central a disciplinar a questão, elemento, aliás, a conduzir à perda de objeto da demanda.
Agravado: CEDECON – Centro Nacional de Estudos e Defesa do Consumidor (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no REsp 1197946/MA, AgRg no AREsp 363.023/DF, Súmula 283 do STJ, REsp 646.677/SP, AgRg no REsp 1127566/RS, no AREsp 590.529/PB, AgRg no REsp 1346581/SP
Legislação citada: art. 52, §1º, do CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Com a incorporação da Sudameris pelo Banco Santander S/A, todas as obrigações relativas aos clientes bancários passaram a ser de sua responsabilidade, independentemente do fato de que, atualmente, a instituição observe a regulamentação proveniente do Banco Central. As outras questões propostas pelo agravante deverão ser solucionadas, caso necessário, em sede de execução. Quanto à limitação da multa moratória restou inafastado o entendimento do acórdão do Recurso Especial que entendeu que a partir de 1996 a multa de mora não poderá ser superior a 2% ao mês, tendo em vista a alteração do art. 52, §1º, do CDC. No que diz respeito à limitação dos juros moratórios entendeu pela aplicação da Súmula 283 do STJ que prevê que a Lei da Usura não limita os juros moratórios das instituições financeiras e consequentemente das administradoras de cartão de crédito. Quanto à repetição do indébito entendeu faltar a

comprovação da má-fé. Por fim, quanto às informações das taxas, por tratar de uma questão anterior ao advento da Resolução n.º 3.517/2007 do CMN, deve-se aplicar apenas os parâmetros previstos no CDC.
Observações:

19
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.471.931/RS
Ministro-relator: Ministro Moura Ribeiro
Obs.: Relator para acórdão: Ministro Marco Aurélio Bellizze
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 19/03/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional de contrato de cartão de crédito: taxa de juros.
Agravante: Hipercard Banco Múltiplo S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Nas razões do presente agravo regimental, a insurgente Hipercard Banco Múltiplo S.A. sustenta a inviabilidade de se aplicar a taxa média de mercado relativa ao cheque especial, divulgada pelo Banco Central, no período correspondente à contratação, para o contrato de cartão de crédito, a considerar a manifesta distinção da natureza entre as referidas modalidades de ajuste. Pugna, por conseguinte, a adoção da tabela divulgada pela ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade.
Agravado: Omar Lubers (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Deu provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Maioria
Voto divergente: Sim
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1112879/PR, REsp 1112880/PR, REsp n.º 1.256.397/RS
Legislação citada: art.543-C do CPC

<p>Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: De plano, importa deixar assente que, de acordo com o entendimento sufragado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, firmado sob o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C, CPC), nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, limitam-se os juros remuneratórios à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo BACEN, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente, nas hipóteses em que: <i>i)</i> reconhecida a abusividade da taxa contratada; e <i>ii)</i> ausente a fixação da taxa de juros remuneratórios no contrato - ou não acostado aos autos o correlato contrato.</p> <p>E, como assinalado, inexistindo estipulação da taxa média de mercado pelo Banco Central especificamente em relação às operações de cartão de crédito, há que se perscrutar, por meio de outros meios, em liquidação, se for o caso, qual a taxa média de mercado para as operações de cartão de crédito (na esteira da tese firmada nos recursos especiais representativos da controvérsia n.ºs 1.112.879/PR e 1.112.880/PR), sendo inviável a aplicação de outra taxa média divulgada pelo BACEN relativa à operação que refuja da natureza do ajuste sob exame, como é o caso do cheque especial, conforme decidiu esta Terceira Turma por ocasião do julgamento do Recurso Especial n.º 1.256.397/RS.</p>
<p>Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada</p>
<p>Observações: voto vencido: Ante a ausência de comprovação da pactuação, limitou a taxa de juros remuneratórios no contrato de cartão de crédito <i>sub judice</i> à taxa média de mercado, apurada e publicada pelo Banco Central, para cheque especial, nos períodos de vigência do contrato, conforme a decisão recorrida.</p>

20
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 617.768/SP
Ministro-relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 17/03//2015
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por danos morais devido a cobrança indevida
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Afirma que: a) o recurso especial não pretende reexaminar qualquer das provas dos autos, mas somente requerer outra interpretação dos fatos que são

delimitados pelo próprio acórdão; e b) é desnecessário rever documentos dos autos, bastando analisar o equivocado enquadramento jurídico que foi dado aos fatos delineados na decisão agravada.
Agravado: Alexandre Simões de Carvalho (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no REsp 1427535/RS, AgRg no AREsp 559.242/PE, AgRg no REsp 1312329/MG.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Portanto, não merece reparos a decisão agravada, pois inafastável o entendimento de que a redução da indenização de danos morais somente é possível quando o quantum arbitrado nas instâncias ordinárias se mostra exorbitante, o que não é o caso dos autos, pois foram fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
Observações:

21
Número do processo: AgRg no REsp1.478.817/SP
Ministro-relator: Ministro Moura Ribeiro
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 10/03/2015
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de exibição de documentos
Agravante: Fábio Emídio Barboza Santos
Argumentos do agravante: Alega que cabia ao banco pagar os honorários, porque seu pleito foi reconhecido nas vias ordinárias ao condenar o demandado na obrigação de fazer o

objeto da lide (exibição dos extratos do cartão de crédito).
Agravado: Adcard Administradora de Cartões de Crédito Ltda.
Argumentos do agravado: Não citados.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no AREsp 534.149/PR, AgRg no AREsp 238.794/RS e AgRg no AREsp 568.814/SP.
Legislação citada: Não citou
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Súmula 7 do STJ.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações:

22
Número do processo: AR n.º 5.064/ES
Ministro-relator: Ministro Luis Felipe Salomão
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Segunda Seção
Data de julgamento: 11/02/2015
Tribunal de 2ª instância: Espírito Santo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por dano moral por bloqueio indevido do cartão de crédito
Autor: Cíntia Shimabuco (advogado particular)
Argumentos do autor: Alega violação ao art. 485, I, §1º e V do CPC c/c art. 5º, XXXVI da CF. Em relação ao art. 485, inciso V, do CPC, alega que o acórdão rescindendo violou a soberania da coisa julgada, prevista no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal de 1988, ao entendimento de que a questão da solidariedade, tratada no acórdão questionado, não teria sido especificamente impugnada nas apelações cíveis, nem nos recursos especiais. Assim, o ponto não teria sido contemplado pelo efeito devolutivo da matéria. Defende que o julgador não pode tratar de questões não impugnadas no recurso. Nesse contexto, enfatiza

que a questão da solidariedade teria transitado em julgado, não podendo ser modificada pelas instâncias superiores. Sustenta, ainda, que o acórdão rescindendo teria incorrido em erro de fato, pois a sentença e o acórdão do Tribunal estadual reconheceram, de maneira incontroversa, a solidariedade entre os litisconsortes passivos.

Réu: Banescard Banestes Administradora de cartões de crédito e serviços Ltda. e Visa do Brasil empreendimentos Ltda. (advogado particular)

Argumentos do réu: Na contestação o Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo salienta, preliminarmente, que é o sucessor do Banescard Banestes Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda. Ademais, alega ausência de pressuposto de constituição e validade da rescisória, pois o depósito prévio teria sido feito após o ajuizamento da ação. Assim, a presente demanda deveria ser extinta sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso IV, do CPC. Sustenta, ainda, que, quanto ao art. 485, V, do CPC, não teria havido afronta literal ao dispositivo apontado como violado, qual seja, o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, o que impediria o êxito da ação rescisória. Diz que, "para que prospere a ação rescisória fundada no art. 485, inciso V do CPC, é necessário que a interpretação dada pelo decisum rescindendo seja de tal modo irregular que viole o dispositivo legal em sua literalidade, o que flagrantemente incorre na hipótese vertente". Enfatiza que a autora pretende, na verdade, a reapreciação do entendimento adotado no acórdão rescindendo, o que não é possível em sede de ação rescisória. Por fim, alega que, quanto ao art. 485, IX, do CPC, não há como cogitar erro de fato, pois, nos termos do § 1º do referido artigo, "há erro, quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido". Salienta que, no máximo, o que poderia haver seria um erro de julgamento, que não poderia ser corrigido na via estreita da ação rescisória. No mérito, diz que, ao contrário do que alega a autora, "a solidariedade não foi reconhecida nas instâncias ordinárias, eis que, ao revés, todas as decisões meritórias proferidas no processo originário foram incisivas quanto ao valor indenizatório devido por cada réu".

A ré Visa, por sua vez, alega, em sua contestação, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva ad causam, pois, a finalidade da presente rescisória é simplesmente aumentar a condenação do réu e que isso não muda a sua situação. Assevera que doutrinadores processualistas defendem que litisconsorte excluído da ação por ilegitimidade não deve integrar a ação rescisória. Assim, requer, em relação a ela, a extinção da ação sem julgamento de mérito, nos termos do art. 494 do CPC. Sustenta, ainda, ter ocorrido o trânsito em julgado da questão da solidariedade, pois "a autora não impugnou o capítulo da sentença de primeiro grau que

condenou cada um dos réus, de forma individualizada ('cada qual') e não solidariamente, deixando transcorrer in albis o prazo para eventual propositura da ação rescisória em face da referida sentença". Aduz que, "sob outra ótica, a presente ação rescisória também é intempestiva, conquanto os Embargos Declaratórios opostos pela Autora aos termos do v. acórdão rescindendo deste STJ sequer foram conhecidos, razão pela qual o prazo para o ajuizamento da presente deveria ser contado retroativamente à data da publicação do acórdão rescindendo e não da última decisão proferida nos Embargos, como equivocadamente entendeu a autora". Salienta que o acórdão rescindendo apenas reconheceu a ilegitimidade passiva ad causam da ré Visa, não tendo, em nenhum momento, apreciado o mérito da questão da solidariedade. O que houve foi "uma simples constatação incidental inserida no bojo do v. acórdão rescindendo sobre o que já havia sido decidido em primeiro grau e que não fora devolvido a este Tribunal". Assim, haveria carência de ação por falta de interesse de agir, por não ser cabível ação rescisória contra decisão que não aprecia o mérito da questão ou, ainda, incompetência do STJ, pois o órgão competente para rescindir parte dispositiva de sentença seria o Tribunal estadual. Por fim, alega inexistência de violação a literal dispositivo de lei, consubstanciada no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, pois a presente ação só é cabível nos casos de ofensa indiscutível à disposição de lei.

Resultado no STJ: Procedente

Resultado em 2ª instância: Parcialmente procedente

Resultado em 1ª instância: Não citou

Votação: Unanimidade

Voto divergente: Não

Foi considerada relação de consumo? Não citou

Foram citados precedentes judiciais? Súmula 401 do STJ; AgRg no REsp 810404/DF; AgRg na AR 35/MG; AgRg no Ag 1308611/BA; AgRg nos EDcl na AR 4.392/GO, AgRg no Ag 898.235/DF; REsp n.º 1087142/MG.

Legislação citada: Art. 490, II, CPC; art. 488, II, CPC, art. 244 do CPC.

Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado

Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A Ação rescisória não é extemporânea pela Súmula 401 do STJ. Pelo princípio da instrumentalidade das formas, mesmo que o depósito tenha sido feito 3 (três) dias após a propositura da ação, esta se estendeu até as razões finais, não restando motivo para o indeferimento da petição inicial.

Em relação à alegada ilegitimidade passiva da ré Visa, observo que a autora não se insurge

contra o teor do acórdão rescindendo que a excluiu do polo passivo da ação. No pedido inicial, requer apenas que o Banestes S.A. seja condenado ao pagamento do valor remanescente advindo da solidariedade entre as partes, qual seja, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em face da exclusão da ré Visa do polo passivo da ação originária. Logo, não há falar em inclusão de Visa como corré na presente ação, pois não há pedido contra ela; portanto, a decisão a ser proferida nestes autos não interferirá de maneira alguma na esfera de direitos dela, tendo em vista não ser a presente rescisória dirigida ao capítulo do acórdão que a afastou da demanda originária em virtude da ilegitimidade passiva, sendo certo a desnecessidade de formação de litisconsórcio passivo necessário quanto àqueles réus que não digam respeito ao capítulo rescindendo. Quanto ao ponto da solidariedade, impossível decidir pois o *decisum rescindendo* não contemplou a matéria. Destarte, observa-se ter havido erro de fato no julgado rescindendo, pois sentença e acórdão do Tribunal estadual reconheceram a obrigação solidária entre os litisconsortes passivos, enquanto a decisão do Recurso Especial não. Assim, cabível o reconhecimento da antinomia no julgado rescindendo. Destarte, a exclusão de uma ré da lide principal, ou mesmo a negação da solidariedade, não poderia implicar redução da condenação devida, por isso que houve erro de fato no julgamento da causa. Assim, condenou a ré Banescard Banestes Administrado de Cartão de Crédito e Serviços Ltda. ao valor total da condenação de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Observações: Revisor: Ministro Raul Araújo

23

Número do processo: AgRg no AREsp n.º 597.770/PR

Ministro-relator: Ministro Luis Felipe Salomão

Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta turma

Data de julgamento: 10/02/2015

Tribunal de 2ª instância: Paraná

Titularidade da ação: Individual

Tipo de demanda: Ação de prestação de contas

Agravante: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo (advogado particular)

Argumentos do agravante: Ausência de interesse de agir do agravado, necessidade de demonstração pela parte contrária as irregularidades ocorridas e que motivam a ação. Alega ainda a incidência do prazo trienal prescricional.

Agravado: Jairo José Pereira

Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Recurso provido
Resultado em 2ª instância: Ao apelo formulado pelo autor, o TJPR deu provimento, considerando que os contratos de cartão de crédito envolvem administração de bens alheios, sendo cabível a ação de prestação de contas, sem necessidade de descrição na inicial dos lançamentos objeto de discordância, bastando, para tanto, que se encontre delimitado o período de gerência que o cliente pretende ter as contas prestadas.
Resultado em 1ª instância: A sentença julgou improcedente o pedido, considerando que a pretensão do autor, discutir eventual ilegalidade na forma de cálculo de juros, taxas e demais encargos, não é cabível no âmbito da ação de prestação de contas. Para tanto, entendeu o magistrado de primeiro grau, haverá o autor de formular pretensão própria, em procedimento comum ordinário ou sumário.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp 450.453-RS, Súmula 283 STJ, Súmula 259 do STJ, REsp 1.201.662/PR, REsp 190.892/SP, AgRg no REsp 739.700/RS, AgRg no Ag 1.094.287/MG, AgRg no REsp 1.177.260/PR, REsp n.º 469.931/RS, REsp 98.626-SC,
Legislação citada: art. 267, VI, CPC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: extinção do processo sem exame do mérito, por falta de interesse processual, consubstanciado nos pressupostos de adequação e necessidade para a ação de prestação de contas.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações:

24
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.256.866/RS
Ministro-relator: Ministro Marco Buzzi
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta turma
Data de julgamento: 10/02/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas

Agravante: Hipercard Banco Múltiplo S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Postula a reconsideração do decisório pois no caso concreto não houve especificação do período relativo ao qual as contas devem ser prestadas, o que inviabiliza a ação, cuja inicial é inepta, por veicular pretensão de exposição mercantil de toda a contratação, pedido que a jurisprudência do STJ considera genérico. Adiciona que a ação não se presta à revisão do contrato, que também é invocada na petição de ingresso, conforme demonstra o questionamento sobre os juros remuneratórios e outros encargos. Sustenta que no contrato de cartão de crédito a instituição financeira não administra bens do usuário, mais um fundamento para o não cabimento da prestação de contas. Requer a aplicação da moderna jurisprudência desta Corte ao caso, com manutenção do decreto de carência de ação por falta de interesse de agir.
Agravado: Marilda Hoffstatter (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Agravo provido
Resultado em 2ª instância: À apelação da autora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou provimento, mantendo a sentença com o acréscimo de que a captação de recursos para fazer frente à aquisição de produtos e serviços não quitada não é individualizada e a natureza do contrato inviabiliza a prestação de contas mercantil.
Resultado em 1ª instância: O Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Cachoeirinha, RS, não identificou interesse processual na pretensão em virtude de os extratos mensais conterem as informações exigidas, além do propósito de revisar o contrato, motivos por que decretou a carência de ação.
Votação: Maioria
Voto divergente: Sim. Ministro-relator Marco Buzzi: As administradoras de cartão de crédito têm o dever de prestar contas aos seus clientes quanto às obrigações assumidas por ela em face da cláusula-mandato, na medida em que as faturas apenas trazem expressos os encargos contratuais incidentes, sem esclarecer integralmente sua origem (AgRg no Ag 1.411.402/RS). Cumpre asseverar que o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que o titular do cartão de crédito, independentemente do recebimento de faturas mensais, pode acionar judicialmente a administradora de cartão de crédito, objetivando receber a prestação de contas dos encargos que lhe são cobrados (AgRg no Ag 1332956/RS, AgRg no REsp 1111745/RJ). Ademais, não há falar em falta de interesse de agir do titular do cartão de crédito na prestação de contas solicitada, porquanto hígido o pedido formulado na

inicial, o qual denota o seu interesse processual, calcado no binômio necessidade/possibilidade. É entendimento pacífico nesta Corte Superior que o art. 286, incisos II e III, do CPC exonera o autor de formular pedido certo quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito, ou nas hipóteses em que a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu. *In casu*, a agravada formulou pedido certo, especificando o número do cartão de crédito em relação à qual devia basear-se a prestação de contas. Ademais, na inicial, asseverou a motivação que levou ao pedido, qual seja, a normalização do saldo devedor, com a averiguação de eventuais lançamentos indevidos. Também é assente o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça de que "não é possível exigir do cliente do banco uma pormenorização rigorosa dos pontos que se lhe apresentam duvidosos, durante a relação jurídica mantida" (AgRg no Ag n.º 812.923/PR, Rel. Min.º Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 28/8/2008), bem como que "inexiste pedido genérico se o autor indica o período e os lançamentos de débito efetuados pela instituição financeira a serem esclarecidos" (REsp 242.204/RJ, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, Quarta Turma, DJ 22/8/2005), podendo, inclusive, solicitar que o banco preste informações acerca da correção dos lançamentos realizados (AgRg no Ag 812.923/PR, REsp 242.204/RJ, REsp 238162/RJ). Com efeito, o STJ firmou entendimento no sentido de que, independentemente do envio regular das faturas do cartão de crédito, o seu titular tem legítimo interesse para propor ação de prestação de contas, visando buscar informações acerca dos lançamentos realizados unilateralmente pela instituição financeira. (AgRg no Ag 925210/SC, AgRg no Ag n.º 1.325.670/SP). Registra-se, por fim, que a obrigação da instituição financeira de exibir a documentação requerida decorre de lei, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, face ao princípio da boa-fé objetiva. (AgRg no REsp 1257834/RS, AgRg no Ag 1082268/PR).

Foi considerada relação de consumo? Não citado

Foram citados precedentes judiciais? Súmula 283 do STJ, REsp 190.892/SP, AgRg no REsp 739.700/RS, AgRg no Ag 1.094.287/MG, AgRg no REsp 1.177.260/PR, REsp n.º 469.931/RS, REsp 98.626/SC.

Legislação citada: Não citada

Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Inicialmente, registro que as administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras, aplicando-se a elas, portanto, as regras relativas a financiamentos bancários (Súmula 283 STJ). Dessa forma,

sendo, no caso dos autos, a parte ré uma instituição financeira, o Hipercard Banco Múltiplo S.A., não tem necessidade de obter recursos no mercado bancário, por meio de cláusula-mandato, em nome de seu cliente, quando precisa de recursos para financiamento da parte da fatura mensal não quitada no vencimento. Nem sempre foi assim. Até a entrada em vigor da Lei Complementar 105/2001, editada para dispor sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, entre outras providências, as administradoras de cartão de crédito, mesmo aquelas vinculadas a bancos, não eram legalmente definidas, de forma expressa, como instituições financeiras. Em seu art. 1º, § 1º, inciso VI, as administradoras de cartão de crédito foram inseridas no rol de pessoas jurídicas consideradas instituições financeiras para os efeitos da referida lei complementar. O debate acerca da natureza das administradoras de cartão de crédito antes da LC 105/2001 era aceso, como se verifica dos votos vencedores e vencidos no REsp 450.453-RS, precedente da Súmula 283 e *leading case* da 2ª Seção a propósito do tema, o qual tinha em mira, sobretudo, a validade da cláusula-mandato, em face da Súmula 60/STJ, e a limitação da taxa de juros passível de cobrança pela administradora do cartão em caso de não pagamento integral da fatura. O relator originário, o saudoso Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, sustentou que "o que a Súmula n.º 60 da Corte veda é, exatamente, o que a administradora de cartão de crédito pretende, isto é, assumir a obrigação do financiamento com a assinatura dos instrumentos correspondentes, em nome do devedor, com base em cláusula mandato. Com isso, os encargos cobrados não podem ser assumidos em função do compromisso assumido pela empresa administradora em razão da cláusula mandato, mas, sim, limitados os juros a 12% ao ano, reconhecido no Acórdão recorrido que as administradoras não são instituição financeiras, como, de fato, não são." O voto vencedor, do Ministro Aldir Passarinho Junior, (1) assentou a validade da cláusula-mandato que permite à administradora do cartão buscar recursos no mercado para financiar o cliente que optou por não pagar a fatura integral no prazo de vencimento; (2) afirmou que, no seu entendimento, as empresas administradoras de cartão de crédito inserem-se na regra do art. 17 da Lei 4.595/64 como instituições financeiras, na medida em que operam com a intermediação de recursos financeiros, pois buscam, no mercado, os recursos do financiamento da compra do usuário do cartão; (3) anotou que a então recente Lei Complementar 105/2001 arrolou, taxativamente, as administradoras de cartão de crédito como instituições financeiras e concluiu: "ademais, a se pensar de modo diverso, ter-se-ia o ônus pela administradora da diferença entre o custo efetivo do dinheiro, que é exigido segundo as taxas de mercado, e os 12% de juros ao ano em que ela estaria limitada a repassar

ao titular do cartão, a inviabilizar, inteiramente, o crédito e o financiamento ao cliente." As administradoras de cartão de crédito, como regra, valiam-se, portanto, da cláusula-mandato para captar recursos junto a instituições financeiras para quitar faturas não pagas, o que a jurisprudência atualmente pacificada do STJ considera válido, porque inerente ao funcionamento do sistema, não incidindo o óbice do enunciado 60 da Súmula no STJ. Posteriormente, com a mudança no cenário legal e o crescimento do mercado de cartões de crédito, várias administradoras de cartão optaram por se transformar ou criar instituições financeiras, cumprindo, para tanto, as exigências das autoridades monetárias no tocante à forma societária, capital social mínimo, exigências fiscais, entre outras, a fim de que pudessem operar como bancos. Atualmente, com exceção de cartões private label, a própria instituição financeira emissora do cartão concede o financiamento, não havendo que se falar em cláusula-mandato e, portanto, em prestação de contas para informar ao cliente qual a taxa de juros pela qual teria captado, perante o mercado bancário, os recursos usados em seu benefício. A relação entre o cliente do cartão de crédito e a instituição financeira emissora do cartão, quando não há pagamento integral da fatura na data do vencimento, tem natureza de financiamento, no limite e nas condições previstas no contrato, não se confundindo com conta corrente bancária. Não há sentido lógico, portanto, *data maxima venia*, em cogitar-se de cláusula-mandato, acerca da qual haveria interesse processual para a propositura de ação de prestação de contas, pois o financiamento é dado pela própria instituição financeira emissora do cartão, não havendo que se falar em contratação, em nome do cliente, de recursos perante outras instituições financeiras, para o pagamento do saldo não quitado na data de vencimento da fatura. De resto, penso que, mesmo no caso de cláusula-mandato típica, ainda presente em cartões de crédito emitidos por administradoras não autorizadas pelo BACEN para funcionar como instituições financeiras, notadamente os cartões de lojas (private label), não se justifica a propositura, pelo titular do cartão, de ação de prestação de contas, pois a captação dos recursos no mercado financeiro não é feita isolada e individualmente para cada portador, mas negociada em bloco, periodicamente, pelo administrador do cartão, de forma que não haveria como prestar contas individualizadas a cada cliente. Para o consumidor - seja ele portador de cartão private label, seja de cartão emitido por instituição financeira - o que importa, na realidade, não é saber qual o custo de captação dos recursos pela administradora do cartão (recurso próprios, no caso de cartão emitido por banco, ou recursos captados em bloco, no caso de cartões private label). O que interessa ao consumidor é saber qual a taxa de juros efetivamente dele cobrada e se ela se

encontra compatível com a média de mercado. Se considera abusivo o valor cobrado a título de juros, a via processual adequada será a da ação ordinária revisional, e não, data maxima venia, a prestação de contas. Rememoro que a jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que a "ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta corrente bancária" (Súmula 259). Há, pois, consenso de que o titular de conta corrente bancária tem legitimidade ativa e interesse processual para exigir contas do banco. Isso porque a abertura de conta corrente tem por pressuposto a entrega de recursos do correntista ao banco (depósito inicial e/ou eventual abertura de limite de crédito), seguindo-se relação duradoura de sucessivos créditos e débitos. Por meio da prestação de contas, o banco deverá demonstrar os créditos (depósitos em favor do correntista) e os débitos efetivados em sua conta corrente (cheques pagos, débitos de contas, saques etc.) ao longo da relação contratual, para que, ao final, se apure se o saldo da conta corrente é positivo ou negativo, vale dizer, se o correntista tem crédito ou, ao contrário, se está em débito. Na hipótese de contrato de financiamento ou, como no caso dos autos, de cartão de crédito, ao contrário, não há a entrega de recursos do usuário ao banco (depósitos), para que ele administre os recursos e efetue pagamentos, mediante débitos em conta corrente. A instituição financeira promove o pagamento aos fornecedores dos produtos ou serviços adquiridos pelo usuário. Caso a fatura não seja quitada no prazo estipulado, esses valores convertem-se em modalidade de empréstimo, cabendo ao financiado restituir o valor emprestado, com os encargos e na forma pactuados. Não há, portanto, interesse de agir para pedir a prestação de contas, de forma mercantil (CPC, art. 917), a fim de apurar os encargos dos financiamentos necessários à quitação dos débitos ao longo da relação contratual. Se o autor não possui os documentos necessários para a compreensão dos encargos contratados, e não logrou obtê-los administrativamente, assiste-lhe o direito de ajuizar ação de exibição de documentos. No caso em exame, depreende-se da leitura da inicial a inconformidade da autora com os valores cobrados, aventando ela a ilegalidade dos encargos contratados, tais como juros remuneratórios superiores a 10% ao mês, tributos, seguros, tarifas e despesas genéricas, encargos relativos ao CET – Custo Efetivo Total, etc. (fls. 3 e 4). Pede seja acertada a relação jurídica, a fim de que se apure se está em débito ou possui crédito perante a instituição financeira que, como consequência, seria condenada a ressarcir o que foi pago em excesso (repetição de indébito). Não questiona o autor nenhum lançamento determinado ou manifesta dúvida sobre pagamentos específicos feitos em seu nome pela administradora do cartão de crédito. A pretensão deduzida na inicial, voltada a aferir a legalidade dos encargos cobrados (seguros, juros,

tarifas) e dos custos de captação, e a nulidade da própria cláusula-mandato, deveria ter sido veiculada, portanto, por meio de ação ordinária revisional, cumulada com repetição de eventual indébito, no curso da qual pode ser requerida a exibição de documentos, caso esta não tenha sido obtida na via administrativa ou postulada em medida cautelar preparatória. A propósito, a jurisprudência de ambas as Turmas que compõem a Segunda Seção reconhece a impossibilidade de revisão de cláusulas contratuais em sede de ação de prestação de contas, em razão da diversidade de ritos. Por fim, registro que não alega a usuária, no caso presente, o pagamento indevido, pela instituição financeira, a fornecedores de produtos ou serviços adquiridos. Não foi alegado, específica e concretamente, nenhum pagamento efetuado pelo ora agravante em nome da autora e por ela contestado, ou lançamento obscuro ou duvidoso nas faturas mensalmente encaminhadas.

Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada

Observações: Relator para acórdão: Ministra Maria Isabel Gallotti.

Voto do Ministro Luis Felipe Salomão: A ação de prestação de contas constitui procedimento especial de jurisdição contenciosa normatizada nos arts. 914 a 919 do Código de Processo Civil e que se presta, essencialmente, a dirimir incertezas surgidas a partir da administração de bens, negócios e interesses alheios, cabendo ao gestor a apresentação minuciosa de todas as receitas e despesas envolvidas na relação jurídica e, ao final, a exibição do saldo, que tanto pode ser credor quanto devedor. Além disso, consoante apontado pela eminente Ministra, a jurisprudência desta Corte Superior assenta que, independentemente do fornecimento extrajudicial de extratos detalhados, a ação de prestação de contas pelo titular de conta corrente reclama a comprovação do vínculo jurídico entre o autor e o réu e a indicação, na inicial, de período determinado em relação ao qual se postula esclarecimentos, expondo a existência de lançamentos duvidosos que justificam a provocação da jurisdição estatal, não se revelando o meio hábil à revisão de cláusulas contratuais. Por seu turno, é assente na Corte que a ação de prestação de contas não se revela a via processual adequada para a revisão de encargos bancários contratados. Porém, observa-se que a autora postula a aferição da legalidade dos encargos contratuais cobrados e da própria cláusula-mandato, de sorte que a sua pretensão deveria ter sido veiculada mediante ação ordinária revisional cumulada com repetição de eventual indébito, desbordando dos limites da ação de prestação de contas. Ademais, a demandante não delimita, com precisão, o período da relação do qual requer esclarecimentos. Assim, por estar em dissonância com a jurisprudência desta Corte Superior, merece ser acolhida a presente insurgência recursal. Não parece adequado, observada a

máxima vênia, tratar aqui do fundamento apresentado no voto-vista da eminente Ministra, no sentido de que, “com exceção de cartões private label, a própria instituição financeira emissora do cartão concede o financiamento, não havendo que se falar em cláusula-mandato e, portanto, em prestação de contas para informar ao cliente qual a taxa de juros pela qual teria captado, perante o mercado bancário, os recursos usados em seu benefício”. A discussão travada no julgamento do Recurso Especial n.º 450.453/RS na Segunda Seção – concluída na sessão de 25/6/2003 – envolveu o enquadramento das administradoras de cartões de crédito como instituições financeiras, mercê de intermediarem no mercado recursos para o financiamento das compras do usuário, com a utilização da chamada cláusula-mandato, e de a Lei Complementar n.º 105/2001, ao dispor sobre o sigilo nas operações das operações das instituições financeiras, incluir expressamente as administradoras de cartões de crédito. Pouco depois desse julgamento, a Segunda Seção, ao apreciar o Recurso Especial n.º 522.491/RS, concluiu pelo interesse processual do mandante para a ação de prestação de contas em relação aos contratos de cartões de crédito, notadamente pela circunstância de o autor alegar o exercício da cláusula-mandato pela operadora de cartão de crédito na captação de recursos no mercado bancário. Verifica-se assim que, por um lado, a eminente Ministra Isabel Gallotti entende que o interesse de agir na ação de prestação de contas deve ter por base a natureza da operadora de cartão de crédito, concluindo que, em se tratando de instituição financeira com recursos próprios, há presunção de que não fez uso da cláusula mandato e, por conseguinte, não haveria falar em prestação de contas. Por outro lado, observa-se que, nos termos em que a matéria foi apreciada na ocasião pela Segunda Seção, a presunção se houve ou não o exercício da cláusula-mandato deve estar calcada na existência ou não da referida cláusula no contrato entabulado entre as partes. Nessa ordem de ideias, em que pese as mudanças no cenário legal e do crescimento do mercado de cartões de crédito, competirá à operadora de cartão de crédito – que não mais necessita captar recursos no mercado bancário – avaliar a conveniência de firmar contratos com a inclusão de cláusula-mandato, ciente de que a previsão da citada cláusula faz presumir o interesse de agir do usuário na ação de prestação de contas. Como é assente neste Tribunal Superior, a primeira fase desse procedimento especial destina-se a investigar a existência do direito do autor em exigir da parte adversa a prestação de contas em si. Assim, o dever da administradora de cartão de crédito de prestar contas somente poderá ser aferido a partir da análise do contrato na primeira fase do procedimento especial, examinando-se no instrumento a existência ou não de cláusula-mandato. Na hipótese dos autos, observa-se que não se encontra acostado aos

autos cópia do contrato firmado entre as partes, de sorte que o interesse de agir, quanto ao ponto, somente poderia ser aferido após a juntada do referido instrumento. Ademais, a matéria e tais fundamentos não foram debatidos nas instâncias ordinárias. Não obstante a eminente Ministra Isabel Gallotti entenda que "não se justifica a propositura, pelo titular do cartão, de ação de prestação de contas, pois a captação dos recursos no mercado financeiro não é feita isolada e individualmente para cada portador, mas em negociada em bloco, periodicamente, pelo administrador do cartão, de forma que não haveria como prestar contas individualizadas a cada cliente". Assim, e na forma do entendimento da Segunda Seção, penso que a negociação realizada em bloco não impede a prestação de contas ao usuário, mediante a identificação, pela administradora de cartão de crédito, da operação que captou recursos para o financiamento do usuário do cartão de crédito, mediante a utilização da cláusula-mandato. Também parece importante ter em conta que, nesse julgado, a Segunda Seção entendeu que, além do exercício da cláusula-mandato, o interesse do autor na ação de prestação de contas referente a contrato de cartão de crédito pode estar vinculado à demonstração das despesas pagas a terceiros, ante a sua atividade de intermediação entre o usuário do cartão de crédito e fornecedores de produtos e serviços, sendo, pois, cabível a prestação de contas. Imperioso ressaltar que a jurisprudência uníssona também tem admitido a ação de prestação de contas em relação aos contratos de cartões de crédito para aferir a higidez dos encargos cobrados. Assim, com a devida venia do posicionamento da eminente Ministra Isabel Gallotti, penso que, conforme a jurisprudência pacífica deste Tribunal Superior, nas hipóteses em que a pretensão deduzida está voltada ao esclarecimento dos lançamentos realizados no decurso do contrato de cartão de crédito, a ação de prestação de contas se revela a via processual adequada. De sua vez, quanto ao argumento de que, à míngua de entrega de recursos do usuário para que a operadora do cartão de crédito os administre e efetue pagamentos – nos moldes do que ocorre com o usuário de banco, titular de uma conta corrente –, não há interesse de agir para ajuizar ação de prestação de contas sob o rito previsto nos arts. 914 e seguintes do CPC, peço escusas para divergir, por não vislumbrar as apontadas diferenças. Conforme reconhece em seu voto-vista, "há, pois, consenso de que o titular de conta corrente bancária tem legitimidade ativa e interesse processual para exigir contas do banco", porquanto "a abertura de conta corrente tem por pressuposto a entrega de recursos do correntista ao banco (depósito inicial e/ou eventual abertura de limite de crédito), seguindo-se relação duradoura de sucessivos créditos e débitos". Ressalta, porém, que, "na hipótese de contrato de financiamento ou, como no caso

dos autos, de cartão de crédito, ao contrário, não há a entrega de recursos do usuário ao banco (depósitos), para que ele administre os recursos e efetue pagamentos, mediante débitos em conta corrente". Como realçado, a abertura de conta corrente pode ocorrer independentemente de depósito do correntista, mediante "eventual abertura de limite de crédito" – comumente denominado "cheque especial" –, circunstância muito corriqueira em se tratando de conta corrente aberta para o recebimento de salário por trabalhadores. Supondo que um correntista se mantenha constantemente com saldo devedor em sua conta corrente, mas dentro do limite de crédito concedido pelo banco, ele estaria dentro de um contrato de financiamento de modo contínuo. A prevalecer o entendimento preconizado no voto-vista, não seria cabível ação de prestação de contas, não obstante se trate de contrato de conta corrente, o que ressoa incoerente com a premissa fixada inicialmente, de que 'há consenso de que o titular de conta corrente bancária tem legitimidade ativa e interesse processual para exigir contas do banco'. Por seu turno, verificam-se mais semelhanças do contrato de cartão de crédito com a movimentação de uma conta corrente bancária do que com um contrato de empréstimo. Deveras, pode-se comparar as compras realizadas com cartão de crédito a saques em conta corrente; os pagamentos das faturas do cartão de crédito aos depósitos em conta corrente, que, em se tratando de conta-salário, também ocorrem não raro mensalmente; a anuidade do cartão de crédito aos encargos de conta corrente; os juros do crédito rotativo no cartão de crédito (quando o cliente não paga a integralidade da fatura) aos juros cobrados pela utilização do limite de crédito em conta corrente (juros do "cheque especial") etc. O que se observa num contrato típico de cartão de crédito é uma movimentação de débitos e créditos que em nada se assemelha a um simples mútuo, em que há a entrega de um montante ao tomador do empréstimo, obrigando o devedor ao pagamento das prestações na forma avençada no contrato. Ademais, o contrato de cartão de crédito é de trato sucessivo em razão de a obrigação das partes envolvidas se renovar periodicamente, até que haja denúncia ou rescisão, o que o diferencia do contrato de empréstimo, que tem prazo certo para sua extinção. Logo, à luz de tais distinções, entendo que não é aplicável, data máxima venia, o entendimento sufragado pela Segunda Seção no Recurso Especial n.º 1.201.662/PR, de que não há interesse de agir para pedir a prestação de contas, de forma mercantil, nos contratos de financiamento. Com essas considerações, e as ressalvas apresentadas – pois penso que qualquer alteração nesses pontos competirá à Segunda Seção proceder –, tendo em vista que a autora postula a aferição da legalidade dos encargos contratuais cobrados e da própria cláusula-mandato, de sorte que a sua pretensão deveria ter

sido veiculada mediante ação ordinária revisional cumulada com repetição de eventual indébito, desbordando dos limites da ação de prestação de contas; e que não delimita, com precisão, o período da relação do qual requer esclarecimentos, peço venia ao eminente Ministro relator para dar provimento ao agravo regimental, acompanhando a divergência inaugurada pela Ministra Isabel Gallotti.

25
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 387.999/RS
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 05/02/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de revisão contratual
Agravante: Paulo Subtil de Godoy (advogado particular)
Argumentos do agravante: O recorrente sustenta que o acórdão estadual é omissivo; não teve ciência prévia das cláusulas estabelecidas pela administradora de cartões de crédito, razão pela qual os juros superiores ao teto da Lei de Usura e a sua capitalização não podem ser cobrados; os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa de 12% ao ano; a capitalização mensal dos juros é vedada no contrato e a mora do devedor não se revela configurada.
Agravado: Credicard S/A Administradora de Cartões de Crédito (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citada
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? Súmulas 5 e 7 do STJ, S.596 do STF, REsp 1.061.530/RS, REsp 407.097/RS, Súmula 382 do STJ, EREsp 163.884/RS, REsp 1.061.530/RS, Rg no AREsp 3.039/RS, AgRg no REsp 932.467/RS.
Legislação citada: CDC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Quanto à alegada violação

<p>aos arts. 458 e 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas fundamentadamente todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido, o que afasta a invocada declaração de nulidade. A pretensão do recorrente, de que se verifique a inexistência de pactuação expressa da capitalização mensal dos juros, demandaria análise do conteúdo fático e contratual dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos dos enunciados 5 e 7 da Súmula do STJ. Da mesma forma a alegação de que não teve ciência prévia da capitalização mensal de juros esbarraria no óbice da Súmula 5 e 7 do STJ. Quanto à limitação dos juros remuneratórios, o Supremo Tribunal Federal já sumulou a matéria, entendendo que "as disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional" (Enunciado 596), panorama que vige desde a revogação da Lei de Usura em relação às instituições financeiras, pela Lei 4.595/1964. Ademais, não constam dos autos evidências de que a taxa de juros cobrada pela instituição financeira seja abusiva, nos termos do CDC, ou superior à média de mercado. Anoto, ainda, que não verificada a cobrança de encargos abusivos para o período da normalidade contratual, deve ser permitida a inscrição do nome do devedor dos cadastros de inadimplentes.</p>
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações:

26
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 474.218/PE
Ministro-relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 05/02/2015
Tribunal de 2ª instância: Pernambuco
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de revisão contratual
Agravante: Paulo Renato de Barros Correia (advogado particular)
Argumentos do agravante: Propugna a aplicação da Lei de Usura ao caso por se tratar de contrato anterior a 2003.
Agravado: Banco Citicard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado:

Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 596 do STF, Súmula 382 do STJ, REsp n.º 1.061.530/RS,
Legislação citada: Decreto n.º 22.626/33, art. 591, c/c o art. 406, do Código Civil
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada pela Lei de Usura (Decreto n.º 22.626/33), em consonância com a Súmula n.º 596/STF, sendo também inaplicável o disposto no art. 591, c/c o art. 406, do Código Civil para esse fim, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica. A redução dos juros dependerá, todavia, de comprovação da onerosidade excessiva - capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - em cada caso concreto, tendo como parâmetro a taxa média de mercado para as operações equivalentes, de modo que a simples estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano, por si só, não indica abusividade, nos termos da Súmula n.º 382/STJ. Assim, no caso presente, não tendo sido constatada a abusividade dos juros remuneratórios, inviável a reforma acórdão recorrido, diante dos impedimentos contidos nos enunciados das Súmulas n.ºs 5 e 7/STJ.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações:

27
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 596.237/SP
Ministro-relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 03/02/2015
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação declaratória de inexistência de débito c/c compensação por danos morais.

Agravante: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega que o entendimento do STJ não está pacificado e que não deveria, então, ter sido aplicada a Súmula 83 deste tribunal. Tenta comprovar a tese de sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação compensatória ajuizada pelo agravado, por meio de julgado do STJ. No mais, afirma que não estão presentes alguns requisitos intrínsecos necessários ao conhecimento do apelo extremo.
Agravado: Delta Sinalização e serviços Ltda. (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Entendeu que não havia relação entre o consumidor e a administradora do cartão de crédito, não a incluindo no polo passivo.
Resultado em 1ª instância: Não citou
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp n.º 866.359/ES, REsp n.º 1.058.221/PR.
Legislação citada: CDC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações: Voto: Todos os que integram a cadeia de fornecedores do serviço de cartão de crédito respondem solidariamente em caso de fato ou vício do serviço. Assim, cabe às administradoras do cartão, aos estabelecimentos comerciais, às instituições financeiras emitentes do cartão e até mesmo às proprietárias das bandeiras, verificar a idoneidade das compras realizadas com cartões magnéticos, utilizando-se de meios que dificultem ou impossibilitem fraudes e transações realizadas por estranhos em nome de seus clientes.

28

Número do processo: AgRg no AREsp n.º 543.437/RJ
Ministro-relator: Ministro Raul Araújo
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 03/02/2015
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual

Tipo de demanda: Ação indenizatória por cobrança de dívida indevida
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: O valor da indenização é exorbitante.
Agravado: Cecília de Queiroz Sequeiros Tanure (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no AREsp 213.560/ES.
Legislação citada: CDC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Noutro ponto, em relação ao dever de indenizar e a possibilidade da condenação do dano moral, o presente feito conduz à adoção da teoria do risco do negócio/empreendimento, ancorada no artigo 14, do CDC, segundo o qual todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no mercado de consumo tem o dever de responder pelos eventuais vícios ou defeitos dos bens e serviços fornecidos, independentemente de culpa. Assim, o aresto impugnado, com base no suporte fático-probatório carreado aos autos, foi categórico ao afirmar que a ora recorrente não logrou êxito em comprovar qualquer das excludentes de responsabilidade, restando configurada a falha na prestação do serviço, implicando na responsabilidade objetiva da Ré, na forma do mencionado art. 14, do CDC.
Observações: O relator se limitou a copiar a decisão do agravo.

29
Número do processo: AgRg no AREsp 584.091/RJ
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta turma
Data de julgamento: 18/12/2014
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual

Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Banco Itaucard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Argumenta a parte agravante que, a despeito da ausência do contrato de cartão de crédito, a pactuação da capitalização mensal dos juros pode ser verificada da leitura das taxas mensal e anual constantes da fatura do cartão. Sustenta que a pretensão de reforma do entendimento expresso no acórdão estadual não demanda o reexame de provas, de sorte inaplicável o óbice da Súmula n.º 7 desta Corte.
Agravado: Jadilson Batista Moreira
Argumentos do agravado: Não citados.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7 do STJ
Legislação citada: CPC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Súmula 7 do STJ: há necessidade de apresentação da cláusula contratual conforme aferido pelas instâncias inferiores. Para mudar a decisão precisaria de análise do contexto fático-probatório.
Observações:

30
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 558.511/DF
Ministro-relator: Ministro Luis Felipe Salomão
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta turma
Data de julgamento: 18/12/2014
Tribunal de 2ª instância: Distrito Federal
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação declaratória de inexistência de débito
Agravante: Nilza Fernandes da Silva (advogado particular)
Argumentos do agravante: Em suas razões, aduz a agravante que as Súmulas 7 do STJ e

283 e 284, do STF, não impedem o exame do mérito recursal. Reitera os argumentos expendidos no próprio recurso especial, de que o Banco do Brasil não repassou o valor do pagamento efetuado ao outro réu – Banco Carrefour Soluções Financeiras - CSF. Saliente que o Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração, não enfrentou satisfatoriamente sobre a matéria sob a ótica do parágrafo único do art. 7º do Código de Defesa do Consumidor.
Agravado: Banco do Brasil S/A e Banco CSF S/A (advogados particulares)
Argumentos do agravado: Não citados
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmulas 283 e 284 do STF e Súmula 7 do STJ.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: O acórdão recorrido concluiu, com base nas provas carreadas aos autos, pela ausência de responsabilidade do segundo réu - Banco do Brasil, sua reanálise importaria em revisão do conjunto fático-probatório obstado pela Súmula 7 do STJ. O tribunal de origem ainda entendeu tratar de coisa julgada e, por isso, não determinou o montante de indenização. Além do mais, assentou o descabimento de restituição de valores à autora, porquanto é credor da apelante no montante de R\$ 2.080,93 em decorrência da fatura do cartão de crédito n.º 5078602020105038468, com vencimento em 15/03/2010. Ocorre que as razões recursais não impugnam esses fundamentos adotados pelo Tribunal de origem. A falta de impugnação objetiva e direta a fundamento central do acórdão recorrido denota a deficiência da fundamentação recursal, que apegou-se a considerações secundárias e que de fato não constituíram objeto de decisão pelo Tribunal de origem, a fazer incidir, no particular, as Súmulas 283 e 284 do STF.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações:

31
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.389.862/RS
Ministro-relator: Ministro Ricardo Villa Bôas Cueva
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 16/12/2014
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Banco Bradesco S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Além de admitir o expresse pacto de capitalização de juros na periodicidade diária, o julgado admitiu que houve pacto expresse das taxas de juros de 2% ao mês e 26,82% ao ano, devendo, assim, a questão ser reanalisada consoante o entendimento do STJ do julgamento do REsp n.º 973.827/RS.
Agravado: Jair Artur Wendt (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citados
Resultado no STJ: Negar provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? Súmula n.º 596/STF, AgRg no REsp 1.376.256/RS, REsp 1.256.397/RS, REsp n.º 973.827/RS.
Legislação citada: Decreto n.º 22.626/33, Código Civil, CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: É certo que as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada pela Lei de Usura (Decreto n.º 22.626/33), em consonância com a Súmula n.º 596/STF, sendo também inaplicável o disposto no art. 591, c/c o art. 406, do Código Civil, para esse fim, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica. A redução dos juros dependerá de comprovação da onerosidade excessiva - capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – em cada caso concreto, tendo como parâmetro a taxa média de mercado para as operações equivalentes, de modo que a simples estipulação de juros remuneratórios

superiores a 12% (doze por cento) ao ano, por si só, não indica abusividade, nos termos da Súmula n.º 382/STJ. Todavia, o Superior Tribunal de Justiça vem decidindo que a ausência de divulgação pelo Banco Central de taxas médias para a operação de cartão de crédito não justifica a transposição das taxas médias apuradas para as de operação de 'cheque especial', ante a manifesta diversidade de natureza jurídica das operações. Quanto à capitalização mensal, *restou* decidido que nos contratos firmados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória n.º 1.963-17, admite-se a capitalização dos juros em periodicidade inferior a um ano, desde que pactuada de forma clara e expressa, assim considerada quando prevista a taxa de juros anual em percentual pelo menos doze vezes maior do que a mensal. No entanto, como não há expressa menção no contrato, resta o óbice da Súmula 7.

Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos

32

Número do processo: AgRg no REsp 1.478.788/RS

Ministro-relator: Ministro Moura Ribeiro

Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma

Data de julgamento: 16/12/2014

Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul

Titularidade da ação: Individual

Tipo de demanda: revisão contratual

Agravante: Hipercard Banco Múltiplo S/A (advogado particular)

Argumentos do agravante: Nas razões do regimental, a administradora de cartões de crédito alega que, após adotar o fundamento de que a taxa média do cheque especial, por ser de modalidade distinta, não poderia servir de limitador aos juros remuneratórios mensais cobrados em seus empréstimos, contraditoriamente, a decisão admitiu tal restrição. Defende que seja adotada a tabela divulgada pela ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade para os casos em que inexistam elementos probatórios que comprovem as taxas mensais praticadas e quando esta tabela não apresente índice inferior ao do cheque especial divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Agravado: Regis da Silveira de Leon (advogado particular)

Argumentos do agravado: Não citado

Resultado no STJ: Negou provimento

Resultado em 2ª instância: Decisão equitativa, baseando-se na taxa de juros do cheque

especial para determinar a abusividade da taxa do cartão de crédito, em face da ausência de uma tabela do BACEN.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula n.º 283/STJ, REsp 1.256.397/RS, AgRg no REsp 1.376.256/RS, AREsp 342.046/RS, Súmula n.º 297/STJ, AgRg nos EDcl no Ag 1.379.705/RN, Ag 1.389.954/RS, REsp 1.127.403/SP
Legislação citada: CC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Vale anotar que a tabela ANEFAC é fruto de pesquisa mensal por ela feita com base nos juros praticados pelo mercado restrito dos cartões de crédito, do qual a credora participa. Só por isso já não se pode adotar a tabela sugerida. Em acréscimo, vale salientar que a ANEFAC não fornece ao público dados históricos relativos aos juros remuneratórios médios cobrados no passado pelas administradoras de cartão de crédito. Esperar que o BACEN edite tabela específica é afrontar o princípio da duração razoável do processo. Relegar o cálculo do débito para uma perícia contábil que fará a pesquisa dos juros remuneratórios médios é prolongar o andamento do processo, porque a segurança buscada sempre poderá ser criticada em face dos dados colhidos. Então, mesmo que a tabela do BACEN para o cheque especial não reflita a realidade dos juros remuneratórios médios do cartão de crédito, melhor para todos, em homenagem à segurança e à celeridade, que seja ela utilizada para a atualização do montante devido, embora o inconformismo da credora, entidade que poderá se juntar a outras operadoras para conseguir a tabela específica perante o BACEN.
Observações:

33
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 602.968/SP
Ministro-relator: Ministro Luis Felipe Salomão
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta turma
Data de julgamento: 02/12/2014
Tribunal de 2ª instância: São Paulo

Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: indenização por danos morais por inscrição indevida em cadastro de devedores
Agravante: Liderprime Administradora de Cartões de crédito Ltda. (advogado particular)
Argumentos do agravante: A indenização apresentou valor exorbitante, o que vai contra o princípio da proporcionalidade e razoabilidade. Além do mais, o valor exorbitante configuraria enriquecimento sem causa.
Agravado: Saturnino Paulo da Silva Neto (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negar provimento
Resultado em 2ª instância: Apelação desprovida
Resultado em 1ª instância: Não citou
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? A instituição financeira foi considerada fornecedora
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 479 do STJ, AgRg no AREsp 157.460/SP, AgRg no REsp 1202806/MG, AgRg no AREsp 250.683/SP, AgRg no AREsp 252.021/SP, AgRg no AREsp 388.345/SP.
Legislação citada: CDC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Quanto ao valor dos danos morais, é sabido que na esteira da jurisprudência consolidada por esta Corte, os valores fixados a título de danos morais só poderão ser revistos, em sede de especial, apenas em casos que o valor afronta os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Dessa forma, somente quantias que se revelam ínfimas ou exorbitantes, isto é, desarrazoadas frente à valores comumente estabelecidos em situações análogas possuem o condão de invocar a pertinência da análise deste Tribunal. No caso em tela, o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e mantido pelo Tribunal de origem, não se encontra desarrazoado frente aos patamares estabelecidos por esta Corte Superior, estando em perfeita consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Descabida, portanto, a intervenção do STJ no que toca ao valor previamente fixado.
Observações: Manteve a decisão agravada pelos próprios fundamentos.

34
Número do processo: REsp n.º 1.487.562/RS
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 25/11/2014
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Recorrente: Hipercard Banco Múltiplo S/A (advogado particular)
Argumentos do recorrente: A instituição financeira sustenta a impossibilidade de se adotar a taxa média de mercado do cheque especial constante da tabela do Banco Central do Brasil - BACEN, por se tratar de operação de crédito distinta.
Recorrido: Priscila Alberton Rodrigues (advogado particular)
Argumentos do recorrido: Não citado
Resultado no STJ: Recurso provido
Resultado em 2ª instância: A taxa cobrada pela instituição financeira (juros remuneratórios de 15,88 a 90,64% ao mês) é abusiva em relação à média de mercado, tomando-se por base a tabela do Banco Central do Brasil - BACEN para os contratos de cheque especial, entendendo-os semelhantes ao cartão de crédito em sua natureza.
Resultado em 1ª instância: julgou antecipadamente o feito afastando a limitação dos juros por entender inexistente o alegado abuso na taxa cobrada.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 596 do STF, Súmula 382 do STJ, REsp 1256397/RS
Legislação citada: Dec. 22.626/33
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Assim, o exame do caráter abusivo da taxa aplicada deve ser feito com base na taxa média observada para a mesma espécie de contrato, levando-se em conta as especificidades do mercado para aquela modalidade de contratação em discussão na lide. Assim, entendo que a melhor solução é o retorno dos autos à fase instrutória para exame da alegação de abuso com base nas taxas aplicadas pelo mercado nos contratos de mesma natureza (cartão de crédito).

Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações:

35
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.251.788/SC
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta turma
Data de julgamento: 18/11/2014
Tribunal de 2ª instância: Santa Catarina
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Banco Simples S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Não citado
Agravado: José Nunes Tavares (advogado particular)
Argumentos do agravado: Alega, em preliminar, a necessidade de suspensão do processo em virtude de a constitucionalidade da Medida Provisória 2.170-36/2001, que permite a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual, estar em discussão perante o Supremo Tribunal Federal por intermédio do RE 592.377. Sustenta que a capitalização é admitida por diversas normas legais, inclusive a citada Medida Provisória, que é fruto da conversão da anterior MP 1.963-17, de 30.3.2000, conforme admitido amplamente pela jurisprudência desta Corte. Afirma que, de todo modo, não houve comprovação da incidência nos autos, ainda que a Lei 10.931/2004, art. 28, § 1º, inciso I, autorize o encargo na cédula de crédito bancário.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg nos EDcl no REsp 1.057.696/RS, EDcl no AgRg no Ag 1.244.304/RS, EREsp 917.570/RS.
Legislação citada: Decreto 22.626/1933, CC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado

Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: O reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal não implica a suspensão de processos que tramitam no STJ, provocando apenas o sobrestamento do recurso extraordinário interposto. Acerca da capitalização mensal dos juros, também pela ausência de contratação expressa não é possível exigí-la. Por outro lado, o art. 4º do Decreto 22.626/1933 e o art. 591 do Código Civil de 2002 permitem o cômputo anual dos juros. O argumento central, portanto, é a ausência de pactuação expressa do encargo, regra que antecede a periodicidade reclamada, não podendo ser exigido o encargo, senão no interregno mínimo anual, devido por previsão legal, independentemente de pactuação. A questão, portanto, não alcança a permissão prevista na Medida Provisória 1.963-17/2000, nem se submete à Lei 10.931/2004, tendo em vista que o contrato em discussão, é cartão de crédito, não cédula de crédito bancário.

Observações: Interes. A Angeloni e Companhia Ltda.

36
Número do processo: AgRg no AI n.º 1.404.888/SC
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 04/11/2014
Tribunal de 2ª instância: Santa Catarina
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Banco Mercantil do Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Sustenta o recorrente que o exame da insurgência não depende do reexame de provas ou do contrato, razão pela qual inaplicável o óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ. Afirma que efetuou o cotejo analítico tangente à divergência jurisprudencial, a qual se encontra regularmente caracterizada. Argumenta que é inviável a revisão do contrato bancário, em respeito ao princípio do <i>pacta sunt servanda</i> . Alega, por fim, possibilidade da cobrança da capitalização mensal dos juros, da comissão de permanência e a inviabilidade da repetição do indébito.
Agravado: Darcy Eichstaedt (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citados.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado

Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Entendeu que o CDC aplica-se às instituições financeiras.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 5 e 7 do STJ; Súmula 297 do STJ, Súmula 322 do STJ.
Legislação citada: CDC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Não encontra espaço a pretensão reformatória quanto à capitalização mensal dos juros e à comissão de permanência, tendo em vista a conclusão das instâncias ordinárias de que o contrato não as prevê. Reverter este fundamento do acórdão demanda reexame de cláusula contratual, impróprio pela via do especial (enunciado 5 da Súmula do STJ). Ressalte-se que a cobrança das parcelas só é admissível quando há celebração de cláusula específica, não se tratando de fato notório. No mérito, reconheça-se a submissão das instituições financeiras aos princípios e regras do CDC, conforme cada situação, e a possibilidade de revisão judicial do contrato, de acordo com a reiterada jurisprudência do STJ (enunciado 297 da Súmula). Acerca da compensação/repetição do indébito, firmou-se que é cabível, de forma simples, não em dobro, quando verificada a cobrança de encargos ilegais, tendo em vista o princípio que veda o enriquecimento sem causa do credor, independentemente da comprovação do equívoco no pagamento, pois diante da complexidade do contrato em discussão não se pode considerar que o devedor pretendia quitar voluntariamente débito constituído em desacordo com a legislação aplicável à espécie. A questão está pacificada por intermédio do enunciado 322 da Súmula do STJ.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

37
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 576.265/SP
Ministro-relator: Ministro Raul Araújo
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 23/10/2014
Tribunal de 2ª instância: São Paulo

Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por bloqueio indevido do cartão de crédito.
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: O valor acostado como indenização por dano moral é exorbitante e enseja enriquecimento sem causa do agravado. Desta monta, e por não necessitar de reanálise fático-probatória, a reconsideração do valor exorbitante não encontra óbice pela Súmula 7 do STJ.
Agravado: Gustavo Alves Adami (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citou
Resultado em 1ª instância: Reconheceu a responsabilidade do banco e fixou a indenização.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não tratou sobre isso.
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no Ag 1.019.589/RJ, AgRg no Ag 1.403.085/SP, Súmula 7 do STJ.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Súmula 7 do STJ e a indenização encontra-se em patamares fixados de acordo com o entendimento do STJ, não apresentando irrazoabilidade, nem configurando enriquecimento sem causa.
Observações: Manteve as decisões pelos próprios fundamentos.

38
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 566.329/RJ
Ministro-relator: Ministro Moura Ribeiro
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 02/10/2014
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por vício do serviço
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)

Argumentos do agravante: O valor do dano moral foi exorbitante.
Agravado: Sandro Ferreira Bom (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp 866.359/ES, AREsp 457.149/SC, REsp 970.322/RJ, Súmula 83 do STJ.
Legislação citada: Não citado
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Sobre a alegação de ser elevada a verba indenizatória, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema e a ausência de critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, o STJ tem-se pronunciado no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestime o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido. O valor de indenização por dano moral determinado na origem se mostra razoável: R\$ 15.000,00(quinze mil reais), para o ato ilícito consistente em não fornecer cartão de crédito emergencial (previsto em contrato) no prazo assumido, enquanto o correntista se deslocava em viagem turística no exterior e pelo equívoco ao seu cadastro inserido pela administradora, consideradas as circunstâncias do caso e as condições econômicas das partes.
Observações:

39
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 509.257/SP
Ministro-relator: Ministro Moura Ribeiro
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 23/09/2014
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por cobrança indevida

Agravante: Companhia Brasileira de Distribuição (advogado particular)
Argumentos do agravante: Nas razões do regimental a agravante alega que não foi demonstrado o prejuízo sofrido pela autora porque o fato ocorrido foi mero aborrecimento para ela. E que o <i>quantum</i> da reparação econômica por dano moral foi além da razoabilidade.
Agravado: Lavinia Vitorino Ribeiro (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citou
Resultado no STJ: Deu provimento
Resultado em 2ª instância: Não citou
Resultado em 1ª instância: Não citou
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no AREsp 344.544/SE, AgRg no REsp 1200417/MT, AgRg no AREsp 388.620/RJ, REsp 731.244/AL, AgRg no AREsp 143.041/RJ, AgRg no AREsp 16.238/RJ, Súmula 362 do STJ.
Legislação citada: Não citou
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: No caso, o Tribunal <i>a quo</i> ao confirmar a condenação da reparação por dano moral em R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), pelo ato ilícito de emitir cartão de crédito e permanecer cobrando suas taxas de manutenção apesar dos repetidos contatos da autora recusando aquela modalidade creditícia, adotou entendimento divergente ao deste Tribunal porque aquele valor se mostra além do razoável e se distancia dos parâmetros aqui adotados. Consideradas as circunstâncias do caso, a ausência de negativação e as condições econômicas das partes, se justifica a excepcional intervenção por meio do Especial para reformar o acórdão estadual e reduzir o valor indenizatório para R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Ante o exposto, deu provimento ao agravo regimental, para dar provimento ao recurso especial e reduzir o valor indenizatório em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), acrescido de correção monetária a partir desta data (Súmula 362/STJ) e juros moratórios como fixado na sentença condenatória. Sem alteração nos ônus sucumbenciais.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações:

40
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 530.255/SP
Ministro-relator: Ministro Moura Ribeiro
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 18/09/2014
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por inscrição indevida em cadastro de devedor.
Agravante: Panamericano Administradora de cartões de crédito S/C Ltda. (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega que não ocorreu prejuízo passível e indenização e que o <i>quantum</i> da reparação econômica por dano moral foi além da razoabilidade.
Agravado: Vinícius Nascimento Silva (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Entendeu pela configuração do dano moral pela inclusão do agravado em cadastro de inadimplentes.
Resultado em 1ª instância: Entendeu pela configuração do dano moral.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no AREsp 367.875/PE, AgRg no AREsp 305.681/RJ, AgRg no AREsp 510.802/PE, Súmula 83 do STJ.
Legislação citada: Não citou
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: O Tribunal assentou o entendimento de que somente se conhece da matéria atinente aos valores fixados pelos Tribunais recorridos quando o valor for teratológico, isto é, de tal forma elevado que se considere ostensivamente exorbitante, ou a tal ponto ínfimo, que, em si, objetivamente deponha contra a dignidade do ofendido. Não é o caso dos autos em que foi fixado o valor de indenização por dano moral, em R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para o ato ilícito consistente em emitir cartão de crédito, cobrança indevida de despesas e pela sua inscrição em cadastro de inadimplentes, consideradas as circunstâncias do caso e as condições econômicas das

partes. Aplicação da Súmula 83 do STJ por analogia.
Observações:

41
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 554.558/SP
Ministro-relator: Ministro Moura Ribeiro
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 18/09/2014
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação declaratória de inexistência de débito c/c com danos morais.
Agravante: Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I (advogado particular)
Argumentos do agravante: Nas razões do regimental a agravante alega que a despeito do entendimento exarado na admissibilidade no Tribunal de origem, que não foi comprovado o nexo causal e prejuízo provocado, em face da culpa exclusiva de terceiro não atribuível a ela. E que o <i>quantum</i> da reparação econômica por dano moral foi além da razoabilidade.
Agravado: Albérico Moreira da Silva (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? PET no AgRg no REsp 1391029/SP, REsp 1058221/PR, AREsp 167.340/MG, AgRg no AREsp 242.330/PR, AgRg no AREsp 303.386/SP, AgRg no AREsp 476.693/PR, Súmula 83 do STJ.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A responsabilidade da empresa comercial é interpretada de forma objetiva, até porque ficou configurado que ela não se cercou das cautelas necessárias para diminuir o risco do seu negócio porque efetivou contrato

de venda por meio de cartão de crédito com terceiros que se utilizaram dos dados pessoais do autor, o que resultou na sua inclusão em cadastro de inadimplentes. A indenização exorbitante não é o caso dos autos em que foi fixado o valor de indenização por dano moral, em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para o ato ilícito consistente em vender por meio de cartão de crédito a terceiros que se utilizaram dos dados pessoais do autor e pela sua inscrição em cadastro de inadimplentes, consideradas as circunstâncias do caso e as condições econômicas das partes. Aplicação da Súmula 83 do STJ por analogia.

Observações:

42
Número do processo: EDcl no REsp n.º 1.316.348/RS
Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 18/09/2014
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória: fraude no uso do cartão de crédito
Embargante: Thiara Alves Garcia e Outro (advogado particular)
Argumentos do embargante: Em suas razões, a parte embargante reputou contraditória a decisão embargada, pois há pluralidade no polo ativo da demanda indenizatória, tendo lhes sido arbitrado <i>quantum</i> indenizatório de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) pelos danos morais sofridos decorrentes de fraude no uso de cartão de crédito, o que, dividido entre as autoras, ficaria em um montante irrisório de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) <i>per capita</i> . Postulou o conhecimento e o acolhimento, com efeitos infringentes, para majoração do valor arbitrado.
Embargado: C&A Modas Ltda. (advogado particular)
Argumentos do embargado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citada
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada

Foram citados precedentes judiciais? REsp 1058221/PR, REsp 970322/RJ, REsp 348343/SP, Súmulas 54 e 362 do STJ.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Tanto não bastasse, advertida sobre o furto do cartão, a empresa ré manteve a cobrança indevida, com a consequente inclusão do nome da consumidora nos cadastros de maus pagadores, o que lhe gerou danos morais. Trata-se de dano moral presumido de pequena monta. Para tais situações está o STJ tem fixado um montante indenizatório entre cinco e dez mil reais. Diante da escassez probatória do presente caso, mas com vistas à necessidade de um tramite razoável do processo, já que o ato ilícito ocorreu nos idos de 2008, fixa-se, dentro desses parâmetros, o quantum pelos prejuízos morais sofridos.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações: Embargo de declaração recebido como agravo regimental pelo princípio da fungibilidade recursal. Manteve a decisão por seus próprios fundamentos.

43
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 535.399/SP
Ministro-relator: Ministro Moura Ribeiro
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 16/09/2014
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Valor exorbitante da indenização.
Agravado: Valdeci Souza Silva (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citada
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não

Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no AREsp 473.942/RS, AgRg no AREsp 449.147/SC, AgRg no AREsp 424.419/PR, Súmula 83 do STJ.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Em virtude da emissão de cartão de crédito para terceiros que se utilizaram dos dados pessoais do autor, e que resultou na sua inclusão em cadastro de inadimplentes, fica configurado o dano moral merecedor de reparação econômica. A quantificação do dano moral está de acordo com precedentes do STJ. Aplica-se, portanto, a Súmula 83 do STJ por analogia.
Observações: Interes. Carrefour Sul Administradora cartões de crédito Comércio Administração Ltda.; Hipercard Administradora de cartão de crédito e ABN AMRO Adm. de cartão de crédito Ltda.

44
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.350.915/RS
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 02/09/2014
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Simone Cadorin Lopes (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega que o recurso manejado pela instituição financeira não está apto ao conhecimento, seja porque é necessário o reexame do conteúdo fático da lide, o que é vedado pelo enunciado 7 da Súmula do STJ, seja porque os dispositivos legais invocados não foram prequestionados, como exige a Súmula 282 do STF.
Agravado: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citou
Resultado em 1ª instância: Não citou
Votação: Unanimidade

Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? EREsp 161.419/RS, AgRg no REsp 1.415.719/MA, AgRg no Ag 1.057.461/RS, AgRg no Ag 459.992/RS.
Legislação citada: Não citado
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: De início, consigna-se que para o atendimento do requisito do prequestionamento não é necessária a menção expressa dos dispositivos tidos por violados no acórdão recorrido, sendo suficiente que a questão federal tenha sido apreciada pelo Tribunal de origem, procedimento que foi observado no caso dos autos. Acresça-se que a legislação federal pode ser prequestionada de forma implícita, o que é suficiente para o enfrentamento da matéria na instância especial, conforme orientação jurisprudencial uniforme no âmbito desta Corte. Por outro lado, ao contrário do que entende a recorrente, a permissão legal para a pactuação dos encargos financeiros em contratos bancários em geral é questão de direito, não de fato, dispensando o reexame de cláusulas contratuais e de outras provas.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações: Mantem a decisão pelos seus próprios fundamentos.

45
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 425.226/RJ
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 26/08/2014
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega que demonstrou de forma clara que houve o prequestionamento dos artigos violados, bem como a não incidência dos óbices das Súmulas 5 e 7/STJ. Defende, ainda, que não houve o nenhum ato ilícito e que o valor arbitrado a título de indenização por danos morais é exorbitante.
Agravado: Wendel da Silva Cabral (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado

Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: No caso vertente, o Banco cobrou o mínimo das despesas do cartão de crédito por meio de débito em sua conta corrente, na qual é depositado o salário do Autor. Ocorre que, como bem salientou o Apelante nas razões de seu recurso, o Réu não trouxe aos autos a prova de que tenha o Autor anuído com o desconto em conta corrente, na forma como se sucedeu no caso em tela. Além do mais, ainda que houvesse anuência do Autor, certo é que se trata de cláusula abusiva imposta em contrato de adesão e que coloca o consumidor em evidente desvantagem, em conflito com as normas inseridas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Destarte, a indenização por danos morais é cabível, posto que o Autor foi privado de parte dos seus vencimentos, comprometendo sua dignidade e sobrevivência, além de ter vivenciado uma situação desagradável perante outras pessoas que se encontravam no mesmo estabelecimento comercial, não podendo efetuar a compra desejada por não possuir outro meio de pagamento que não seu cartão de débito.
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no REsp 959.712/PR, AgRg no Ag 939.482/RJ, Súmulas 5 e 7 STJ.
Legislação citada: CPC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Súmulas 5 e 7 STJ e o valor de RS3.000,00 de indenização não se mostra exorbitante ao caso.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

46
Número do processo: EDcl no AREsp n.º 528.668/SP
Ministro-relator: Ministro Luis Felipe Salomão
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 19/08/2014
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Coletiva
Tipo de demanda: Prática comercial abusiva – envio de cartão de crédito sem solicitação

Embargante: Panamericano Administradora de cartões de crédito S/C Ltda. E Banco Panamericano S/A (advogado particular)
Argumentos do embargante: Nas razões dos embargos de declaração, a parte embargante aduz omissão e obscuridade quanto às razões desta Corte por não entender como exorbitante e destoante da média a multa no patamar de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Sustenta, ainda, erro material, pois o co-embargante Banco Panamericano deveria ser excluído da presente ação diante da perda de objeto da ação, já que há Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo co-embargante e o Ministério Público de São Paulo
Embargado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Argumentos do embargado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no AREsp 143.485/CE, AgRg no AREsp 275.047/RJ, REsp 1261513/SP, REsp 1199117/SP, Súmulas 7 e 83 do STJ, EDcl no AgRg no AREsp 180.249/RJ, AgRg no AREsp 51.544/MG, AgRg no AREsp 411.677/MG, AgRg no AREsp 159.408/PR.
Legislação citada: CC, CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Quanto à exclusão do co-embargante a matéria não pode ser apreciada por tratar-se de inovação em sede de embargos, não havendo questionamento no Recurso Especial. O acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do STJ que entende ser prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito ao consumidor sem solicitação prévia. Incide, na espécie, a Súmula 83/STJ. Quanto ao dissídio jurisprudencial relativo ao valor da multa cominatória, o inconformismo também não prospera. A jurisprudência desta Corte já se firmou no sentido de que a multa cominatória fixada na instância <i>a quo</i> somente poderá ser revisada nos casos em que o valor seja irrisório ou exagerado, o que não ocorreu no presente caso, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.
Observações: Embargos recebidos como agravo regimental.

Mantida a decisão pelos próprios fundamentos.

47
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.372.177/RJ
Ministro-relator: Ministro Mauro Campbell Marques
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Segunda Turma
Data de julgamento: 12/08/2014
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Coletiva
Tipo de demanda: Ação civil pública – venda casada
Agravante: TNL PCS S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Sustenta a agravante que a jurisdição não foi adequadamente prestada, havendo afronta ao art. 535, II, do CPC, pois o Tribunal de origem não teria se manifestado acerca das provas juntadas aos autos, que demonstrariam que a informação acerca da aquisição do cartão de crédito fora veiculada ao consumidor. Sustenta, também que, para verificar a ofensa ao art. 39, I, do CDC, referente à compra casada, não é necessário o exame dos fatos e das provas, pois se trata de matéria exclusivamente de direito.
Agravado: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Entendeu pela configuração de venda casada.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7 do STJ
Legislação citada: CDC e CPC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Como se vê, não houve afronta ao art. 535 do CPC, porquanto o acórdão recorrido, bem ou mal, certo ou errado, decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente, ao consignar que o consumidor não era plenamente informado que o serviço de telefonia estava atrelado ao contrato de cartão de crédito. Quanto à existência ou não de venda casada há o óbice da Súmula 7 do STJ.

Observações:

48
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 520.257/DF
Ministro-relator: Ministro Luis Felipe Salomão
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 24/06/2014
Tribunal de 2ª instância: Distrito Federal
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por inscrição indevida em cadastro de devedores
Agravante: Banco Carrefour S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Valores de dano moral exorbitantes.
Agravado: Edson Alves Dias (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Não
Legislação citada: CPC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: No caso em tela, verificado que o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 7.000,00 (sete mil reais) pelo Tribunal de origem, não se encontra desarrazoado frente aos patamares estabelecidos por esta Corte Superior, estando em perfeita consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, torna-se completamente descabida a intervenção do STJ no que toca ao valor previamente fixado.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

49
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.342.807/SP

Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 27/05/2014
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Banco Citicard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Não citado
Agravado: João de Oliveira Júnior (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp n.º 1.061.530/RS, REsp n.º 1.061.530/RS, Súmula 286/STJ, Súmula 381/STJ, Recurso Especial n.º 1.270.174/RS, AgRg no REsp n.º 1.003.911/RS, Súmula 288/STJ, Súmula 287/STJ, Súmula 295/STJ, REsp n.º 1.080.507/RJ, REsp n.º 1.112.879/PR, Súmula 382/STJ, REsp n.º 1.061.530/RS, REsp n.º 1.112.879/PR, Súmula 296/STJ, REsp n.º 973.827, Súmula 294/STJ, Súmula 472/STJ, Súmula 30/STJ, Súmulas 5 e 7/STJ, Súmula 285/STJ, Súmula 322/STJ.
Legislação citada: art. 543-C do CPC, art. 52, §1º, do CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Ausência de juntada do contrato ou ausência de pactuação: não juntado o contrato ou “ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo BACEN, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente.” Não juntada do contrato ou não reconhecimento da pactuação da capitalização mensal: se não houver a juntada do contrato ou o Tribunal de origem não reconhecer, no acórdão recorrido, a pactuação expressa da capitalização mensal (o que compreende a pactuação de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal), é inviável a capitalização mensal dos juros e, nos termos das Súmulas 05 e 07/STJ, o conhecimento da alegação do recurso especial

relativa à capitalização.
Inacumulabilidade com correção monetária, juros remuneratórios, juros moratórios e multa contratual: Nos termos das Súmulas 472 e 30/STJ, a cobrança da comissão de permanência exclui, no período da inadimplência, a exigibilidade dos juros remuneratórios, dos juros moratórios, da multa contratual e da correção monetária.
Desnecessidade do erro: havendo o pagamento indevido, não é necessária a prova do erro para a repetição ou a compensação de valores em sede de ação de revisão de contrato bancário submetido ao CDC (Súmula 322/STJ).
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

50
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 257.047/RJ
Ministro-relator: Ministro Marco Buzzi
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 22/04/2014
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por envio de cartão de crédito não solicitado
Agravante: Banco Itaucard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: alega a instituição financeira que não houve comprovação do dano moral na hipótese, tampouco do nexo de causalidade entre o fato e suas supostas consequências danosas. Afirma, por fim, que o elevado <i>quantum</i> indenizatório gerará enriquecimento ilícito do consumidor.
Agravado: Maria das Dores Soares Siqueira (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Reforma da sentença para afirmar que o envio de cartão de crédito ao consumidor sem solicitação prévia não gera dano moral.
Resultado em 1ª instância: Entendeu que o envio de cartão de crédito sem solicitação gera dano moral.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado, mas aplicou o CDC.

Foram citados precedentes judiciais? REsp 1199117/SP, REsp 1061500/RS, AgRg no AREsp 105445/SP, AgRg no AREsp 33418/RJ, AgRg no AREsp 152.596/SP.
Legislação citada: CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Os argumentos trazidos pelo agravante não são aptos a modificar a solução estabelecida na decisão impugnada. Isso porque, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o envio de cartão de crédito sem solicitação prévia configura prática comercial abusiva, nos termos do art. 39, III, do CDC, dando ensejo à responsabilização civil por dano moral. Acrescenta-se que a circunstância de não haver inscrição do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes não afasta a responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços, porque a simples remessa do cartão de crédito, à míngua de requerimento, já configura ato ilícito indenizável, pois é dano <i>in re ipsa</i> . Por outro lado, entendo correta a solução estabelecida na sentença, que, examinando as circunstâncias da hipótese, fixou o <i>quantum</i> indenizatório em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Esse valor mostra-se adequado, dentro dos limites da razoabilidade, e se enquadra nos parâmetros estabelecidos pelo STJ para casos semelhantes. Há de se considerar que, além da expedição de cartão de crédito não requerido, houve cobrança de dívida inexistente supostamente contraída por terceiro falsário.
Observações:

51
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 203.079/SP
Ministro-relator: Ministro João Otávio de Noronha
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 22/04/2014
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação declaratória de inexistência de débito
Agravante: Sônia Olegário Viana (advogado particular)
Argumentos do agravante: Em suas razões, alega a agravante que, de fato, há violação do art. 333, I do CPC. Aduz que não deveria ser responsabilizada por débitos que não realizou. Afirma ser cabível na espécie a inversão do ônus probatório, porquanto não há provas de sua adesão ao cartão de crédito VISA nem de que o contrato acostado aos autos seja referente a

ele. Por fim, sustenta ocorrência de dissídio jurisprudencial.
Agravado: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Apresentou, mas não foi citado o teor.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Inicialmente quanto à alegada violação do art. 333, I do CPC, o Tribunal estadual, ao apreciar a matéria referente à inversão do ônus probatório, manteve a sentença e determinou que, em virtude da inadimplência, caberia à recorrente a comprovação de falta de veracidade dos documentos apresentados pela instituição financeira, o que não ocorreu. No tocante à ausência de comprovação de que houve adesão e de que a operação de crédito não consta nas faturas impugnadas, o acórdão recorrido considerou inconsistentes as alegações apresentadas. Concluiu que foi demonstrada a pactuação e, em consequência, a responsabilidade pelos débitos. Adotou, para tanto, os seguintes fundamentos: a) existência de contrato de adesão que em geral não envolve assinatura; b) envio de faturas ao mesmo endereço sem nenhuma contestação de débitos indevidos; e c) sucessivos parcelamentos do débito constante nas faturas apresentadas.
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7 do STJ
Legislação citada: CPC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Rever o entendimento do Tribunal Estadual ensejaria no óbice da Súmula 7 do STJ. Além do mais o dissídio jurisprudencial não foi comprovado.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos.

52
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 434.539/RS
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 18/03/2014
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul

Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – Banrisul (advogado particular)
Argumentos do agravante: Banco alega que não há de se cogitar em presunção de veracidade na hipótese de não apresentação do contrato sob revisão.
Agravado: Maristela Pompeo Masera (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Presumem-se verídicos os fatos alegados na falta de exibição incidente de contrato. Embora não caiba a multa pelo descumprimento o efeito da não exibição do contrato, ou da ilegitimidade da recusa, é ter como verdadeiros os fatos que a parte adversa quer provar, nos termos do art. 359 do CPC.
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? EDcl no AgRg no REsp 1092289/MG, AgRg no AREsp 280683/MG.
Legislação citada: art. 359 do CPC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: No mais, em se cuidando de relação jurídica entre instituição financeira e consumidor de serviços bancários, presumem-se verídicos os fatos alegados na falta de exibição incidente de contrato. Embora não caiba a multa pelo descumprimento, que na hipótese não foi cogitada, o efeito da não exibição do contrato, ou da ilegitimidade da recusa, é ter como verdadeiros os fatos que a parte adversa quer provar, nos termos do art. 359 do CPC.
Observações:

53

Número do processo: PET no AgRg no REsp n.º 1.391.029/SP
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira turma
Data de julgamento: 04/02/2014

Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por cartão de crédito roubado
Agravante: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. (advogado particular)
Argumentos do agravante: A questão relativa à existência de responsabilidade solidária entre a instituição financeira emissora do cartão e a licenciadora da bandeira estampada no cartão de crédito não estaria pacificada na Jurisprudência do STJ, pelo que não poderia ter sido decidida monocraticamente. Não seria possível concluir pela sua legitimidade passiva no caso concreto, porque não haveria nexos causal entre a sua conduta e o dano experimentado pelo Autor, já que nem emitiu e nem administra o cartão, não sendo devido confundir solidariedade com "garantia" ou "fiança".
Agravado: Creso da Silva Rego Filho (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Em grau de apelação, acolheu preliminar de ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> , extinguindo o feito com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil em relação à Visa, por entender que o contrato foi estabelecido apenas entre o Banco Santander e o agravado.
Resultado em 1ª instância: Julgou procedentes os pedidos de indenização por dano material e moral.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp 997.993/MG, REsp 1077911/SP, REsp 1058221/PR.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: No que concerne à existência de responsabilidade solidária da sociedade proprietária da bandeira do cartão de crédito é de se observar que, na linha dos precedentes desta Corte, todos os que integram a cadeia de fornecedores de um produto ou serviço respondem solidariamente em caso de fato ou vício do serviço, inclusive as empresas titulares de bandeira de cartão de crédito.
Observações: Petição recebida como Agravo Interno

54
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 419.556/GO
Ministro-relator: Ministro Raul Araújo
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 05/12/2013
Tribunal de 2ª instância: Goiás
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de revisão contratual
Agravante: Banco CSF S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Argumenta que a ausência de disponibilização, por parte do Banco Central, dos índices aplicáveis aos contratos de cartão de crédito não permite a sua substituição pela taxa média aplicável às operações de crédito pessoal, conforme estabelecido no acórdão estadual. Argumenta que essas operações possuem taxa de juros notadamente inferior, uma vez que englobam operações de menor risco, como crédito consignado em folha, por exemplo. Afirma que a parte recorrida não trouxe aos autos a comprovação do caráter abusivo das taxas praticadas pelos agentes financeiros em relação ao mesmo negócio, ônus que se lhe incumbia, a teor do art. 333, I, do CPC, nem alegou a existência de fato superveniente que tenha tornado a sua prestação excessivamente onerosa.
Agravado: Waldivino Lopes Cardoso (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Na ausência de estipulação contratual aplica-se a taxa de juros média aplicável às operações de crédito pessoal conforme apuradas pelo BACEN.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no REsp 1.146.008/PR, AgRg no REsp 1.090.292/SP, REsp 715.894/PR, REsp 1.112.880/PR.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira:
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: As alegações trazidas nas razões de agravo regimental, acerca da impossibilidade de adoção da taxa média calculada para

empréstimos pessoais, constituem inovação, na medida em que não foram cogitadas por ocasião da interposição do recurso especial. Como é cediço, é vedado à parte inovar nas razões do agravo regimental, tendo em vista a ocorrência da preclusão como consequência de a questão não ter sido tratada oportunamente em sede de recurso especial. No que se refere à adoção da taxa média em detrimento das taxas efetivamente praticadas pela parte recorrente, o fundamento para a substituição não é a índole abusiva das taxas, mas sim a ausência de contratação expressa.

Observações:

55
Número do processo: EDcl no AREsp n.º 293.937/RS
Ministro-relator: Ministro Antônio Carlos Ferreira
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 26/11/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional de taxa de juros de cartão de crédito
Embargante: Guilherme Closs Carrilho (advogado particular)
Argumentos do embargante: O agravante aduz que o caso tratado nos autos não coincide com o do recurso especial repetitivo mencionado na decisão recorrida, visto que a pretensão recursal é de estabelecer qual a taxa média aplicável ao caso. Argumenta ser errônea a aplicação, pelo Tribunal de origem, da taxa média do cheque especial quando inexistente publicação pelo Banco Central do Brasil da taxa média para os contratos de cartão de crédito. Pede a fixação da taxa em 2,5% (dois e meio por cento) ao mês, conforme acórdão paradigma ou mantenha a taxa fixada na sentença de primeiro grau.
Embargado: Banco Bradesco S/A (advogado particular)
Argumentos do embargante: Não citados
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Aplicou a taxa média de operações de cheque especial, por não haver apuração da taxa média do mercado de cartão de crédito pelo BACEN.
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não

Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? EDcl no Ag n.º 1.304.199/RS, AgRg no Ag n.º 1.095.350/SE, AgRg no AREsp n.º 10.839/SE, AgRg no Ag n.º 891.040/RS, Súmula 7 do STJ, REsp n.º 1.256.397/RS.
Legislação citada: art. 544, § 4º, II, "a", do CPC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Não sendo possível verificar a taxa de juros, seja porque não foi pactuada entre as partes, seja pela ausência do instrumento contratual, prevalece a taxa média de mercado. Não há como acolher a pretensão recursal pois, para verificar qual taxa de juros seria razoável no caso, seria imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula n.º 7 do STJ. Ademais, a incidência da taxa média de juros do cheque especial mostra-se mais benéfica para o ora recorrente, tendo em vista que esta costuma ser inferior à taxa cobrada em operações de cartão de crédito.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações: Embargos recebidos como agravo regimental. Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

56
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 381.446/DF
Ministro-relator: Ministro Antônio Carlos Ferreira
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 26/11/2013
Tribunal de 2ª instância: Distrito Federal
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por falha no serviço
Agravante: Banco Santander S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Propugna que não há questão fática a ser analisada, mas sim da análise por este Superior Tribunal no que diz respeito à violação do art. 14, § 3º do CPC, bem como do artigo 403 do CC. Conforme demonstrado, o Banco não agiu com nenhuma modalidade de culpa, não tendo praticado qualquer ilícito, podendo se admitir no máximo que o requerido tenha sido vítima de uma possível ação criminosa de terceiros. O Banco não responde por atos ilícitos praticados por terceiros.
Agravado: Rui Dias de Carvalho (advogado particular)

Argumentos do agravado: Não citados.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Por se tratar de responsabilidade objetiva cabia ao banco réu comprovar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros, conforme disposto no art. 22 do CDC, tarefa da qual não se desincumbiu, respondendo pelos danos advindos de sua conduta. Impede ressaltar que não houve na hipótese perda ou extravio do cartão de crédito, mas a aquisição de novo bilhete aéreo, indevidamente, mediante ação de terceiro.
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no Ag n.º 997.929/BA, REsp n.º 721.725/RJ, Súmula 7/STJ, REsp repetitivo n.º 1.199.782/PR.
Legislação citada: Não citada;
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A jurisprudência pacífica desta Corte Superior é no sentido da responsabilidade objetiva da instituição financeira quanto aos danos materiais e morais decorrentes de falha na prestação de seus serviços. Revolver na conclusão tirada pelo Tribunal de origem quanto ao dever de indenizar e ao <i>quantum</i> indenizatório encontraria óbice na Súmula 7 do STJ.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

57
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 384.417/SC
Ministro-relator: Ministro Raul Araújo
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 17/10/2013
Tribunal de 2ª instância: Santa Catarina
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por inclusão indevida em cadastro de devedores
Agravante: Banco Simples S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Nas razões do agravo regimental, o agravante alega que não pretende o reexame de fatos. Sustenta, ademais, que: a) o autor possui débitos no

banco/agravante; b) ao inscrever o agravado nos órgãos de restrição ao crédito, não praticou nenhuma ilegalidade; c) o agravado não provou o fato constitutivo, impeditivo, extintivo ou modificativo do seu direito; d) não há dano a ser reparado, pois o banco não agiu de forma negligente, imprudente ou com imperícia, muito menos dolosamente, restando ausentes às modalidades de culpa, bem como não se verifica o dolo; e) o <i>quantum</i> deve ser minorado a fim de evitar o enriquecimento ilícito; f) deve ser indeferido o pedido de antecipação de tutela pretendida para excluir a inscrição do Autor pelo Banco requerido.
Agravado: Alcides Vanderlinde (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: O dano efetivo está consubstanciado pela inscrição indevida do nome do apelado nos órgãos de proteção ao crédito em razão de sua suposta inadimplência, fato que se tem por inverídico, pois, como o ônus da prova compete à ré, e esta não comprovou que o apelado estava inadimplente com a instituição financeira, não é legítimo o débito vinculado ao nome do apelado. Assim, toda vez que o réu formula sua defesa, isto é, ao apontar algum fato que possa impedir, modificar ou extinguir o direito do autor, na forma do artigo 333, II, do Código de Processo Civil, ele é quem passa a ter o ônus da prova. Desse modo, competia à apelante provar melhor a sua alegação, encargo que não desempenhou a contento. Assim, mostra-se clara a conduta culposa da apelante ao responsabilizar o apelado sem que ele fosse inadimplente, o que ensejou a indevida inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito e gerou injúria moral passível de indenização; dessa forma, caracterizado está o nexo de causalidade entre o dano e a conduta praticada.
Resultado em 1ª instância: Citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ, AgRg no Ag 1.222.004/SP, AgRg no Ag 1.019.589/RJ, AgRg no REsp 1.146.008/PR.
Legislação citada: Não citou
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A análise do entendimento do Tribunal de origem ensejaria reexame do contexto fático-probatório obstado pela Súmula 7/STJ. De outra parte, registra-se que a jurisprudência desta Corte é firme quanto à

desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio fato da inscrição indevida em órgão de restrição ao crédito, operando-se *in re ipsa*. Quanto ao montante fixado a título de indenização por danos morais, é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Dessa forma, não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 12.000,00 (doze mil reais) a título de reparação moral decorrente da inscrição indevida do nome do agravado em cadastro de proteção ao crédito, de modo que a sua revisão também esbarraria na Súmula 7/STJ. Quanto à tutela antecipada foi considerada preclusa por não aparecer na argumentação do Recurso Especial, tratando-se, portanto, de inovação.

Observações:

58
Número do processo: REsp n.º 1.256.397/RS
Ministro-relator: Ministra Nancy Andrigli
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 17/09/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de cobrança de dívida de cartão de crédito
Recorrente: Banco Citicard S/A (advogado particular)
Argumentos do recorrente: Alega violação dos arts. 4º, VI e IX, da Lei n.º 4.595/64 e da Resolução n.º 1.064/85 do Banco Central do Brasil – BACEN; bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que, nos termos da jurisprudência do STJ, ao se verificar a abusividade da taxa de juros contratada, deve-se adotar a taxa média de mercado da operação, não sendo admissível a adoção de taxa média relativa a qualquer outra modalidade contratual.
Recorrido: Celta Empreendimentos e Telecomunicações Ltda. (advogado particular)
Argumentos do recorrido: Não citado
Resultado no STJ: Deu provimento
Resultado em 2ª instância: Parcialmente procedente, aplicando a taxa de juros média das operações de cheque especial.

Resultado em 1ª instância: Julgou procedente o pedido de cobrança, afastando a alegação de abusividade da taxa de juros remuneratórios praticada.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1.112.879/PR, REsp 977.789/RS, REsp 591.484/RS, AgRg no Ag 1.316.972/SP, AgRg no Ag 1.095.350/SE, REsp 1.061.530/RS,
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Deve-se utilizar como parâmetro a taxa média aplicada às operações de cartão de crédito e não de cheque especial.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações:

59
Número do processo: REsp n.º 1.209.474/SP
Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 10/09/2013
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação declaratória de inexistência de contrato de cartão de crédito c/c indenizatória por danos morais
Recorrente: Edson Coelho - Espólio e outro, representado por Durvalino Coelho – inventariante (advogado particular)
Argumentos do recorrente: Os autores (espólio e viúva) interpuseram o presente recurso especial, defendendo, em síntese, que há legitimidade ativa de ambos para a ação indenizatória. Por fim, postularam a indenização pelos prejuízos extrapatrimoniais sofridos decorrentes da cobrança e do apontamento indevidos em nome do falecido. Em suas razões, a parte recorrente sustentou que o acórdão violou os artigos 5.º, X e XXXV, e 104, I a III, da Constituição Federal; 113, 139, 159, 166 e 169 do Código Civil/1916; 186 do Código Civil de 2002; 3.º, 12, 535, I e II, do Código de Processo Civil e 39, 46 e 51 do Código de Defesa do Consumidor, bem como apontou dissídio jurisprudencial. Requereu a reforma do julgado com a condenação da parte recorrida para que a indenize pelos prejuízos extrapatrimoniais

sofridos.
Recorrido: Tempo Serviços Ltda. (advogado particular)
Argumentos do Recorrido: Não citado
Resultado no STJ: Parcial provimento
Resultado em 2ª instância: O Tribunal <i>a quo</i> , no julgamento das apelações cíveis, Negou provimento ao recurso da parte autora e deu parcial provimento à apelação da administradora de cartão de crédito, reformando a sentença no tocante à condenação da ré no pagamento de indenização, sob o fundamento de que a viúva não sofreu cobrança vexatória, atribuída esta exclusivamente ao seu falecido marido, não constando o nome dela em órgãos de proteção ao crédito, mantendo, no mais, a sentença recorrida.
Resultado em 1ª instância: a sentença julgou procedente o pedido do espólio de declaração de inexistência da dívida, mas afastou o pedido de indenização por danos morais. Em relação à viúva, inversamente, afastou a sua legitimidade para o pedido declaratório, mas acolheu o seu pedido indenizatório. No mérito, a sentença julgou parcialmente procedente o pedido do espólio de ver declarado inexistente o contrato havido entre o falecido e a empresa administradora de cartão de crédito, bem como acolheu o pleito indenizatório da viúva, condenando a ré no pagamento de indenização por danos morais no valor arbitrado em R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), acrescidos de juros de mora da data do apontamento e correção monetária do arbitramento.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp 302029/RJ, REsp 521697/RJ.
Legislação citada: art. 292 do CPC, art. 597 do CPC, art. 6º do CC, art. 12, parágrafo único do CC, art. 20, parágrafo único, do CC,
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A primeira pretensão de natureza declaratória busca o reconhecimento da inexistência de contrato entre o <i>de cujus</i> e a empresa administradora do cartão de crédito, que, naturalmente, foi julgada procedente, não ensejando mais discussão. A segunda pretensão, de cunho indenizatório, refere-se à cobrança e ao consequente apontamento indevido do nome do falecido nos órgãos de proteção ao crédito como devedor inadimplente, tendo sido formulada tanto pelo espólio, quanto pela viúva. Primeiro, quanto à pretensão declaratória de inexistência de contrato, não há falar em

ilegitimidade da viúva ou em falta de interesse processual em ver declarado inexistente o contrato que poderia repercutir em seu quinhão hereditário. De todo modo, julgado procedente o pedido de declaração de inexistência de contrato formulado pelo espólio, restou prejudicado o mesmo pedido declaratório formulado pela viúva. No Direito brasileiro, apesar do encerramento dos direitos da personalidade com a morte de seu titular, há previsão legal expressa de proteção *post mortem* desses direitos em alguns casos específicos. Com efeito, o espólio não pode sofrer dano moral por constituir uma universalidade de bens e direitos, sendo representado pelo inventariante (art. 12, V, do CPC) para questões relativas ao patrimônio do *de cujus*. Entretanto, o cônjuge sobrevivente e os herdeiros da pessoa falecida podem postular uma reparação pelos prejuízos causados, após a sua morte, por um ato ilícito que atinge a imagem e a memória da pessoa falecida, conforme previsto no art. 12, parágrafo único, do Código Civil de 2002. (Dano reflexo)

Observações:

60
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 328.043/GO
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 27/08/2013
Tribunal de 2ª instância: Goiás
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por cartão de crédito clonado
Agravante: MB Comercial Eletroeletrônico Ltda. (advogado particular)
Argumentos do agravante: No que tange aos dispositivos tidos por violados, quais sejam, os artigos 186 e 927 do Código Civil, tem-se que não é necessário qualquer reanálise de provas, bastando interpreta-los e aplica-los ao caso dos autos.
Agravado: Cielo S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citada
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não

Foi considerada relação de consumo? Não. Apesar do STJ entender pela aplicação da teoria finalista aprofundada para abarcar no conceito de consumidor pessoa jurídica que apresenta vulnerabilidade fática, entendeu o julgador que não o configura o caso em questão.
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1027165/ES, Súmula 83 do STJ, Súmulas 5 e 7 do STJ.
Legislação citada: CPC e CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: No tocante ao dever de indenizar da Agravada, no caso em tela, os argumentos utilizados para fundamentar a pretensa violação legal somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o reexame das provas, não cabendo a este Tribunal, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório diante da incidência do óbice das Súmulas 5 e 7 desta Corte.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações:

61
Número do processo: REsp n.º 1.297.675/SP
Ministro-relator: Ministro Castro Meira
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Segunda Turma
Data de julgamento: 27/08/2013
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação ordinária para revisão de multa imposta por prática abusiva de envio de cartão de crédito sem solicitação do consumidor.
Recorrente: Fininvest S/A – negócio de varejo (advogado particular)
Argumentos do recorrente: Sustenta a recorrente, preliminarmente, violação dos arts. 128, 289, 458, III, 459, 460 e 535, II, todos do Código de Processo Civil, salientando haver decisão <i>citra petita</i> e omissão a respeito dos pedidos sucessivos pertinentes à redução dos valores da multa e dos honorários advocatícios. Acrescenta, ainda, que o acórdão recorrido teria deixado de enfrentar (i) o artigo 57, do CDC, quanto aos parâmetros e valor da multa aplicada pelo PROCON; (ii) os artigos 30 e 31, também do CDC, quanto ao conceito de oferta; (iii) o artigo 5º, § 6º, da Lei n.º 7.374/85, a propósito do Termo de Compromisso de Ajustamento n.º 043/99 firmado entre a FININVEST e o Ministério Público do Estado de São Paulo; (iv) os artigos 55, §§ 1º e 3º, e 57, do CDCF, no que diz respeito às Portarias n.º

6/2000 e 8/2000 do PROCON; (v) os artigos 56 e 39, § único, do CDC, quanto à inaplicabilidade da pena de multa; (vi) o artigo 39, inciso III, do CDC, quanto à suposta infração praticada pela FININVEST; e (vii) o artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, quanto ao princípio da irretroatividade das normas, garantido também no artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil. Aponta dissídio jurisprudencial no tocante à interpretação conferida ao art. 530 do Código de Processo Civil, trazendo à colação o acórdão proferido no REsp 1.007.072/MG. Insiste, nesse ponto, na necessidade de se apreciar nos embargos infringentes pedidos sucessivos feitos pela parte que teve sua apelação julgada totalmente procedente por maioria de votos. Sobre o mérito da demanda, alega afronta aos arts. 30, 31 e 39, III, do Código de Defesa do Consumidor diante da confusão pertinente aos conceitos de oferta vs. fornecimento, cabendo ser afastada a multa aplicada pelo PROCON. Conclui nessa parte que a conduta da Fininvest em nada violou a legislação consumerista, pois, ao contrário do afirmado no acórdão recorrido, o envio do cartão sonda não constituiu envio/remessa de qualquer produto ou prestação de serviço. Explica que, na verdade, ao enviar o cartão sonda à Sra. Maria Therezinha, a Fininvest limitou-se a lhe fazer uma oferta, indicando, inclusive as condições para tanto no contrato que poderia ser firmado com a Fininvest caso – frise-se – a consumidora manifestasse seu consentimento. Alega, igualmente, contrariedade aos arts. 39, parágrafo único, 56 e 57, do Código de Defesa do Consumidor. Segundo a recorrente, ainda que se considerasse que o envio do cartão sonda por parte da Fininvest configura a conduta vedada pelo artigo 39, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, não haveria razão para a aplicação da multa imposta pelo PROCON, tendo em vista que a conduta realizada pela recorrente não se subsume à sanção de multa. Entende que, nos termos do art. 39, III e parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, a remessa de produtos ou a prestação de serviços não solicitados, ao invés de sujeitar o fornecedor às sanções administrativa, sanciona o fornecedor impedindo-lhe de cobrar pelo bem fornecido ou pelo serviço prestado. Com isso, concretamente, admitir-se-ia, no máximo, a absoluta gratuidade dos produtos e serviços inerentes ao cartão sonda. Mas jamais se poderia aceitar a aplicação da sanção de multa presente no artigo 56, inciso I, que, aplicada conjuntamente à penalidade de equiparação à amostra grátis, configura *bis in idem*, porquanto pune duas vezes a realização do mesmo suposto ato ilícito. Quanto à negativa de vigência do art. 55, §§ 1º e 3º, do Código de Defesa do Consumidor, segundo alega, decorreu de manter-se a validade de uma multa aplicada com base em Portarias editadas em desconformidade com referido dispositivo. Argumenta que a edição de normas

administrativas que versem sobre a fiscalização e o controle da produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo (§ 1º do artigo 55 supramencionado) é de responsabilidade de uma comissão que deve contar necessariamente com a participação de fornecedores e consumidores. Entretanto, esse não foi o procedimento seguido na edição das Portarias 6/2000 e 8/2000. Com base na competência outorgada pelos artigos 14, inciso VI, da Lei Estadual n.º 9.192, de 23 de novembro de 1995 e 12, inciso II, *a*, da Lei Estadual n.º 10.177, de 30 de dezembro de 1998, todas as portarias do Procon são editadas exclusivamente por seu Diretor Executivo, inexistindo a comissão prevista no artigo 55, § 3º, do CDC. Assevera, também, que a aplicação de multa com base nas Portarias 6/2000 e 8/2000 viola o princípio da irretroatividade das normas, insculpido em nosso ordenamento tanto no artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil como no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Isso porque as Portarias supramencionadas foram editadas, respectivamente, em 14 de junho de 2000 e em 21 de novembro de 2000, sendo que a suposta infração cometida pela Fininvest teve lugar em dezembro de 1999. Acrescenta que o valor da pena de multa aplicada pelo Procon equivale à quantia histórica de R\$ 564.853,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e três reais). Todavia, esse valor foi arbitrado em discordância com os parâmetros fixados no artigo 57 do CDC. Diante do que dispõe o referido dispositivo, seriam três os critérios adotados pela lei para mensurar o valor da multa: (i) a gravidade da infração; (ii) a vantagem auferida; e (iii) a condição econômica do fornecedor. Ressalte-se que a lei não indica a predominância de nenhum deles, no que resulta estarem todos em pé de igualdade, devendo ser aplicados conjunta e harmoniosamente e sem que se dê maior importância a um em detrimento de outro. No entanto, a aplicada Portaria n.º 6/2000 privilegia demasiadamente a situação econômica do infrator, em detrimento dos demais critérios mencionados. Desse modo, caso o fornecedor seja uma entidade de relevante potencial econômico, como ocorre *in casu*, a penalidade será necessariamente exacerbada, ainda que o ilícito cometido seja de pouca ou nenhuma gravidade e mesmo que o suposto infrator não tenha auferido nenhuma vantagem decorrente do ato praticado, como também ocorre *in casu*. Portanto, ainda que se entenda como correta a manutenção da multa aplicada pelo Procon, o que se admite para argumentar, deverá ser reduzido o montante excessivo da penalidade. Por último, aponta contrariedade ao art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, ao manter-se a condenação da Fininvest ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) do valor da causa.

Recorrido: Fundação de proteção e defesa do consumidor – PROCON (procurador)

Argumentos do recorrido: Não citado
Resultado no STJ: Conhecido em parte e dado parcial provimento
Resultado em 2ª instância: O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por maioria, deu provimento à apelação para julgar improcedente a ação, invertendo-se a sucumbência imposta, para afastar, totalmente, a multa aplicada pelo PROCON Em sede de embargos infringentes, entendeu pela legalidade da aplicação de multa administrativa por infração ao art. 39, III, do CDC.
Resultado em 1ª instância: Em primeiro grau, a ação foi julgada improcedente, fixados os honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado dado à causa.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? Não.
Legislação citada: CPC, CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Diante do quadro fático-processual descrito, acolhidos os embargos infringentes (Segunda Câmara de Direito Público do TJSP) para reconhecer a legalidade da aplicação de multa administrativa pelo Procon, restabelecendo-se a sentença nessa parte, caberia à instância ordinária, de segundo grau, prosseguir com o exame do pedido alternativo de redução da multa contido na impugnação aos infringentes, sob pena de incorrer em omissão. A rejeição dos respectivos embargos de declaração nessa parte, por conseguinte, viola o art. 535 do Código de Processo Civil. No caso em debate, entendo haver efetiva omissão a respeito (i) dos efeitos do Termo de Compromisso de Ajustamento n.º 043/99 firmado com o Ministério Público, e (ii) da legalidade, aplicabilidade e irretroatividade das Portarias 6/2000 e 8/2000, itens relevantes e tratados nas petições de impugnação aos embargos infringentes e de embargos de declaração opostos ao acórdão dos mencionados infringentes. Faz-se necessária a manifestação do Tribunal de origem no tocante a esses temas, até mesmo para efeito de satisfazer o requisito do prequestionamento. Quanto aos demais dispositivos legais pertinentes ao mérito do cabimento da multa administrativa (arts. 30, 31, 39, III e parágrafo único, 55, §§ 1º e 3º, 56, e 57 do Código de Defesa do Consumidor), entretanto, encontram-se suficientemente prequestionados, alguns implicitamente, diante do enfrentamento da questão jurídica principal, o que afasta a omissão apontada nesse ponto. Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e dou-lhe provimento igualmente em parte para determinar que o Tribunal

de origem aprecie (i) o pedido alternativo de redução da multa, (ii) os efeitos jurídicos do Termo de Compromisso de Ajustamento n.º 043/99 firmado com o Ministério Público, e (iii) a legalidade, a aplicabilidade e a irretroatividade das Portarias 6/2000 e 8/2000. Ficam prejudicadas as demais questões trazidas no recurso especial e não enfrentadas neste acórdão. A consequência de tudo que foi relatado acima é que a alegada omissão a respeito do valor da verba honorária para o caso de improcedência da ação (honorários impostos à autora) carece de prequestionamento, incidindo a orientação da Súmula 282/STF.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações:

62
Número do processo: REsp n.º 1.261.513/SP
Ministro-relator: Ministro Mauro Campbell Marques
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Segunda Turma
Data de julgamento: 27/08/2013
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação ordinária para revisão de multa imposta por prática abusiva de envio de cartão de crédito sem solicitação do consumidor.
Recorrente: Banco Santander Banespa S/A (advogado particular)
Argumentos do recorrente: Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alega violação ao art. 535 do CPC, aos artigos 39, inciso III, e 57 do Código de Defesa do Consumidor e ao artigo 50, inciso II, da Lei n.º 9784/99. Sustenta que o Tribunal a quo foi omissos ao não se manifestar acerca dos seguintes pontos: (i) inexistência de conduta infracional, uma vez que se trata de cartão múltiplo, cujas funções são débito (movimentação da conta corrente) e crédito (que dependia da ativação por parte da recorrente); (ii) art. 57 do Código de Defesa do Consumidor; (iii) artigo 50, inciso II, da Lei n.º 9784/99. Aduz: (i) a ausência de conduta abusiva por parte do recorrente, uma vez que foi enviado ao consumidor cartão com função múltipla para a movimentação de sua conta (função débito), cuja função crédito só seria ativada por solicitação do cliente; (ii) a ausência de fundamentação aos critérios utilizados na fixação de penalidade acima do patamar mínimo legal, uma vez que foi desconsiderado o fato de inexistir dano ao consumidor, bem como a real condição econômica do fornecedor; (iii) a ausência de motivação suficiente para a aplicação da multa.

Recorrido: Fundação de proteção e defesa do consumidor – PROCON (procurador)
Argumentos do recorrido: Não citou
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citou
Resultado em 1ª instância: Não citou
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1199117/SP, AgRg no AREsp 152.596/SP, Súmula 7 do STJ.
Legislação citada: CPC, art. 39, inciso III, do CDC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Argumenta que as decisões do Tribunal a quo foram suficientemente fundamentadas e que, portanto, não teve contrariedade ao art. 535 do CPC. Além disso, há provas nos autos, conforme o entendimento do Tribunal a quo, de que a consumidora requereu apenas um cartão de crédito, tendo sido enviado, sem a sua solicitação o cartão múltiplo. A prática de envio de cartão de crédito sem pedido expresso do consumidor configura prática abusiva e contrária à boa-fé. Assim, para análise da pretensão do recorrente, no sentido de que não houve fundamentação na aplicação dos critérios utilizados na fixação de penalidade acima do patamar mínimo legal e motivação suficiente para a aplicação da multa, seria necessário o reexame da matéria fático probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do verbete de Súmula nº 7 desta Egrégia Corte.
Observações:

63
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.376.256/RS
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 27/08/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional da taxa de juros do contrato de cartão de crédito

Agravante: Banco CSF S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega o agravante: a) a impossibilidade de limitar os juros à taxa média de mercado, em operação de cartão de crédito, diante da apontada não comprovação da abusividade ou onerosidade excessiva das taxas praticadas pela instituição financeira; b) legalidade da cobrança da capitalização mensal dos juros; c) a impossibilidade de repetição de indébito e /ou compensação de valores.
Agravado: Lauri José Teixeira Dias (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Determinou a aplicação da taxa de juros na média de mercado em relação ao cheque especial, por não ter dados relativos ao cartão de crédito.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Aplicação da Súmula 297 do STJ, entendendo pela aplicação do CDC aos bancos.
Foram citados precedentes judiciais? REsp 515.805/RS, REsp 602.068/RS, REsp 407.097/RS, REsp 537.113/RS, AgRg no Ag 565777/RS, AgRg no REsp 809.872/RS, REsp 345.500/RS, AgRg no Ag 135.461/RS, AgRg nos EDcl no REsp 1198380/SC, AgRg no Ag 1095350/SE, AgRg no Ag 891.040/RS.
Legislação citada: Decreto-Lei n.º 167/67 e Decreto-Lei n.º 413/69
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: No caso em apreço, contudo, tendo o Acórdão recorrido afastado a capitalização mensal dos juros em razão da ausência de comprovação de previsão contratual, não há como acolher a pretensão do banco recorrente, ante o óbice das Súmulas 05 e 07 do Superior Tribunal de Justiça. É assente na jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte, o entendimento segundo o qual os juros remuneratórios devem ser fixados à taxa média do mercado em operações da espécie, quando não for possível aferir a taxa de juros acordada, pela falta de pactuação expressa ou pela não juntada do contrato aos autos, inclusive em se tratando de contratos de cartão de crédito. Nota-se que, no caso, a instituição bancária alegou, em suas razões recursais, que era ilegal a restituição de pagamento. Observa-se que a jurisprudência deste Tribunal é assente no sentido de que quem recebe pagamento indevido deve restituí-lo

para obviar o enriquecimento indevido, a despeito de ter havido erro no pagamento.

Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

64

Número do processo: AgRg no AREsp n.º 71.774/SP

Ministro-relator: Ministro Raul Araújo

Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta turma

Data de julgamento: 20/08/2013

Tribunal de 2ª instância: São Paulo

Titularidade da ação: Individual

Tipo de demanda: Ação de prestação de contas

Agravante: Banco Sudameris Brasil S/A (advogado particular)

Argumentos do agravante: Em suas razões recursais, sustenta o ora agravante que: (a) o STJ determinou a suspensão (ou sobrestamento) dos processos judiciais que discutem a obrigação de a instituição financeira exibir documentos comuns às partes; (b) pode ser verificado que não há interesse de agir por parte do Agravado, pois além de não requerer os documentos via administrativa, é pacificado que não são necessários os extratos de poupança para propositura de ação.

Agravado: Silvia Maria dos Santos (advogado particular)

Argumentos do agravado: Não citado

Resultado no STJ: Negou provimento

Resultado em 2ª instância: Recurso provido em parte.

Resultado em 1ª instância: Não citado

Votação: Unanimidade

Voto divergente: Não

Foi considerada relação de consumo? Não citado

Foram citados precedentes judiciais? AgRg no REsp 1.020.152/MG, AgRg no REsp 1.096.834/MG, AgRg no REsp 1.104.257/MG, AgRg no AG n.º 768.562/SP, REsp n.º 551.619/RS, REsp n.º 522.491/RS, AG n.º 1.282.493/RJ, AG n.º 1.200.793/PR, AgRg no Ag n.º 812.923/PR, REsp n.º 242.204/RJ, AgRg no REsp 1.176.747/PR, AgRg no Ag 680.955/PR REsp 1.060.217/PR, AgRg no REsp 705.871/SP, AgRg no Ag 984.572/PR, REsp 242.204/RJ, REsp 534.061/RS, RESP 457.391/RS.

Legislação citada: art. 543-C do CPC, Resolução n.º 8 do STJ,

Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Anote-se, de início, que a determinação de suspensão dos recursos cuja matéria se encontra afetada para julgamento pela sistemática prevista no art. 543-C do Código de Processo Civil e na Resolução n.º 8, de 7 de agosto de 2008, desta Corte, dirige-se aos Tribunais locais, não abrangendo os apelos especiais já encaminhados a este Tribunal. Além disso, a decisão agravada foi proferida em consonância com o entendimento jurisprudencial desta Corte, no sentido de que o titular de cartão de crédito tem interesse em propor ação de prestação de contas objetivando esclarecimentos sobre os lançamentos realizados. Outrossim, é assente o entendimento deste C. Superior Tribunal de Justiça, de que não é possível do cliente do banco uma pormenorização rigorosa dos pontos que se lhe apresentam duvidosos, durante a relação jurídica mantida, bem como que 'inexiste pedido genérico se o autor indica o período e os lançamentos de débito efetuados pela instituição financeira a serem esclarecidos.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

65
Número do processo: EDcl no AREsp n.º 201.083/MS
Ministro-relator: Ministro João Otávio de Noronha
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 13/08/2013
Tribunal de 2ª instância: Mato Grosso do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional da taxa de juros de cartão de crédito
Embargante: Carrefour Administradora de Cartões de Crédito Comércio e Participações Ltda. (advogado particular).
Argumentos do embargante: Argumenta que não se poderia determinar que os juros remuneratórios fossem limitados à taxa média de mercado à época da contratação, visto que o Banco Central não disponibiliza os índices aplicáveis aos cartões de crédito. Além disso, aduz que não há provas de que esteja praticando juros abusivos. Quanto à comissão de permanência, argumenta que devem prevalecer os juros moratórios e a multa expressamente previstos no contrato.
Embargado: Jucimara Fabrício Amorim (advogado particular)
Argumentos do embargado: Não citado

Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? EDcl no AgRg no REsp n.º 774.139/PR, EDcl no REsp n.º 692.280/PR, EDcl no Ag n.º 722.492/PR, Súmulas n.º 30, 294 e 296 do STJ, AgRg no Ag n.º 1.316.972/SP, AgRg nos EDcl no REsp n.º 1.198.380/SC, AgRg no REsp n.º 1.193.443/RS, AgRg no Ag n.º 1.095.350/SE.
Legislação citada: Não citado
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Apesar de ser perfeitamente cabível a oposição de embargos declaratórios a decisões monocráticas do relator, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que tal recurso, sempre que possível, seja recebido como agravo regimental. A decisão recorrida está em consonância com a jurisprudência desta Corte de que, ante a impossibilidade de se verificar o índice de juros remuneratórios pactuado no contrato de cartão de crédito, aplica-se a taxa média de mercado. Ademais, com base no enunciado das Súmulas n.º 30, 294 e 296 do STJ, a comissão de permanência é inacumulável com os demais encargos da mora.
Observações: Recebeu embargos de declaração como agravo regimental.

66
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 102.737/RJ
Ministro-relator: Ministro Marco Buzzi
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 06/08/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por indevido desconto de débito de cartão de crédito em conta corrente.
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega que, no recurso especial, não se pretende o reexame da

prova, mas apenas a revisão do valor da indenização fixado, porquanto exagerado, descabendo a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.
Agravado: Renata Bianca Rittmeyer (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Recurso não provido.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7 do STJ, RESP 259.816/RJ, AgRg no REsp 1220686/MA, AgRg no AREsp 57.363/RS,
Legislação citada: CPC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Incide o enunciado da Súmula 7 do STJ no que tange ao exame da pretensão voltada à redução da verba indenizatória fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Com a apreciação reiterada de casos semelhantes, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o <i>quantum</i> fosse irrisório ou excessivo, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição. Do exposto, nego provimento ao agravo regimental aplicando multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa (R\$ 30.000,00 em 24/06/2009) ante a manifesta inadmissibilidade do reclamo, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia (art. 557, § 2º, do CPC).
Observações:

67
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.235.612/RS
Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sansaverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 06/08/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional de taxa de juros

Agravante: Banco Carrefour S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Em suas razões recursais, asseverou que a decisão da Corte de origem contrariou frontalmente a orientação do STJ quando do julgamento do REsp 1.061.530/RS, AgRg no Ag 1.399.093/SC e no AgRg no AREsp 221.562/RS, especialmente sobre a revisão dos juros remuneratórios e apuração da alegada abusividade das taxas praticadas pelo recorrente, para tanto não sendo necessário o revolvimento fático probatório. Ressaltou não evidenciada cabalmente a abusividade da taxa aplicada, cotejando-se indevidamente a média das taxas de cheque especial com aquela constante no contrato de cartão de crédito, que sequer são mencionadas. Finalizou dizendo não atrair o enunciado 7/STJ a alegação de que a capitalização mensal era possível, pois, a partir da MP 1.963/00, sua cobrança é permitida. Inexiste, ainda, repetição de indébito sem que se evidencie erro no pagamento, e incabível sentença condicional, na forma dos arts. 877 do CCB e 460, parágrafo único, do CPC.
Agravado: Nilza Maria Dal Piva (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Mantem a limitação dos juros remuneratórios mudando o parâmetro para a taxa de juros média para o cheque especial conforme apuradas pelo BACEN <i>In casu</i> não há qualquer documento que esclareça a data da contratação, sendo impossível, portanto, verificar se a celebração do contrato ocorreu antes ou após a edição da MP supramencionada, que permitiu a capitalização mensal. Ao depois, não há no contrato sub judice pactuação a respeito.
Resultado em 1ª instância: Limitou a taxa de juros.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1.318.090/RS, AgRg no Ag 1316972/SP, AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1100346/RS, EDcl no AgRg no Ag 704.724/MS, Súmulas 5 e 7 do STJ, AgRg no REsp 1142414/SP.
Legislação citada: MP 1.963/00.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A verificação, no entanto, da abusividade ou não, no caso dos autos, não se revela possível. É que não se fez constar no

acórdão recorrido a disparidade existente entre as taxas cotejadas, matéria que se insere no contexto fático-probatório da causa, cuja apreciação encontra óbice no enunciado 7/STJ. No mesmo sentido, em relação à capitalização mensal de juros em que o Tribunal de origem entendeu pela ausência de comento hábil a provar se a celebração do documento ocorreu antes ou após a edição da MP 1.963/00. Reverter no mérito encontra óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ.
Observações: Manteve as decisões por seus próprios fundamentos.

68
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 92.488/RJ
Ministro-relator: Ministro João Otávio de Noronha
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 25/06/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Insurge-se contra a pretensão autoral, argumentando que a instituição bancária já presta as contas devidas aos clientes. Além disso, alega ser incabível a revisão do contrato por meio da demanda de prestação de contas, devendo aquela ser buscada por meio de ação própria.
Agravado: Roberto Carlos Gomes da Silva (em causa própria)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 259/STJ, AgRg no AREsp n.º 264.070/MG, EDcl no AREsp n.º 106.235/PE, AgRg no Ag n.º 1.226.583/SP, Súmula 83/STJ
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada

Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A possibilidade da prestação de contas em contratos bancários se dá pela Súmula 259 do STJ. Se é absurdo exigir que sejam fornecidos esclarecimentos sobre lançamentos referentes a extenso período, não se pode olvidar que cabe ao banco prestar contas acerca de movimentações efetuadas durante período certo, principalmente em se tratando de débitos a cargo do cliente relativos a custos financeiros e despesas por serviços bancários. Nesse contexto, o correntista, mesmo recebendo extratos bancários, tem legítimo interesse em propor ação de prestação de contas para aferir a regularidade de lançamentos efetuados unilateralmente pela instituição financeira. (Súmula 83 do STJ). Decidiu-se ainda no acórdão recorrido pela possibilidade do pedido de prestação de contas diante da narrativa constante na petição inicial. Dessa forma, rever tal entendimento encontra óbice na Súmula n.º 7 do STJ.

Observações:

69
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.339.771/RS
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 25/06/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Silvia Terra Ludwig (advogado particular)
Argumentos do agravante: Aduz que: i) teria havido efetiva violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, e ii) a Súmula 07/STJ não teria aplicação ao caso concreto, porquanto desnecessário revisar fatos e provas.
Agravado: Banco Bradesco S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado:
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Ainda que haja fortes indícios de que a adesão à proposta para emissão de cartão de crédito tenha ocorrido antes de agosto de 1998, quando assinado o contrato apresentado pela instituição financeira, não há razão para considerar o período anterior a março de 1997, data em que teria ocorrido o primeiro pagamento parcial da fatura e a partir de quando teriam incidido os encargos cujos percentuais foram reduzidos pelo

acórdão objeto da presente liquidação. Recurso parcialmente provido.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7 do STJ
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Não se viabiliza o especial pela indicada ausência de prestação jurisdicional, porquanto a matéria em exame foi devidamente enfrentada, emitindo-se pronunciamento de forma fundamentada e sem contradições. A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte. Não procede a alegação de ofensa à coisa julgada, porquanto, conforme destacado pelo acórdão recorrido, a petição inicial da ação revisional afirmava que a Recorrente era correntista desde 1979, mas requereu a revisão das cláusulas do contrato de cartão de crédito desde a data da sua primeira utilização, termos em que julgado procedente o pedido em segundo grau de jurisdição. Nesses termos, a discussão relativa ao momento em que efetivamente contratado o cartão de crédito e, bem assim, ao momento em que surgiram os primeiros débitos constitui matéria fática, cujo exame refoge ao âmbito de cabimento do Recurso Especial, a teor do que dispõe a Súmula 07/STJ.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

70
Número do processo: AgRg no REsp n.º 997.118/MG
Ministro-relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 25/06/2013
Tribunal de 2ª instância: Minas Gerais
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por furto de cartão de crédito
Agravante: Banco ABN AMRO Real S/A (advogado particular)

Argumentos do agravante: Valor exorbitante da indenização.
Agravado: Maria Helena Quadros dos Santos (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Demonstrada nos autos a ocorrência de conduta danosa levada a efeito pela administradora de cartão de crédito, disto decorre seu dever de reparar os consectários daí advindos.
Resultado em 1ª instância: Entendeu pelo não dever de reparar do Banco por não ter conduta dolosa ou culposa, já que a cliente bancária não comunicou a Instituição Financeira sobre o furto de seu cartão, agindo, aquela, portanto, dentro dos limites de um direito seu.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não citado
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 83 do STJ, REsp 348.343/SP, REsp 970.322/RJ, REsp 1.058.221/PR, Súmula 7/STJ, Súmula 211/STJ, AgRg no AREsp 118.092/RS, REsp 944.308/PR, AgRg no AREsp 235.303/RJ, AgRg no AREsp 55.177/MG, AgRg no AREsp 88.468/MS, AgRg no AREsp 79.187/RJ.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Entendeu que a decisão do Tribunal está conforme o entendimento jurisprudencial do STJ, aplicando a Súmula 83 do STJ. Isso porque, a jurisprudência deste Tribunal vem se firmando no sentido de que a circunstância de o uso irregular do cartão ter ocorrido antes do titular comunicar o extravio não tem o condão de afastar a responsabilidade da instituição financeira. Inclusive, qualquer cláusula nesse sentido existente no contrato firmado entre as partes é claramente abusiva, pois impõe exclusivamente ao consumidor risco inerente ao negócio. Além disso, ainda que se conclua que o descuido da recorrida de alguma forma representou um ato de negligência, o CDC somente afasta a responsabilidade objetiva do fornecedor em caso de culpa exclusiva do consumidor, situação que, por óbvio, não se cogita na espécie. No mais, a pretensão recursal não merece êxito diante dos óbices das Súmulas n. ^{os} 7 e 211 do Superior Tribunal de Justiça. Com efeito, para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do Tribunal local, que reconheceu a existência de danos morais, mister se faz a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que, como já decidido, é inviabilizado, nesta instância

superior, pela Súmula n.º 7 desta Corte. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula n.º 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que arbitrada indenização no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

71
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 28.382/RS
Ministro-relator: Ministro João Otávio de Noronha
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 20/06/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: Lojas Renner S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Afirmar a existência, no acórdão recorrido, de omissão acerca da impossibilidade de prestação de contas de forma individualizada e da falta de interesse processual ante a apresentação de pedido genérico. Sustenta também que demonstrou a divergência jurisprudencial com acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça.
Agravado: Leandro Farias Fernandes (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no Ag 812.923/PR, EDcl no Ag 829.662/GO, AgRg no REsp n.º 1.250.935/RS, AgRg no AREsp n.º 189.153/SP, AgRg no Ag n.º 1.332.956/RS, AgRg no REsp n.º 1.111.745/RJ.
Legislação citada: CPC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Verifica-se que não houve

contrariedade ao art. 535 do CPC, tendo em vista que, no acórdão recorrido, procedeu-se à análise detida das questões suscitadas pela ora agravante, não havendo, portanto, negativa de prestação jurisdicional. Esclareça-se também que o fato de o julgamento não ter correspondido à expectativa da parte não constitui hipótese de cabimento dos aclaratórios, tampouco caracteriza vício no julgado. Ademais, a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, mesmo no caso em que a parte interpõe recurso com o objetivo de prequestionamento, é preciso que o aresto impugnado contenha em si alguma das imperfeições elencadas no art. 535 do CPC. Por fim, em relação à falta de interesse de agir, verifica-se que o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência do STJ de que o titular de cartão de crédito, independentemente de receber as faturas mensais, pode acionar judicialmente a administradora de cartão de crédito a fim de obter a prestação de contas dos encargos que lhe são cobrados.

Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

72
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 63.715/DF
Ministro-relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 18/06/2013
Tribunal de 2ª instância: Distrito Federal
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de cobrança
Agravante: Redecard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: A agravante: (a) insiste na ocorrência de violação do art. 535 do CPC, diante da existência de obscuridades no acórdão recorrido, (b) sustenta o devido prequestionamento da matéria, e (c) afirma a desnecessidade de interpretação de cláusula contratual ou reexame do conteúdo probatório dos autos.
Agravado: Guedy's e Guedy's Confecções Ltda.- Microempresa (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Fundamenta conforme a sentença, entendendo pela abusividade das cláusulas e pelo provimento da ação de cobrança.
Resultado em 1ª instância: A declaração de abusividade das cláusulas Oitava e Décima

Sexta do contrato firmado entre as partes é medida que se impõe, no caso, isso com fulcro no artigo 424 do CC/02, restando que em não se tendo detectado qualquer negligência da microempresa para com a operação realizada, deve a ré arcar com o pagamento do valor total da venda que fora por ela autorizada com regularidade. Quanto à alegação de que a autora/apelada, Guedy's e Guedy's Confeccões Ltda. ME, devia ter desconfiado da fraude porque o seu faturamento mensal era de cerca de R\$ 1.000,00, e que no mês em que ocorreram as fraudes suas vendas totalizaram aproximadamente R\$ 22.000,00, não socorre a apelante, pois tais informações não foram comprovadas, sendo insuficiente para tanto o documento apresentado.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmulas 5 e 7 do STJ.
Legislação citada: CPC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: De início, reitere-se que não houve ofensa ao art. 535 do CPC, pois o Tribunal de origem decidiu de forma clara a controvérsia, ainda que de forma contrária ao interesse da parte. Ademais, a agravante não logrou afastar a incidência das Súmulas n.º 5 e 7 do STJ. É inviável, no âmbito desta Corte, reavaliar fatos e provas dos autos a fim de alterar o entendimento a que chegou o Tribunal de origem sobre a ausência de negligência na conduta da microempresa ora agravada, ao aceitar os pagamentos com cartão de crédito. Sendo assim, não prosperam os elementos constantes no recurso, incapazes de alterar os fundamentos da decisão recorrida.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

73
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 315.458/MS
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 11/06/2013
Tribunal de 2ª instância: Mato Grosso do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de obrigação de fazer c/c com danos morais por desconto não

autorizado de valores de cartão de crédito em débito automático.
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Pugna pela reforma da decisão agravada, sustentando que restaram devidamente apontadas as violações federais e demonstrada a divergência jurisprudencial. Alega a não incidência das Súmulas 284/STF e 7/STJ. Insurge-se contra a proibição de descontos do valor correspondente ao mínimo da fatura de cartão de crédito na conta corrente do recorrido. Reitera, ainda, o descabimento da multa diária fixada. Pugna, outrossim, pela sua redução.
Agravado: Carlos Wagner Vasconcelos Batista (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Deve ser mantida a decisão impugnada se o recorrente pretende apenas a rediscussão da matéria, sem trazer fato novo, capaz de promover a modificação do decisum.
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ, Súmula 284/STF, AgRg no REsp 989.964/RS, REsp 938605/CE, REsp 879253/RS, REsp 705.914/RN, REsp 914.389/RJ, REsp 793.491/RN, AgRg no Ag 745.631/PR, REsp 836.349/MG, REsp 422.966/SP, REsp 775.233/RS, REsp n.º 638.806/RS, AgRg no AG n.º 510.177/RJ, AgRg no Ag 1039718/RS, REsp 914.389/RJ, AgRg no REsp 663.157/RS.
Legislação citada: CPC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: De início, quanto à alegação de que os descontos efetuados na conta corrente do recorrido estavam autorizados e em relação à fixação da multa diária, verifica-se que o recorrente não particularizou o dispositivo legal tido afrontado. Tal deficiência, com sede na própria fundamentação da insurgência recursal, impede a abertura da instância especial, a teor do enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia. E quanto ao pretendido dissenso jurisprudencial no tocante à multa diária, observa-se evidente deficiência na interposição do Recurso, não bastando a simples transcrição de ementas ou trechos avulsos a fim de comprovar a

desarmonia jurisprudencial. Faz-se necessário para sua viabilização, a transcrição dos trechos dos Acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Ainda que assim não fosse, anote-se que a convicção a que chegou o Acórdão recorrido, tendo entendido pela necessidade de aplicação da multa, decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do Especial à luz da Súmula 7 desta Corte. No tocante ao valor da multa diária por descumprimento de ordem judicial e ao dissídio pretoriano apontado, vale ressaltar que o artigo 461 do Código de Processo Civil permite que o magistrado altere, de ofício ou a requerimento da parte, o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não se observando a preclusão. A revisão de astreintes só será lícita por esta Corte caso apresente um valor irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu no caso com a cominação de multa de R\$500,00 (quinhentos reais).

Observações: Manteve decisão agravada pelos próprios fundamentos.

74
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 302.429/RJ
Ministro-relator: Ministro João Otávio de Noronha
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 28/05/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por danos morais por envio de cartão de crédito não solicitado.
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: O agravante aduz que não pretende o reexame da matéria fática delineada nos autos, e sim o enquadramento jurídico dado às questões.
Agravado: Roberto Lopes Tavares Silva (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Negou provimento ao recurso de apelação da agravante, entendendo pela existência de dano moral mediante o envio de cartão de crédito não solicitado.

Resultado em 1ª instância: Sentença de procedência.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ.
Legislação citada: CPC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: O Tribunal de origem apoiou-se nos elementos de prova contidos nos autos para reconhecer que a conduta do banco réu gerou o dever de indenizar. Para que se possa concluir de forma contrária ao que decidido e aferir inexistência de conduta ensejadora do dever de indenizar, conforme quer o banco recorrente, seria necessário proceder ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n.º 7/STJ.
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos.

75
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 277.566/SP
Ministro-relator: Ministro Marco Buzzi
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 02/05/2013
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por danos morais por cartão de crédito clonado
Agravante: Banco Bradesco S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Nas razões do agravo regimental (fls. 343/384, e-STJ), sustenta-se que o recurso outrora interposto não se revela manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado, tampouco em confronto com súmula ou jurisprudência dominante. Além disso, afirma-se que a decisão ora combatida viola os princípios da legalidade, do devido processo legal e da ampla defesa.
Agravado: Rafael Moraes de Oliveira Abuchahla (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Negou provimento

Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no Ag 1147543/MG, AgRg no AREsp 12.117/PR, AgRg no AREsp 112.807/PR, AgRg no AREsp 270.301/SP, AgRg no AREsp 151.885/PR, AgRg no AREsp 171.560/MG, AgRg no REsp 1.308.465/AL, Súmula 7/STJ.
Legislação citada: CPC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: O STJ entende que, nos casos de recurso manifestamente improcedente ou contrário à jurisprudência dominante do tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, é possível a decisão monocrática denegatória de seguimento proferida pelo Relator, sendo desnecessário submeter o feito à apreciação do órgão plural. No caso, questiona-se a fixação de astreintes no valor diário de R\$ 300,00 (trezentos reais) com o fim de determinar a suspensão do lançamento, com débito automático em conta corrente, de despesas relativas a cartão de crédito supostamente clonado. A redução da multa cominatória, segundo a orientação do STJ, somente é possível quando a imposição revelar-se desrazoável e desproporcional, o que não é o caso apresentado, conforme julgados do próprio STJ. Além disso, quanto à correção do prazo para o cumprimento da medida, vislumbra-se que a análise da alegação trazida no recurso especial esbarra no empecilho da Súmula 7/STJ, porquanto demanda reexame de fatos e provas constantes dos autos. Das circunstâncias fáticas extraídas do caso, vê-se que a imposição da satisfação imediata da ordem judicial foi devidamente justificada, na medida em que, tendo a instituição bancária realizado há muito o bloqueio do cartão de crédito, era desprovida de sentido a cobrança, em conta corrente, de novos valores relativos a este. Assim, não carece de razoabilidade a decisão do magistrado, que goza de liberdade para fixar o prazo de cumprimento de suas determinações, limitado apenas pela prudência. É importante ressaltar também que, na hipótese, o descumprimento da decisão judicial perdurou por 3 dias, resultando na penalidade total de R\$ 900,00 (novecentos reais). Esse valor não se demonstra excessivo, daí descabe falar em enriquecimento ilícito da parte adversa. Ademais, a interposição de agravo regimental para o colegiado permite a apreciação de todas as questões suscitadas no reclamo, suprindo, assim, eventual violação do artigo 557 do CPC.
Observações:

76
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 137.130/SP
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 23/04/2013
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Banco Citicard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega a instituição financeira Recorrente ofensa aos artigos 4º, IX, e 17 da Lei n.º 4.595/64 e 354 do Código Civil, bem como divergência jurisprudencial, alegando a inexistência de limitação dos juros remuneratórios e a possibilidade de capitalização dos juros.
Agravado: Aginaldo Luiz Oliveira (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Limitou os juros remuneratórios em 12% ao ano, sem capitalização, pois a administradora não demonstrou o custo do financiamento obtido, podendo ela apenas cobrar a taxa dos juros remuneratórios de 1% ao mês.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 282/STF, Súmula 356/STF, REsp 399.353/RS.
Legislação citada: Lei n.º 4.595/64, CC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Verifica-se, novamente, que o conteúdo normativo dos artigos 4º, IX, e 17 da Lei n.º 4.595/64 e 354 do Código Civil não foi objeto de análise pela decisão impugnada, sem que o recorrente opusesse embargos de declaração, a fim de ver suprida eventual omissão. Tendo a instância <i>a quo</i> deixado de examinar explicitamente a matéria objeto do especial, incidem, por analogia, os enunciados

282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Ressalte-se que, mesmo que se admita a configuração da empresa administradora de cartão de crédito como instituição financeira, o que não é o pensamento do Relator, no caso, o especial não pode ser conhecido porque permaneceu intacta a fundamentação do Acórdão recorrido sobre a nulidade da cláusula-mandato, sobre a ausência de prova das fontes e índices de captação dos aportes utilizados no financiamento, e, principalmente, sobre o desconhecimento do usuário das condições do negócio.
Observações:

77
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.312.926/SP
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 16/04/2013
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Juraci Rissoli (advogado particular)
Argumentos do agravante: Nas razões de Agravo Regimental, insiste a agravante nas alegações de ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, de que é ilícita a cobrança de juros capitalizados e de que a restituição do indébito deve se dar na forma prevista no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor. Argumenta, ainda, que a Sentença e o Acórdão não atribuíram o correto valor ao conjunto probatório produzido nos autos.
Agravado: Banco Bradesco S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Recurso não provido
Resultado em 1ª instância: Improcedência
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo?
Foram citados precedentes judiciais? REsp 407.097/RS, REsp 537.113/RS, AGREsp 565.262/RS, Súmula 211/STJ, Súmula 7/STJ.

Legislação citada: CPC, CC, CDC.
<p>Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Verifica-se que o Tribunal de origem apreciou todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia nos limites do que lhe foi submetido. Portanto, não há que se falar em violação do artigo 535 do Código de Processo Civil (CPC) ou negativa de prestação jurisdicional. No que diz respeito aos arts. 131, 145, 420, caput e parágrafo único, e 436 do Código de Processo Civil; 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor; 1.531 do Código Civil de 1916, verifica-se que o Acórdão recorrido não tratou a respeito das questões alegadas pelo recorrente. Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento dos temas tratados nos dispositivos legais tidos por violados. Incide, à espécie, o óbice da Súmula 211/STJ. Em relação à capitalização dos juros, no caso em apreço, o Acórdão recorrido, a partir do exame das provas dos autos, concluiu que não resta caracterizada a capitalização de juros, uma vez que os juros são cobrados mensalmente sobre o saldo devedor financiado na fatura, de modo que se constitui novo débito. Dessa forma, o acolhimento da pretensão recursal para que se chegue à conclusão de que houve cobrança de juros capitalizados, conforme alega o recorrente, demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, obstando a admissibilidade do especial a Súmula 7 do STJ. O fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano, por si, não implica abusividade; impõe-se sua redução, tão-somente, quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado após vencida a obrigação, o que não restou caracterizado na espécie. Quanto à devolução em dobro dos valores pagos a maior, a jurisprudência deste Tribunal é assente no sentido de que tal determinação só é cabível em caso de demonstrada má-fé, o que não foi comprovado na hipótese dos autos.</p>
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

78
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 274.571/RJ
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 19/03/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual

Tipo de demanda: Ação de indenização por danos morais em razão de lançamentos indevidos em fatura de cartão de crédito.
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega o agravante violação dos arts. 186, 884, 885, 927 e 944 do Código Civil, e 6º do Código Civil, sustentando, em síntese: a) ausência de elemento caracterizador do dano moral indenizável; b) necessidade de redução do valor da condenação, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
Agravado: Maria Luzia Batista do Santos (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Entendeu pela existência de dano moral indenizável.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ, REsp 705.247/RS, REsp 331.221/PB, REsp 280.219/SE.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A revisão do julgado com o consequente acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame de circunstâncias fáticas da causa, o que não se admite em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula deste Tribunal. Por sua vez, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente, tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestime o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro modo, enriquecimento indevido. Desse modo, não obstante os argumentos expendidos pelo recorrente, não se vislumbra, em face da quantia afinal fixada pelo Acórdão <i>a quo</i> - R\$ 3.000,00 (três mil reais) -, razão para a intervenção deste Tribunal.
Observações:

79
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 82.523/RS
Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 19/03/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo (advogado particular)
Argumentos do agravante: O agravante pugna pela modificação do julgado, alegando que (a) na verdade a matéria não está pacífica na jurisprudência; (b) não especifica o autor nenhum exemplo concreto de lançamento não autorizado, sendo o pedido genérico e (c) há ausência de interesse de agir.
Agravado: Carmen Silvia Ribeiro Dias (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo?
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 259/STJ, AgRg no Ag 1055258/GO, AgRg no Ag 925.210/SC, Súmula 83/STJ e Súmula 7/STJ.
Legislação citada: Não citou
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Quanto ao interesse de agir, o Tribunal de origem se alinhou à jurisprudência desta Corte no sentido de que "a ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta corrente bancária" (Súmula 259/STJ). Outrossim, em relação ao pedido genérico também é assente no sentido de que não é possível exigir do cliente do banco uma pormenorização rigorosa dos pontos que se lhe apresentam duvidosos, durante a relação jurídica mantida, bastando o autor apontar o vínculo jurídico existente com o réu e especificar o período que demanda esclarecimento. Sendo assim, em perfeita harmonia o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante desta Corte

Superior impõe a aplicação, à hipótese dos autos, do enunciado 83/STJ. Ademais, mesmo que assim não fosse, quanto às alegações de que restou ausente na petição inicial a indicação do período que demandaria esclarecimentos, o acórdão recorrido, asseverou que o autor referiu possuir o contrato de cartão de crédito e conta corrente, juntando cópia dos cartões, além de ter requerido a prestação de contas de todo o período da vigência do contrato entre as partes. Assim, elidir as conclusões do aresto impugnado demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

80
Número do processo: AgrRg no REsp n.º 1.250.935/RS
Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 26/02/2013
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: Banco do Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Afirma a ausência de interesse do autor, uma vez que não demonstra, na exordial, qualquer ocorrência duvidosa, ensejadora do dever de a instituição financeira prestar contas.
Agravado: Claudiomiro Lazarin (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citou
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Ainda que o correntista tenha direito a esclarecimentos acerca dos lançamentos efetuados em sua conta corrente, não se verifica presente a obrigação da ré em prestar as contas pretendidas. Ausência de interesse de agir, porquanto o autor não demonstra onde reside a insuficiência das informações prestadas nos extratos bancários que lhes são fornecidos mensalmente. Apelo desprovido.
Resultado em 1ª instância: Não citou
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não

Foi considerada relação de consumo? Não citou
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1105747/PR.
Legislação citada: Não citou
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: O correntista tem direito à prestação de contas dos lançamentos realizados unilateralmente pelo banco, a fim de verificar a correção dos valores lançados. Dessarte, o titular de conta tem legitimidade e interesse de agir para ajuizar ação de prestação de contas contra a instituição financeira, sendo esta obrigada a prestá-las, em decorrência de dever legal.
Observações: Manteve a decisão por seus próprios fundamentos.

81
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.116.569/ES
Ministro-relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 21/02/2013
Tribunal de 2ª instância: Espírito Santo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: indenização por dano moral por cancelamento de cartão de crédito sem aviso.
Agravante: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. (advogado particular)
Argumentos do agravante: A primeira agravante alega a ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> e, em consequência, a impossibilidade de responder pelo pagamento de indenização por danos morais.
Agravado: Marluza David de Souza (advogado particular)
Argumentos do agravado: A agravada sustenta a inadmissibilidade do recurso especial da agravante, ante a ausência de prequestionamento da questão relativa aos juros moratórios.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Negou provimento.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado

Foram citados precedentes judiciais? REsp 1029454/RJ, AgRg no Ag n.º 1.255.755/RJ, AgRg no Ag n.º 489.545/RJ, AgRg no AREsp n.º 184.614/DF, REsp n.º 938.564/RS, REsp n.º 951.521/MA, REsp n.º 1.139.997/RJ, REsp n.º 933.067/MG, EDcl no REsp n.º 1.077.077/SP, Súmula n.º 7/STJ, Súmula n.º 54/STJ.
Legislação citada: CC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A empresa administradora de cartão de crédito responde solidariamente com o banco pelos danos causados ao consumidor. A análise das razões apresentadas pela parte recorrente, quanto à suficiência das provas da existência do dano moral, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n.º 7/STJ. No caso concreto, a indenização fixada em razão do cancelamento do cartão de crédito R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) não destoia dos parâmetros adotados por esta Corte. Os juros moratórios, em sede de responsabilidade contratual, fluem a partir da citação e não do evento danoso (relação extracontratual), conforme preceitua a Súmula n.º 54/STJ. A jurisprudência desta Corte está sedimentada no sentido de que as condenações posteriores à entrada em vigor do Código Civil de 2002 devem observar a aplicação da Taxa <i>Selic</i> , que é composta de juros moratórios e correção monetária.
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos.

82
Número do processo: AgRg no AI n.º 1.229.957/SP
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 18/12/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por recusa de fornecimento de cartão de crédito
Agravante: João Henrique Alves Garcia (advogado particular)
Argumentos do agravante: Em suas razões, o agravante refuta os óbices apontados e repisa os argumentos do recurso especial no sentido de que a "recusa da demandada acerca da proposta do recorrente para aquisição de cartão da ré, sem qualquer especificação plausível do motivo, causou-lhe prejuízo moral passível de indenização, eis que provado a conduta

discriminatória da demandada (inobservância do art. 39 do CDC, art. 186 do Código Civil, art. 5º, V e X da Carta Política de 1988).
Agravado: Carrefour Administradora de Cartões de Crédito Comércio e Participações Ltda. (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Concessão de crédito, com fornecimento de cartão, é negócio jurídico que implica em assunção de riscos, razão pela qual garantias e análises, pelas instituições financeiras, hão de ser realizadas, para minimizá-los - Proposta recusada que, a princípio, não caracteriza ato discriminatório, mormente diante de esclarecimentos, por escrito - Ausência de elementos concretos que indiquem cunho ofensivo - Dano moral não caracterizado. Recurso Desprovido.
Resultado em 1ª instância: Sentença no mesmo teor da decisão de 2ª instância.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ.
Legislação citada: Não citado
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Diante da fundamentação do acórdão recorrido, percebe-se que a simples recusa em efetivar negócio jurídico de concessão de crédito com fornecimento de cartão não pode ser considerada ato discriminatório, apto a ensejar a reparação por danos morais. Assim, a constatação do Tribunal de origem no sentido da ausência de elementos concretos que indiquem cunho ofensivo não pode ser revista na via do recurso especial, por implicar em revisão do contexto fático-probatório da lide (S. 7/STJ).
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações:

83
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 189.153/SP
Ministro-relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 18/12/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo

Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: Banco Bradesco S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Sustenta o agravante, nas razões do regimental, que carece de interesse de agir o agravado, na medida em que pretende, com esta ação de prestação de contas, rever cláusulas contratuais, o que é totalmente incabível.
Agravado: Luis Torahiko Takahashi (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citada
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? Não citada
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Segundo a jurisprudência pacífica desta Corte Superior, o contratante tem o direito de obter informações da administradora de cartões de crédito sobre a evolução de seu débito. Assim, ainda que receba faturas mensais, possui interesse de agir e legitimidade ativa em ação de prestação de contas contra a instituição financeira, mormente se houver dúvida quanto à correção dos valores lançados.
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos

84
Número do processo: REsp n.º 1.199.117/SP
Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 18/12/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Coletiva
Tipo de demanda: Ação civil pública: prática abusiva de envio de cartão não solicitado.

Recorrente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Argumentos do recorrente: Alega violação aos artigos 535 do Código de Processo Civil e 39, III, do Código de Defesa do Consumidor, aduzindo, para tanto, que (a) os acórdãos proferidos pelo tribunal de origem mostram-se omissos por não analisarem detidamente o comando contido no artigo 39, III, do Código de Defesa do Consumidor; (b) na literalidade da lei, a prática adotada pela administradora de cartões de crédito é expressamente vedada pelo Código de Defesa do Consumidor. É considerada prática abusiva. A expressão legal não permite qualquer relativização. Não reclama a ocorrência de lesão. Não fala em lesividade potencial ou situação de perigo. Simplesmente proíbe a conduta, dentro da sistemática protetiva do Código de Defesa do Consumidor. Não há o que tergiversar neste aspecto e qualquer outro entendimento implica negar vigência a texto expresso de lei federal.
Recorrido: Unicard Banco Múltiplo S/A e Outro (advogado particular)
Argumentos do recorrido: Defende a manutenção do entendimento firmado no Tribunal <i>a quo</i> .
Resultado no STJ: Deu provimento
Resultado em 2ª instância: Apelo acolhido sob o fundamento de que o simples envio de cartão de crédito bloqueado não configuraria prática vedada pelo ordenamento jurídico, constituindo mera oferta de serviço sem qualquer dano ou prejuízo patrimonial.
Resultado em 1ª instância: Juiz de Direito acolheu o pedido, condenando os Réus na obrigação de não fazer, consistente em se absterem, imediatamente, de emitir, enviar ou entregar ao consumidor, sem que haja solicitação prévia, cartões de crédito, ou outro tipo de produto que infrinja o disposto nos arts. 6º, inc. IV e 39, III, ambos do Código de Defesa do Consumidor, sob pena de multa diária de 50 salários mínimos e a absterem-se de cobrar qualquer quantia ou valor a título de encargo, prestação de serviço etc., referente aos cartões de crédito enviados aos consumidores, sem solicitação prévia, também sob pena do pagamento de multa diária de 50 (cinquenta) salários mínimos, bem como a indenizarem os consumidores pelos danos morais e patrimoniais causados em razão do envio dos cartões de crédito, sem solicitação prévia.
Votação: Maioria
Voto divergente: Sim. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva: O envio de cartão bloqueado ao consumidor, que pode ou não solicitar o desbloqueio e aderir à opção de crédito, constitui proposta, e não oferta de produto ou serviço, esta sim vedada pelo art. 39, III, do CDC. Não há confundir a hipótese, como a dos autos, em que o cartão de crédito é enviado bloqueado

ao consumidor, não gerando qualquer tipo de débito automático nem exigindo qualquer ato para cancelá-lo, com aquela na qual o envio do cartão de crédito, sem solicitação do consumidor, acaba por lhe gerar dano patrimonial, em razão, por exemplo, da cobrança indevida de anuidades, ou moral, em virtude do incômodo ocasionado pelas providências para cancelamento do cartão. O envio em si do cartão não constitui ilícito, ou prática abusiva. Para que esta se materialize é necessário que tenha ocorrido algum tipo de dano ao consumidor.
Foi considerada relação de consumo? Sim, apesar de não ter tido discussão sobre o assunto.
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1.061.770/RS, REsp 1.061.500/RS.
Legislação citada: CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: De início, quanto à negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que as questões submetidas ao Tribunal <i>a quo</i> foram suficiente e adequadamente apreciadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível, tendo a Corte de origem se manifestado expressamente acerca das razões que a levaram a entender pela ausência de abusividade na conduta consistente em enviar cartão de crédito à residência do consumidor, independentemente de pedido. Impõe-se seja reconhecida a abusividade da conduta da administradora com o simples envio do cartão de crédito, sem pedido pretérito e expresso do consumidor, pois tutela-se os interesses dos consumidores em geral no período pré-contratual, evitando a ocorrência de abuso de direito na atuação dos fornecedores no mercado de consumo com esse tipo de prática comercial, absolutamente contrária à boa-fé objetiva.
Observações:

85
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 248.387/RJ
Ministro-relator: Ministro Raul Araújo
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 27/11/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por cartão de crédito clonado.

Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: O agravante alega que não pretende o reexame de fatos, e que o Recurso não pretende reexaminar qualquer das provas dos autos, e trata apenas da interpretação que foi dada pelo acórdão recorrido para fatos que estão delimitados nos próprios acórdãos, que criam uma moldura fática para o caso, que delimita a discussão puramente jurídica que se pretende fazer. Reitera que o montante arbitrado a título de dano moral seria exorbitante e poderia ser reduzido pelo STJ.
Agravado: Cesar Augusto Pinto de Almeida (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Entendeu pela existência de falha na prestação do serviço e consequente dever de indenizar.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no REsp 1.137.577/RS, REsp 735.608/PB, AgRg no REsp 906.708/RO, Súmula 7/STJ, AgRg no REsp 1.122.470/RS, AgRg no Ag 1.019.589/RJ.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: É entendimento do STJ que a instituição bancária é responsável pelos danos materiais e morais decorrentes de falha na prestação do serviço. O Tribunal a quo entendeu pela existência de falha na prestação de serviço e consequente dever de indenizar. A modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido, nos moldes em que ora postulado, demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. De outra parte, a pretensão recursal não encontra abrigo na jurisprudência desta Corte, que é firme quanto à desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio fato, operando-se in re ipsa. Por fim, assevera-se que é pacífico o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia

no presente caso. Dessa forma, não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em virtude dos danos sofridos pela falha na prestação do serviço, de modo que a sua revisão esbarraria na Súmula 7/STJ.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

86
Número do processo: AgRg nos EDcl no AREsp n.º 43.739/SP
Ministro-relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 27/11/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por recusa de cartão em estabelecimento credenciado.
Agravante: Catarina Conceição de Souza (advogado particular)
Argumentos do agravante: A agravante reitera a divergência jurisprudencial e alega desnecessidade de reexame de provas para verificar a existência de dano moral decorrente da falha na prestação de serviço bancário, consistente na recusa injustificada de seu cartão de débito durante um dia de compras.
Agravado: Cielo S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citada
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ, AgRg no Ag n.º 1.255.755/RJ, AgRg no Ag n.º 489.545/RJ, REsp n.º 654.270/PE, EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n.º 537.867/RJ, REsp n.º 403.919/MG.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: A despeito de a jurisprudência desta Corte reconhecer a possibilidade de indenização por dano moral

decorrente de falha na prestação de serviços bancários, no caso concreto, o acórdão recorrido concluiu pela inexistência de dano moral decorrente da impossibilidade de utilização do cartão de débito em um dia de compras, sob o fundamento de que as falhas momentâneas e erros de leitura são comuns e compreensíveis. Nesse contexto, a análise das razões apresentadas pela recorrente, quanto à suficiência das provas da existência do ato ilícito, do nexo de causalidade e do dano moral, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n.º 7/STJ. Ademais, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o mero aborrecimento advindo da recusa do cartão de crédito em estabelecimento credenciado não configura dano moral. Por fim, inexistem nos autos provas que atribuam a recusa do cartão magnético à eventual falha da instituição bancária, não havendo falar em ato ilícito.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos.

87
Número do processo: EDcl no AgRg no AI n.º 704.724/MS
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 20/11/2012
Tribunal de 2ª instância: Mato Grosso do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Embargante: Banco Credibanco S/A (advogado particular)
Argumentos do embargante: O embargante sustenta que o acórdão é omissso porque não enfrentou os argumentos expostos no agravo regimental quanto à não incidência do óbice da Súmula 182 do STJ. Ressalta que foram atacados todos os fundamentos da decisão de admissibilidade.
Embargado: Irléia Tavares do Couto Manzione (advogado particular)
Argumentos do embargado: Não citado
Resultado no STJ: Acolheu os embargos
Resultado em 2ª instância: O acórdão limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de cartão de crédito, excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência, e manteve a capitalização anual dos juros.

Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 182/STJ, Súmula 282/STF, Súmula 356/STF, Súmula 283/STJ, Súmula 596/STJ, REsp 1.061.530/RS, REsp 407.097/RS, Súmula 382/STJ, EREsp 917.570/RS, REsp 612.876/RS, REsp 515.237/RS, REsp 602.068/RS, REsp 1.112.879/PR, REsp 1.112.880/PR, Súmula 121 do STF, REsp 219.281/PR, Súmula 294/STJ, AgRg no REsp 706.368/RS, Súmula 30/STJ, Súmula 472/STJ.
Legislação citada: art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/2001; Decreto 22.626/33, Lei 4.595/1964, CDC, art. 591 do CC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Preliminarmente, incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF no tocante ao art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/2001 e quanto à questão da TR como índice de correção monetária, pois são estranhos ao julgado recorrido, a eles faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública. No mérito, quanto à limitação dos juros remuneratórios, o STJ editou o enunciado 283 da Súmula, segundo o qual as administradoras de cartões de crédito, para o efeito de cobrança de juros remuneratórios e outros encargos, equivalem às instituições financeiras, de forma que a elas se impõe o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "as disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional" (Enunciado 596), panorama que vige desde a edição da Lei 4.595/1964, na forma da disciplina geral sobre a matéria, pelo rito do recurso repetitivo, nos autos do REsp 1.061.530/RS. De acordo com o Enunciado 382 do STJ, a verificação da abusividade da taxa de juros se dá caso a caso, não tendo que ser inferior à taxa de 12% ao ano, devendo averiguar a taxa média de mercado. Assim, não constam dos autos evidências de que a taxa de juros cobrada pela instituição financeira seja abusiva, nos termos do CDC, ou superior à média de mercado. Acerca da capitalização mensal dos juros, verifico que o art. 4º do Decreto 22.626/1933 e o art. 591 do Código Civil de 2002 permitem apenas o cômputo anual dos juros. Por outro lado, ainda que prequestionado o art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, observo que o STJ entendeu que somente nos contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n.º 1.963-17, em vigência atual como MP 2.170-

36/2001, e desde que expressamente pactuada, é admissível em período inferior a um ano. No caso em exame, todavia, consta dos autos que o contrato é anterior à primeira norma referenciada. Dessa forma, a pretensão reformatória esbarra no óbice da Súmula 121 do STF e na Lei de Usura, quanto à impossibilidade da capitalização mensal dos juros em contratos como o presente, eis que impossível à lei nova repristinar cláusula que, quando celebrada, era nula à luz das disposições legais em vigor. Assim, fica mantida a capitalização anual dos juros autorizada pelas instâncias ordinárias. Relativamente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que pode ser autorizada, de acordo com o enunciado 294 da Súmula deste Tribunal, desde que sem cumulação com correção monetária (enunciado 30 da Súmula) e com juros remuneratórios e moratórios e multa. Tal prática visa a evitar a ocorrência de dupla penalização, porque a comissão de permanência possui a mesma natureza destes encargos, conjuntamente, conforme estabelecido no verbete sumular 472/STJ. Na hipótese presente, entretanto, as instâncias ordinárias apontam a presença da multa e da correção monetária para o período de inadimplência e, no particular, verificou-se o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso pretendendo sua exclusão, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo recorrente, sob pena de se operar reformatio in pejus, caso tornados incompatíveis os demais consectários moratórios.

Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado

Observações: Embargos acolhidos com efeitos infringentes.

88

Número do processo: AgRg no AREsp n.º 143.041/RJ

Ministro-relator: Ministro Massami Uyeda

Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma

Data de julgamento: 20/11/2012

Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro

Titularidade da ação: Individual

Tipo de demanda: Ação de indenização por bloqueio indevido de cartão de crédito

Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)

Argumentos do agravante: Alega o ora agravante, em síntese, que não pretende o reexame de provas. Insurge-se, ainda, contra a verba indenizatória que reputa desproporcional ao dano.

Agravado: Leandro Pessanha Gesuatto (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AGA 477.423/DF.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Conforme asseverou a decisão ora agravada, no que se refere ao quantum indenizatório, assinala-se que a sua revisão por esta Corte exige que ele tenha sido arbitrado de forma irrisória ou exorbitante, fora dos padrões de razoabilidade, circunstância que não se verifica no caso concreto. Na espécie, constata-se que o montante indenizatório fixado no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de dano moral, em razão do bloqueio indevido de cartão, não destoa dos padrões de quantificação de ressarcimento pelos quais esta Corte tem se orientado.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

89
Número do processo: AgRg no AREsp n 170.475/SP
Ministro-relator: Ministro Massami Uyeda
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 06/11/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por bloqueio indevido de cartão
Agravante: Banco Santander Brasil S/A incorporador do Banco ABN AMRO Real S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Sustenta, em síntese, que a matéria, objeto do recurso especial, foi devidamente prequestionada. Alega, também, a inaplicabilidade da Súmula 7/STJ ao caso em apreço. Por fim, requer a redução da verba indenizatória que reputa exagerada.

Agravado: Ernesto Teixeira do Nascimento (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Entendeu pelo cancelamento indevido e dever de indenizar da instituição financeira.
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmulas 282/STF e 356/STF, Súmula 7/STJ, REsp 445.858/SP.
Legislação citada: art. 4º, IX, da Lei 4.595/64; arts. 186 e 927 do CC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Inicialmente, verifica-se que o art. 4º, IX, da Lei 4.595/64, dito violado, de fato, não foi objeto de debate no v. acórdão recorrido e sequer foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão, ressentindo-se o especial, portanto, do indispensável prequestionamento. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. Vê-se, pois, que o pretendido pela parte, quando alega violação dos arts. 186 e 927 do CC é, por via transversa, revolver o conjunto fático-probatório dos autos, já bem examinado pelas Instâncias ordinárias, providência inadmissível na via eleita, a teor da Súmula 7/STJ. Na hipótese, o valor fixado pelo Tribunal de origem em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de dano moral, em razão da falha no serviço bancário, não é exagerado. Assim, é de rigor a manutenção do valor da condenação.
Observações:

Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.316.460/RS
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 23/10/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual

Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: Manuel Luiz Romero Quintanilha (advogado particular)
Argumentos do agravante: Nas razões de Agravo Regimental, sustenta o agravante que o ponto controvertido inerente à desconconsideração da coisa julgada na primeira fase do procedimento (negativa de vigência ao disposto nos artigos 468 e 471 do CPC) foi expressamente suscitado pelo recorrente e enfrentado, ainda que de maneira implícita, pelo acórdão recorrido. Argumenta, outrossim, que o fato de as administradoras de cartões de crédito serem consideradas instituições financeiras não lhes autoriza a cobrar os valores que bem entenderem, sem a necessária autorização contratual, assim independe de análise probatória o reconhecimento de que as contas não foram prestadas conforme determinado na primeira fase da lide.
Agravado: Credicard S/A Administradora de cartões de crédito (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: A captação de recursos no mercado financeiro, para viabilizar a utilização do serviço pelo recorrido, acontece em grande escala, não de forma individualizada. Destarte, inviável a prestação individualizada das contas de cada utente do serviço prestado pela empresa administradora de cartões de crédito.
Resultado em 1ª instância: A captação de recursos no mercado financeiro, para viabilizar a utilização do serviço pelo recorrido, acontece em grande escala, não de forma individualizada. Destarte, inviável a prestação individualizada das contas de cada utente do serviço prestado pela empresa administradora de cartões de crédito.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp n.º 619.313/RS, Súmula 211/STJ, Súmula 283/STJ, REsp 619.313/RS, Súmula 7 do STJ.
Legislação citada: art. 468 CPC; art. 471 do CPC,
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Inicialmente, no que se refere aos artigos 468 e 471 do Código de Processo Civil, verifica-se que a questão, tal como trazida nas razões de Recurso Especial não foi objeto de discussão no Acórdão recorrido. Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento do tema, incide à espécie o óbice da Súmula 211 desta Corte. Quanto à alegação de que as contas não foram prestadas na forma

mercantil, cumpre destacar, inicialmente, que a Súmula n.º 283 desta Corte, pacificou a jurisprudência no sentido de que as "empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura". Por isso, perdeu substância a exigência da apresentação dos contratos individualizados do financiamento obtido em nome do usuário para financiar o saldo negativo. Observa-se, portanto, que a convicção a que chegou o Acórdão, de que a captação de recursos feito pela Administradora de cartão de crédito se dá de forma global e não unitária, decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do Especial o Enunciado 7 da Súmula desta Corte.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos.

91
Número do processo: AgRg no REsp n 1.346.581/SP
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 23/10/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória c/c declaratória de inexistência de débito (cartão clonado).
Agravante: Euzébio Bernardino dos Santos (advogado particular)
Argumentos do agravante: Nas razões de Agravo Regimental, insiste o agravante na alegação de ofensa aos artigos 21, do Código de Processo Civil e 42 do Código de Defesa do Consumidor, bem como de divergência jurisprudencial sobre a matéria. Sustenta, outrossim, ser desnecessário o reexame de fatos ou provas para a análise da questão posta a exame, sendo inaplicável ao caso o óbice da Súmula 7 desta Corte. Argumenta, por fim, que o dissídio jurisprudencial alegado restou devidamente comprovado.
Agravado: Banco CSF S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não há dúvida quanto à responsabilidade da administradora por

débitos de cartão de crédito utilizado indevidamente por terceiros de forma "clonada", como parece ter ocorrido neste caso – Há de ser aplicado no caso o artigo 6º, VIII do CDC, uma vez que era do réu o ônus de provar a regularidade das compras – Recurso parcialmente provido.
Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? REsp 86.271/SP, REsp 1059663/MS, REsp 968.762/MG, AgRg no REsp nº 538.154/RS, AgRg no Ag 921.983/RJ, REsp nº 647.838/RS, Súmula 7/STJ,
Legislação citada:
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: O Tribunal de origem não reconheceu a caracterização do dano moral sob o fundamento de que não ocorreu ato ilícito praticado pelo recorrido, não havendo notícia nos autos de que houve publicidade do caso com a inscrição em cadastro de inadimplentes. De outro lado, o Recorrente requer a concessão da indenização pleiteada sob a alegação de que os danos extrapatrimoniais podem ser presumidos com a cobrança indevida. Resta claro, portanto, que a pretensão recursal demandaria nova incursão no acervo fático-probatório da causa, o que é vedado à luz da Súmula 7 desta Corte. Quanto à condenação à devolução em dobro dos valores pagos a maior, a jurisprudência deste Tribunal é assente no sentido de que tal determinação só é cabível em caso de demonstrada má-fé, o que não ficou caracterizado na hipótese dos autos. Por fim, cumpre asseverar que esta Corte Superior já se posicionou na vertente de ser possível tanto a compensação de créditos quanto a devolução da quantia paga indevidamente, em obediência ao princípio que veda o enriquecimento ilícito, de sorte que as mesmas deverão ser operadas de forma simples – e não em dobro -, ante a falta de comprovação da má-fé da instituição financeira. Por fim, no que tange à alegada violação do artigo 21 do Código de Processo Civil, correta a conclusão do Acórdão recorrido. No caso, o ora recorrente ajuizou a ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c indenização por dano moral pleiteando a declaração de inexistência da obrigação entre as partes, o cancelamento do contrato, a devolução, em dobro, do valor indevidamente cobrado e a condenação do recorrido em danos morais no montante correspondente a 50 salários mínimos. Ao final, o pedido foi julgado parcialmente procedente apenas para declarar

inexigível o valor da cobrança não reconhecida pelo consumidor e determinar a devolução das quantias já pagas, de forma simples. Assim, correta a decisão que reconheceu a existência de sucumbência recíproca.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos.

92
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 147.992/RJ
Ministro-relator: Ministro Raul Araújo
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 09/10/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por dívida indevida (compras feitas após a morte do titular do cartão).
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: O agravante alega que não pretende o reexame de fatos, e que trata apenas da interpretação que foi dada pelo acórdão recorrido para fatos que estão delimitados nos próprios acórdãos, que criam uma moldura fática para o caso, que delimita a discussão puramente jurídica que se pretende fazer.
Agravado: Odette Althoff Decat –Espólio Scheyla Althoff Decat – inventariante (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Entendeu pelo cumprimento dos requisitos ensejadores da responsabilidade civil.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ, AgRg no AREsp 43.213/RJ, REsp 742.532/RJ, AgRg no REsp 1.122.470/RS.
Legislação citada: Não citada

Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, nos moldes em que ora postulado, demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. Por fim, quanto à suscitada ausência de demonstração da ocorrência dos alegados danos sofridos, a pretensão recursal não encontra abrigo na jurisprudência desta Corte, que é firme quanto à desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio fato, operando-se in re ipsa.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

93
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.193.443/RS
Ministro-relator: Ministro Luis Felipe Salomão
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 02/10/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Beatriz Périco de Souza (advogado particular)
Argumentos do agravante: A agravante sustenta, em síntese, que não seria correta a decisão no sentido de que os temas insertos nos arts. 393, 964, 1063 e 1531 do Código Civil/1916, 4º, "b" da Lei n.º 1.521/191, 355 e 359, I, do Código de Processo Civil, não teriam sido prequestionados, uma vez que o Tribunal estadual no acórdão proferido em sede de embargos de declaração, teria afastado a ofensa dos referidos artigos. Alega, ainda, que teria havido, clara arguição e demonstração de dissociação entre os juros cobrados e a média de mercado, o que passou totalmente despercebido da decisão agravada. Por fim, defende que não seria possível a capitalização mensal dos juros, bem como que não incidiria na espécie as Súmulas 05 e 07/STJ, uma vez que não existe contrato escrito e assinado pelas partes nos autos.
Agravado: Fininvest S/A Negócios de varejo (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negar provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado

Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Sim, aplicação da Súmula 297/STJ.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 284/STF, Súmula 211/STJ, Súmula 283/STJ, Súmula 297/STJ, REsp n.º 1.061.530, Súmula 294/STJ, Súmula 30/STJ, Súmula 296/STJ, AgRg no REsp 706.368, REsp 899.662/RS, REsp 607.961/RJ, ERESP 163.884/RS, REsp n.º 1.061.530, AgRg no REsp 1026215/RS, AgRg no REsp 1013058/RS, AgRg no Ag 953.299/RS.
Legislação citada: CPC, CC1916, Lei 1.521, CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Inicialmente não conheço da alegada vulneração do art. 535, I e II, do CPC. Nas razões do especial o recorrente deduz argumentação de que as questões postas nos aclaratórios interpostos na origem não foram respondidas, sem pontuar, de forma específica, quais seriam e qual a sua relevância para solução da controvérsia, o que atrai, de forma inarredável, a exegese da Súmula 284/STF. Outrossim, verifico que os temas insertos nos arts. 393, 964, 1063 e 1531 do Código Civil/1916, 4º, "b" da Lei n.º 1.521/191, 355 e 359, I, do Código de Processo Civil, não foram objeto de debate no acórdão recorrido, nem nos embargos de declaração opostos. A falta do necessário prequestionamento inviabiliza o exame da alegada contrariedade ao dispositivo citado por este Tribunal, em sede de especial. Incidência na espécie da Súmula 211/STJ. Esta Corte de Justiça tem entendimento pacificado no sentido de que as administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras, não estando os juros remuneratórios por elas cobrados limitados à Lei de Usura, posicionamento consolidado com a edição da Súmula n.º 283/STJ. Outrossim, é lícita a cláusula-mandato, quando inserta nos contratos de cartão de crédito, com o fim de autorizar a instituição financeira a buscar recursos no mercado. Importante destacar que a relação jurídica existente entre o contratante e a instituição financeira é disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor (Súmula 297/STJ). Todavia, tal circunstância não prevalece para a limitação de juros remuneratórios em 12% ao ano. Consoante entendimento assente nesta Corte Superior, admite-se a comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, à taxa média dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula n.º 294/STJ), desde que não cumulada com a correção monetária (Súmula n.º 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula n.º 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual. Nesta esteira, presente a

incidência de qualquer desses encargos após a caracterização da mora, não de ser afastados, mantendo-se somente a comissão de permanência, desde que pactuada. No caso em tela, o aresto estadual consignou que não houve a cumulação da cobrança da comissão de permanência com a correção monetária. Destarte, mantém-se a cobrança do encargo conforme pactuado. No que tange à capitalização dos juros, na espécie, o aresto estadual consignou que seria possível sua cobrança, diante da expressa autorização legal. Desse modo, rever o fundamento do aresto estadual no sentido de que não estaria pactuada a cobrança da capitalização de juros, demandaria a análise dos termos do contrato, vedada nesta esfera recursal extraordinária, em virtude do óbice contido nos Enunciados 5 e 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. Acrescenta-se, ainda, que muito embora tenha o recorrente oposto os embargos de declaração na origem, não houve insurgência acerca da ausência de previsão contratual da capitalização dos juros, tampouco foi objeto de ataque nas razões do recurso especial interposto nesta Corte, no ponto que cuidou da alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil. Embora o simples ajuizamento de ação revisional não implique o afastamento da mora, o abuso na exigência dos “encargos da normalidade”, quais sejam os juros remuneratórios e a capitalização de juros, descaracterizam a mora do devedor. No caso ora em análise, o Tribunal estadual caracterizou a mora do devedor, em razão da legalidade da taxa de juros remuneratórios pactuados, bem como da expressa previsão da capitalização dos juros. Assim, mantém-se a caracterização da mora do devedor. A jurisprudência deste Sodalício Superior é assente no sentido de que a compensação de valores e a repetição de indébito são cabíveis sempre que verificado o pagamento indevido, em repúdio ao enriquecimento ilícito de quem o receber, independentemente da comprovação do erro. Todavia, na espécie, o aresto estadual consignou que seria descabida a pretendida repetição de valores, uma vez que não comprovados os pagamentos indevidos ou por erro, nos moldes do art. 965 do Código Civil.

Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado

Observações: Inter. Banco Fininvest S/A (advogado particular)

Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

94

Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.271.574/RS

Ministro-relator: Ministro Raul Araújo

Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma

Data de julgamento: 25/09/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de exibição de documento
Agravante: Lojas Renner S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Em suas razões, a recorrente sustenta, em suma, que inexistente interesse de agir do agravado, e que não houve resistência de sua parte, consignando que bastava à parte agravada buscar simples fotocópia do contrato padrão junto às diversas lojas da empresa agravante como forma de evitar a desnecessária movimentação do Judiciário.
Agravado: Jonata de Souza Oliveira (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: O contrato de adesão registrado em cartório e disponibilizado no estabelecimento comercial e na internet cumpre a finalidade de dar ampla publicidade e acessibilidade aos clientes, tornando desnecessária a utilização da via judicial para obtenção do documento. Apelação desprovida.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no Ag 56.745/SP, REsp 209.345/SC, REsp 685.168/RS, EDcl no REsp 202.056/SP, AgRg no Ag n.º 1.325.670/SP, REsp 659.139/RS, REsp n.º 1.207.433/RS, REsp n.º 1.105.747/PR, EDcl no Ag n.º 829.662/GO, REsp 1.241.238/RS, REsp 1.262.638/RS, REsp 1.244.150/RS.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido de que o contratante possui interesse de agir na propositura de ação de exibição de documentos, objetivando, em ação principal, discutir a relação jurídica deles originada, independentemente de prévia remessa ou solicitação no âmbito administrativo.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

95
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 208.867/RS
Ministro-relator: Ministro Luis Felipe Salomão
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 20/09/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – Banrisul (advogado particular)
Argumentos do agravante: O agravante alega que não há interesse processual na ação de prestação de contas, visto que o agravado poderia obter a satisfação do direito na via administrativa. Diz que entregou ao agravado extratos e faturas, bem como contratos. Invoca o art. 122 do CPC, para sustentar que deve ser observada a liberdade de contratação.
Agravado: Avani da Silva (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 259/STJ, AgRg no AREsp 86.712/SP, EDcl no REsp 1255329/PR, AgRg no Ag 792320/SP, AgRg no AgRg no Ag 402420/SE.
Legislação citada: Não citado
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: É nítido o interesse processual do agravado na tutela jurisdicional do Estado para fazer com que o ente financeiro preste contas dos lançamentos realizados nas faturas mensais. O dever de prestar contas da instituição financeira ao seu cliente/correntista está consolidado no entendimento do STJ, a teor da súmula n.º 259 desta Corte Superior, independentemente do envio ou disponibilização de extratos bancários.
Observações:

96
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 194.347/RJ
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 20/09/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por cobrança indevida.
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Não é caso de aplicação da Súmula 7/STJ, o Recurso não pretende reexaminar qualquer das provas dos autos, e trata apenas da interpretação que foi dada pelo acórdão recorrido para fatos que estão delimitados nos próprios acórdãos, que criam uma moldura fática para o caso, que delimita a discussão puramente jurídica que se pretende fazer.
Agravado: Fernanda Gabriele Nunes Sales (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Pela análise da documental presente nos autos, ressoa inequívoco que o erro no processamento do pagamento realizado pela consumidora deu-se por falha da Agravante, e não por culpa exclusiva daquela. Nesse sentido, há de se ressaltar que a eventual desatenção da Agravada quando do recebimento da fatura, à toda evidência, não tem o condão de afastar a responsabilidade da Agravante na atuação de seus prepostos. Segue daí que em sendo cobrada da consumidora quantia indevida, eis que a mesma efetuou o pagamento do cartão de crédito de forma tempestiva, há de se reconhecer o dever de ressarcimento, pena de se prestigiar o enriquecimento ilícito da instituição bancária, o que, por óbvio, não se acolhe.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Sim, aplicação do art. 14 do CDC: responsabilidade objetiva da instituição financeira.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ, REsp 783.062/PA.

Legislação citada: CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Entende pela existência do dever de ressarcir, ressaltando, contudo, que, não obstante no Tribunal a quo haja ressalva quanto à devolução em dobro, no caso em exame não há de falar em repetição do indébito, senão ressarcimento na forma simples, em vista do que consta requerido na peça vestibular. Assim, para infirmar os fundamentos do Acórdão recorrido e acolher a tese sustentada pelo Agravante seria necessário proceder ao reexame de provas, o que é vedado nesta instância, a teor da Súmula 7 desta Corte.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

97
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.250.519/RS
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 20/09/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Sylvio de Leo (advogado particular)
Argumentos do agravante: Nas razões de Agravo Regimental, sustenta o agravante a possibilidade de limitação dos juros remuneratórios em contrato de cartão de crédito na taxa média de mercado referente à modalidade cheque especial, bem como a impossibilidade de cobrança da capitalização mensal dos juros em razão da ausência de pactuação, não havendo nos autos sequer informação referente às taxas mensal e anual.
Agravado: Banco Carrefour S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Apelo do autor parcialmente provido. Apelo do réu conhecido em parte e não provido na parte conhecida. O Tribunal tomou como base as taxas aplicadas para cheque especial, reconhecendo a abusividade e limitando os juros às taxas usadas como paradigma.
Resultado em 1ª instância: Não citado

Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? REsp 407.097/RS, REsp 537.113/RS, AGREsp 565.262/RS, REsp 602.068/RS, REsp 973.827-RS, Res. n.º 8/2008-STJ.
Legislação citada: Não citada
<p>Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: O fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano, por si, não implica abusividade; impõe-se sua redução, tão-somente, quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado após vencida a obrigação. Na presente hipótese, diante da ausência de informação a respeito da taxa média praticada para as operações da mesma espécie (cartão de crédito), o Tribunal de origem tomou como base as taxas aplicadas para cheque especial, reconhecendo a abusividade e limitando os juros às taxas usadas como paradigma. Assim, não restou caracterizada, no caso, a discrepância da taxa pactuada em relação à taxa média de mercado, nos moldes admitidos pela jurisprudência desta Corte, a justificar a limitação imposta. A capitalização dos juros é admissível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize. Assim, permite-se sua cobrança na periodicidade mensal nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n.º 167/67 e Decreto-lei n.º 413/69), bem como nas demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória n.º 1.963-17 (31.3.00). A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. O Acórdão recorrido afirmou que não houve pactuação nesse sentido ressaltando que a indicação da taxa de juros mensal e da taxa anual não demonstram a efetiva pactuação, o que, todavia, de acordo com o mais novo entendimento da Segunda Seção deste Tribunal, é suficiente para caracterizar o pacto.</p>
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

Data de julgamento: 18/09/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de prestação de contas
Agravante: Lojas Renner S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Sustenta que: (a) a decisão incorreu em omissão, porquanto não se manifestou acerca da impossibilidade de prestar contas de forma individualizada; (b) ausência de interesse processual em face do pedido genérico de prestação de contas; (c) há equívoco na decisão agravada quanto ao dissídio jurisprudencial, porquanto não foi indicado precedente do mesmo tribunal.
Agravado: Cassiano Vargas Flores
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: As administradoras de cartão de crédito têm o dever de prestar contas aos seus clientes quanto às obrigações assumidas por ela em face da cláusula-mandato, na medida em que as faturas apenas trazem expressos os encargos contratuais incidentes, sem esclarecer integralmente sua origem. Apelo provido.
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no Ag 56.745/SP, AgRg no REsp 1.170.313/RS, REsp 494.372/MG, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, REsp n.º 551.619/RS, AgRg no AG n.º 768.562/SP, REsp n.º 522.491/RS, AgRg no REsp 1.111.745/RJ, AgRg no Ag 1.016.178/RS, AgRg no Ag 925.210/SC, REsp 457.055/RS, AgRg no Ag n.º 812.923/PR, REsp n.º 242.204/RJ, AgRg no REsp 1.176.747/PR, AgRg no Ag 680.955/PR, AgRg no Ag n.º 851.427/PR, REsp 1.060.217/PR, AgRg no REsp 705.871/SP, AgRg no Ag 984.572/PR, REsp 242.204/RJ, AgRg no Ag 1.411.402/RS, AgRg no REsp 1.111.745/RJ, REsp 534.061/RS, AgRg no REsp 539.791/RS.
Legislação citada: CPC
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: No que toca ao art. 535 do CPC, não se vislumbra a ofensa invocada. A Eg. Corte de origem manifestou-se expressamente

acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de sorte que inexiste omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido. Além disso, o não acolhimento dos argumentos suscitados nos embargos de declaração não importa ofensa ao mencionado dispositivo legal. No mérito, verifica-se que o v. aresto hostilizado foi proferido em consonância com o entendimento jurisprudencial desta Corte, segundo o qual 'o titular do cartão de crédito, independentemente do recebimento das faturas mensais, pode acionar judicialmente a administradora de cartão de crédito, objetivando receber a prestação de contas dos encargos que lhe são cobrados. Outrossim, é assente o entendimento deste C. Superior Tribunal de Justiça, de que não é possível do cliente do banco uma pormenorização rigorosa dos pontos que se lhe apresentam duvidosos, durante a relação jurídica mantida, bem como que inexiste pedido genérico se o autor indica o período e os lançamentos de débito efetuados pela instituição financeira a serem esclarecidos, podendo, inclusive, solicitar que o banco preste informações acerca da correção dos lançamentos realizados.

Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

99
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 181.931/MG
Ministro-relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 04/09/2012
Tribunal de 2ª instância: Minas Gerais
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por dano moral por inscrição indevida em órgão de restrição ao crédito.
Agravante: DMA Distribuidora S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Não há necessidade de análise do conjunto fático-probatório.
Agravado: Murilo Costa e Silva (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não

Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ, AgRg no Ag n.º 1.255.755/RJ, AgRg no Ag n.º 489.545/RJ.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A análise das razões apresentadas pela parte recorrente, quanto à suficiência das provas da inexistência de ato ilícito gerador do dano moral, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n.º 7/STJ. No caso concreto, o Tribunal a quo concluiu pela comprovação do ato ilícito e do nexo de causalidade, ao argumento de que "a inexistência de contrato firmado pelas partes, por si só, demonstra a negligência por parte da empresa ré ao (...) contratar com terceiro estranho, sem ao menos verificar a veracidade dos documentos apresentados". Acrescentou, ainda, que a recorrente "não agiu com zelo e cuidado ao permitir a contratação de cartão de crédito em nome do apelado, não sendo possível imputar ao apelado a culpa pelo ocorrido, não sendo crível sua alegação de que foi diligente quando da contratação, ante a absoluta ausência de prova nesse sentido, afastando-se, desta feita a hipótese de culpa exclusiva de terceiro.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

100
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 33.335/RS
Ministro-relator: Ministro Raul Araújo
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 04/09/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por dano moral em virtude de cadastro de restrição ao crédito indevido
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Em suas razões, o ora agravante alega, em suma, que a r. Decisão combatida acarreta claro desprestígio e contrariedade ao entendimento jurisprudencial consolidado nessa Corte Superior, sendo inaplicável ao feito a Súmula 7 desta E. Corte. Dessa forma, cabe demonstrar que em situações similares, ou até mesmo mais

graves que a ocorrida no presente caso, as indenizações por danos morais têm sido reduzidas sistematicamente. Tratando-se de indenização por danos morais, essa E. Corte vem fixando o seu valor em patamar bem inferior ao do presente caso.
Agravado: Claudio Brasiliense Marinho (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Negou provimento à apelação: entendeu pela existência do dever de indenizar e pela conformidade do montante indenizatório.
Resultado em 1ª instância: Entendeu pela existência de dano moral e fixou a indenização em R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais).
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ, AgRg no Ag 1.222.004/SP, EDcl no Ag 811.523/PR, REsp 607.957/MT, AgRg no AREsp 56.477/SP, AgRg no AREsp 161.829/SP.
Legislação citada: Não citada.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: No que toca à responsabilização do agravante pelos danos sofridos pelo agravado, o Tribunal de origem concluiu pela presença dos requisitos ensejadores da responsabilidade civil. Nesse contexto, a alteração de tal entendimento, como pretendido, demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. De outra parte, tem-se que o acórdão recorrido decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte, firmada no sentido da desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio fato da inscrição indevida em órgão de restrição ao crédito, operando-se in re ipsa. Por fim, o Eg. Tribunal de origem, ao manter a verba indenizatória fixada na sentença em R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), agiu de acordo com os patamares estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça e às peculiaridades da espécie, não se mostrando nem exorbitante e nem desproporcional aos danos sofridos pela recorrida, razão pela qual não merece acolhida a pretensão da ora recorrente de que seja reduzido o quantum indenizatório.
Observações: Manteve a decisão nos próprios fundamentos.

101
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.200.417/MT
Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 14/08/2012
Tribunal de 2ª instância: Mato Grosso
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por dano moral decorrente de inscrição indevida em órgão de restrição ao crédito.
Agravante: Banco Bradesco S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Em suas razões, a parte agravante reiterou as mesmas apresentadas em seu recurso especial, destacando a não aplicação da Súmula 07/STJ, bem como defendeu o exagero no quantum indenizatório a que fora condenada pelo Tribunal de origem.
Agravado: Luciano da Silva Santos (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Ratificou a sentença e acrescentou que o recorrido demonstrou por meio de documentos a efetiva quitação de seus gastos, motivo pelo qual a declaração judicial de inexistência de débito deve prevalecer, mantendo a ordem da sentença. Dessa forma, afigura-se plenamente comprovada a conduta ilícita da empresa-apelante, bem como o nexo de causalidade.
Resultado em 1ª instância: Acolheu a pretensão autora, condenando o recorrente no pagamento de indenização por danos morais em valor equivalente a 20 vezes o valor negativado, além de lhe condenar, também, no pagamento em dobro do valor cobrado. Fundamentou a decisão no fato de que o banco/recorrente não ter comprovado a tese de defesa, no sentido de que os pagamentos foram feitos em equívoco pela parte autora.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Sim.
Foram citados precedentes judiciais? REsp 299.532/SP; REsp 786.239/SP, Súmula 159/STJ.
Legislação citada: CC, CDC.

Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado.

Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Não há falar em violação ao artigo 333, I, do CPC, quando o Tribunal de origem reconhece, dentro do conjunto fático-probatório, fato constitutivo do direito do autor. Outrossim, a regra de julgamento aplicada ao presente caso, fora a do descumprimento por parte do recorrente de seu ônus probatório estabelecido pelo art. 333, II, do CPC. Dessa forma, tendo sido reconhecida pelo Tribunal de origem a quitação e a cobrança de dívida já paga, correto o reconhecimento da ilicitude no agir do recorrente. A revisão do conjunto fático-probatório é vedada a esta Corte Superior, nos termos da Súmula 07/STJ. Pacificou-se, também, nesta Corte Superior o entendimento segundo o qual o dano moral decorrente do apontamento indevido do nome em cadastro de mau pagadores é *in re ipsa*, ou seja, dispensa a comprovação acerca da real experimentação do prejuízo não patrimonial por parte de quem o alega, bastando, para tanto, que se demonstre a ocorrência do ato ilícito em si. No que diz com a insurgência da parte recorrente com o quantum indenizatório arbitrado, melhor sorte não a socorre. Está pacificado o entendimento desta Corte Superior no sentido de que o valor da indenização por dano moral somente pode ser alterado na instância especial quando ínfimo ou exagerado, o que não ocorre no caso em tela, em que consideradas as suas peculiaridades, foi arbitrado em valor equivalente a 20 vezes o valor negativado. Portanto, não é exorbitante o valor arbitrado com razoabilidade pelo Tribunal de origem, razão pela qual, o conhecimento do recurso especial, nesse ponto, esbarra no óbice da Súmula 07/STJ, pois necessária a reavaliação do conjunto fático-probatório para acolher a redução pretendida. Embora acertada a conclusão alcançada pelo Tribunal de origem (repetição dobrada), o fundamento correto é o artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, e não com o artigo 940 do Código Civil, que exige prova da má-fé na cobrança. Ocorre que o dispositivo do Código de Defesa do Consumidor, artigo 42 do CDC, autoriza sua aplicação na forma objetiva, ou seja, dispensa o elemento volitivo dolo (má-fé). No presente caso, configura-se a hipótese de incidência da pena privada prevista no Código de Defesa do Consumidor por dois motivos. Em primeiro lugar, houve abuso no exercício do direito de cobrança pelo credor, enquanto fornecedor, que, diante de equívocos do sistema - numeração equivocada (fato reconhecido no aresto recorrido), teria repassado os pagamentos do cartão de bandeira Master ao Visa, permanecendo em aberto o débito não quitado. Por segundo, a subsunção do fato à norma em debate somente seria afastada se comprovada a excludente prevista no parágrafo único do mencionado dispositivo legal, ou seja, tratar-se de engano justificável. Todavia, o acórdão impugnado, expressamente,

reconheceu não ter o recorrido atendido aos ônus de comprovar as excludentes de sua ilicitude (força maior ou culpa exclusiva da vítima), também não ter demonstrando ser engano justificável o erro de seu sistema ao creditar ao cartão Visa créditos do cartão Master, por conta de numeração equivocada. Portanto, a repetição do indébito deve ser feita na forma dobrada, consoante artigo 42, caput, do Código de Defesa do Consumidor, conforme corretamente determinado pelas instâncias de origem, ainda que por fundamentos diversos.
Observações: Manteve a decisão por seus próprios fundamentos.

102
Número do processo: AgRg no REsp n.º 1.181.693/SC
Ministro-relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 14/08/2012
Tribunal de 2ª instância: Santa Catarina
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Cláudio Pedro Steil (advogado particular)
Argumentos do agravante: No agravo regimental, o recorrente alegou que a decisão agravada merece reforma, asseverando que não houve alegação de qualquer dispositivo legal, bem como a ausência de impugnação ao dispositivo que serviu de fundamento ao acórdão recorrido. Alegou, ainda, que incabível o reconhecimento da sucumbência recíproca, uma vez que decaiu em parte mínima dos pedidos.
Agravado: Banco Citicard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Parcial provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado.
Resultado em 1ª instância: Não citado.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no REsp 1223799/RS.
Legislação citada: Não citada.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Inicialmente, verifica-se que

em relação à cláusula mandato, o recurso especial foi provido em face do notório dissídio jurisprudencial, razão pela qual, não prevalece o argumento de que inadmissível o reclamo por ausência de prequestionamento.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: No que tange aos ônus sucumbenciais, melhor sorte assiste ao agravante. De fato, ao reexaminar os autos, verifica-se que o agravado sucumbiu em relação aos seguintes pontos: a) capitalização de juros; b) possibilidade de compensação dos créditos ou repetição do indébito; c) limitação dos juros remuneratórios e, d) comissão de permanência. Nesse contexto, tendo em vista a relevância das verbas deferidas, há de se reconhecer a sucumbência mínima do agravante, sendo o agravado condenado a pagar a sucumbência em sua integralidade.
Observações:

103
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 183.029/MG
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 14/08/2012
Tribunal de 2ª instância: Minas Gerais
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por bloqueio do cartão de crédito
Agravante: Iلسinália Matias da Silva (advogado particular)
Argumentos do agravante: Sustenta a agravante, em síntese, que não incide, na espécie, a Súmula 7 desta Corte, uma vez que o ato ilícito praticado pelo agravado restou provado. Alega, ainda, que o fato de que o bloqueio do cartão ocorrer sem prévia solicitação do titular deste, impedindo a agravante de efetuar o pagamento das compras realizadas no supermercado, causou-lhe sentimento de constrangimento. Afirma, por fim, que foi demonstrado o dissídio interpretativo.
Agravado: Banco Itaú S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Julgou conforme a primeira instância.
Resultado em 1ª instância: Julgou improcedente: entendeu pela não existência de dano moral por caracterizar mero aborrecimento.

Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ.
Legislação citada: não citada.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Observa-se que o Tribunal de origem chegou à conclusão de que não restou comprovada a responsabilidade civil do banco ora agravado. Dessa maneira, depreende-se que o Tribunal de origem julgou com base no substrato fático-probatório dos autos, não podendo a questão ser revista em âmbito de Recurso Especial, a teor do que dispõe o enunciado 7 da Súmula desta Corte. Finalmente, não houve demonstração de dissídio jurisprudencial, diante da falta do exigido cotejo analítico entre os julgados mencionados, bem como pela ausência de similitude fática, de maneira que inviável o inconformismo apontado pela alínea “c” do permissivo constitucional.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado.
Observações: Manteve as decisões nos próprios fundamentos.

104
Número do processo: AgRg no REsp n.º 821. 342/MG
Ministro-relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 02/08/2012
Tribunal de 2ª instância: Minas Gerais
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por dano moral por inclusão do nome em cadastro de proteção ao crédito.
Agravante: Marília Heilbuth Verçosa Winkler e Outro (advogado particular)
Argumentos do agravante: No presente regimental, os agravantes alegam que é fato incontroverso no acórdão recorrido que os recorrentes notificaram o recorrido pedindo a ele que decotasse a cobrança indevida e seus respectivos encargos e, ainda refazer a sua conta, para, em existindo débito, fosse ele quitado. Asseveram que a prova pericial acusou a existência do débito dos recorrentes, mas sustentam que as notificações realizadas posteriormente afastaram a obrigação dos recorrentes de pagar o débito. Assim, alegam a

mora do recorrido para a apresentação de nova conta objeto da cobrança a fim de possibilitar o pagamento.
Agravado: Banco Credibanco S/A
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Se o contexto probatório está a demonstrar que, quando se realizou a inclusão do nome do titular do cartão de crédito nos órgãos de proteção ao crédito nos órgãos de proteção ao crédito, encontrava-se aquele em débito com a administradora, conclui-se que legal foi a negativação efetivada. Sendo regular e legal a inscrição, não se verificam os requisitos legais necessários à obrigação de indenizar, que pressupõe ato ilícito.
Resultado em 1ª instância: Não citada.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no REsp 1.138.789/SC, Súmula 7/STJ, AgRg n.º REsp 941.994/RS, REsp 765.505/SC, Súmula 385/STJ.
Legislação citada: Não citada.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: De início, não se verifica a alegada ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil, o tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, nos exatos limites em que proposta a demanda. Não há falar, portanto, em negativa de prestação jurisdicional apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte. É fato incontroverso no acórdão recorrido a existência de outras dívidas dos recorrentes (representantes do de cujus), não havendo possibilidade de ser rever tal premissa nesta instância especial (Súmula 7/STJ). Ademais, não se configura negativa de prestação jurisdicional quando a lide é decidida de forma clara e fundamentada, com a aplicação do direito cabível à hipótese. Por fim, a título de argumentação, cite-se o teor da Súmula n.º 385/STJ: "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento".
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado.
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos.

105
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 174.942/RJ
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 26/06/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por inclusão do nome em cadastro restritivo.
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Valor exorbitante dos danos morais
Agravado: Paula Damiana Barcellos de Paiva (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Recurso desprovido
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no Ag 599.518/SP, REsp 1101213/RJ; REsp 971.976/RN; EDcl no REsp 351.178/SP; REsp 401.358/PB, AgRg no Ag 769.796/RS; REsp 798.313/ES; REsp 849.500/CE, AgRg no Ag 988.014/PB.
Legislação citada: Não citado
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Com efeito, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestimule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido. Assim, não obstante os argumentos apresentados pela parte Agravante, não se vislumbra, em face da quantia afinal mantida pelo Acórdão recorrido R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em 23.03.2011, razão para provocar a intervenção desta Corte.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

106
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 178.193/SP
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 26/06/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por inscrição do nome em cadastro de inadimplentes.
Agravante: Marcelo de Almeida Braga (advogado particular)
Argumentos do agravante: Nas razões do Agravo Regimental, alega, em síntese, divergência jurisprudencial, sustentando que deve ser majorado o valor fixado a título de danos morais pelo Tribunal de origem. Requer, ainda, o afastamento da multa fixada nos Embargos Declaratórios.
Agravado: Banco Citicard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Recurso improvido
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1059663/MS, AgRg no REsp 1080136/RJ, AgRg no Ag 1062888/SP; REsp 994.253/RS, REsp 851.522/SP, Súmula 83/STJ, REsp 331.221/PB, REsp 280.219/SE.
Legislação citada: CPC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Quanto à responsabilidade da ré, esta Corte já firmou entendimento que "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica." Dessa forma, estando o Acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência deste Superior Tribunal, aplica-se a Súmula 83/STJ. Desta forma, não obstante os argumentos apresentados pela parte recorrente, não se vislumbra, em face da quantia afinal fixada pelo Acórdão a quo, a título de danos

<p>morais, no valor de 2 (dois) salários mínimos, impondo a sua conversão para a data da sentença de primeiro grau, razão para provocar a intervenção desta Corte. No que se refere à aplicação da multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do Estatuto Processual Civil, vê-se que o enfrentamento da matéria pelo Tribunal era suficiente para se evitar a interposição dos Embargos de Declaração que visava, apenas, à rediscussão da questão mérito, o que autoriza a aplicação da multa do art. 538, parágrafo único, do CPC.</p>
<p>Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado.</p>
<p>Observações:</p>

107
Número do processo: AgRg no AI n.º 1.316.972/SP
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 26/06/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Rogério José Afonso (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega o agravante que a agravada não era instituição financeira à época da contratação, que não existe contrato escrito formal firmado pelas partes, a impossibilidade da cobrança de juros em taxas superiores à taxa legal e a potestatividade da fixação de juros à taxa média do mercado.
Agravado: Banco Citicard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Recurso parcialmente provido
Resultado em 1ª instância: Não citado.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 283/STJ, REsp 296.678/RS, AgRg no Ag 565777/RS.
Legislação citada: Não citada.

Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: assente o entendimento desta Corte no sentido de que as Administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras (Súmula 283/STJ). Quanto aos juros remuneratórios, conforme afirmado na decisão agravada, a Segunda Seção desta Corte firmou o entendimento de que o fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano, por si, não implica abusividade; impondo-se sua redução, tão-somente, quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado após vencida a obrigação. Não tendo como se aferir a taxa de juros acordada, sendo pela própria falta de pactuação, como no caso dos autos, ou pela não juntada do contrato, devem os juros remuneratórios ser fixados à taxa média do mercado em operações da espécie.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos.

108
Número do processo: AgRg no ARE no RE nos EDcl no AgRg no AI n.º 1.251.747/MT
Ministro-relator: Ministro Felix Fischer
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Corte Especial
Data de julgamento: 20/06/2012
Tribunal de 2ª instância: Mato Grosso
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por uso indevido do cartão de crédito
Agravante: Banco da Amazonia S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Em suas razões recursais, o agravante alega, em suma, que foram cumpridos todos os requisitos legais para a admissão do Recurso Especial, subida ao STF e necessária e inexpugnável reforma da decisão colegiada, inclusive porque viciada na interpretação jurídica - o que resulta dizer, desde já - que não há como ser mantida, pois restou devidamente demonstrada a repercussão geral nas razões do recurso a tempo e modo, já que a questão é puramente jurídica, inclusive com repercussão geral.
Agravado: Olivio Donizete da Silva (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citada.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citada

Resultado em 1ª instância: Não citada
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada
Foram citados precedentes judiciais? AI n.º 765.567/SP,
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: De fato, o e. Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do AI n.º 765.567/SP (Pleno, Rel. Min.º Gilmar Mendes, DJe de 01/10/2010), decidiu que a questão alusiva à responsabilidade civil de instituição financeira por danos decorrentes de indevida utilização de cartão de crédito carece de repercussão geral.
Observações:

109
Número do processo: AgRg no AI n.º 1.102.265/RJ
Ministro-relator: Ministro Luis Felipe Salomão
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 19/06/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por dano moral por negativação do nome.
Agravante: Banco do Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Aduz em suas razões que não se trata de adentrar em questões defesas pela Súmula 7 STJ como consta da r. decisão ora agravada, mas de questão essencial a própria causa de pedir, qual seja, a existência de saldo em conta para efetuar o débito, o que o acórdão recusou em apreciar - daí a omissão e a violação ao art. 535 CPC.
Agravado: Julio Cezar Saldanha Gonçalves
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citada.
Resultado em 1ª instância: Não citada.
Votação: Unanimidade

Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ, AgRg no AREsp 16.238/RJ, REsp 1029454/RJ.
Legislação citada: Não citada.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Como bem ressaltado na decisão monocrática agravada, não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais. Apesar da alegação do banco agravante, verifica-se que não restou configurada a omissão do acórdão recorrido em questão essencial, qual seja, "a ausência de fundos para possibilitar o débito automático". Com efeito, tanto a sentença como o acórdão recorrido, responsabilizaram civilmente o Banco do Brasil e a American Express do Brasil Tempo Ltda., não questionando a existência de fundos, mas sim, a questão sistêmica do serviço bancário e sua falha na prestação dos mesmos. Dessarte, a conclusão a que chegou o Tribunal a quo acerca da responsabilidade do recorrente e do dano moral, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos quanto à conduta dos réus na hipótese. Entender de forma diversa implicaria no reexame do contexto fático- probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.
Observações:

110
Número do processo: AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp n.º 1.100.346/RS
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 12/06/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Coletiva
Tipo de demanda: Ação revisional: ação civil pública
Agravante: Banco Itaú Cartões S/A (advogado particular)

<p>Argumentos do agravante: Alega a agravante: a) a impossibilidade de, em operação de cartão de crédito, limitar os juros à taxa média de mercado, por se tratar de parâmetro que não se encontra definido para esse seguimento, não sendo aplicável a essa espécie de operação o entendimento sedimentado nesta Corte no julgamento do REsp n.º 1.112.879/PR; e b) que o Recurso Especial foi suficientemente fundamentado no que diz respeito à alegada violação do art. 54 do Código de Defesa do Consumidor, devendo ser provido quanto à questão relativa à inclusão nos contratos padronizados da qualificação dos contratantes e outros dados.</p>
<p>Agravado: Associação Brasileira De Defesa do Consumidor da vida e dos Direitos Civis S/A (advogado particular)</p>
<p>Argumentos do agravado: Não citado.</p>
<p>Resultado no STJ: Negou provimento</p>
<p>Resultado em 2ª instância: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. legislação infraconstitucional incidente. juros remuneratórios. taxa média. juros moratórios. regime de capitalização mensal. correção monetária. VIABILIDADE DE compensação E REPETIÇÃO DE VALORES.</p> <p>Da litispendência</p> <p>No caso sub judice não há litispendência, uma vez que o processo 001/1.05.0218960-0 diz respeito a cartão de crédito com bandeira VISA, cuja causa de pedir e pedido são diversos.</p> <p>Do cabimento da ação civil pública</p> <p>O legislador brasileiro estabeleceu a possibilidade de utilização de tal ação para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, nos termos dos arts. 1º, inciso II e 21, ambos da Lei 7.347/85, combinado com o art. 81 do CDC</p> <p>Da legitimidade ativa da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, da Vida e dos Direitos Civis</p> <p>É parte legítima para propor a Ação Civil pública nos termos do artigo 5º da Lei 7.347/85 e os arts. 82, inciso IV, e 91, ambos do CDC a associação de defesa dos consumidores, vida e direitos civis.</p> <p>Da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às relações de crédito no mercado financeiro.</p> <p>As operadoras de cartões de crédito se sujeitam as mesmas regras das instituições financeiras. A lei consumerista tem incidência normativa nos contratos bancários,</p>

submetendo-se as instituições financeiras aos parâmetros fixados naquele diploma legal. Presente o interesse social na relação jurídica mantida com os consumidores do crédito ofertado. Inteligência da súmula n.º 297 do STJ.

Da legislação infraconstitucional e dos princípios aplicáveis aos contratos bancários

A lei n.º 4.595/64 incide sobre as relações jurídicas que versam quanto aos juros bancários, questão de ordem pública, cuja competência regulatória é da União Federal. Política monetária executada pelo Banco Central. Princípios da economicidade, da razoabilidade, da equidade e da transparência relativa ao dever de informar aplicáveis ao caso concreto.

Dos juros remuneratórios

Descumprimento do dever de informar a taxa de reciprocidade e as variáveis que compõe os juros contratados, o que importa na abusividade de sua fixação nos moldes do contrato.

Adoção da taxa média de remuneração dos contratos bancários pelo Banco Central, representada pela taxa básica financeira (TBF) no caso em exame, limitada à taxa do contrato. Inteligência da súmula n.º 296 do STJ. Preço do dinheiro fixado no curso do tempo para o contrato analisado de forma proporcional, levando em conta os custos da instituição financeira e os parâmetros do mercado, a fim de não onerar em demasia quaisquer das partes, afastado o ganho indevido na contratação.

Da periodicidade do regime de capitalização dos juros bancários.

A regulação dos juros praticados pelas administradoras de cartões de crédito é matéria de ordem pública, cuja competência de legislar cabe à União. Portanto, a capitalização a ser utilizada é de periodicidade mensal, de acordo com o regramento federal a esse respeito, aplicável as instituições financeiras que integram os Sistema Financeiro Nacional. Inteligência da súmula n.º 596 do STF.

Incorporação dos juros ao capital em periodicidade mensal, que se mostra razoável ao caso concreto, em consonância com o pactuado e com os usos e costumes comerciais nesta área (art. 113 do CC), em especial ao tratar de obrigações de curto prazo. Princípio da proporcionalidade, ou seja, se o devedor recebe em suas aplicações financeiras como, por exemplo, a poupança, juros sob o regime capitalizado de periodicidade mensal, nada mais justo que pague as suas obrigações na mesma unidade de tempo.

Dos juros moratórios.

Mora ex re atinente ao descumprimento pela parte devedora, ainda que parcial, do contrato bancário avençado. Violação positiva do contrato em função do cumprimento defeituoso que autoriza a incidência de juros moratórios previstos contratualmente. Incidência da taxa legal

<p>de 1% ao mês, a teor do que estabelece o art. 406 do novel Código Civil.</p> <p>Da comissão de permanência</p> <p>Inadmite-se a comissão de permanência no caso concreto, tendo em vista que esta não pode ser cumulada com juros, remuneratórios ou moratórios, multas ou mesmo correção monetária. Aplicação das súmulas n.ºs 30 e 296 do STJ. Portanto, já havendo a previsão de juros moratórios para o período de inadimplência, ainda que parcial, descabe a aplicação da comissão de permanência, o que importaria em bis in idem sobre o mesmo fato jurídico e, por via de consequência ilícito contratual.</p> <p>Da individualização do contrato</p> <p>Por se tratar de um direito básico do consumidor a informação clara e adequada, não pode o contrato ser omissivo quanto a qualificação dos contratantes. Deve-se incluir nos contratos padronizados o nome, endereço e a qualificação da apelante e dos contratantes consumidores, bem como previsão de data e assinatura dos pactuantes. Da condenação de indenizar de forma ampla, efetiva e completa conforme estabelece o art. 95 do CDC a condenação se dará de forma genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.</p> <p>Da liminar que antecipou os efeitos da tutela jurisdicional</p> <p>Correta a manutenção da liminar pelo juízo singular, uma vez que esta parte foi preservada quando do julgamento do agravo de instrumento, no qual houve deliberação apenas quanto a outros itens da tutela pleiteada, os quais restaram revogados. Inteligência do o art. 471, caput, do CPC.</p> <p>Dos honorários advocatícios</p> <p>Em se tratando de ação civil pública, cuja sentença tem eficácia constitutiva, a verba honorária deve ser fixada de acordo com os critérios estabelecidos no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.</p> <p>Do prequestionamento</p> <p>Quanto às normas jurídicas incidentes sobre o suporte fático O Juiz ou o Tribunal não está obrigado a se manifestar a respeito de todos os artigos de lei invocados, bastando que aqueles referidos no corpo da decisão sejam suficientes para a resolução do caso submetido à apreciação. Inteligência do art. 131 do CPC. Rejeitadas as preliminares à unanimidade e, no mérito, apelo provido parcialmente, vencido em parte o relator quanto à forma de capitalização.</p>
Resultado em 1ª instância: Não citado.
Votação: Unanimidade

Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? AgRg nos EDcl no REsp 1198380/SC, AgRg no Ag 1095350/SE, AgRg no Ag 891.040/RS.
Legislação citada: CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Note-se que é assente na jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte, o entendimento segundo o qual os juros remuneratórios devem ser fixados à taxa média do mercado em operações da espécie, quando não for possível aferir a taxa de juros acordada, pela falta de pactuação expressa ou pela não juntada do contrato aos autos, inclusive em se tratando de contratos de cartão de crédito. Em relação ao art. 54 do Código de Defesa do Consumidor, observa-se que, de fato, conforme afirmado na decisão agravada, o recurso está deficientemente fundamentado. A alegação de que é ilegal a exigência imposta pelo Tribunal de origem de que se faça constar no contrato de adesão a individualização dos contratantes não pode ser extraída do dispositivo apontado como violado nas razões do Recurso Especial referido dispositivo não trata da questão trazida no Recurso Especial, razão porque não se constitui em imperativo legal apto a desconstituir o Acórdão recorrido. Incidência da Súmula 284/STF. Verifica-se, portanto, que a agravante não trouxe qualquer argumento capaz de modificar a conclusão alvitada, que deve ser mantida pelos próprios fundamentos.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

111
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 104.445/SP
Ministro-relator: Ministro Massami Uyeda
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 12/06/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por envio de cartão de crédito não solicitado
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Busca o ora agravante a reforma do decisor sustentando, em síntese, a não configuração do dano moral indenizável. Aduz, também, incidência da Súmula

7/STJ.
Agravado: Lais Pereira Borges (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1061500/RS, Súmula 7/STJ.
Legislação citada: CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Inicialmente, de fato, da reanálise do apelo especial, constata-se que o envio, não solicitado, de cartão de crédito e de faturas de anuidade constituem conduta, considerada pelo Código de Defesa do Consumidor - CDC, como abusiva, configurando, portanto, dano moral indenizável. Por fim, com relação à incidência da Súmula 7/STJ ao caso, não há necessidade da análise de provas tendo em vista que os elementos contidos no v. acórdão recorrido e na sentença são suficientes para que se possa proferir juízo acerca do contido no recurso especial e nas contrarrazões.
Observações: Decisão muito curta.

112
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 20.150/SP
Ministro-relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 05/06/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por inscrição de nome de órgão de restrição ao crédito.
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Aduz a inaplicabilidade da Súmula n.º 7/STJ, no caso concreto, argumentando que não há questão fática a ser analisada, mas sim a nítida violação aos artigos

186 e 188 do Código Civil, uma vez que, o cartão de crédito estava sendo utilizado normalmente pela ora agravada, o que significa que, agindo desta forma, adquiriu direitos e deveres perante o Agravante, respondendo assim, por qualquer dívida perante a instituição financeira.
Agravado: Josiane Zucolotto (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ; AgRg no Ag n.º 1.255.755/RJ, AgRg no Ag n.º 489.545/RJ.
Legislação citada: Não citada.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: A análise das razões apresentadas pelo recorrente, quanto à suficiência da prova de que as compras foram realizadas por meio da utilização normal do cartão de crédito, o que levaria à legitimidade da cobrança da fatura e às consequências da falta de pagamento, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n.º 7/STJ. No caso concreto, o acórdão recorrido, antes de aplicar a teoria do risco do empreendimento, responsabilizando objetivamente o recorrente pelos danos provocados por fraude, considerou: (a) o registro do boletim de ocorrência, porquanto os dados pessoais da recorrida teriam sido utilizados por fraudadores para efetuar gastos em cartão de crédito, (b) a comunicação da autora à instituição bancária sobre a situação e (c) a ausência de prova de que teria havido culpa exclusiva da autora. Dessa forma, discutir se as compras impugnadas fugiam ou não ao perfil da recorrida, com o intuito de romper o nexo de causalidade da responsabilidade da instituição bancária, demanda, efetivamente, o revolvimento do conteúdo fático dos autos, inviável nesta Corte.
Observações:

113
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 127.089/RS
Ministro-relator: Ministra Nancy Andrihgi
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 22/05/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Carlos Antonio do Prado Soares (defensor público)
Argumentos do agravante: Em suas razões recursais, aduz o agravante que a questão da pactuação da capitalização anual de juros implica reexame de matéria fática, incidindo na espécie a Súmula 7/STJ.
Agravado: Luizacred S/A Sociedade de Crédito financiamento e investimento
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? EREsp 917570/RS.
Legislação citada: Não citada.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Pela análise das razões recursais apresentadas, verifica-se que o agravante não trouxe qualquer argumento novo capaz de ilidir os fundamentos da decisão agravada. Com efeito, autoriza-se a incidência de capitalização anual dos juros nos contratos de cartão de crédito, na linha da jurisprudência da Corte (EResp 917570/RS, 2ª Seção, de minha relatoria, DJe de 04.08.2008).
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicado.
Observações:

114
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 152.596/SP
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti

Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 15/05/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por envio do cartão de crédito sem solicitação
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: O valor de dano moral é exorbitante.
Agravado: Nelda Thais Haydee Defilippe e outro (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Deu parcial provimento ao recurso de apelação das autoras, majorando o <i>quantum</i> indenizatório para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada uma.
Resultado em 1ª instância: Não citado.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? Não.
Legislação citada: CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Como anteriormente dito, no que concerne ao valor arbitrado a título de danos morais, é bem verdade que este Superior Tribunal admite sua revisão quando o valor fixado destoa da razoabilidade, revelando-se irrisório ou exagerado. Todavia, verifica-se, novamente, que o valor arbitrado pelas instâncias ordinárias, isto é, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em razão dos danos decorrente de saques e descontos não autorizados pela consumidora em sua conta corrente, emissão e envio sem solicitação de cartão de crédito e inscrição no CCF, mostra-se razoável e consonante com os parâmetros aceitos pela jurisprudência desta Corte. É bem verdade que o valor pode ter sido fixado com profusão, mas não é exorbitante, levando-se em consideração as peculiaridades do caso, principalmente o envio de cartão de crédito não solicitado, conduta considerada pelo Código de Defesa do Consumidor como prática abusiva (art. 39, III).
Observações:

115
Número do processo: AgRg no AI n.º 1.204.754/RJ
Ministro-relator: Ministro Massami Uyeda
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 08/05/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Coletiva
Tipo de demanda: Ação civil pública: venda casada e prática abusiva
Agravante: C&A Modas Ltda. e Outro (advogado particular)
Argumentos do agravante: Buscam os agravantes a reforma da decisão, sustentando, em síntese: a) ilegitimidade ativa do Ministério Público para pleitear direitos individuais disponíveis; b) negativa de prestação jurisdicional, porquanto a corte estadual não se manifestou acerca da inexistência dos requisitos previstos em lei para devolução em dobro; c) inexistência de venda casada e; d) necessidade de repartição da verba sucumbencial.
Agravado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: O Tribunal de Justiça do Estado Rio de Janeiro negou provimento à apelação do Ministério Público estadual e deu parcial provimento ao apelo da ré, apenas para afastar os danos morais.
Resultado em 1ª instância: A sentença julgou procedente o pedido, condenando as rés ao pagamento em dobro dos valores indevidamente cobrados, cujo quantitativo deveria ser apurado em liquidação, na qual cada consumidor mensuraria seu efetivo prejuízo, e determinou o pagamento da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, revertidos a fundo de defesa dos direitos do consumidor.
Votação: Maioria
Voto divergente: Sim. Voto do Ministro Ricardo Villa Bôas Cueva: Preliminarmente, o recurso não merece conhecimento, como bem assentado pelo Relator, no que tange à legitimidade ativa do Ministério Público estadual para a propositura de ação civil pública no caso de direitos individuais homogêneos em que seus titulares são consumidores. (REsp 910.192/MG, REsp n.º 986.272/RS). É cediço que o Ministério Público está legitimado a promover judicialmente a defesa de direitos dos consumidores, inclusive no concernente a direitos individuais homogêneos, quando a lesão, visualizada em sua dimensão coletiva,

possa comprometer interesses sociais relevantes, à luz dos artigos 127 e 129, III, da Constituição da República e artigos 81 e 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor. No tocante à alegação de cerceamento de defesa, partilho do entendimento adotado pelo Relator e pelo Tribunal de origem, que não discrepa da orientação desta Corte, firmada no sentido de que não consubstancia ilegalidade ou cerceamento de defesa o indeferimento de prova testemunhal quando verificada pelo Juiz a desnecessidade de dilação probatória por reputar suficiente a instrução do processo (REsp 844.778/SP). Todavia, peço vênias ao ilustre Relator para tecer algumas considerações e divergir da conclusão de mérito de seu voto. Primeiramente, saliente-se que as informações e os esclarecimentos trazidos no memorial em favor das recorrentes confirmam o que se extrai dos autos. A instância ordinária quedou-se silente a respeito de informações imprescindíveis ao deslinde da controvérsia. Nesse contexto, o Tribunal de origem consignou a notoriedade do condicionamento da aquisição do cartão, com finalidade de propiciar o fornecimento de crédito a consumidores, à uma contratação de serviços acessórios ou adicionais (no caso, plano de capitalização) sem a suposta prévia anuência ou possível conhecimento dos contratantes. Contudo, o acórdão incorreu em omissão ao não enfrentar o argumento de "não se tratar de venda casada, nos termos do art. 39, inciso I, do CPC, pois o título de capitalização era, em verdade, uma garantia, na forma de penhor mercantil, do pagamento da dívida contraída com o cartão, o que é expressamente permitido no artigo 1.419 do Código Civil Brasileiro", suscitado na apelação, nos embargos de declaração e nas razões do recurso especial, motivo pelo qual reconheço a violação do artigo 535 do CPC. Assim sendo, caso o título de capitalização represente mera garantia da obrigação, não haveria falar em dois produtos ou duas operações distintas, mas apenas em uma única concessão de crédito com prestação de garantia, fundamento suficiente para afastar a possível irregularidade da cobrança ou eventual contrariedade às normas de proteção do consumidor. Entretanto, tal circunstância, essencial para dirimir a controvérsia, não foi analisada na instância de origem. Assim, se o consumidor quisesse adquirir apenas um dos itens (cartão de crédito ou cartão de crédito atrelado a título de capitalização) e isso fosse permitido pelo preço normal, ficaria afastada qualquer alegação de abusividade na referida "venda casada", constatada quando o fornecedor oferece uma única alternativa ao cliente. (REsp 1.060.515/DF; REsp 1.216.673/SP, REsp 969.129/MG). Ante o exposto, voto no sentido de conhecer do agravo de instrumento, para julgar o recurso especial e dar-lhe provimento, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a fim de que prossiga no julgamento dos embargos de declaração.

Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 83/STJ, Súmula 182/STJ, Súmula 211/STJ, AgRg no REsp 604.056/RS, Súmula 7/STJ.
Legislação citada: CDC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
<p>Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Verifica-se que a decisão ora agravada, quanto à legitimidade do Ministério Público para a ação, negou provimento ao agravo de instrumento ante o óbice da Súmula 83 desta Corte. Constata-se que o agravo regimental em exame esbarra em óbice formal intransponível, qual seja, na ausência de impugnação específica de tal fundamento. Oportuno deixar assente que a parte, ao recorrer, deve demonstrar o desacerto da decisão contra a qual se insurge, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida. Incidência, no ponto, da Súmula 182/STJ. Verifica-se, também, que, de fato, as questões acerca da impossibilidade de restituição em dobro da quantia cobrada ante a ausência dos requisitos necessários para a aplicação dessa sanção e da repartição da verba sucumbencial, não foram objeto de debate ou deliberação pelo Tribunal de origem, restando ausente, assim, o requisito indispensável do prequestionamento da matéria, incidindo, dessa forma, o teor da Súmula 211 do STJ. Acresça-se que a Corte estadual assim se manifestou acerca do dever de restituição em dobro: "Reconhecida, pois, a ilicitude da prática adotada pelas rés, deverão restituir, em dobro, os valores indevidamente pagos por cada um dos contratantes lesados, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 42 do CDC, e foi determinado na v. Sentença em exame. "</p> <p>No que diz respeito à existência de venda casada o tribunal a quo consignou que as recorrentes condicionam o fornecimento de crédito dirigido à aquisição de produtos à contratação de serviços adicionais, sem prévia anuência dos contratantes. Anota-se que a Corte estadual analisou toda a situação fática do caso concreto para decidir pela ocorrência de prática abusiva. Incidência, no ponto, da Súmula 7/STJ.</p>
<p>Observações: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino (votou com o relator): Em relação à ocorrência de venda casada, em função do condicionamento da concessão de cartões de crédito com a contratação de seguros e títulos de capitalização, configurando prática abusiva, segundo as instâncias ordinárias, trata-se de matéria fática, que exigiria o reexame das provas colhidas e nova interpretação de cláusulas contratuais, esbarrando o recurso especial nos óbices das súmulas 05 e 07 desta Corte. Em relação à restituição em dobro dos valores cobrados dos consumidores, reconhecida a prática abusiva, trata-se de mero consectário</p>

lógico, com aplicação do art. 42 do CDC. No ponto específico, relativo à incidência do art. 535 do CDC, que foi o motivo da divergência do eminente Min.º Cueva, tenho que era desnecessária manifestação mais clara do tribunal acerca da qualificação jurídica dos negócios jurídicos em questão, tendo ficado expresso o reconhecimento da ocorrência da prática abusiva consistente na venda casada. A circunstância de os títulos de capitalização serem utilizados como garantia do crédito concedido, semelhante ao penhor mercantil (art. 1419 do CC), não seria suficiente para afastar o reconhecimento da abusividade dessa prática no plano das relações de consumo.

116
Número do processo: ED em REsp n.º 1.181.256/AL
Ministro-relator: Ministro João Otávio de Noronha
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Corte Especial
Data de julgamento: 02/05/2012
Tribunal de 2ª instância: Alagoas
Titularidade da ação: Coletiva
Tipo de demanda: Prática abusiva: aumento do preço para pagamento com cartão de crédito
Embargante: Estado de Alagoas (procurador)
Argumentos do embargante: O embargante sustenta a existência de dissídio entre o entendimento manifestado no aresto impugnado e aquele proferido pela Terceira Turma no julgamento do REsp n.º 1.133.410/RS, relator Ministro Massami Uyeda, DJe de 7.4.2010. Alega que, "muito embora no acórdão ora embargado se reafirme que descabe aplicar sanção ao comerciante que majorou o preço da mercadoria para a transação realizada com cartão de crédito em relação ao preço à vista, ante a inexistência de lei que proíba essa diferenciação, improvendo o Agravo Regimental do ente público, a douta Terceira Turma adota entendimento diametralmente oposto, segundo o qual a prática da majoração de preço em operações com cartão de crédito é abusiva e, portanto, ilegal".
Embargado: Sindicato do Comércio Varejista de derivados de petróleo do Estado de Alagoas (advogado particular)
Argumentos do embargado: O embargado apresentou impugnação às fls. 509/523 (e-STJ), sustentando a inexistência de similitude entre os arestos confrontados. Requer que se reconheça a improcedência do recurso.
Resultado no STJ: Embargos não conhecidos

Resultado em 2ª instância: Não citado.
Resultado em 1ª instância: Não citado.
Votação: Maioria
Voto divergente: Sim. Ministro Arnaldo Esteves Lima: Sr. Presidente, se for levar a questão no rigor absoluto, não haveria divergência. Mas, como acentuou o Sr. Ministro Massami Uyeda, o substrato é saber se pode, por intermédio de pagamento por cartão de crédito, cobrar preço diferente daquele que é cobrado pelo pagamento a vista. A consequência, no caso do acórdão embargado, seria não poder aplicar multa ao estabelecimento. No outro caso, a consequência seria pura e simplesmente dizer que não pode. Como essa questão é realmente relevante, penso que seria mais adequado o Tribunal, numa oportunidade dessas, manifestar-se num sentido ou noutro. Então, peço vênias aos eminentes Ministros Relator e Castro Meira para também conhecer dos embargos de divergência.
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? AgRg nos EREsp n.º 651.633/DF, REsp n.º 229.586/SE, REsp n.º 827.120/RJ, AgRg no REsp n.º 1.178.360/SP.
Legislação citada: Não citada
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada
Observações: Voto: Os embargos de divergência não apresentam os requisitos para o seu conhecimento. Convém notar, inicialmente, a falta de similitude fática entre o acórdão embargado e o paradigma colacionado. O primeiro cuidou de hipótese em que se considerou ilegal a imposição de multa a comerciante que sobretaxou o preço de mercadoria paga com cartão de crédito, tendo em vista a inexistência de norma impeditiva de cobrança diferenciada, a variar de acordo com a forma de pagamento. O aresto paradigma (REsp n.º 1.133.410/RS), por sua vez, considerou imprópria a cobrança diferenciada de preço nas vendas com cartão de crédito, sem, contudo, tratar do cabimento ou não de multa decorrente dessa prática. Como se vê, a realidade fática entre os casos em cotejo é distinta, o que, por conseguinte, implica em conclusões jurídicas também diversas, ensejando o não conhecimento dos embargos de divergência. O entendimento do acórdão embargado está em harmonia com a jurisprudência desta Corte de que, não havendo vedação legal à cobrança diferenciada para pagamento com cartão de crédito, tal prática não é abusiva.

117
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 16.238/RJ
Ministro-relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 24/04/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por cobrança indevida
Agravante: Banco ABN Amro Real S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: O agravante aduz a inaplicabilidade das Súmulas 7/STJ e 284/STF para obstar o conhecimento do recurso especial. Alega, ainda, que (a) os dispositivos legais referentes à litispendência não foram prequestionados pelo Tribunal de origem e (b) ausência de necessidade do reexame de provas tanto para verificar que o valor da multa aplicada ultrapassara o valor da obrigação principal, quanto para constatar-se a exorbitância na fixação do dano moral.
Agravado: Osmarina Esmeria Vasconcelos (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento.
Resultado em 2ª instância: Não citado.
Resultado em 1ª instância: Não citado.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no REsp n.º 1.167.616/PB, Súmula 284/STF, AgRg no REsp n.º 1.232.231/RS, Súmula 7/STJ, AgRg no Ag n.º 1.255.755/RJ, AgRg no Ag n.º 489.545/RJ, REsp Repetitivo n.º 1.199.782/PR, AgRg no AREsp n.º 36.288/RJ, AgRg no Ag n.º 1.401.302/SC, AgRg no Ag n.º 1.394.066/SC,
Legislação citada: CPC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicada.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Primeiramente, não há insurgência quanto à aplicação de multa nas razões do recurso especial. Com relação à litispendência, o Tribunal estadual decidiu que "não se acolhe a preliminar de litispendência arguida pelo segundo apelante, visto que as demais ações movidas pela autora se referem a

outras compras realizadas em lojas diversas das discutidas nos presentes autos". Portanto, não há falar-se em ausência de prequestionamento da matéria, que, contudo, não pode ser conhecida porque o recorrente não indicou os dispositivos legais supostamente violados pelo acórdão recorrido, o que atrai a incidência da Súmula n.º 284/STF. A análise das razões apresentadas pelo recorrente, ora agravante, quanto à suficiência das provas da existência do dano e da culpa exclusiva da autora demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n.º 7/STJ. A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do REsp Repetitivo n.º 1.199.782/PR, Relator Ministro Luís Felipe Salomão, em 28/4/2011, DJe 12/9/2011, pacificou entendimento no sentido de que as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros. Contudo, em hipóteses excepcionais, quando manifestamente evidenciado ser irrisório ou exorbitante o arbitramento da indenização, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso concreto, a autora teve furtado seu cartão de crédito e as compras realizadas por terceiros foram incluídas em sua fatura. Após insistência na cobrança, a autora quitou a dívida, para discuti-la, sem sucesso, com a instituição bancária. O Tribunal a quo fixou a indenização por danos morais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), quantia que não destoa dos parâmetros adotados por esta Corte em casos análogos.

Observações: Imposição de multa: A interposição de recurso manifestamente inadmissível ou infundado autoriza a imposição de multa, com fundamento no art. 557, § 2º, do CPC. Pagamento de multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor corrigido da causa.

118
Número do processo: AgRg no AI n.º 1.363.711/SP
Ministro-relator: Ministro Massami Uyeda
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 19/04/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Coletiva
Tipo de demanda: Ação civil pública: venda casada: cartão de crédito, conta corrente e poupança.
Agravante: Banco do Brasil S/A incorporador do Banco Nossa Caixa S/A (advogado particular)

Argumentos do agravante: Alega o ora agravante, em síntese, negativa de prestação jurisdicional. Aduz, também, que não pretende o reexame de provas.
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negar provimento.
Resultado em 2ª instância: Não citado.
Resultado em 1ª instância: Não citado.
Votação: Unanimidade.
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ.
Legislação citada: Não citada.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: In casu, de fato, não se verifica a alegada violação do artigo 535 do CPC, porquanto a questão referente à devolução em dobro, foi apreciada, de forma clara e coerente, naquilo que pareceu relevante à Turma Julgadora a quo. Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, em ofensa ao artigo 535 do CPC. Ao contrário do que afirmou o ora agravante, de que os serviços de cartão de crédito foram devidamente contratados, o Tribunal de origem consignou que não há comprovação da efetiva e expressa contratação dos cartões de crédito, destacando o fato de que o ora agravante não ter juntado documentos demonstrando de forma inequívoca a contratação dos serviços. Assim, fazer prevalecer a situação fática da forma como quer o recorrente, frente ao acórdão recorrido é inviável na via eleita e encontra o empecilho da Súmula 7/STJ.
Observações: Mantem a decisão pelos próprios fundamentos.

119
Número do processo: AgRg no AI n.º 1.189.694/SP
Ministro-relator: Ministro Raul Araújo
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 19/04/2012
Tribunal de 2ª instância: São Paulo
Titularidade da ação: Individual

Tipo de demanda: Ação revisional.
Agravante: Eva Harmat Severo Batista (advogado particular)
Argumentos do agravante: A agravante reitera os argumentos apresentados em sede de recurso especial, acerca da existência de violação aos arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil (CPC); 5º da LICC, atual Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro - redação dada pela Lei 12.376/2010; 1.062 do Código Civil de 1916; 4º, 6º, V, 42, 46 e 51, III e IV, do Código de Defesa do Consumidor (CDC); 1º, 4º e 5º do Decreto-Lei n.º 22.626/33, insurgindo-se, ainda, contra o óbice da Súmula 283/STF e afirmando que teria havido prequestionamento implícito da matéria objeto de recurso.
Agravado: Banco Bradesco S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Recurso de apelação improvido.
Resultado em 1ª instância: Não citado.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no Ag 56.745/SP, REsp 209.345/SC, REsp 685.168/RS, REsp 296.678/RS, Súmulas 282 e 356 do STF, súmula n.º 284/STF, Súmula 283/STF, AgRg no REsp 796.466/RS, AgRg no REsp 860.382/RJ, EDcl no REsp n.º 964.136/RJ, AgRg no Ag n.º 947.298/DF.
Legislação citada: Decreto n.º 22.626/33.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Inicialmente, não se vislumbra a alegada violação aos arts. 165 e 458 do CPC, na medida em que a Eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistente violação a tais artigos, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Cumpre esclarecer que a questão levantada pela agravante acerca da possibilidade de anulação do acórdão recorrido pela alegada ausência do relatório foi efetivamente dirimida pela Eg. Corte de origem, que consignou a existência de tal peça nos autos do processo. Impende ressaltar que se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos

interesses da parte. No que diz respeito a alegada nulidade da cláusula mandato, não foi apreciada pelo Tribunal a quo e não foi objeto dos embargos de declaração opostos pela recorrente. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. Ademais, o recorrente não indica de que maneira o disposto no art. 165 do CPC foi violado, atraindo, pois, a incidência da súmula n.º 284 do Supremo Tribunal Federal, ante a deficiência da fundamentação recursal. No que tange à revelia, verifica-se que o Tribunal de origem ao decidir a questão consignando que nos termos do documento dos autos os direitos e obrigações titularizados pela administradora de cartões de crédito foram transferidos à Instituição Financeira de natureza bancária presente nos autos. Todavia, a recorrente deixou de impugnar tal fundamento, autônomo e suficiente à manutenção da decisão. Dessa forma, permanecendo incólume o fundamento principal do acórdão quanto ao ponto, a pretensão recursal resta prejudicada pela incidência da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal. No mais, verifica-se que a equiparação das administradoras de cartão de crédito como instituições integrantes do sistema financeiro nacional, não se aplicando a limitação dos juros prevista no Decreto n.º 22.626/33, é entendimento sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça, consubstanciado na Súmula 283/STJ. Assim, não se vislumbra a alegada nulidade do acórdão por ausência de relatório, porquanto informado pelo Tribunal de origem que a pretensão estaria relatada às fls. 597 dos autos. A análise da imprestabilidade de tal relatório, porém, demandaria a verificação do seu conteúdo, questão que nem sequer pode ser examinada, pois não consta dos autos a aludida peça processual. Quanto ao mais, são inafastáveis os óbices das Súmulas 283 e 282/STF, porquanto não impugnados os fundamentos do acórdão recorrido quanto à cessão de direitos e porque não prequestionados, nem mesmo implicitamente, os dispositivos legais no que toca à cláusula-mandato.

Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada.

Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

120
Número do processo: AgRg no AI n.º 1.383.854/SC
Ministro-relator: Ministro Massami Uyeda
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 12/04/2012
Tribunal de 2ª instância: Santa Catarina

Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização
Agravante: Banco Citicard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Busca a agravante a reforma da decisão, sustentando, em síntese, que o quantum indenizatório fora fixado em valor exagerado devendo ser revisto por esta Corte.
Agravado: Giovanne Vegatalle – Microempresa
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? AGA 477.423/DF.
Legislação citada: Não citado.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Nota-se que a pretensão do recorrente exige o revolvimento do conjunto fático-probatório carreado aos autos, inviável na via eleita, a teor do disposto na Súmula 7/STJ. Na espécie, constata-se que o montante indenizatório fixado no importe de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a título de dano moral, em razão da ausência do depósito dos valores a que se comprometera o ora recorrente, não destoia dos padrões de quantificação de ressarcimento pelos quais esta Corte tem se orientado.
Observações:

121
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 33.418/RJ
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 27/03/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual

Tipo de demanda: Ação declaratória de inexistência de débito c/c com indenização por danos morais e materiais.
Agravante: Banco Santander Brasil S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Sustenta o agravante que não houve a observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na fixação do valor do dano moral.
Agravado: Zildeia do Carmo de Deus (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado.
Resultado em 1ª instância: Não citado.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? REsp 1.061.500/RS.
Legislação citada: Não citada.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Quanto à responsabilidade do recorrente no evento, cumpre salientar que o acórdão recorrido se alinha com o entendimento desta Corte. No tocante ao valor da indenização, o montante arbitrado em R\$ 2.000,00 não se mostrou abusivo porquanto na sua fixação foram consideradas as peculiaridades do caso e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos.

122
Número do processo: AgRg nos EDcl no REsp n.º 1.198.380/SC
Ministro-relator: Ministra Nancy Andriighi
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 01/03/2012
Tribunal de 2ª instância: Santa Catarina
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação revisional
Agravante: Banco Citicard S/A (advogados particulares) e Eduardo Dutra da Silva (advogado particular)

<p>Argumentos do agravante: O primeiro agravo, movido por EDUARDO DUTRA DA SILVA, sustenta "que a decisão é sem sombras de dúvidas <i>extra petita</i>. O pleito recursal (...) do Agravado pede a aplicação de taxa de juros contratada e a decisão agravada toma como parâmetro a falta de contrato ou a ausência de pactuação de taxa de juros para decidir pela aplicação da taxa média de mercado. Induvidosamente tal decisão fugiu completamente do que foi pedido no Recurso Especial e ademais desviou-se do que foi pleiteado pelas partes em todos os graus de jurisdição."</p> <p>O segundo agravo foi interposto por BANCO CITICARD S/A. Afirma o agravante que "por meio da decisão agravada entendeu-se que no presente caso a taxa de juros remuneratórios não foi expressamente pactuada, devendo prevalecer a limitação pela taxa média de mercado. Com o devido respeito esse entendimento é equivocado na medida em que houve sim, perfeitamente, a fixação dos juros remuneratórios no contrato realizado entre as partes. Inclusive, conforme restou demonstrado durante o trâmite do processo, o agravado era mensalmente informado, por meio da fatura do cartão de crédito, da taxa de juros incidentes em cada mês.</p>
Agravado: Os mesmos
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citada.
Resultado em 1ª instância: Não citada.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada.
Foram citados precedentes judiciais? AgRg no Ag 886.219/RS, REsp 925.534/RN, REsp 440.221/ES, REsp 337.785/RJ, REsp 445.413/DF,
Legislação citada: Não citada.
<p>Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: I - EDUARDO DUTRA DA SILVA: Não há julgamento <i>extra petita</i>, pois a lide foi decidida nos exatos termos em que foi proposta, havendo congruência entre a decisão, o pedido e a causa de pedir. Salienta-se que o STJ firmou entendimento no sentido de que cabe ao julgador a interpretação lógico-sistemática do pedido formulado na petição inicial a partir de uma análise de todo o seu conteúdo.</p>
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: II - BANCO CITICARD S/A:

Esta Corte Superior tem entendimento assente no sentido de que na falta do contrato ou não havendo pactuação de taxa de juros remuneratórios, prevalece a taxa média de mercado.
Observações:

123
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 685/RS
Ministro-relator: Ministra Maria Isabel Gallotti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Quarta Turma
Data de julgamento: 16/02/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio Grande do Sul
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por cobrança indevida.
Agravante: Paulo Alberto Schmidt (advogado particular)
Argumentos do agravante: O agravante alega que a ação em comento não questionou a legalidade dos índices contratuais, assim como as decisões dos autos não se ocuparam da matéria. Afirma que as taxas não foram declaradas indevidas, de modo que os precedentes invocados não se aplicam ao caso. Sustenta que a pretensão versa sobre a repetição do indébito com as mesmas taxas devidamente cobradas pela instituição financeira, de modo que o dissídio jurisprudencial restou plenamente caracterizado. Argumenta que enquanto o acórdão paradigma assevera que o consumidor tem direito a ser ressarcido às mesmas taxas e encargos praticados pela instituição financeira e que isso não fere a lei de usura, o acórdão recorrido diz que o consumidor não pode ser ressarcido pelas mesmas taxas e encargos em face das limitações impostas pela referida lei de usura.
Agravado: Banco Citicard S/A (advogado particular)
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Negou provimento aos apelos com a seguinte fundamentação: “Os danos morais decorrentes da indevida anotação restritiva de crédito são in re ipsa. Valor da recomposição dos danos morais fixados de acordo com as peculiaridades do caso concreto, bem como observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, além da natureza jurídica da indenização. A repetição do indébito deve ser corrigida monetariamente pelo IGP-M, tido como o índice que melhor recompõe as perdas inflacionárias do período”.
Resultado em 1ª instância: A sentença afirmou que a contratação do seguro configurou

abuso e a declarou nula, determinando a devolução dos valores pagos a este título.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citada.
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 83/STJ, EDcl no REsp 1030295/MG, AgRg no REsp 704.224/MG, REsp 781.471/RS, REsp 664.208/MG.
Legislação citada: Não citada.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Se o contrato é nulo, tal como declarado pelas instâncias ordinárias, cabe ao autor unicamente a restituição dos valores por ele desembolsados, acrescidos dos consectários previstos na lei. Ao contrário do que alega o recorrente, não há que se falar em aplicação das "mesmas taxas devidamente cobradas pela instituição financeira", porque, como visto, a cobrança foi declarada indevida. Quanto ao mérito, em que pese o precedente invocado pelo recorrente, a pretensão é contrária ao mais recente posicionamento consagrado na Segunda Seção do STJ, no sentido de que na repetição de indébito não se aplicam as mesmas taxas indevidamente cobradas pelas instituições financeiras. Incidência da Súmula 83/STJ.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Prejudicada.
Observações: Decisão mantida pelos próprios fundamentos.

124
Número do processo: AgRg no AREsp n.º 71.333/RJ
Ministro-relator: Ministro Sidnei Beneti
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 16/02/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação indenizatória por débito indevido em conta corrente de valor mínimo de cartão de crédito
Agravante: Banco Santander Brasil S/A incorporador do Banco ABN Amro Real S/A (advogado particular)
Argumentos do agravante: Alega o agravante, em síntese, que não busca o reexame de provas, mas a manifestação sobre o valor exorbitante da condenação por danos morais, ou seja, a questão é de valoração da prova e que o valor da indenização deve ser reduzido.

Agravado: Ana Carolina Peixoto Conceição (por ela mesma)
Argumentos do agravado: Não citado
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Tratando-se de relação de consumo, a responsabilidade é objetiva na forma do art. 14 do CDC, bastando que o consumidor comprove o dano, indiscutível na hipótese - in re ipsa. O fornecedor de serviço somente não será responsabilizado quando provar a inexistência do defeito ou culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros, tal como previsto no § 3º do citado art. 14, o que não ocorreu; II Descontos em conta corrente, sem a prévia informação e autorização do correntista, configuram falha na prestação de serviços, ensejando o dever de reparação dos danos material e moral sofridos; III - Dano moral configurado, haja vista que a Autora teve sua vida financeira invadida, e também colocada em desordem em decorrência dos repetidos descontos em sua conta bancária, inclusive devolução de cheque, acarretando-lhe insegurança e acentuados transtornos; IV - Recurso ao qual se nega seguimento ao abrigo do art. 557, do Código de Processo Civil.
Resultado em 1ª instância: Não citado.
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado.
Foram citados precedentes judiciais? REsp 331.221/PB, REsp 280.219/SE, Súmula 7/STJ.
Legislação citada: CPC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Quanto à responsabilidade do ora recorrente e configuração do dano moral, os argumentos invocados somente poderiam ter sua procedência verificada mediante reexame das provas, não podendo, entretanto, esta Corte, para eventualmente chegar a conclusão diversa da estampada no acórdão recorrido, reavaliar o conjunto probatório. Aplicável, no caso, o enunciado 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, que impede o exame de provas por este Tribunal. Em consequência, a 3ª Turma deste Tribunal assentou o entendimento de que somente se conhece da matéria atinente aos valores fixados pelos Tribunais recorridos quando o valor for teratológico, isto é, de tal forma elevado que se considere ostensivamente exorbitante, ou a tal ponto ínfimo, que, em si, objetivamente deponha contra a dignidade do ofendido. Não é o caso dos autos, em que o tribunal a quo manteve o valor de indenização por danos morais em R\$ 3.000,00 (três

mil reais), no julgamento de 27/10/2010, para o dano consistente em débito automático na conta corrente da autora do valor mínimo do cartão de crédito, sem a devida informação à ora recorrida, e a consequente devolução de cheques, consideradas as circunstâncias do caso e as condições econômicas das partes.
Observações: Manteve a decisão pelos próprios fundamentos.

125
Número do processo: AgRg no AI n.º 1.404.000/RJ
Ministro-relator: Ministro Massami Uyeda
Turma ou Seção Julgadora no STJ: Terceira Turma
Data de julgamento: 02/02/2012
Tribunal de 2ª instância: Rio de Janeiro
Titularidade da ação: Individual
Tipo de demanda: Ação de indenização por fraude de cartão de crédito
Agravante: Credicard S/A – Administradora de cartões de crédito (advogado particular)
Argumentos do agravante: Busca a agravante a reforma da decisão, sustentando, em síntese, negativa de prestação jurisdicional por parte da Corte estadual. Aduz, também, a inaplicabilidade, ao caso em apreço, da Súmula 7/STJ.
Agravado: Pedro Mello Operadora de Turismo Ltda. e Outros.
Argumentos do agravado: Não citado.
Resultado no STJ: Negou provimento
Resultado em 2ª instância: Não citado
Resultado em 1ª instância: Não citado
Votação: Unanimidade
Voto divergente: Não
Foi considerada relação de consumo? Não citado
Foram citados precedentes judiciais? Súmula 7/STJ.
Legislação citada: CC.
Argumentação da decisão favorável à instituição financeira: Prejudicado.
Argumentação da decisão favorável ao cliente bancário: Vê-se, pois, que o pretendido pela parte, quando alega vulneração do art. 186 do CC, é, por via transversa, revolver o conjunto fático-probatório dos autos, já bem examinado pelas Instâncias ordinárias, providência inadmissível na via eleita, a teor da Súmula 7/STJ.

Observações:

APÊNDICE D – QUADROS-RESUMO

D. 1 Ações revisionais: taxa de juros

Documento	Data	Decisão
n.º 17	16/04/2015	<p><u>Gratuidade da justiça</u>: deserção afastada.</p> <p><u>Capitalização de juros</u>: a tese do Tribunal de origem está de acordo com a tese do STJ.</p> <p><u>Sucumbência Recíproca</u>: Súmula 7/STJ.</p>
n.º 18	14/04/2015	<p><u>Limitação da multa moratória</u>: a partir de 1996 a multa de mora não poderá ser superior a 2% ao mês, tendo em vista a alteração do art. 52, §1º, do CDC.</p> <p><u>Limitação dos juros remuneratórios</u>: Súmula 283 do STJ.</p> <p><u>Repetição do indébito</u>: faltou a comprovação de má-fé.</p> <p><u>Informações das taxas</u>: por tratar de uma questão anterior ao advento da Resolução n.º 3.517/2007 do CMN, deve-se aplicar apenas os parâmetros previstos no CDC.</p>
n.º 19	19/03/2015	<p><u>Taxa de juros</u>: reconhecida a abusividade da taxa contratada ou ausente a fixação da taxa de juros a taxa média de mercado deve ser apurada em liquidação.</p>
n.º 25	05/02/2015	<p><u>Omissão do acórdão estadual</u>: não configurado.</p> <p><u>Não teve ciência prévia das cláusulas contratuais e da capitalização mensal</u>: Súmula 5 e 7/STJ.</p> <p><u>Juros devem ser limitados a 12% a.a.</u>: Súmula 596/STF (não aplica Lei da Usura às instituições financeiras).</p> <p><u>Mora do devedor não configurada</u>: Permitiu a inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplentes.</p>
n.º 26	05/02/2015	<p><u>Aplicação da Lei da Usura</u>: Súmula 596/STF e 382/STJ, no entanto, o Tribunal a quo decidiu pela inexistência de abusividade o que não pode ser refutado pelo óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ.</p>

n.º 29	18/12/2014	<u>Taxa mensal e anual de juros prevista na fatura:</u> Súmula 7/STJ.
n.º 31	16/12/2014	<u>Capitalização dos juros e índice da taxa de juros:</u> Súmula 7/STJ
n.º 32	16/12/2014	<u>Taxa média verificada pela ANEFAC:</u> utilização da taxa média para contrato de cheque especial (BACEN)
n.º 34	25/11/2014	<u>Não pode taxa média do cheque especial:</u> Não pode ser taxa média de outro contrato, mas apenas do cartão de crédito. Determinou a retomada da fase instrutória.
n.º 35	18/11/2014	<u>Suspensão do processo por conta da arguição da constitucionalidade da MP 2.170-36/2001:</u> Repercussão geral no STF não implica suspensão dos processos do STJ. <u>Capitalização mensal de juros e aplicação da Lei 10.931/2004:</u> Pela ausência de pactuação expressa não é possível exigí-la (tem que ser anual). Não alcança a permissão prevista na Medida Provisória 1.963-17/2000, nem se submete à Lei 10.931/2004, tendo em vista que o contrato em discussão, é cartão de crédito, não cédula de crédito bancário.
n.º 36	04/11/2014	<u>Impossibilidade da revisão contratual (<i>pacta sunt servanda</i>):</u> Súmula 297/STJ <u>Possibilidade da cobrança da capitalização mensal dos juros:</u> Súmulas 5 e 7/STJ <u>Comissão de permanência:</u> Súmulas 5 e 7/STJ. <u>Inviabilidade da repetição do indébito:</u> Súmula 322/STJ
n.º 49	27/05/2014	<u>Ausência de juntada do contrato ou ausência de pactuação:</u> taxa média de mercado. <u>Não juntada do contrato ou não reconhecimento da pactuação da capitalização mensal:</u> Súmulas 5 e 7/STJ. <u>Inacumulabilidade com correção monetária, juros remuneratórios, juros moratórios e multa contratual:</u> Súmulas 472 e 30/STJ. <u>Desnecessidade do erro:</u> Súmula 322/STJ.
n.º 54	05/12/2013	<u>Impossibilidade de adoção da taxa média calculada para empréstimos pessoais:</u> constitui inovação vedada em sede de Recurso Especial.

		<u>Alegação de que não teve abusividade na taxa de juros</u> : taxa média é devida com fundamento na ausência de contratação expressa e não de abusividade.
n.º 55	26/11/2013	<u>Taxa média do cheque especial</u> : Súmula 7/STJ.
n.º 63	27/08/2013	<u>Ausência de abusividade</u> : Súmula 7/STJ. <u>Legalidade da capitalização mensal</u> : Súmulas 5 e 7/STJ <u>Impossibilidade de repetição do indébito</u> : É possível, conforme jurisprudência do STJ.
n.º 65	13/08/2013	<u>Não pode aplicar taxa média por ausência de índices disponibilizados pelo BACEN</u> : jurisprudência do STJ no sentido de que deve ser aplicada a taxa média de mercado. Falta de prova da prática de juros abusivos: Não se manifestou. <u>Comissão de permanência – deve prevalecer o juros moratório e a multa previstos contratualmente</u> : não pode acumular (Súmulas 30, 294 e 296 do STJ).
n.º 67	06/08/2013	<u>Juros remuneratórios e abusividade</u> : Súmula 7/STJ <u>Capitalização mensal</u> : Súmula 7/STJ <u>Repetição do indébito</u> : Não há repetição do indébito se não se evidenciar erro no pagamento.
n.º 76	23/04/2013	<u>Inexistência de limitação da taxa de juros</u> : Súmula 282 e 356/STF. <u>Possibilidade de capitalização dos juros</u> : Súmula 282 e 356/STF.
n.º 77	16/04/2013	<u>Omissão do tribunal</u> : não configurada. Desatendido o prequestionamento (Súmula 211/STJ) <u>Ilicitude da cobrança de juros capitalizados</u> : Súmula 7/STJ. <u>Restituição do indébito em dobro</u> : Só é possível em caso de má-fé, que não restou comprovada nos autos.
n.º 87	20/11/2012	<u>Omissão do acórdão</u> : Desatendido o prequestionamento em relação a alguns pontos. <u>Taxa de juros</u> : não se averigua nos autos que a taxa de juros seja abusiva (Súmula 382/STJ). Súmula 283/STJ e 596/STF. <u>Capitalização mensal dos juros</u> : aplicação da Súmula 121/STF

		<p>por ter sido o contrato celebrado após 31/03/2000 (MP 2.170-36/2001). Deve manter a capitalização anual.</p> <p><u>Comissão de permanência</u>: Súmula 294/STJ, Súmula 30/STJ. Pode ser autorizada desde que sem cumulação com correção monetária e com juros remuneratórios e moratórios e multa. Tal prática visa a evitar a ocorrência de dupla penalização, porque a comissão de permanência possui a mesma natureza destes encargos (Súmula 472/STJ). Na hipótese presente, entretanto, as instâncias ordinárias apontam a presença da multa e da correção monetária para o período de inadimplência e, no particular, verificou-se o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso pretendendo sua exclusão, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo recorrente, sob pena de se operar reformatio in pejus, caso tornados incompatíveis os demais consectários moratórios.</p>
n.º 93	02/10/2012	<p><u>Taxa de juros</u>: Não prevalece a limitação da taxa de juros a 12% a.a.</p> <p><u>Comissão de permanência</u>: admite-se a comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, à taxa média dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula n.º 294/STJ), desde que não cumulada com a correção monetária (Súmula n.º 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula n.º 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual. No caso em tela, o aresto estadual consignou que não houve a cumulação da cobrança da comissão de permanência com a correção monetária. Destarte, mantem-se a cobrança do encargo conforme pactuado.</p> <p><u>Capitalização mensal dos juros</u>: O tribunal a quo entendeu pela presença de pactuação expressa o que requer análise do contrato e encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ.</p>
n.º 97	20/09/2012	<p><u>Taxa média de mercado para cheque especial</u>: Assim, não restou caracterizada, no caso, a discrepância da taxa pactuada em relação à taxa média de mercado, nos moldes admitidos pela</p>

		jurisprudência desta Corte, a justificar a limitação imposta. <u>Capitalização mensal dos juros</u> : Permitida, desde que celebrada antes da MP n.º 1.963-17 (31.3.00). <u>Indicação da taxa mensal e anual</u> : Para a 2ª Seção do STJ a indicação da taxa mensal e anual na fatura é suficiente para indicar pactuação.
n.º 107	26/06/2012	<u>Não é instituição financeira</u> : Súmula 283/STJ <u>Não existe contrato escrito formal e impossibilidade de cobrança de taxa de juros superior a legal</u> : No caso de ausência de pactuação deve-se determinar a taxa de juros na média de mercado para operações da espécie.
n.º 110	12/06/2012	<u>Impossibilidade de limitar os juros na taxa média de mercado</u> : Caso não seja pactuado, ou o contrato não tenha sido apresentado, os juros remuneratórios devem ser fixados à taxa média do mercado em operações da espécie. <u>Violação do art. 54 do CDC</u> : Súmula 284/STF.
n.º 113	22/05/2012	<u>Capitalização anual de juros encontra óbice na Súmula 7/STJ</u> : É admitida a capitalização anual conforme precedentes da corte.
n.º 122	01/03/2012	<u>Julgamento <i>extra petita</i></u> : não configurado <u>Taxa de juros</u> : Esta Corte Superior tem entendimento assente no sentido de que na falta do contrato ou não havendo pactuação de taxa de juros remuneratórios, prevalece a taxa média de mercado.

Quadro D.1 - Resumo das ações revisionais, sob o subtema: taxa de juros.

D. 2 Ações revisionais: meramente processuais

n.º 44	n.º 69	n.º 102
<u>Prequestionamento</u> : para o atendimento do requisito do	<u>Violação do art. 535 do CPC</u> : Não se configura, pois, a	<u>Prequestionamento</u> : Verifica-se que em relação à cláusula

<p>prequestionamento não é necessária a menção expressa dos dispositivos tidos por violados no acórdão recorrido, sendo suficiente que a questão federal tenha sido apreciada pelo Tribunal de origem.</p> <p><u>Óbice da Súmula 7/STJ:</u> a permissão legal para a pactuação dos encargos financeiros em contratos bancários em geral é questão de direito, não de fato, dispensando o reexame de cláusulas contratuais e de outras provas.</p>	<p>matéria em exame foi devidamente enfrentada.</p> <p><u>Desnecessidade de aplicação da Súmula 7/STJ:</u> a petição inicial da ação revisional afirmava que a Recorrente era correntista desde 1979, mas requereu a revisão das cláusulas do contrato de cartão de crédito desde a data da sua primeira utilização, termos em que julgado procedente o pedido em segundo grau de jurisdição. Nesses termos, a discussão relativa ao momento em que efetivamente contratado o cartão de crédito e, bem assim, ao momento em que surgiram os primeiros débitos constitui matéria fática, cujo exame refoge ao âmbito de cabimento do Recurso Especial, a teor do que dispõe a Súmula 07/STJ.</p>	<p>mandato, o recurso especial foi provido em face do notório dissídio jurisprudencial, razão pela qual, não prevalece o argumento de que inadmissível o reclamo por ausência de prequestionamento.</p> <p><u>Sucumbência recíproca:</u> ao reexaminar os autos, verifica-se que o agravado sucumbiu em relação aos seguintes pontos: a) capitalização de juros; b) possibilidade de compensação dos créditos ou repetição do indébito; c) limitação dos juros remuneratórios e, d) comissão de permanência. Nesse contexto, tendo em vista a relevância das verbas deferidas, há de se reconhecer a sucumbência mínima do agravante, sendo o agravado condenado a pagar a sucumbência em sua integralidade.</p>
---	---	--

Quadro D.2 - Quadro resumo: Ações revisionais – Subtema: Eminentemente processuais.

D.3 Ações indenizatórias: cartão de crédito clonado

Número da decisão	Conteúdo
n.º 15	<u>Não se aplica o óbice da S. 7/STJ: Súmula 7/STJ</u> <u>Ofensa aos arts. 186, 187 e 927 do CC: Súmula 7/STJ</u>
n.º 60	<u>Violação dos arts. 186 e 927 CC: Súmulas 5 e 7/STJ</u>
n.º 75	<u>Decisão viola os princípios da legalidade, do devido processo legal e da ampla defesa:</u> A redução da multa cominatória, segundo a orientação do STJ, somente é possível quando a imposição revelar-se desrazoável e desproporcional, o que não é o caso apresentado. Quanto à correção do prazo para o cumprimento da medida, vislumbra-se que a análise da alegação trazida no recurso especial esbarra no empecilho da Súmula 7/STJ, porquanto demanda reexame de fatos e provas constantes dos autos. Das circunstâncias fáticas extraídas do caso, vê-se que a imposição da satisfação imediata da ordem judicial foi devidamente justificada, na medida em que, tendo a instituição bancária realizado há muito o bloqueio do cartão de crédito, era desprovida de sentido a cobrança, em conta corrente, de novos valores relativos a este.
n.º 85	<u>Valor exorbitante de dano moral:</u> O Tribunal a quo entendeu pela existência de falha na prestação de serviço e consequente dever de indenizar. A modificação de tal entendimento demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. De outra parte, a pretensão recursal não encontra abrigo na jurisprudência desta Corte, que é firme quanto à desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio fato, operando-se in re ipsa. Não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em virtude dos danos sofridos pela falha na prestação do serviço, de modo que a sua revisão esbarraria na Súmula 7/STJ.
n.º 91	<u>Violação aos arts 21, do CPC e 42 do CDC: Decisão correta.</u> <u>Divergência jurisprudencial:</u> O Tribunal de origem não reconheceu a caracterização do dano moral sob o fundamento de que não ocorreu ato ilícito

	praticado pelo recorrido, não havendo notícia nos autos de que houve publicidade do caso com a inscrição em cadastro de inadimplentes. De outro lado, o Recorrente requer a concessão da indenização pleiteada sob a alegação de que os danos extrapatrimoniais podem ser presumidos com a cobrança indevida. Resta claro, portanto, que a pretensão recursal demandaria nova incursão no acervo fático-probatório da causa, o que é vedado à luz da Súmula 7 desta Corte
--	---

Quadro D.3 - Quadro-resumo: Ações indenizatórias – subtema: cartão de crédito clonado.

D.4 Ações indenizatórias: furto, roubo e fraude

Documento	Data	Decisão	Valor indenizatório
n.º 27	03/02/2015	<u>Aplicação da Súmula 83/STJ</u> : No mérito, deve-se frisar, a princípio, que a impugnação do óbice disposto na Súmula 83/STJ deve ser realizada por meio da colação de julgados mais recentes, e que divirjam dos precedentes expostos na decisão objurgada – o que, sem dúvida, não ocorreu na hipótese dos autos. <u>Ilegitimidade passiva</u> : todos os integrantes da cadeia de fornecimento respondem solidariamente.	Não consta da decisão
n.º 42	18/09/2014	<u>Valor indenizatório baixo</u> : não alterou, valor mostrou-se dentro do parâmetro de R\$5.000,00 a R\$10.000,00 dos julgados do STJ. Conduta: furto do cartão de crédito	R\$7.000,00
n.º 43	16/09/2014	<u>Valor exorbitante</u> : Súmula 83 do STJ. Conduta: emitir cartão de crédito com os dados do autor para terceiros e pela sua inscrição em	R\$18.000,00

		cadastro de inadimplentes.	
n.º 53	04/02/2014	<u>Ilegitimidade passiva</u> : todos os que integram a cadeia de fornecedores de um produto ou serviço respondem solidariamente em caso de fato ou vício do serviço, inclusive as empresas titulares de bandeira de cartão de crédito.	Não fixado
n.º 56	26/11/2013	<u>Violação do art. 14, § 3º do CPC e art. 403 do CC</u> : Súmula 7/STJ <u>Banco não agiu com culpa e não responde por atos de terceiros</u> : Súmula 7/STJ.	Não consta.
n.º 70	25/06/2013	<u>Valor exorbitante</u> : Súmula 83/STJ. <u>Não tem dever de indenizar</u> : Súmulas 7 e 211/STJ. Conduta: furto - uso irregular do cartão ter ocorrido antes do titular comunicar o extravio.	R\$7.000,00
n.º 112	05/06/2012	<u>Violação dos arts 186 e 188 do CC</u> : não configurada <u>Uso normal do cartão</u> : Súmula 7/STJ	Não consta da decisão.
n.º 117	24/04/2012	<u>Litispêndência</u> : As demais ações movidas pela autora se referem a outras compras realizadas em lojas diversas das discutidas nos presentes autos, portanto, não configura litispêndência. <u>Prequestionamento</u> : Súmula 284/STF. <u>Existência de dano</u> : Súmula 7/STJ. <u>Valor exorbitante</u> : Está dentro dos parâmetros do STJ. Conduta: furto e as compras realizadas por terceiros foram incluídas em sua fatura.	R\$5.000,00
n.º 125	02/02/2012	<u>Negativa de prestação jurisdicional</u> : Implica revolvimento do conjunto fático-probatório (Súmula 7/STJ).	Não consta

Quadro D.4 - Quadro-resumo: Ações indenizatórias – subtema: Fraude, furto e roubo.

D.5 Ações indenizatórias: bloqueio indevido do cartão de crédito

Documento	Data	Conteúdo	Valor indenizatório
n.º 22	11/02/2015	<u>Extemporaneidade da Ação rescisória</u> : não configurado – Súmula 401/STJ. <u>Ilegitimidade passiva da ré Visa</u> : configurada, pois o capítulo da sentença rescindendo não é o que a afastou do polo passivo da demanda. <u>Solidariedade</u> : Impossível decidir, pois o <i>decisum rescindendo</i> não contemplou a matéria. <u>Erro de fato</u> : configurado para propor ação rescisória.	R\$50.000,00
n.º 37	23/10/2014	<u>Valor exorbitante</u> : não configurado.	R\$15.000,00
n.º 88	20/11/2012	<u>Valor exorbitante</u> : não configurado.	R\$5.000,00
n.º 89	06/11/2012	<u>Prequestionamento</u> : não foi devidamente prequestionado - Súmulas 282 e 356/STF. <u>Violação dos arts. 186 e 927 do CC</u> : implica revolvimento do conjunto fático-probatório <u>Valor exorbitante</u> : não configurado.	R\$5.000,00
n.º 103	14/08/2012	<u>Dissídio jurisprudencial</u> : Falta do exigido cotejo analítico entre os julgados mencionados, bem como ausência de similitude fática entre eles. <u>Configuração do dano moral</u> : Súmula 7/STJ.	Não consta.

Quadro D.5 - Quadro-resumo: Ações indenizatórias – Subtema: bloqueio indevido de cartão de crédito

D.6 Ações indenizatórias: desconto indevido em conta corrente

Documento	Data	Conteúdo	Valor indenizatório
n.º 45	26/08/2014	<u>Prequestionamento</u> : não tratado na decisão. <u>Não houve ato ilícito</u> : Súmula 7/STJ. <u>Valor exorbitante</u> : não configurado.	R\$3.000,00
n.º 66	06/08/2013	<u>Valor exorbitante</u> : Súmula 7/STJ e de acordo com a jurisprudência do tribunal.	R\$5.000,00
n.º 73	11/06/2013	<u>Divergência jurisprudencial</u> : não configurada. <u>Descabimento de multa diária fixada</u> : Súmula 284/STF. <u>Não há proibição dos descontos</u> : Súmula 284 do STF. <u>Valor das astreintes</u> : não é exorbitante nem irrisório.	Não consta da decisão.
n.º 124	16/02/2012	<u>Configuração do dano moral</u> : Súmula 7/STJ. <u>Valor exorbitante</u> : não configurado.	R\$ 3.000,00

D.6 Quadro - Quadro-resumo: Ações indenizatórias – Subtema: Desconto indevido em conta-corrente.

D. 7 Ações indenizatórias: cobrança indevida

Documento	Data	Conteúdo	Valor indenizatório
n.º 20	17/03//2015	<u>Revisão do valor do dano moral</u> : o valor não é exorbitante e, então, não cabe sua revisão.	R\$2.000,00
n.º 28	03/02/2015	<u>Valor exorbitante da indenização</u> : Súmula	R\$2.000,00

		7/STJ.	
n.º 30	18/12/2014	<u>Responsabilidade do segundo réu:</u> O acórdão recorrido concluiu, com base nas provas carreadas aos autos, pela ausência de responsabilidade do segundo réu - Banco do Brasil, sua reanálise importaria em revisão do conjunto fático-probatório obstado pela Súmula 7 do STJ. <u>Faltou impugnação objetiva do fundamento de coisa julgada</u> – aplicação das Súmulas 283 e 284 do STF.	Não consta
n.º 39	23/09/2014	<u>Falta de prova do dano moral:</u> não pode adentrar análise de prova. Súmula 7/STJ. <u>Valor exorbitante da indenização:</u> configurado – reduziu para R\$8.000,00	De R\$ 27.500,00 para R\$8.000,00
n.º 78	19/03/2013	<u>Não foi caracterizado o dano moral:</u> Súmula 7/STJ. <u>Valor exorbitante:</u> não configurado.	R\$3.000,00
n.º 96	20/09/2012	<u>Requer análise de provas:</u> Súmula 7/STJ	Não consta.
n.º 123	16/02/2012	<u>Determinação das taxas aplicáveis à repetição do indébito:</u> na repetição de indébito não se aplicam as mesmas taxas indevidamente cobradas pelas instituições financeiras. Incidência da Súmula 83/STJ.	Não consta.

Quadro D. 7 - Quadro-resumo: Ações indenizatórias – Subtema: Cobrança indevida

D. 8 Ações indenizatórias: inclusão indevida do nome em cadastro de inadimplentes

Documento	Data	Conteúdo	Valor indenizatório
------------------	-------------	-----------------	----------------------------

n.º 16	28/04/2015	<u>Acesso à justiça</u> : não violado. <u>Assistência judiciária gratuita</u> : não é necessária a retificação do pedido de Assistência Judiciária Gratuita, que ela vale para todos os atos do processo, não configurando deserção. <u>Divergência jurisprudencial</u> : não configurado. <u>Mérito</u> : Súmula 7/STJ.	Não consta
n.º 33	02/12/2014	<u>Valor exorbitante</u> : não configurado.	R\$ 10.000,00
n.º 40	18/09/2014	<u>Não teve dano moral</u> : Súmula 83/STJ. <u>Valor exorbitante da indenização</u> : não configurado.	R\$ 9.000,00
n.º 48	24/06/2014	<u>Valor exorbitante</u> : não configurado.	R\$ 7.000,00
n.º 57	17/10/2013	<u>Não teve dano moral</u> : Súmula 7/STJ, mas trata-se de dano moral <i>in re ipsa</i> , não precisando de comprovação. <u>Valor exorbitante</u> : não configurado. <u>Tutela antecipada deve ser negada</u> : inovação no recurso.	R\$ 12.000,00
n.º 99	04/09/2012	<u>Não teve dano moral</u> : Súmula 7/STJ.	Não consta
n.º 100	04/09/2012	<u>Valor exorbitante</u> : não configurado.	R\$ 16.000,00
n.º 101	14/08/2012	<u>Violação dos ônus probatórios</u> : Súmula 7/STJ. <u>Valor exorbitante</u> : repetição do indébito tem que ser feito de forma dobrada de acordo com CDC.	20 vezes o valor negativado.
n.º 104	02/08/2012	<u>Omissão</u> : não configurada <u>Existência de outras dívidas</u> : mudar o posicionamento esbarra na Súmula 7/STJ.	Não teve.
n.º 105	26/06/2012	<u>Valor exorbitante</u> : não configurado	R\$ 8.000,00
n.º 106	26/06/2012	<u>Divergência jurisprudencial</u> : Súmula 83/STJ <u>Valor baixo de dano moral</u> : não configurado. <u>Multa</u> : cabível, pois os embargos foram apostos para discutir o mérito da demanda.	Dois salários mínimos
n.º 109	19/06/2012	<u>Omissão</u> : não configurada. Súmula 7/STJ	Não consta

Quadro D.8 - Quadro-resumo: Ações indenizatórias – Subtema: Inclusão indevida em cadastro de inadimplentes.

D. 9 Ações indenizatórias: cobrança indevida em nome de pessoa falecida

n.º 59	n.º 92
<p><u>Legitimidade ativa e Indenização por dano moral e Dissídio jurisprudencial:</u> julgado procedente o pedido de declaração de inexistência de contrato formulado pelo espólio, restou prejudicado o mesmo pedido declaratório formulado pela viúva. No Direito brasileiro, apesar do encerramento dos direitos da personalidade com a morte de seu titular, há previsão legal expressa de proteção <i>post mortem</i> desses direitos em alguns casos específicos. Com efeito, o espólio não pode sofrer dano moral por constituir uma universalidade de bens e direitos, sendo representado pelo inventariante (art. 12, V, do CPC) para questões relativas ao patrimônio do <i>de cujus</i>. Entretanto, o cônjuge sobrevivente e os herdeiros da pessoa falecida podem postular uma reparação pelos prejuízos causados, após a sua morte, por um ato ilícito que atinge a imagem e a memória da pessoa falecida, conforme previsto no art. 12, parágrafo único, do Código Civil de 2002.</p>	<p><u>Rever a configuração do dano moral:</u> Óbice da Súmula 7/STJ- dano moral <i>in re ipsa</i>.</p>

Quadro D.9 - Quadro- resumo: Ações indenizatórias – Subtema: Cobrança indevida em

nome de pessoa falecida.

D.10 Ações de prestação de contas

Documento	Data	Decisão
n.º 5	20/10/2015	<u>Ausência de pedido genérico</u> : A leitura da exordial revela, pois, que a autora pleiteou esclarecimentos sobre todos os lançamentos efetuados durante a vigência do contrato de cartão de crédito, sem indicar a existência de ocorrências duvidosas a justificar o manejo da prestação de contas. <u>Não há pedido de revisão de cláusula</u> : Entendeu que há e que não cabe ação de prestação de contas para rever cláusula contratual.
n.º 8	08/09/2015	<u>Falta de interesse de agir</u> : Há interesse de agir como revelado por precedentes do Tribunal – aplica a Súmula 83 do STJ.
n.º 12	23/06/2015	<u>Impossibilidade de emenda da inicial após contestação</u> : A emenda da inicial após a contestação não pode ensejar modificação do pedido e da causa de pedir. No caso a mudança alteraria a causa de pedir, havendo o tribunal julgado o processo extinto sem julgamento de mérito.
n.º 13	18/06/2015	<u>Impossibilidade da prestação individualizada</u> : Entendeu-se pela possibilidade da ação de prestação de contas, conforme precedentes do próprio STJ, bastando a prova da relação jurídica. O reexame da prova da relação jurídica encontra óbice na Súmula 7 e 83 do STJ.
n.º 14	19/05/2015	<u>Impossibilidade de prestação de contas e não cumprimento dos requisitos para a ação</u> : Entendeu pela possibilidade de prestações de contas, sem a necessidade de pormenorização rigorosa dos pontos duvidosos.
n.º 23	10/02/2015	<u>Ausência de interesse de agir</u> : extinção do processo sem exame do mérito, por falta de interesse processual, consubstanciado nos pressupostos de adequação e necessidade para a ação de

		prestação de contas. <u>Prescrição</u> : prejudicado.
n.º 24	10/02/2015	<u>Não cabimento da ação de prestação de contas</u> : Como a demanda quer rever cláusulas contratuais, o correto seria intentar ação revisional.
n.º 64	20/08/2013	<u>Suspensão do processo</u> : A suspensão dirige-se aos Tribunais locais, não abrangendo os apelos especiais já encaminhados ao STJ. <u>Falta de interesse de agir</u> : a decisão agravada foi proferida em consonância com o entendimento jurisprudencial desta Corte, no sentido de que o titular de cartão de crédito tem interesse em propor ação de prestação de contas objetivando esclarecimentos sobre os lançamentos realizados. É assente o entendimento deste Tribunal, de que não é possível do cliente do banco uma pormenorização rigorosa dos pontos que se lhe apresentam duvidosos, durante a relação jurídica mantida, bem como que inexistente pedido genérico se o autor indica o período e os lançamentos de débito efetuados pela instituição financeira a serem esclarecidos.
n.º 68	25/06/2013	<u>Já prestou contas</u> : Súmula 259/STJ. Não se pode olvidar que cabe ao banco prestar contas acerca de movimentações efetuadas durante período certo, principalmente em se tratando de débitos a cargo do cliente relativos a custos financeiros e despesas por serviços bancários, mesmo que receba as faturas. Súmula 83 do STJ. <u>Não cabe ação de prestação de contas para rever cláusula contratual</u> : óbice da Súmula 7/STJ.
n.º 71	20/06/2013	<u>Omissão</u> : não configurada. <u>Impossibilidade de prestação individualizada e falta de interesse de agir</u> : O titular de cartão de crédito, independentemente de receber as faturas mensais, pode acionar judicialmente a administradora de cartão de crédito a fim de obter a prestação de contas dos encargos que lhe são cobrados.

n.º 79	19/03/2013	<p><u>Dissídio jurisprudencial</u>: não configurado.</p> <p><u>Pedido genérico</u>: Não é possível exigir do cliente do banco uma pormenorização rigorosa dos pontos que se lhe apresentam duvidosos, durante a relação jurídica mantida, bastando o autor apontar o vínculo jurídico existente com o réu e especificar o período que demanda esclarecimento. (Súmula 83/STJ)</p> <p><u>Falta de interesse de agir</u>: Súmula 259/STJ,</p>
n.º 80	26/02/2013	<p><u>Falta de interesse de agir</u>: O titular de conta tem legitimidade e interesse de agir para ajuizar ação de prestação de contas contra a instituição financeira, sendo esta obrigada a prestá-las, em decorrência de dever legal.</p>
n.º 83	18/12/2012	<p><u>Falta interesse de agir e quer discutir cláusula contratual</u>: Ainda que receba faturas mensais, possui interesse de agir e legitimidade ativa em ação de prestação de contas contra a instituição financeira, mormente se houver dúvida quanto à correção dos valores lançados.</p>
n.º 90	23/10/2012	<p><u>Prequestionamento</u>: não foi atendido esse requisito. Súmula 211/STJ.</p> <p><u>Contas não foram prestadas de maneira mercantil</u>: Súmula 283/STJ, Súmula 7/STJ.</p>
n.º 95	20/09/2012	<p><u>Falta de interesse processual e prestou contas por meio de faturas e extratos</u>: Súmula 259/STJ.</p>
n.º 98	18/09/2012	<p><u>Omissão</u>: Não configurada.</p> <p><u>Ausência de interesse processual e pedido genérico</u>: não é possível do cliente do banco uma pormenorização rigorosa dos pontos que se lhe apresentam duvidosos, durante a relação jurídica mantida, bem como que inexistente pedido genérico se o autor indica o período e os lançamentos de débito efetuados pela instituição financeira a serem esclarecidos, podendo, inclusive, solicitar que o banco preste informações acerca da correção dos lançamentos realizados.</p>

Quadro D.10 - Quadro-resumo: Ações de prestação de contas.

D. 11 Ações relativas a práticas abusivas: multas por envio de cartão de crédito não solicitado

Documento	Conteúdo	Valor da Multa
n.º 46	<p><u>Multa exorbitante</u>: Súmula 7/STJ.</p> <p>Configuração de prática abusiva: envio de cartão de crédito sem solicitação é prática abusiva pelo entendimento do STJ – Súmula 83 STJ.</p> <p><u>Perda de objeto da demanda</u>: inovação em sede recursal</p>	R\$50.000,00
n.º 61	<p><u>Omissão</u>: Diante do quadro fático-processual descrito, acolhidos os embargos infringentes (Segunda Câmara de Direito Público do TJSP) para reconhecer a legalidade da aplicação de multa administrativa pelo Procon, restabelecendo-se a sentença nessa parte, caberia à instância ordinária, de segundo grau, prosseguir com o exame do pedido alternativo de redução da multa contido na impugnação aos infringentes, sob pena de incorrer em omissão. A rejeição dos respectivos embargos de declaração nessa parte, por conseguinte, viola o art. 535 do Código de Processo Civil.</p>	Não consta
n.º 62	<p><u>Omissão</u>: não configura.</p> <p><u>Não teve prática abusiva por envio de cartão múltiplo</u>: Súmula 7/STJ.</p>	R\$ 158.240,00
n.º 84	<p><u>Negativa de prestação jurisdicional</u>: não configurada.</p> <p><u>Houve prática abusiva</u>: deu provimento para alterar a decisão, entendendo pela ocorrência da prática abusiva no envio sem solicitação de cartão de crédito.</p>	Não consta

Quadro D. 11- Quadro-resumo: Ações por práticas abusivas – Subtema: Multas por envio de cartão de crédito não solicitado.

D. 12 Ações relativas a práticas abusivas: venda a preço diferenciado para cartão de crédito e dinheiro.

n.º 6	n.º 116
<p>Divergência jurisprudencial: Não configurado.</p> <p>Ausência de lei que obriga a cobrar os mesmos preços: a diferenciação caracteriza prática abusiva.</p>	<p>Dissídio jurisprudencial: O entendimento do acórdão embargado está em harmonia com a jurisprudência desta Corte de que, não havendo vedação legal à cobrança diferenciada para pagamento com cartão de crédito, tal prática não é abusiva.</p>

Quadro D.12 - Quadro-resumo: Ações relativas a práticas abusivas – Subtema: Venda a preço diferenciado para cartão de crédito e dinheiro.

D. 13 Ações relativas a práticas abusivas: venda casada

n.º 47	n.º 115	n.º 118
<p><u>Falta de prestação jurisdicional:</u> não configurada.</p> <p><u>Ausência de venda casada:</u> óbice da Súmula 7 do STJ.</p>	<p><u>Ilegitimidade ativa do Ministério Público:</u> Óbice da Súmula 83 do STJ.</p> <p><u>Negativa de prestação jurisdicional:</u> Súmula 182 do STJ.</p> <p><u>Inexistência de venda casada:</u> o tribunal a quo consignou que as recorrentes condicionam o fornecimento de crédito dirigido à aquisição de produtos à contratação de serviços</p>	<p><u>Negativa de prestação jurisdicional:</u> não é por que o entendimento foi contrário ao demandante que não houve prestação jurisdicional.</p> <p><u>Não pretende reexame de provas:</u> Ao contrário do que afirmou o ora agravante, de que os serviços de cartão de crédito foram devidamente contratados, o Tribunal de origem consignou que não há comprovação da efetiva e</p>

	<p>adicionais, sem prévia anuência dos contratantes – óbice da Súmula 7 do STJ.</p> <p><u>Necessidade de repartição da verba sucumbencial:</u> Súmula 211 do STJ – falta de prequestionamento.</p>	<p>expressa contratação dos cartões de crédito, destacando o fato de que o ora agravante não ter juntado documentos demonstrando de forma inequívoca a contratação dos serviços. Assim, fazer prevalecer a situação fática da forma como quer o recorrente, frente ao acórdão recorrido é inviável na via eleita e encontra o empecilho da Súmula 7/STJ.</p>
--	--	--

Quadro D.13 – Quadro-resumo: Ações relativas a práticas abusivas – Subtema: venda casada.